



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Lenilda Damasceno Perpétuo

QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO?

**Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a
Educação Escolar na Etnia Calon**

Brasília

2021

LENILDA DAMASCENO PERPÉTUO

QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO?

Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a Educação
Escolar na Etnia Calon

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília para obtenção do
título de Doutora em Educação.

Orientação: Professor Dr. Erlando da Silva
Rêses

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão
da Educação

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP453rs PERPETUO, Lenilda Damasceno
q Quantas Pedras no meio do Caminho? Representações Sociais
acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a
Educação Escolar na Etnia Calon / Lenilda Damasceno
PERPETUO; orientador Erlando da Silva Rêses. -- Brasília,
2021.
266 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) -- Universidade
de Brasília, 2021.

1. Ciganidade. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. Representações
Sociais. 5. Políticas públicas. I. Rêses, Erlando da Silva,
orient. II. Título.

LENILDA DAMASCENO PERPÉTUO

QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO?

Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a Educação Escolar
na Etnia Calon

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília para obtenção do título de
Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado eletronicamente por **Erlando da Silva Rêses, Professor(a) de Magistério Superior do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação**, em 20/10/2021, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses – Orientador
Faculdade de Educação (Universidade de Brasília) – FE/UnB

Documento assinado eletronicamente por **Monica Castagna Molina, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Planaltina**, em 27/10/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Profa. Dra. Mônica Castagna Molina – Membro Interno
Faculdade de Educação (Universidade de Brasília) – FE/UnB

Documento assinado eletronicamente por **Aluizio de Azevedo Silva Júnior, Usuário Externo**, em 28/10/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Prof. Dr. Aluizio de Azevedo Silva Júnior – Membro Externo
Ministério da Saúde - FIOCRUZ –UFMT

Documento assinado eletronicamente por **Jucelho Dantas da Cruz, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Prof. Dr. Jucelho Dantas da Cruz – Membro Externo
Departamento de Biologia (Universidade Estadual de Feira de Santana) – FE/UEFS

Profa. Dra. Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho – Membro Externo
Faculdade de Educação (Universidade do Estado da Bahia) – FE/UNEB

Brasília

2021



Por toda minha ancestralidade. À minha mãe, Elza Damasceno (*in memoriam*) e a meu pai, Francisco Perpétuo, nosso *velho Chico* (*in memoriam*). Aos meus irmãos, Klésio, Wagner e Vinícius. Às minhas filhas, Kayla e Karina, e ao meu filho, Leo, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida, dando apoio incondicional nas importantes tomadas de decisões. À minha neta, Ana Laura, e aos meus netos, Gustavo André, Henrique e o pequeno João Francisco. Meu carinho e eterna gratidão por fazerem parte da minha história, por estarem presentes de modo muito especial na minha memória afetiva, por me ajudarem nos meus processos de constituir-me humana, social, coletiva e a MULHER mãe e avó trabalhadora que sou e que me torno a cada dia da minha evolução espiritual nesta dimensão.

AGRADECIMENTOS E MANIFESTOS

Fazer uma pesquisa acadêmica e escrever uma tese é percebido como um trabalho solitário, muitas vezes. Na realidade, porém, isso é fruto de reflexões/ações que realizamos a partir dos debates, ideias, pensamentos e reflexões de outras e outros teóricos, intelectuais ou mesmo pessoas do convívio diário que nos instigaram e contribuíram de inúmeras formas/maneiras. Como eu não poderia deixar de reconhecer a amplitude e imensidão da participação dessas pessoas nesta conquista, gostaria de expressar aqui minha eterna gratidão.

Agradeço a Deus/Deusas, a toda força energética do universo, aos meus amados pais (in memoriam), irmãos, filho/filhas e netos/neta, bem como a toda a minha ancestralidade pelas minhas rupturas, minhas frustrações, meus medos, minhas chegadas e partidas, assim como pelos encontros, desencontros e reencontros comigo mesma e com as pessoas que, generosamente, entraram, saíram e permaneceram, ficando, de algum modo, para sempre nessa viagem desafiadora de vida terrena.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, grande mestre, amigo, parceiro, irmão, companheiro e camarada, professor Dr. Erlando da Silva Rêses, por quem eu tenho profunda admiração, estima, respeito e gratidão. SER humano incrível, de uma sensibilidade e de uma generosidade genuínas, que, na sua rigidez, preocupações, cobranças e no seu rigor acadêmico, contribui para a formação da consciência crítica politizada de muita gente, assim como eu, da classe trabalhadora, Erlando me levantou e me ensinou a dar os primeiros passos de pesquisa no mundo acadêmico. Sociólogo, intelectual orgânico engajado e comprometido com as lutas dos movimentos sociais, nunca mediu esforços para estar conosco em todos os empreendimentos em favor da classe trabalhadora, das/os oprimidas/os, das/os subalternas/os, e dos povos e das comunidades tradicionais cigana Calon. Nossa caminhada tem sido longa, extensa e intensa, mas cheia de muitas aprendizagens, com o constante foco na luta e nos posicionamentos políticos em defesa da educação pública, laica, de qualidade e para todas/todos. Mais do que um orientador, você foi um companheiro de luta contra as diversas formas de opressão, de desigualdade social, sob a crença na educação como instrumento de transformação e de emancipação humana.

Meus respeitosos cumprimentos e agradecimentos aos meus três irmãos, Vinícius, Klésio, Wagner e suas respectivas famílias. Vocês são meus companheiros da vida, a quem eu tenho muita gratidão pelas inquietudes que a nossa convivência suscitou em mim. Ser a única filha mulher, caçula no meio de três irmãos homens, não foi tarefa muito fácil. Tive minhas transgressões; e preciso dizer que elas foram necessárias para a minha libertação e para a minha

sobrevivência. Naquele tempo, em minha consciência ingênua, mas já contestadora, detestava SER menina. Eles, na condição de homens, podiam ser livres; e eu, não. Para ser aceita, amada e estar enquadrada dentro dos padrões da “Tradicional Família” mineira, tive que cumprir um papel social que sempre foi imposto.

Sei que quebrei vários padrões e que eles me custaram caro. Como nos traz a psicanalista austríaca Melanie Klein, *quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso*. Isso aconteceu comigo, fui expulsa de alguns “*paraísos*”, pois a suposta “proteção”, carregada de violências e silenciamentos, hoje eu compreendo que na verdade é a configuração de opressão e aprisionamento, em outras palavras: *cárcere privado*. Pago esse preço com a minha liberdade, que é assustadoramente prazerosa, uma vez sendo impulsionadora para não parar e desistir. Ao contrário, encoraja-me a viver muitas outras possibilidades. É a experiência do fantástico lugar da amplitude do movimento do improvisado, sob a concepção de que a vida não é linear.

É por todas/os as/os trabalhadoras/es que carregam o país nas costas, que vendem a força do seu trabalho e que pagam seus impostos devidamente que honro a oportunidade de ocupar esse espaço tão caro e restrito, cursando o mestrado e o doutorado nesta respeitada e admirada universidade pública de qualidade, que foi idealizada por grandes e incriveis intelectuais orgânicos revolucionários – os educadores brasileiros Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira –, sendo hoje uma das poucas universidades federais brasileiras que tem uma mulher na liderança como reitora.¹ Agradeço, então, à profa. Dra. Márcia Abrahão, por quem tenho profundo respeito, pela excelência, sensibilidade e comprometimento em sua gestão assertiva na UnB.

Às professoras das universidades: Luzeni Carvalho, Monica Molina, Shirleide da Cruz, Girlene Ribeiro, Edileuza Fernandes, Elizabeth Tunes, Márcia Bittencourt, Márcia Ondina, Maria Luíza Pinho, Maria Helena, Patrícia Pederiva e Susane Oliveira e aos professores: Erlando Rêses, Marcelo Húngaro, Renato Hilário, Perci Coelho, Rodrigo Matos, José Vieira, José Jorge Carvalho, Roque Laraia, José Geraldo Júnior e o Rafael Villas Boas, por serem intelectuais orgânicas/os engajadas/os na construção da ciência.

Agradeço também aos/às representantes componentes desta banca examinadora do doutorado, professores: Dr. Jucelmo Dantas, Dr. Aluízio Azevedo, Professoras: Dr^a Mônica Molina, Dr^a Luzeni Ferraz, pela contribuição, apoio, colaboração decorrente de uma leitura

¹ 28,3% de reitoras são 19 mulheres entre 63% de reitores nas universidades públicas brasileiras. Disponível em: <https://unifesp.br/noticias-antiores/item/3169-mulheres-sao-minoria-entre-reitores-e-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas>. Acesso em: 11 jun. 2020.

atenta e crítica, assim como pelos apontamentos de valores inestimáveis neste momento de legitimação desta pesquisa acadêmica.

Agradeço também à SEEDF, instituição em que sou servidora há 20 anos; aos/às colegas de trabalho, professores e professoras engajados na luta em defesa da educação, aos/às estudantes e a toda comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental 02 do Paranoá, pessoas com quem divido os meus dias, os meus erros, os meus acertos, as minhas angústias e os meus anseios. Tentamos construir coletivamente uma escola plural, inclusiva, humanizada, cuja prioridade é o SER social, que, embora em construção constante, tem inúmeras possibilidades de ampliar as fronteiras de conhecimentos.

Às/aos companheiras/os de muitas LUTAS dos Movimentos Sociais: CEDEP (Centro de Desenvolvimento do Paranoá), Cepafre (Centro de Educação Paulo Freire) e Formancipa (Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior). Em especial, ao Programa de Extensão Pós-Populares, no qual fui acolhida nas rodas de conversa freireanas, cujo núcleo me atraiu pela beleza dos processos da convivência humana coletiva. Este valioso programa de extensão, como espaço democrático de construção coletiva do conhecimento, me impulsionou a dar o chute embrionário para a pesquisa do mestrado e a continuidade para esta pesquisa do doutorado.

Fui forjada, nesse lugar, por muitas discussões, inquietudes, por construções e por muitas desconstruções. E, em meio ao turbilhão de ideias e de inúmeras catarses, descobri que podemos adquirir informações em todos os espaços, inclusive nos virtuais, mas que o conhecimento necessita da relação social com as pessoas. A apreensão do conhecimento elaborado só será assimilada e incorporado após experimentarmos juntos as quebras, as desconstruções e as reconstruções, que passam pelo movimento cíclico da tese, antítese e pela síntese, decorrentes da emaranhada e nada linear práxis revolucionária. Esta, quanto mais elementos de análise e quanto maior for a diversidade, mais proporciona ampliar os horizontes.

Destaco também aqui todas as pessoas que compõem o grupo de pesquisa do qual faço parte, o Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-Dialético e Educação – Consciência, coordenado pelo professor Dr. Erlando Rêses. A integrante do grupo, Luzeni Carvalho (docente da UNEB), grande amiga e irmã que o mestrado e o doutorado me presentearam, companheira de muitas viagens, congressos, seminários, ombro e colo amigo; Maria Carreiro, Aline Luz e Sheila Campos, a quem recorro e divido inúmeras vezes meus anseios, meus medos e minhas dúvidas nos debates de história e questões de gênero; às amigas Darliane Amaral, Adriana Matos, Lara Andreia e Mirian Maciel, amigas/irmãs, companheiras e parceiras da vida toda, pessoas por quem eu guardo profunda estima e consideração; Rosa Nascimento, Antonia

Cadija, Marleide, Ravena do Carmo e Ana Paula, mulheres de coragem que enfrentam diariamente o espaço majoritariamente reservado aos homens. À Lukelly Fernanda, minha querida amiga e revisora competente e cuidadosa, que se debruçou sob as nossas pesquisas de mestrado (dissertação) e tese (doutorado) e com toda dedicação e carinho realizou um trabalho de excelência na correção e revisão. Aos camaradas das lutas, Wallace Roza, Reinouds, Alisson, Amaral, Dimitri, Gilberto e Toninho agradeço muito pelas discussões e pelo compartilhamento de materiais de pesquisa que me foram importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Somos um coletivo com o mesmo orientador/coordenador que trabalha na perspectiva de um projeto de sociedade mais justa e menos desigual, que luta por um desenho contra hegemônico, antifascista, anticlassista, antirracista, antimachista de sociedade e que acredita na educação como instrumento de transformação e de emancipação humana.

Agradeço ao casal Klésio Perpétuo e Tereza Perpétuo pelo socorro imediato no momento da sistematização da escrita da tese, onde me acolheram em sua chácara no Bananal, interior do Maranhão, às margens do Rio Tocantins, onde recebi toda energia e inspiração para concentração desse grande desafio da escrita. Agradecimento extenso à amiga Toinha, Camilo e Samuel, que são os moradores da chácara, onde tive a oportunidade valiosa de conviver com o simples e o complexo simultaneamente, bebendo em fontes de conhecimentos e saberes acerca dos recursos naturais que nos envolvia no nosso cotidiano. Na convivência diária aprendi lições importantes sobre o rio, os peixes, as plantas, as aves, o céu, as estrelas e a lua. Fizemos fogueiras, contamos histórias e aprendi que a natureza conversa conosco e que nos dá vários sinais, apenas precisamos estar atentos/as para recebê-los, compreendê-los e interpretá-los.

Uma saudação especial aos povos dos rios, das florestas e dos campos, em especial a toda a comunidade cigana Calon, composta por pessoas por quem tenho muito respeito e admiração, por todas as comunidades do Brasil e Portugal. Definitivamente, são pessoas incríveis com quem tive o prazer de conviver e aprender muito. Por isso tenho todo o zelo e todo o cuidado de não apenas falar delas/deles, mas com ela/eles e por elas/eles, desde o início de meu percurso acadêmico, que passa pela dissertação de mestrado, defendida em 2017 e reconhecida academicamente, até a atual feitura e realização da pesquisa de doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Não tivemos e não temos a pretensão de dar voz a eles/elas ou falar por eles/elas, pois possuem voz própria, possuem cultura em suas danças, seus rituais, suas crenças, seus idiomas, suas memórias e seus saberes ancestrais. Acredito que a minha chegada e a minha permanência ao/no acampamento é um reencontro que as energias do universo se incubem, por alguma razão, de aproximar, para que juntas possamos

compreender mais sobre a história do nosso país e sobre a humanidade nas diversas formas de atuação.

À cigana Daiane da Rocha Biam – mãe, mulher, estudante trabalhadora, pessoa forte, corajosa, resistente –, importante liderança feminina que retomou os seus estudos e atualmente cursa uma graduação em Direito numa universidade particular. As mulheres ciganas nos surpreendem e nos ensinam que, mesmo diante de todas as dificuldades, não podemos recuar, senão transgredir, ocupar e resistir.

Agradeço à todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a feitura desta pesquisa acadêmica. Viva a educação, viva o SUS, Viva a Ciência, Viva a vida, viva as Universidades Públicas, Viva a classe trabalhadora, viva o conhecimento dos povos dos rios, das florestas e do campo! Que o legado de grandes revolucionários/as – Marias, Margaridas, Marielles, Nises, Marighellas, José Martí, Paulo Freire – possa nos inspirar a continuar lutando pela educação pública, laica, de qualidade, plural e para todas e todos. Muito obrigada!

[...] seguir ou parar nunca nos foi opção. Vocês gadjon ou gadjin pensam que nós vivemos viajando porque gostamos de tá no mundo, pelo contrário, vivemos no mundo, de lá pra cá porque nunca nos foi dado o direito à terra, o direito de ficar. Nós viajamos o Brasil inteiro não é porque gostamos, é em busca de nossa sobrevivência, nossos negócios de venda. Muitas vezes chegamos num local, paramos para descansar e dar comida para nossas crianças e imediatamente somos expulsos, muitas vezes não nos dão a chance nem de terminar a nossa comida para alimentar as nossas crianças, temos que sair às pressas. Estamos na Capital Federal das leis, lutamos por visibilidade e igualdade racial. O que queremos é ter direito em ter direitos (Wanderley da Rocha)²

² Relato do Senhor Wanderley da Rocha, cigano Calon, presidente da Anec - Associação Nacional das etnias ciganas Calon, líder do acampamento Nova Canaã, na Rota do Cavalo, Sobradinho DF.

RESUMO

PERPÉTUO, L. D. **QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO?** Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a Educação Escolar na Etnia Calon. 2021. 264f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Quem são essas pessoas de cultura milenar cujas histórias reais não constam nos livros e que na literatura e na música são descritas, quando aparecem, por estereótipos distorcidos e folclorizados? Quem são essas pessoas pelas quais, ao longo da história, foi construído no imaginário coletivo uma certa aversão, que serviu para oprimi-las, cerceá-las, roubá-las direitos e para distanciá-las dos espaços públicos de convivência amigável e coletiva? Estes excluídos/as invisibilizados/as na sociedade do sistema capitalista são os Povos Ciganos, sujeitos/objeto desta pesquisa que iniciou em 2014. A maioria dos povos e das comunidades ciganas Calon³, por sua itinerância, por sua baixa escolaridade e por outros fatores, costumam ser excluídos dos espaços da educação formal. Reconhecemos a necessidade de se investigar além das aparências do fenômeno e à luz das representações sociais acerca desse povo cigano e das causas e efeitos dessa construção de imagens estereotipadas e distorcidas que criaram historicamente conceitos negativos no imaginário social, favorecendo a criminalização, o racismo e a ciganofobia. Ancorados na linguagem das artes, das músicas e obras literárias, analisaremos como o fenômeno acontece e as causas e efeitos dele na vida do povo cigano Calon, que com pouco (ou nenhum) acesso e permanência ao espaço legitimado da educação formal, tiveram afetados outros direitos e outros acessos, o que reforça a relevância da nossa investigação sobre o que teria provocado esse distanciamento da escola e suas consequências. Sem acesso à escolarização, não há títulos que as/os credenciem para disputarem espaços no trabalho legalmente formalizado. Então, todo o trabalho das/os ciganas/os se circunscreve na informalidade: compra e vendas ambulantes, trocas, *catira* e barganhas. Tais atividades são, ainda, consideradas trabalho marginalizado e, portanto, criminalizado e sem valor. Trouxemos para esse cenário, a seguinte problematização: **quais efeitos/impactos e desdobramentos as representações sociais estereotipadas causam na vida e na historicidade da população cigana no Brasil e como isso se desdobra no trabalho e na educação formal?** Como objetivo geral, propomos analisar as representações sociais construídas acerca dos povos e comunidades tradicionais ciganas no Brasil e os impactos causados na construção do tecido social desses povos na conquista e permanência nos espaços da educação formal. Como objetivos específicos buscamos investigar como são as representações sociais dos povos ciganos e qual abordagem nos materiais literários, livros didáticos, mídias sociais, músicas e filmes. Procuramos também compreender o percurso histórico sociocultural dos povos ciganos na constituição do patrimônio cultural brasileiro e, por fim, analisar as políticas públicas educacionais brasileiras e a inclusão dos povos e comunidades ciganas nessas pautas, assim como mapear as universidades públicas brasileiras que possuem políticas públicas afirmativas e sobrecotas para ciganos. A teoria das representações sociais balizou a vertente metodológica e na análise dos dados observamos a percepção dos sujeitos no resgate das suas representações em confronto com a interculturalização discriminada, os estereótipos, a banalização de credenciamento social e a recusa destes nos espaços de trabalho e de educação formal.

Palavras-chave: Ciganidade. Educação. Trabalho. Representações. Sociais. Políticas Públicas.

³ Calon refere-se a um grupo etnia cigana e também ao homem cigano e Calin refere-se a mulher desse mesmo grupo.

ABSTRACT

PERPETUO, L. D. **HOW MANY STONES ARE IN THE MIDDLE OF THE PATH?** Social Representations about the Gypsy People and the Relationship with Work and School Education in the Calon Ethnicity. 2021. 264f. Doctoral thesis in Education – Postgraduate Program in Education, University of Brasília, Brasília, 2021.

Who are these people of millenary culture whose real stories are not in books and who are described in literature and music, when they appear, by distorted and folklorized stereotypes? Who are these people for whom, throughout history, a certain aversion was built in the collective imagination, which served to oppress them, restrict them, rob them of their rights and distance them from public spaces of friendly and collective coexistence? These excluded people made invisible in the society of the capitalist system are the Gypsy Peoples, subjects/object of this research that began in 2014. The majority of the Calon⁴ Gypsy peoples and communities, because of their itinerancy, their low level of education and other factors, are usually excluded from spaces of formal education. We recognize the need to investigate beyond the appearances of the phenomenon and in the light of social representations about these Roma people and the causes and effects of this construction of stereotyped and distorted images that have historically created negative concepts in the social imagination, favoring criminalization, racism and antigypsyism. Anchored in the language of arts, music and literary works, we will analyze how the phenomenon happens and its causes and effects in the life of the Calon Roma people, who, with little (or no) access and permanence to the legitimate space of formal education, had affected other rights and other accesses, which reinforces the relevance of our investigation into what would have caused this distancing from the school and its consequences. Without access to schooling, there are no titles that certify them to dispute spaces in legally formalized work. Therefore, all the work of the Gypsies is circumscribed in informality: itinerant purchases and sales, bartering, *catira* and bargaining. Such activities are still considered marginalized work and, therefore, criminalized and worthless. We brought to this scenario the following problematization: **What effects/impacts and developments do stereotyped social representations cause in the life and historicity of the Roma population in Brazil and how does this unfold in work and formal education?** As a general objective, we propose to analyze the social representations built about the traditional Gypsy peoples and communities in Brazil and the impacts caused in the construction of the social fabric of these peoples in the conquest and permanence in the spaces of formal education. As specific objectives, we seek to investigate how the social representations of Gypsies are and which approach is used in literary materials, textbooks, social media, music and films. We also seek to understand the sociocultural historical path of Roma people in the constitution of Brazilian cultural heritage and, finally, analyze Brazilian educational public policies and the inclusion of Roma peoples and communities in these agendas, as well as mapping Brazilian public universities that have affirmative public policies and additional quotas for Gypsies. The theory of social representations guided the methodological aspect, and in the data analysis we observed the perception of the subjects in the rescue of their representations in confrontation with the discriminated interculturalization, stereotypes, the trivialization of social accreditation and the rejection faced by them in the formal work and education spaces.

Keywords: Gypsy culture. Education. Work. Social Representations. Public policies.

⁴ Calon refers to a Gypsy ethnic group and Gypsy men, and Calin refers to the women of this group.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AECDPC	Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos
AEEC- MT	Associação Estadual das etnias Ciganos do Mato Grosso
AMSK	Associação Internacional Mayle Sara Kali
Anec	Associação Nacional das Etnias Ciganas
Anped	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
Apzeci	Associação de Preservação da Cultura Cigana
ASAIC	Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos
CEDEP	Centro de Desenvolvimento do Paranoá
Cepafre	Centro Comunitário Paulo Freire
Covid-19	<i>Corona Virus Disease</i>
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Conaq	Confederação Nacional dos Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEPIR	Departamento de Igualdade Racial e Étnica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Formancipa	Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior
FTSA	Faculdade Teológica Sul Americana
FUP	Faculdade UnB Planaltina
GLS	<i>Gypsy Lore Society</i>
LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MST	Movimento Sem-Terra
OIT	Organização Internacional do trabalho
OVP	Orientação Vocacional Profissional
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PIL	Projeto Interventivo Local
PNE	Plano Nacional de Educação
PDE	Plano Distrital de Educação

PME	Plano Municipal de Educação
POGE	Políticas Públicas e Gestão Educacional
PPGE	Programa de Pós-graduação em educação
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SESI	Serviço Social da Indústria
SNPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUS	Sistema Único de Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Foto capa – Acampamento Cigano Calon Nova Canaã, na região da Rota do Cavalo – Sobradinho DF, no lançamento do livro Ciganidade e Educação Escolar: Saber Tradicional e Conflito Étnico, em maio de 2018.

Foto dedicatória - A pesquisadora e sua neta

Figura 1 - Rotas migratórias dos ciganos	36
Figura 2 - Holocausto cigano - 1945	37
Figura 3 - Ciganos espalhados pelo mundo	42
Figura 4 - Capa da cartilha do povo cigano.....	60
Figura 5 - Grupo Paixão Cigana – Mulheres ciganas Calin	96
Figura 6 - Bronislawa Wais (Papusza)	99
Figura 7 – Mestra Dona Diva.....	103
Figura 8 - Maria Gil – Mulher cigana feminista Portuguesa.....	106
Figura 9 - Tenda-escola no acampamento cigano Nova Canaã	120
Figura 10 - Visita ao acampamento cigano Calon: Aula de circo com o professor Aluízio com as pernas de pau.....	129
Figura 11 - Ópera Carmem.....	155
Figura 12 - Pintura a óleo Di Cavalcanti – Ciganos (1940)	157
Figura 13 - Definição de Cigano por Ciganos.....	174
Figura 14 - Definição do que é cigano por não-ciganos.....	179
Figura 15 - Ciganos pelos estudantes de Pedagogia.....	182
Figura 16 - Definição do que é Cigano pelos ciganólogos.....	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concessão de entrevista.....	186
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados.....	186
Gráfico 3 - Naturalidade dos entrevistados.....	186
Gráfico 4 - Escolaridade dos entrevistados.....	187
Gráfico 5 - Quantidade de filhos.....	187
Gráfico 6 - Denominação religiosa.....	188
Gráfico 7 - Gênero dos entrevistados.....	188
Gráfico 8 - Índice de racismo e preconceito.....	189
Gráfico 9 - Análise da escola como sendo inclusiva.....	189
Gráfico 10 - Consentimento da entrevista.....	190
Gráfico 11 - Idade dos entrevistados não-ciganos.....	190
Gráfico 12 - Naturalidade do estado dos entrevistados não-ciganos.....	190
Gráfico 13 - Escolarização dos entrevistados não-ciganos.....	191
Gráfico 14 - Quantitativo de filhos dos entrevistados não-ciganos.....	191
Gráfico 15 - Religião dos entrevistados não-ciganos.....	192
Gráfico 16 - Gênero dos entrevistados não-ciganos.....	192
Gráfico 17 - Índice de experiência com ciganos.....	192
Gráfico 18 - Índice de entrevistados que trabalhou com ciganos.....	200
Gráfico 19 - Consentimento de entrevista dos Ciganólogos.....	201
Gráfico 20 - Faixa etária dos Ciganólogos.....	202
Gráfico 21 - Naturalidade dos Ciganólogos.....	202
Gráfico 22 - Escolaridade dos Ciganólogos.....	202
Gráfico 23 - Experiência quanto ao racismo pelos Ciganólogos.....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População cigana no mundo	40
Quadro 2 - Associações ciganas.....	75
Quadro 3 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos	77
Quadro 4 - quantitativo de estudantes ciganos que entraram pelo sistema de cotas 78 alunos na 1ª chamada e 38 na 2ª chamada.....	136
Quadro 5 - Marcos Legais e acontecimentos relevantes	138
Quadro 6 – Pautas em curso.....	142
Quadro 7 - Quadro conceitual sobre Representações.....	145
Quadro 8 - Obras literárias com abordagens sobre os/as ciganos/as.....	152
Quadro 9 - Músicas com aparição dos/das Ciganos/s	153
Quadro 10 - Filmes e documentários	154
Quadro 11 - Novelas com figuração cigana	154
Quadro 12 - Participantes da Pesquisa	163
Quadro 13 - Participantes entrevistados/as	166
Quadro 14 - Definição do que é ser Cigano/Cigana.....	174
Quadro 15 - Avaliação da escola.....	175
Quadro 16 - Informação estado brasileiro dos entrevistados não-ciganos	176
Quadro 17 - Escolaridade dos entrevistados não-ciganos	177
Quadro 18 - Profissão.....	177
Quadro 19 - Religião.....	177
Quadro 20 - Definição do que é cigano por não-ciganos	178
Quadro 21 - Abordagens Ciganas	180
Quadro 22 - Representação social dos ciganos pelos estudantes	181
Quadro 23 – Verbalização dos Estudantes do Curso de Pedagogia (UnB).....	182
Quadro 24 – Verbalização dos Estudantes do Curso de Pedagogia (UnB).....	183
Quadro 25 - Fatores de exclusão dos ciganos na escola.....	183
Quadro 26 - abordagens ciganas pelos pesquisadores.....	184
Quadro 27 - Relatos de experiência com ciganos pelos não-ciganos.....	193
Quadro 28 - Definição da etnia cigana por não-ciganos	195
Quadro 29 - Apresentação de abordagem cigana.....	197
Quadro 30 - Cigano na mídia	198
Quadro 31 - Conhecem acampamento cigano.....	200
Quadro 32 - Área de trabalho dos Ciganólogos	203
Quadro 33 - Objetos de pesquisa dos Ciganólogos.....	203
Quadro 34 - Temas de pesquisas dos Ciganólogos	204
Quadro 35 - Informação acampamento cigano	204
Quadro 36 - Conhecimento dos povos ciganos pelos Ciganólogos	204
Quadro 37 - Abordagem do tema Cigano	206
Quadro 38 - Análise da escola pelos Ciganólogos	207
Quadro 39 - Sobre políticas públicas afirmativas	207

SUMÁRIO

MEMORIAL	19
Um pouco da minha história e trajetória	19
Itinerância pedagógica, acadêmica e ideológica	22
O desejo em dar continuidade à vida acadêmica.....	24
O desejo em pesquisar os Povos Ciganos	24
Percurso histórico no mestrado e no doutorado	26
INTRODUÇÃO: COMEÇANDO A ANDANÇA.....	29
1 PÉ/FÉ NA ESTRADA: BREVE HISTÓRIA DO POVO CIGANO NO MUNDO.....	35
1.1 Cadê os ciganos que estavam aqui?	41
2 CULTURA E IDENTIDADE: SOU CIGANO E DAÍ?	46
2.1 Religiosidade e aculturação: querem me roubar de mim.	52
2.2 Ciganofobia: tira seu racismo do caminho, que eu quero passar... ..	56
3 OS POVOS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS: SOU DAQUI E VIM PARA FICAR.....	62
3.1 Lutas e labutas: mais do que o direito de ir e vir, quero ficar... ..	68
3.2 As pautas dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Organização Internacional do Trabalho OIT	69
3.3 As Organizações Ciganas.....	74
3.4 Questão social: conquistas com muita luta e suor.....	76
4 LABOR: RESPEITA, MEU SENHOR, TAMBÉM SOU TRABALHADOR	79
4.1 Tempo livre não é preguiça, é direito à vida	84
5 SOU CIGANA SIM SENHOR, TIRE SEU MACHISMO DO CAMINHO QUE EU QUERO PASSAR!	96
5.1 Elas continuam na estrada.....	103
5.2 Elas continuam removendo pedras no caminho - feminismo cigano é possível?	106
5.3 Divisão sexual do trabalho: opção ou obrigação?.....	109
6 DIREITO À EDUCAÇÃO: ESSE LUGAR TAMBÉM É MEU?	120
6.1 Parei... Fiquei... E agora? Cadê as políticas públicas?	133
6.2 Esse lugar é meu, tenho direito a ocupar.....	135
6.3 Idas e vindas, avanços e retrocessos: cadê a minha voz?.....	137
6.4 Cotas raciais nas universidades – estamos a caminho.....	139
6.5 Lutas em curso: é pra lá que eu vou... ..	142
7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O QUE FIZERAM DE MIM?.....	145
7.1 As representações sociais no universo da arte.....	151
7.2 Trilhando caminhos.....	158
8 METODOLOGIA DA PESQUISA – A VEZ E A VOZ DOS/DAS CIGANOS/AS	161

8.1 Sujeitos/as de informação e de conhecimento.....	163
8.2 Procedimentos de coleta de dados: parando para ouvir	164
8.3 Análise de conteúdo e discussões.....	173
8.3.1 Grupo I – ciganas e ciganos Calon: minha voz	173
8.3.2 Grupo II – não-ciganos: o que falam do meu povo?	176
8.3.3 Grupo III - estudantes do ensino superior (não-ciganos/as).....	180
8.3.4 Grupo IV – ciganólogos: caminhando conosco.....	184
8.3.5 Entrevista com os ciganos Calon.....	185
8.3.6 Entrevista com não-ciganos	189
8.3.7 Entrevista com pesquisadores ciganólogos	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS – TIRANDO AS PEDRAS E CONSTRUINDO ESPAÇOS	211
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICE A	227
APÊNDICE B	229
APÊNDICE C	234
APÊNDICE D	244
APÊNDICE E.....	246
APÊNDICE F.....	247
APÊNDICE G	248
APÊNDICE H	249
APÊNDICE I.....	251
ANEXO 1.....	253
ANEXO 2.....	259

MEMORIAL

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Paulo Freire).

Um pouco da minha história e trajetória

Pensando na minha trajetória de vida cigana, com muitas idas e vindas, chegadas e partidas, incontáveis recomeços e reconhecendo os momentos de levantar acampamentos, início este tópico pedindo licença e permissão a toda minha ancestralidade, na qual encontro força e coragem para continuar lutando, resistindo, ocupando espaços e transformando a minha vida e a de outros e outras que estão na estrada comigo.

É na convivência e na coletividade, partilhando conhecimentos, que crescemos como gente. Crescer é desafiador e causa algumas dores, mas, no exercício da coletividade, as dores são somadas e divididas. É como parir juntas/os pessoas diferentes, mas com objetivos comuns de ampliar os acervos pluriculturais.

Sou professora da Educação Básica desde 1984, quando, aos dezessete anos, concluí meu curso de Magistério, grávida da minha primogênita. Mãe, mulher, trabalhadora, sou militante e ativista da educação pública, laica e de qualidade para todas e todos. Acredito que tanto na vida pessoal quanto na vida profissional não há neutralidade.

Nossas ações exigem que assumamos de que lado da história estamos. Sempre me posicionei optando por estar do lado das/dos oprimidas/os, inclusive ao militar na educação popular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), espaço onde mulheres e homens trabalhadoras/es, adultas/os e idosas/os encontram as possibilidades de retomarem os seus percursos escolares. Acredito na educação como espaço de resistência e de luta, acredito na práxis revolucionária e sempre busco trabalhar nessa perspectiva.

Minhas práticas pedagógicas foram e continuam sendo pautadas em defesa da classe trabalhadora, dos direitos humanos, da diversidade, da igualdade, da raça e do gênero, sempre com uma tônica comum: o combate a todas as formas de violência e opressão. Como ser inconcluso, acredito nos processos de transformações e de emancipações, bem como na promoção de ações dialógicas dentro dos espaços educacionais, que nem sempre precisam ser uma escola formal ou uma sala de aula. Educação acontece em todos os lugares, logo, seu conceito é bem mais amplo do que processos de escolarização; na prática, não há fronteiras.

Quando escolarizamos uma população, é comum construirmos cercas, barreiras e criarmos muros, bem como limitarmos, controlarmos e institucionalizarmos os saberes.

A educação nos moldes freireanos liberta, alarga fronteiras, abre outros acessos e corrobora a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio da educação como instrumento de transformação social, na perspectiva freireana os/as oprimidos/as superam a consciência ingênua e passam a ter a consciência crítica, emancipando-se, libertando-se e, ao mesmo tempo, libertando o/a seu/sua opressor/a. A libertação passa pela tomada de consciência, podemos dizer que ao nos libertarmos, o opressor automaticamente se libertará também.

Dialogando em relação à dicotomia opressor/oprimido, trago um pouco da minha história. Nasci em uma família mineira, cristã, católica e conservadora, na qual fui a única filha mulher e a caçula entre três irmãos mais velhos. Meu pai fora um trabalhador subalterno, marceneiro/carpinteiro, artesão, músico nato, “exímio matemático”, embora nunca tivesse pisado em uma escola; e minha mãe fora uma mulher com pouca escolarização e com saúde frágil que merece aqui um pouco mais de detalhes sobre suas características. Ela era comunicativa, alegre, usava calças compridas, fumava cigarros, gostava de uma cerveja, assoviava, cantarolava, o que não era visto com bons olhos. Cozinhava, costurava, era apreciadora das crendices e das culturas populares, inclusive das magias, da medicina popular e dos superpoderes dos chás, dos lambedores, das simpatias e das homeopantias. Por sua intimidade com a natureza e por seu domínio dos elementos naturais, foi doutora sem escolarização, uma autodidata. A cultura e crendice popular faziam parte da nossa vida, e ela fazia questão de transmitir seus ensinamentos e suas alquimias para toda a família. Definitivamente, foi rica sem ter posses. Às vezes, eu desconfiava que ela fosse um anjo ou uma bruxa. Sorte a nossa que ela não foi queimada nas fogueiras medievais.

A educação formal na nossa família era algo muito caro e supervalorizado, mas, morando na periferia de Belo Horizonte, essa realidade ficava distante dos nossos horizontes. Meus irmãos, para ajudar no orçamento familiar, começaram a assumir trabalho subalterno, precocemente. A nós, mulheres, cabia, de forma demarcada, o lugar do “trabalho doméstico” enquanto lugar de servidão voltado para o espaço privado da casa e do controle familiar, para a criação dos filhos, cuidados com estes e com o marido, além de todos os afazeres. O que sempre me incomodava era o fato de que as pessoas deixavam claro que nós, mulheres, não trabalhávamos. Isso me indignava. Mas como assim? E o trabalho produtivo e reprodutivo do lar? E tudo o que nós, mulheres, criamos e realizamos? E o nosso tempo e a nossa força de trabalho não remunerada? Isso era o que mesmo? Sempre me aborrecia, mas meus desencantos com a vida familiar privada ficavam apenas guardados para mim, *entalados na garganta*. Não questionava, pois, como sabido, meninas/mulheres do nosso tempo não eram ouvidas. Não se levava em conta as nossas opiniões.

Romper com toda a força do patriarcado, que é um processo histórico longo, não é tarefa fácil. Superar situações de machismo e de misoginia é muito doloroso para quem está no lugar de oprimido(a). Eu acreditava que, para se romper com esse construto social, deveria provocar mudanças maiores nas estruturas, como bem nos deu pistas Paulo Freire ao nos chamar para a reflexão de que mudanças significativas precisam mobilizar a totalidade, o âmbito maior. Somente assim a menor instância, no caso a minha condição de inferioridade de gênero, se movimentaria e, por conseguinte, conseguiria transformar a realidade. Foi aí que eu optei por estudar. A educação formal e sistematizada seria a única saída inédita e viável para conseguir forças e ferramentas que começassem a provocar mudanças tanto na minha vida quanto na vida de outras mulheres de dentro e de fora do seio familiar. Final de 1983, meu pai entra na categoria dos desempregados brasileiros.

Em 1984, pegamos o caminho. De Minas para o Nordeste uma migração inversa ao histórico do Brasil. Num ciclo rápido de quatro luas, caminhei de uma região para outra de culturas diferentes e eu me enfrentei como? Caminhei, engravidei, aos dezessete anos. Mãe solteira não era um *status* aceitável na minha família. A fim de reparar meu *erro* e diminuir o sofrimento e a vergonha dos meus pais (cristãos), casei-me precocemente e, no mesmo ano, terminei meu curso de magistério.

Em 1985, adentrei à classe trabalhadora do magistério como professora primária e, imediatamente, passei a dividir meu tempo entre as tarefas de amamentar, cuidar da casa, do marido e da filha e de lecionar na educação infantil de uma escola particular no interior do Maranhão. Durante dez anos fiquei afastada dos estudos para assumir outros trabalhos digno de uma mulher migrante, com três filhos, dona de casa, esposa, nora, cunhada, irmã, filha e mãe, além da professora alfabetizadora de crianças, único espaço que cabia todos os *status* assumidos ao casar-se.

Em 1994, aos vinte e sete anos, já órfã de pai e de mãe, casada em um relacionamento abusivo e conturbado e mãe de três filhos pequenos, resolvi retomar os meus planos e os meus sonhos que haviam se perdido na adolescência: criar coragem e voltar a estudar. Sabia que seria difícil, em função das responsabilidades com a maternidade e dos afazeres domésticos, mas teria de me preparar para os enfrentamentos. Lecionava no Serviço Social da Indústria (SESI) de Imperatriz, onde meus filhos também estudavam. Era professora primária e dava aulas para os sobrinhos/filhos da saudosa professora Socorro Mendes, docente da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a quem eu tenho muita estima e gratidão por ter me encorajado a prestar vestibular e retomar meus estudos. Sem o prévio consentimento do meu marido, fiz vestibular para ciências biológicas na UEMA e, para minha grande surpresa, fui aprovada. Ao saber da

notícia, meu marido, bastante nervoso, me disse que mulher não precisava estudar tanto, que eu já era professora primária empregada e que isso já me bastava. Com o olhar desconfiado e revoltado, ele me disse que mulher que inventava sair de casa para estudar era sinal de preguiça, porque isso era fuga das responsabilidades domésticas, e ele não iria *aliviar* em nada para mim. Tive que fazer mil promessas para convencê-lo de que daria prioridade para a “vida familiar”.

Foi uma caminhada muito difícil, até porque eu teria de dividir meu precioso tempo com os afazeres domésticos, trabalho e estudo. Só depois de alimentar todas/os, organizar a casa e colocar os filhos para dormir é que eu me levantava, na ponta dos pés, para, assim, não *incomodá-los*. Ali era o meu momento.

Adentrando as madrugadas, eu pagava em prestações o preço do processo emancipatório. Era meu espaço, meu tempo, na realidade era eu adubando o meu *canteiro* com liberdade de expressão, de ir e vir, de falar, de sonhar, de romper com muralhas e padrões que a minha condição de mulher impunha. Nos momentos de trabalhos acadêmicos, eu falava com os livros, desabafava. Com papel e caneta na mão, eu podia ser livre com os meus pensamentos e com as minhas imaginações. Lamento que, àquela época, eu já fosse órfã, pois, por não ter mais a presença física dos meus pais, eu já não podia mais falar para eles que eu estava cursando a Educação Superior (feito de que minha mãe iria se orgulhar muito). Apesar disso, acredito que, de alguma forma, busquei neles minha força, minha coragem e minha resistência, especialmente no legado deixado por minha mãe, a brava mulher trabalhadora que morou no acampamento Pacheco, na Vila Planalto, quando ambos vieram, nos finais dos anos 1950, para trabalhar na construção de Brasília. Enquanto meu pai Francisco *dava o sangue* na construção civil, minha mãe, dona Elza, lavava roupas, cozinhava e costurava para fora, prestando seus serviços para a comunidade acampada: os trabalhadores da época. Nessa época, eu ainda não existia, mas todas as vezes que passo pela Vila Planalto, vejo a igreja que meus pais ajudaram a construir e que frequentavam aos domingos. Nesse instante, sinto a reação estética e me emociono em saber que meus pais viveram e imprimiram a força do trabalho braçal ali; fico imaginando como meus pais estariam em saber que quase cinquenta anos depois eu viria morar, trabalhar e estudar na cidade onde eles foram trabalhadores pioneiros.

Itinerância pedagógica, acadêmica e ideológica

Voltando para meu percurso pedagógico e acadêmico, concomitantemente ao curso superior de ciências biológicas, eu trabalhava como professora alfabetizadora na escola do Sesi e na Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública, noturna da periferia de Imperatriz

do Maranhão. De qualquer modo, a permanência no curso superior, para além de representar a formação, deveu-se ao meu encantamento com o espaço dialógico acadêmico de importantes discussões, disciplinas voltadas para o campo da ciência da natureza, práticas laboratoriais, iniciação com a pesquisa de campo e contato com as populações periféricas.

Como trabalho de conclusão de curso (monografia), realizei uma análise físico-química e microbiológica nas águas que corriam em esgotos a céu aberto no bairro Bacuri, um bairro da periferia de Imperatriz, onde a incidência de hanseníase era alarmante. Minha pesquisa serviu de subsídios para que a universidade e a secretaria da saúde do município investigassem cientificamente a problemática da saúde sanitária coletiva do bairro periférico supracitado. Com o apoio do meu orientador, professor da universidade, o bioquímico e farmacêutico Dr. Clésio Fonseca (*in memoriam*), realizamos várias coletas do esgoto e as levamos para o seu laboratório particular de análises clínicas, onde pudemos constatar a presença de várias bactérias patológicas e de vários parasitas nas amostras. Além desse processo, realizamos visitas às famílias moradoras do local para entrevistá-las e, assim, conhecer a realidade da comunidade do Bacuri. Chamavam a atenção os depoimentos das pessoas mais idosas, principalmente de mulheres acometidas pela doença, que ficavam mais próximas ao ambiente infectado, haja vista que os esgotos e as palafitas se situavam na porta de suas casas. Realizamos um estudo de campo que resultou no delineamento de um perfil sócio-histórico-cultural e econômico da comunidade o qual também serviu de subsídio para compor o relatório entregue à prefeitura. Foi um trabalho intenso e bastante envolvente, cuja repercussão pode ter contribuído para inquietar a comunidade atingida e até mesmo a comunidade acadêmica, mesmo porque foi a partir de então que esta se voltou para a compreensão e análise dos fenômenos daquela população.

Em 1998, ano em que eu concluí meu curso superior, acontecia outro evento de ruptura na minha vida – minha separação. Após muitas situações de abusos e de violência familiar, me vi obrigada a sair de casa. Foi a partir de uma fuga, de madrugada, acompanhada de meus filhos, ainda pequenos, e poucos pertences, que deu-se início ao processo de separação definitiva e judicial. Agora, com curso superior e sozinha com os três filhos, lecionava em todos os turnos para conseguir nos manter. Minha situação de separada, mãe solteira, em uma cidade do interior do Maranhão, não era muito bem-vista aos olhos da “sociedade”. Esse “status” estava ficando insustentável, cada dia mais difícil. Muitas situações de violências de todos os níveis, ameaças, perseguições e medo.

No ano de 2000, por temer a morte, ou *coisa parecida*, deixei a cidade, peguei meus filhos e me mudei para Brasília. No ano seguinte, fui aprovada em concurso para a Secretaria

de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Este foi um momento de recomeço na minha história.

O desejo em dar continuidade à vida acadêmica

Em 2009, fiz a minha primeira especialização, em Docência do Ensino Superior, o que me proporcionou a aproximação com o mundo acadêmico e a possibilidade de refletir sobre a educação a partir de outra ótica. Assim, se antes a minha casa e meus trabalhos eram a base a partir da qual, há muito tempo, eu vinha construindo os meus conceitos, tanto na vida pessoal quanto na vida profissional, agora a academia também era um referencial.

Em 2014, cursei na Universidade de Brasília (UnB) minha segunda especialização – Educação na Diversidade e Cidadania com ênfase na Educação de Jovens e Adultos –, percurso incrível e cheio de grandes descobertas. A partir de muitas leituras que suscitavam e fomentavam as minhas inquietudes, abriu-se, para mim, um mundo novo, pois tivemos contato com os sujeitos (assim como com as possibilidades e com os desafios) da EJA, aprofundando e confrontando teoria e prática. Foi nesse contexto que passei a ter contato com novas/os autoras/es e a ampliar o meu conhecimento sobre questões relacionadas à educação, aos direitos humanos, à diversidade, às questões étnico-raciais e às desigualdades sociais.

De volta ao espaço da universidade pública (UnB), após muitas mudanças de ordem pessoal e profissional, em um grande hiato de doze anos, surge a oportunidade de cursar uma especialização em Diversidade e Cidadania com ênfase na EJA, o que foi uma das melhores experiências, pois tinha um gosto de vida nova. O diálogo com autoras/es relevantes, as instigantes e provocativas temáticas dos módulos de estudos, de alguma forma, traziam algumas respostas para as minhas inquietações. Como trabalho final do curso, construímos e apresentamos um Projeto Interventivo Local PIL, por meio do qual instituímos um diálogo entre a EJA, seus sujeitos e os Direitos Humanos no espaço da escola pública periférica. Essa pesquisa muito contribuiu para abrir os espaços de fala na escola da EJA no Paranoá-DF, escola onde, à época, eu trabalhava.

O desejo em pesquisar os Povos Ciganos

Em 2015, realizando um trabalho frente a assessoria pedagógica da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho - DF, deparei-me com a situação da chegada dos ciganos Calon nas escolas públicas daquela regional e com o conseqüente impacto causado pelo

estranhamento tanto deles com escola quanto da escola com essa cultura tão diversificada. Lutávamos pelo acesso e permanência dos povos ciganos no espaço escolar. Fizemos algumas intervenções dentro e fora do acampamento e das escolas, tentando promover o diálogo e compreender os conflitos entre a escola formal e a cultura cigana.

Tudo isso gerou em mim o desejo de compreender melhor a cultura, a etnicidade cigana e a escola como espaço de inclusão/exclusão. Ali nascia o meu *problema de pesquisa*. Após muitos conflitos, fui motivada a aprofundar meus conhecimentos e a me debruçar em teorias para compreender os fenômenos que ali aconteciam. Incomodada com a pesquisadora brotando, sem que eu percebesse sua força criei meu projeto de pesquisa sobre a realidade social daquelas pessoas tão marcadas e marginalizadas, me inscrevi, naquele mesmo ano, na seleção do mestrado em Educação da UnB, vale ressaltar que o brotar que me refiro surgiu quando cursei, como aluna especial, a disciplina *Materialismo Histórico-Dialético*.

O chute embrionário causado pelo aporte teórico desta disciplina muito contribuiu para compreender que precisamos das teorias para acessarmos a essência dos fenômenos e a importância do empirismo, assim como da associação deste a uma base epistemológica para dar sustentação aos projetos científicos que realizasse a práxis.

Iniciei o mestrado, em 2016, na Faculdade de Educação da UnB, na linha de pesquisa *Políticas Públicas e Gestão Educacional (POGE)*, tendo como orientador o professor Dr. Erlando da Silva Rêses. Tive uma imersão de dois anos na comunidade cigana Calon do acampamento “Nova Canaã”, o que me possibilitou fazer uma pesquisa-ação, onde havia 18 famílias. Nessa população, composta por, aproximadamente, 70 pessoas (entre as quais 28 crianças), quase todos os adultos eram analfabetos, sobretudo as mulheres.

Diante do que vivenciei ao adentrar várias vezes no acampamento cigano, viver os casamentos, as comemorações e festas culturais, me permitiram compreender que a e justificava desse cenário era uma questão cultural: as mulheres casavam-se muito cedo e a elas ficavam relegados apenas a gravidez e o casamento arranjado precoce. Além disso, elas eram aconselhadas a não frequentarem a escola formal, de modo que toda a aprendizagem se dava entre elas, sob o controle e o domínio do pai e do marido.

O mestrado representou uma experiência riquíssima, em todos os aspectos da minha vida. Para além do encantamento com o espaço da academia, foram primordiais o contato com autoras/es que dialogavam com a minha pesquisa, as disciplinas, os congressos, os seminários, as rodas de conversas, as reuniões, os debates e as reflexões junto ao meu grupo de pesquisa – Consciência. De igual modo, a fim de compreender as histórias, a segregação e o percurso

histórico dos povos ciganos no Brasil, realizei minha primeira viagem internacional: era o mundo se abrindo para que eu experimentasse novos conhecimentos.

Particpei de quatro congressos internacionais: um em Lisboa, Portugal, em Salamanca, na Espanha em, Havana em Cuba e em Lima Peru, onde vivenciei momentos de indescritível valor na construção do conhecimento e de superações importantes de ordem pessoal, científica, social, cultural e política. Há momentos em que me pergunto se encontrei a pesquisa ou se ela me encontrou. As lições de vida que eu tive nos acampamentos em que eu tive a oportunidade de visitar e de entrevistar as pessoas, foram aprendizagens de extrema significância para a construção de conhecimentos. As mulheres e homens que encontrei acampadas/os – submissas/os e aguerridas/os nas lutas para serem respeitadas e visibilizadas, assim como para terem seus direitos reconhecidos –, me remetiam às minhas angústias, inquietações e buscas. A luta pela sobrevivência e por visibilidade era o elemento comum entre todas aquelas pessoas.

Percurso histórico no mestrado e no doutorado

O percurso no mestrado e no doutorado foi, e continua sendo, de suma importância para alfabetizar as minhas reflexões e as minhas inquietudes, educar o meu olhar, os meus posicionamentos sociopolíticos, os meus engajamentos e os meus enfrentamentos, bem como para que eu possa experimentar as possibilidades que o novo me proporciona, entre as quais a de sair de um lugar comum e avançar, ampliando as fronteiras do conhecimento científico e popular, bem como conquistando espaços de escuta e de fala com consciência crítica.

Particpei, adicionalmente, da organização de eventos dentro e fora da universidade, como: Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação); Rede *Universitas*; Quintas Urbanas; 10 anos da LEDOC (Licenciatura em Educação do Campo), com o grupo da professora Dra. Mônica Molina, vinculada à FUP (Faculdade UnB Planaltina); Centenário da Revolução Russa; o legado de Che e de Fidel; Membro do Coletivo 17 da FE/UnB; particpei de eventos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todos esses eventos foram me constituindo e me fortalecendo, pois pude observar, ter contato e conviver com outras tantas mulheres, acadêmicas ou não, mulheres acampadas, mulheres com etnias diferentes, mulheres letradas, mulheres analfabetas, mulheres trabalhadoras. Enfim, MULHERES.

Em 18 de dezembro de 2017, sob a orientação do professor Dr. Erlando da Silva Rêses, obtive o título de mestre em Educação com o trabalho *Processo de Escolarização da Comunidade Cigana Calon: Conflitos étnicos e Saberes Pluriculturais* – estudo que se valeu de uma pesquisa-ação, com intervenção social, e que trouxe a voz dos sujeitos ativos e participativos da minha pesquisa. Em 2018, a dissertação gerou um livro, cujo lançamento ocorreu na Comunidade Cigana Calon de Sobradinho-DF5. Naquele mesmo ano, acreditando que, por meio da pesquisa, podíamos movimentar as lutas contra todo tipo de racismo, preconceito, xenofobia e opressão, senti-me motivada e movida pelas inquietudes construídas no meu percurso de vida pessoal a tratar de um assunto tão caro, raro e tão dolorido para a minha condição de mãe, mulher, trabalhadora, professora e pesquisadora. No segundo semestre de 2018, refleti que não poderia parar a pesquisa, pois meu objeto e meus sujeitos pediam continuidade. Decidi, então, aceitar o desafio de continuar pesquisando Povos e Comunidades Tradicionais Cigana Calon. Agora, precisava compreender melhor às questões relativas às representações sociais acerca desse povo tão marcado e perseguido historicamente; e, assim, parti para o desafio da seleção para o doutorado. Guiada pelo embasamento teórico e movida pela paixão e encantamento em relação aos Povos Ciganos, fiz a seleção e consegui êxito, passando a ser orientada pelo mesmo professor do mestrado.

Em março de 2019, já cursando o doutorado, o trabalho de pesquisa anterior ganhara força e musculatura. Numa seleção, nossa dissertação de mestrado foi indicada para concorrer ao Prêmio *Marielle Franco dos Direitos Humanos* 6, ganhando na categoria *Trabalho acadêmico*, por indicação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, vinculada ao projeto do parlamentar do gabinete 24, Fábio Félix, do PSOL. Em 2019, apresentamos trabalhos na UNEB de Barreiras-BA, no Seminário Internacional do Direito Achado na Rua, na UnB, e em um Congresso Internacional em Lima, Peru, voltado para os povos e para as comunidades tradicionais.

Sou eternamente grata a todas/os que contribuíram com o meu processo histórico, social e cultural, com a construção do meu percurso de vida pessoal, profissional e acadêmico. Para mim, esta pesquisa transcende a conquista de um título acadêmico. Ela é parte importante da minha vida, das minhas convicções, das denúncias a todas as formas de racismo, de desigualdade e de opressão, e da minha militância em favor da educação para todas/os e das lutas dos povos e das comunidades ciganas. De modo especial, ela é parte importante de todo

⁵ PERPÉRTUO, Lenilda Damasceno; RÊSES, Erlando da Silva. *Ciganidade e Educação Escolar: Saber Tradicional e Conflito Étnico*. Brasília: Editora Tagore, 2018.

⁶ Disponível em: <https://fabiofelix.com.br/premiomarielle/> Acesso em: 11 jun. 2020.

meu percurso e processo emancipatório de resistência, luta e superação. O direito à educação formal é um direito de todas e todos. Meu respeito, minha admiração e minha gratidão a todas e todos que lutam diariamente para que a classe trabalhadora possa ocupar espaços de construções de conhecimentos.

Gratidão!!!

INTRODUÇÃO: COMEÇANDO A ANDANÇA...

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo [...], sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 2000, p. 58.).

Quem são essas pessoas que nos provocam tanto a pensar e a agir com destreza e nos causam tanto medo e fascinação? Quem são esses sujeitos sem uniformes, fora dos padrões, coloridos, de cultura tão diversificada, que estão conosco no Brasil há quase meio século e, ainda assim, foram e continuam sendo incompreendidos, invisibilizados e negligenciados?

Quem são essas pessoas de cultura milenar cujas histórias os livros não contam? Quem são essas pessoas que, na literatura e música, quando aparecem, são descritos por estereótipos distorcidos, folclorizados? Quem são essas pessoas sobre quem, ao longo da história, foi construído no imaginário coletivo uma certa aversão, que serviu para oprimi-los, cerceá-los, roubá-los direitos e para distanciá-los dos espaços públicos de convivência amigável e coletiva?

Iniciamos a nossa reflexão questionando quem são essas pessoas, os ciganos do Brasil e do mundo, os ciganos do passado, do presente e do futuro. E mais: como explicar o que aconteceu para que houvesse tamanhas injustiças e apagamentos na história oficial? Qual poder tem esse nome de demandar tantos dilemas e paradoxos e, ao mesmo tempo, resistência a inúmeras perseguições e expulsões?

Essa minoria étnica nunca teve lugar na história. Por sua itinerância, por sua baixa escolaridade e por viver às margens, negligenciados pelo poder público, costumam ser excluídos da vida pública, do espaço da educação e do trabalho formal. A relação que criam com o trabalho é a mesma relação intrínseca que criam com o ambiente em que vivem, ou seja: de forma nômade ou seminômade constroem suas histórias a partir de passagens e fragmentos dos vários lugares onde vivem temporariamente. Eles transformam o ambiente, são afetados por ele e transformam a si e ao grupo.

Como vimos, a questão da educação e trabalho formal legalizado é, ainda, um grande problema para essas pessoas que vivem em comunidade, não só no Brasil, mas também no mundo. Neste percurso acadêmico, tivemos a oportunidade de viajar para outros países da Europa (Portugal, Espanha) e termos contato com inúmeros pesquisadores ciganólogos, em virtude do que fomos nos apropriando de outras pesquisas acadêmicas, ficando visível que, em todos esses países, as comunidades ciganas, além do preconceito, sofrem com a falta de acesso à educação e ao trabalho formal. Muitas delas, em alguns países, como Portugal, contam apenas

com o auxílio do governo para sua subsistência e no máximo trabalham como vendedores ambulantes em feiras livres, como vimos no pequeno distrito de Espinho, em Portugal.

Por onde passamos, percebemos, intensamente, a marca do preconceito, até mesmo ao me apresentar como pesquisadora de comunidades ciganas Calon. As perguntas que a mim me remetiam eram sempre as mesmas: *Por que estudar ciganos? Qual a serventia desse estudo?* Nos diálogos por onde caminhei, observei sempre a marca de uma representação social estereotipada, que reforça o racismo e o preconceito; é *àquela velha ideia* que generaliza e rotula essa minoria como marginal e trapaceira. Eram comuns perguntas como: *Eles nunca te roubaram?; Você não tem medo dessas pessoas?; Eles nunca te fizeram mal?*. Todas elas ratificavam aquele olhar viciado próprio de quem construiu no seu imaginário social uma figura distorcida dessas populações, enxergando, portanto, apenas a aparência, que congrega, ao mesmo tempo, uma visão de senso comum.

Como entre ciganas/os acampados/as a quem eu tive a oportunidade de conviver durante essa pesquisa, há pouco (ou nenhum) acesso e permanência ao espaço legitimado da escola ou da universidade, o que percebemos é que, por conseguinte, os outros direitos e os outros acessos ficam igualmente comprometidos. Sem acesso à escolarização, não há títulos que as/os credenciem para disputarem espaços no trabalho legalmente formalizado. Então, todo o trabalho das/os ciganas/os se circunscreve na informalidade: compra e vendas ambulantes, trocas, *catira* e barganhas. Tais atividades são, ainda, consideradas trabalho marginalizado e, portanto, criminalizado e sem valor.

Trouxemos para esse cenário a seguinte problematização: **que impactos as representações sociais estereotipadas causam na vida e na historicidade da população cigana no Brasil e como isso se desdobra no trabalho e na educação formal da etnia Calon?**

Inicialmente, especulamos algumas pistas que puderam nos ajudar a compreender a ausência quase absoluta e injustificável da presença deles nas Universidades e a ausência de trabalhos científicos na área da Educação, haja vista que encontramos alguns trabalhos científicos na área da Antropologia. O que os colocam em situação desfavorável é o racismo estrutural e epistemológico, o apagamento e a falta de pesquisas nessa área voltadas para essa minoria étnica, sem representatividade social ou política. Sem a presença deles/delas nos espaços públicos de discussão e promoção de Políticas Públicas, realmente eles/elas caem na invisibilidade, são negligenciados e suprimidos da história.

Nosso interesse em pesquisar os povos ciganos partiu de uma perspectiva de procurar compreender o motivo deles não serem citados no processo migratório que constituiu o povo

brasileiro. Há um verdadeiro apartheid que os distanciaram dessa pauta. Comumente, cita-se que somos uma mistura de indígenas, negros e europeus, mas onde estão os ciganos?

Pesquisar o povo cigano é uma forma humanista e reparadora; uma forma de trazer esse povo e incluí-los na história, de devolvê-los o direito a serem identificados e reconhecidos como povo brasileiro, mesmo porque possuem cultura milenar e contribuem para o nosso patrimônio sociocultural. Faz-se necessário conhecer o mosaico étnico, racial, social, econômico, político e pedagógico capaz de nos fornecer pistas para uma melhor compreensão a respeito da ciganidade à luz das representações sociais acerca de homens e mulheres ciganas nos espaços de vida pública e privada. Acreditamos que os estereótipos distorcidos que foram criados e disseminados na sociedade, assim como reforçados na linguagem das artes, músicas, filmes e obras literárias, contribuíram efetivamente para a criação, no imaginário dos *gadjon/gadjé*, não ciganos, de imagens distorcidas e discriminatórias em relação a eles e elas, ampliando o racismo a xenofobia, a ciganofobia e os afastando ainda mais dos espaços da educação e do trabalho formal, bem como da convivência amistosa com os demais.

Durante nossa trajetória na pesquisa de mestrado⁷, tivemos a oportunidade de conhecer um centro de referência mundial em pesquisa cigana, a Fundação Calouste Gulbenkian⁸, em Lisboa, que, por meio de estudos especialmente sobre discriminação em relação à raça e à origem, nos demonstrou que a taxa de desemprego na Europa, quando se trata dos povos ciganos, é de 40 a 80%. De acordo com a mesma pesquisa, 50,7% da população cigana já se sentiram discriminados no local do trabalho; 35,3% disseram terem sido rejeitados durante entrevista devido à sua etnia; 26,9% sentiram-se controlados e monitorados por câmera no trabalho; 11,9% experimentaram situações que os impediam de desempenhar funções com visibilidade pública devido à raça, à origem ou à etnia.

Nesta caminhada para além do oceano Atlântico minha percepção foi de que os ciganos Calon eram vistos como povos às margens, ora para isso esta pesquisa brota. O objetivo geral foi analisar as representações sociais construídas acerca dos povos e comunidades tradicionais ciganas no Brasil e os impactos causados na relação do trabalho e educação formal.

Os objetivos específicos se pautaram por I) investigar como são as representações sociais sobre os povos ciganos e qual a abordagem acerca deles nos materiais literários, livros didáticos, mídias sociais, músicas e filmes, II) compreender o percurso histórico sociocultural

⁷ Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31549/1/2017_LenildaDamascenoPerp%C3%A9.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁸ Disponível em: <https://gulbenkian.pt/noticias/apoio-a-pessoas-imigrantes-refugiadas-e-ciganas/>Acesso em: 11 jun. 2020.

dos povos ciganos na constituição do patrimônio cultural brasileiro, III) analisar as políticas públicas educacionais brasileiras e a inclusão dos povos e comunidades ciganas nessas pautas, IV) mapear as universidades públicas brasileiras que possuem políticas públicas afirmativas e sobre cotas para ciganos, com o fito de fazer uma proposição à Universidade de Brasília (UnB).

Escrevo esta tese em um tempo histórico marcado por dois grandes acontecimentos relevantes: O primeiro é o ano que marca o centenário do grande patrono da educação, Paulo Freire, mestre e educador brasileiro. Estive com ele durante todo percurso da pesquisa. Em função disso, faço justa homenagem a ele, recuperando suas reflexões e trazendo-o para o nosso diálogo no texto e nas aberturas dos capítulos. Paulo Freire, que sempre foi um defensor da educação e sempre esteve ao lado dos oprimidos e dos esfarrapados do mundo inteiro, acreditava na educação como instrumento de transformação social e emancipação humana e é lembrado nesta tese. Outro tempo histórico a ser ressaltado e demarcado nesta pesquisa é que estamos em tempos de crise sanitária mundial, devido ao momento pandêmico dos anos 2020 e 2021. No Brasil, além crise sanitária caótica, há turbulências no campo geopolítico, econômico, social, cultural.

Em tempos sombrios, como o que estamos vivendo, acredito que a realização deste trabalho de pesquisa venha trazer ânimo e encorajamento para os desafios e os enfrentamentos diários. As dores das mulheres e dos homens acampadas/os subalternas/os vivem em cada um de nós que lutamos e acreditamos na causa coletiva dos movimentos sociais, dos povos e das comunidades tradicionais. Desejo que possamos reconstruir juntas/os um país com políticas públicas ancoradas na justiça social, em que todas/os possam acessar seus direitos fundamentais. É com imensa alegria que trago este trabalho de pesquisa de doutorado para o campo acadêmico, lugar restrito e muitas vezes negado a essas populações. Ele vem buscar a reflexão dos intelectuais acadêmicos para ouvir os lamentos e os gritos sufocados e silenciados no processo de luta pelos direitos e no repúdio a todas as formas de preconceito, xenofobia, racismo estrutural, discriminação e opressão.

Na minha condição de mãe, mulher, trabalhadora, professora e militante da educação popular, acredito na perspectiva de que a pesquisa acadêmica traz luz às nossas inquietudes, assim como denúncias e apontamentos importantes para alfabetizar o nosso olhar tanto para as questões de classe, étnico-raciais, quanto para trazer à tona um debate necessário de exclusão, higienismo e racismo estrutural com tudo que é “diferente” em todos os âmbitos da sociedade contemporânea.

Reconhecendo também na sociedade em geral o apagamento das mulheres ao longo da história, penso que nossas ancestrais gritam dentro de cada uma de nós. Sabemos que quando

uma mulher se levanta, várias outras se levantam e se fortalecem. Desejo que a educação possa cumprir o seu papel fundamental emancipatório, assim como já o faz na minha vida e na vida de outras mulheres. Desejo, ainda, que essa pesquisa possa contribuir com a superação de muitos outros, homens e mulheres da classe trabalhadora oprimida, que vivenciam no seu dia a dia, situações de violações dos seus direitos.

Estamos amargando dia após dia com a gestão de um Governo Federal de extrema direita, conservador, fascista, genocida, homofóbico, misógino, racista e xenofóbico. São tempos de retrocessos e perdas de direitos, onde povos e comunidades tradicionais sofrem perseguições e fortes ataques. Não está sendo nada fácil. A pandemia além de trazer números impactantes, agora possui nomes e sobrenomes próximos. Cada dia despertamos com menos um, dois ou três dos nossos. Trata-se de um cenário de guerra, onde não sabemos por que e por quem estamos lutando e morrendo. Hoje, carregamos nas nossas costas a marca de meio milhão de mortos pela Covid 19, pelo desleixo do Poder Público, consequência da necropolítica do senhor Jair Messias Bolsonaro, que nega a ciência, que zomba da doença e em tempos, não negociou com os laboratórios a compra da vacina, preferindo apostar em pseudo imunizantes sem comprovação científica e na “imunização de rebanho”, sacrificando o povo brasileiro. Essa é a nossa realidade nos dois últimos anos nos quais escrevo esta tese.

Organizamos a nossa escrita em 08 capítulos. Os capítulos 1, 2 e 3 situam o leitor no tempo histórico, recuperando o percurso histórico sociocultural dos povos ciganos no Brasil e no mundo. Apresentamos os povos e as comunidades tradicionais ciganas e cultura e identidade.

Nos capítulos 4, 5, 6 e 7 abordamos os aspectos epistemológicos, com os aportes teóricos, a revisão bibliográfica e o estado da arte. Neles localizamos o leitor para a compreensão do corpo e a sustentação teórica do trabalho de pesquisa: representação social, representação social acerca dos povos ciganos, efeitos das representações estereotipadas, direito à educação, direito ao trabalho e políticas públicas afirmativas de inclusão.

No capítulo 8 abordamos os aspectos metodológicos, as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, participantes da pesquisa/entrevistas, sujeitos da pesquisa, espaços da pesquisa de campo, análises de dados, resultados e discussões. Encerraremos com as considerações finais e síntese de todos os resultados da pesquisa participante.

Embora estejamos nos valendo da Teoria da Representação Social para trazer à tona a aparência do fenômeno (ciganos) e todos os impactos que o olhar apenas superficial da aparência causou na vida dessas populações, optamos por lançar mão da concepção filosófica do Materialismo Histórico-Dialético para superar o fenômeno e realizar a práxis desejada para sair da aparência, ir para a essência e retornar para a aparência com uma leitura mais elaborada,

compreendendo com maior complexidade o que ocorre realmente com o fenômeno. Portanto, a teoria da Representação Social servirá para evidenciar a questão problema; já o Materialismo Histórico-Dialético trará a interpretação ideal do real pensado, refletido e reelaborado.

Quando chegamos ao acampamento, conhecemos a realidade daquele povo, principalmente das mulheres, vivenciamos muitas experiências alegres, como nascimento das crianças, entre as quais a pequena Dandara, filha de Débora. Durante o percurso, tivemos momentos tristes, como mortes, separações, perseguições e ataques. Confesso que cheguei com muitas ideias e com uma vontade imensa de *mudar a situação de vida daquelas pessoas* ou, pelo menos, contribuir para melhorar um pouco mais a realidade de vida daquelas delas/deles, sempre tão queimadas de sol, castigadas pelos pesos que carregam e pelas andanças e trabalho árduo. Vivem sob o julgo dos outros e são acusadas de preguiçosas/preguiçosos. Acredito, sinceramente, que, na convivência com eles/elas, eu mudei. Chegamos com a pretensão de ensinar, mas, na partilha, todos/todas aprendemos. Sentimos as dores e as delícias dos encontros e dos desencontros e aprendemos que é na experiência do campo que encontramos as contradições que nos levam às mediações e que somos apresentadas/os à essência e ao “novo olhar”. Viver em comunidade nos proporciona vivenciar a materialidade do desenrolar da vida humana.

1 PÉ/FÉ NA ESTRADA: BREVE HISTÓRIA DO POVO CIGANO NO MUNDO

O 'inédito-viável' é na realidade, pois, uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um 'percebido destacado' pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade (FREIRE, 2014, p. 225).

A história sobre a origem dos povos ciganos ainda é incipiente, haja vista que ela tem sido construída por meio de relatos deles mesmos ou de cronistas, viajantes, pesquisadores e ativistas das causas ciganas. Uma das hipóteses existentes sobre eles é a de que são originários do norte da Índia, tendo em vista a semelhança linguística do seu dialeto com a língua sânscrito. A teoria em relação aos povos ciganos, os processos migratórios, suas origens e causas ainda é objeto de discussão e estudo científico aprofundado.

A história dos povos e comunidades ciganas está intimamente ligada a um processo civilizatório de políticas migratórias higienistas de exclusões e apagamentos mediante o qual a força das leis e da constante vigília era imposta a essas pessoas de forma sistemática. A partir disso, viviam sob pressão e medo, obrigados a estarem em movimento, perambulando e atravessando fronteiras pelo mundo.

A vida nômade não era, pois, uma questão de escolha ou opção, como muitos acreditam, senão uma imposição, haja vista que a esses povos foram negados o direito a fixar moradias por causa das inúmeras perseguições que sofriam aonde chegavam. A eles foi relegada a caricatura do que é maléfico e indesejado. Se viram, portanto, como sujeitos apátridas, sem-terra e sem direito ao território.

A parada e a permanência dos povos ciganos em lugares onde poderiam montar seus acampamentos e descansar seus corpos dependia de diversos fatores, entre os quais o potencial comercial local para realizarem seus trabalhos de compra, venda, troca e barganha de mercadorias. O antropólogo Frans Moonen nos traz que:

Dizem que eles próprios contavam que foram punidos por abdicarem do cristianismo, quando foram vencidos pelos sarracenos (muçulmanos) que lhes obrigaram a renegar a fé cristã. Portanto, foram proibidos de possuir terras próprias. Para se redimir andaram até Roma para se confessar com o Papa que lhe ordenou, como penitência, andar sete anos consecutivos pelo mundo sem parar (MOONEN, 2013, p. 26).

De fato, muitas pessoas acreditam que a forma de vida nômade tenha sido primeiramente aceita e assimilada aos seus costumes como forma de castigo e penitência religiosa, já que

viviam o tempo todo perseguidos por “mal comportamento”, tendo em vista não cumprirem fielmente as regras e leis de hegemonia dominante da época.

Segundo o autor supracitado, em meados do século XI, as populações ciganas começam o processo migratório para o Oeste do Oriente Médio, passando pela Europa e chegando às Américas. Acredita-se que há cerca de mil anos eles estão em diáspora. Espalham-se do mundo oriental e ganham o mundo ocidental, trazendo em seus corpos as marcas de sua cultura, suas identidades, seus hábitos, saberes e costumes paradoxais, sendo, às vezes, temidos e, outras vezes, admirados.

Figura 1 - Rotas migratórias dos ciganos



Fonte: dna Consultants⁹

Vale ressaltar que os ciganos, mesmo pertencendo a um mesmo tronco étnico-racial, ao longo dos tempos históricos e de migrações seculares, assim como outros povos nômades, constituintes da diversidade cultural mundial, não são considerados um grupo étnico homogêneo. Cada grupo tem suas especificidades a serem cuidadosamente cultuadas e respeitadas.

Segundo inúmeras pesquisas e relatos registrados juntamente a vários grupos de etnia cigana, a população cigana mundial é por volta de doze milhões de pessoas, sendo que se agrupam e se dividem, basicamente, em três grandes etnias: Os **Rom**, **Sinti** e **Calon**.

Igor Shimura (2019, p. 2) revela ser

[...] necessário dizer que os principais grupos ciganos no Brasil são os Calon e os Rom. Ponto! Há muitos anos, por influência do saudoso Frans Moonen

⁹ Disponível no link: [https:// dnaconsultants.com/sinti-gene/](https://dnaconsultants.com/sinti-gene/) Acesso em: 01 jun. 2021.

(2000), fala-se nos “assim chamados ciganos, Calon, Rom e Sinti”. Oras, conheço alguns Sinti brasileiros, mas não se organizam em comunidades, são indivíduos e, diga-se de passagem, são alguns poucos indivíduos – e muitos discretos, às vezes até ocultando a identidade por orientação dos pais e avós, que sofreram forte perseguição em seus países de origem.

Os Roma ou Rom são os ciganos sedentarizados, não nômades ou pelo menos seminômades. Eles moram em residências e são amantes das artes e do comércio. Encontram-se nos países balcânicos, Itália, República Tcheca e Europa Central, concentrando-se na Romênia e tendo como língua o romani ou romanês.

Os **Sinti** – nomenclatura de origem toponímica - são ciganos que possuem uma forte relação histórica com os lugares em que vive. Este grupo é bem restrito, pois pelo fato de terem sofrido grandes e dolorosas perseguições durante a Segunda Guerra Mundial, muitos pertencentes a ele não se identificam como ciganos ou mesmo preferem ficar no anonimato. São também chamados de *Manouchi* e falam a língua *Sintó*. Registra-se a presença de alguns pequenos grupos na Itália, França e Alemanha, não tendo registros de presença significativa no Brasil. Segundo o pesquisador Rodrigo Correa Teixeira (2008), sabe-se que, no fim da segunda guerra mundial, mais de 500.000 deles foram dizimados e sofreram no holocausto cigano. Na ocasião, foram os primeiros a experimentarem as câmaras de gás nos campos de concentração nazista de Auschwitz. Foram também usados como escravos ou cobaias nos experimentos científicos de vacinas e instrumentos de extermínio em massa.

Figura 2 - Holocausto cigano - 1945



Fonte: Domínio público

No século XV, havia muitas represálias aos ciganos em várias localidades da Europa e do Reino Unido através de normas oficiais que proibiam a sua fixação nos locais ou mesmo passagem e parada. Tais normas eram provenientes de políticas higienistas dos Estados. Segundo Frei Gilvander, grande pesquisador, ativista e militante da Pastoral da Terra.

O marco histórico mais cruel de genocídio ocorreu na Europa, durante a Segunda Grande Guerra, pelo governo nazista de Adolfo Hitler, quando o Terceiro Reich determinou a erradicação das populações ciganas: o Holocausto Cigano. Este momento trágico e deplorável ficou conhecido como *Baro Porrajmos*, na língua cigana, traduzida como “Grande Consumação da Vida Humana (MOREIRA, 2019, p. 12).

Segundo o historiador do Instituto de Pesquisas de Memórias do Holocausto, Sybil Milton¹⁰ (1992), o quantitativo de ciganos e ciganas exterminados(as) em câmaras de gás nos campos de concentração da Alemanha Nazista pode ter atingido aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) pessoas, sendo que ciganos, comunistas e judeus foram os povos mais atingidos e mais perseguidos, sofrendo todo tipo de violações e atrocidades do totalitarismo nazifascista.

Segundo a história, os Calon foram os primeiros ciganos a chegarem no Brasil, por volta do século XVI. Vieram degredados de Portugal e Espanha, por uma política pública higienista e discriminatória de exclusão. Seu dialeto é a chibe, que é uma derivação da língua romani. Calon é um dos grupos ciganos que segue fielmente as tradições do seu povo. É composto por artistas e comerciantes natos, dançarinos, músicos, sendo reconhecidos como os idealizadores e criadores da dança flamenca, tão disseminada em todo o mundo.

Os Calon são os ciganos com maior representatividade no Brasil, tendo chegado ao Brasil em 1574. São ciganos cavaleiros que contribuíram muito com seu trabalho de transporte e distribuição de alimentos e outras especiarias, dissipação das artes, manuseio e manipulação dos metais para construção de ferramentas, utensílios domésticos e armas, mas, é uma história real negligenciada e tendenciosamente silenciada e banida dos livros de história.

Eles estão espalhados em todos os estados brasileiros, mais especificamente em 491 municípios, segundo a SECADI (2014). Encontram-se atualmente em maior concentração nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Paraíba.

A Península Ibérica, naquela época, bania e deportava sucessivamente famílias ciganas para as suas colônias, principalmente para o Brasil, onde o grupo com grande concentração é de ciganos **Calon** ou **Kalé**. São considerados os ciganos Ibéricos degredados. Segundo a pesquisadora mineira Juliana Campos (2020, p 38.), “[a] presença de ciganos na Península Ibérica, principalmente Portugal e Espanha, é comprovada desde o ano de 1415”. O nome, segundo pesquisas, tem origem na tipologia fenotípica, e deriva de *Kali* ou *Kalin*, o que significa “pele cor de cobre”. Possuem a marca de cútis um pouco mais caramelo escura, talvez pelo seu

¹⁰ Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14623520120097170?journalCode=cjgr20>
Acesso em: 12 jun. 2020.

modo de vida livre, que na maioria é nômade ou seminômade. Esses povos vivem abarracados em seus ranchos e tendas, são viajantes natos, cavaleiros e comerciantes expressivos.

Sabemos que, entre os povos ciganos, assim como entre os indígenas, há grandes diversidades étnicas, raciais e culturais, todas com suas especificidades. Assim, quando tratamos de ciganos no Brasil e no mundo, temos de nos atentar para os grupos e para os subgrupos, sem generalizações, para que não cometamos equívocos, como nos alerta um estudioso e pesquisador da área, Igor Shimura:

Sobre isso é importante que entendamos que em romanês a palavra “Rom” significa “homem” e “Romi” significa “mulher”. Há uma variante bastante usada para Roma que é o termo Romani, sem gênero, que se refere a tudo que envolve a Roma. “O povo Romani”, “a língua Romani”, “os costumes Romani” etc. Quanto aos Calon, na chibi, em geral, “rom” significa “marido/homem” e eventualmente “amigo”. A palavra Calon significa “homem cigano” e seu equivalente feminino é “Calin”. Um Rom chamando outro Rom de Rom é natural, pois “rom” em romanês é “homem cigano”. Mas você consegue imaginar um Rom chamando um Calon de “Rom”? (SHIMURA, 2019, p. 22).

O grupo de ciganos Calon do Brasil possuem muitos desafios a serem enfrentados para serem reconhecidos, respeitados e valorizados. Dentro e fora dos seus grupos étnicos lutam cotidianamente para que sejam compreendidos em suas especificidades culturais. Aonde chegam, trazem consigo uma bagagem cultural densa, mas pouco reconhecida e menos ainda compreendida. Ainda são focos de vigilância provocam medo, fascínio e curiosidades. Lutam diariamente pelo direito de ficarem e permanecerem nos espaços.

Quanto à população cigana no mundo, temos pesquisas que mostram um quadro de aproximadamente dez milhões de habitantes. A pesquisadora Priscila Godoy (2016), citando Rodriguez (2011) apresenta o quadro a seguir, com detalhamento minucioso do quantitativo de população cigana no mundo.

Quadro 1 - População cigana no mundo

LOCALIDADE	QUANTITATIVO
Albânia	115.000
Alemanha	300.000
Austria	25.000
Bielorrússia	40.000
Bélgica	30.000
Bósnia-Herzegovina	50.000
Brasil	1000.000
Bulgária	750.000
Colômbia	8.000
Chile	15.000 a 20.000
Checa	200.000
Croácia	35.000
Dinamarca	5.500
Equador	1.000
Eslováquia	500.000
Espanha	650.000
França	400.000
Finlândia	11.000
Grécia	265.000
Hungria	700.000
Irlanda	37.500
Itália	140.000
Letônia	14.500
Lituânia	3.000
Luxemburgo	300
Macedônia	197.750
México	15.850
Países Baixos	40.000
Polônia	37.500
Portugal	55.000
Reino Unido	225.000
Romênia	1.850.000
Rússia	825.000
Sérvia	600.000
Suécia	42.500
Turquia	2.000 a 5.000
Ucrânia	260.000
Uruguai	400.000

Fonte: Rodriguez (2011, *apud* GODOY, 2016, p.34)

Segundo dados apresentados, os países com maior população cigana são: Romênia, Brasil, Rússia e Hungria, sendo a população de nosso país bastante considerável, embora ainda não exista precisão no levantamento tendo em vista o fato de o censo populacional não os contabilizarem como grupo étnico.

Segundo a pesquisadora da UFMG Juliana Campos (2020), até o momento não existe estimativas confiáveis, por causa da invisibilidade desses Povos.

No Guia de Políticas Públicas Para Povos Ciganos, lançado pela SEPPIR¹¹ em 2013, fala-se em ‘mais de meio milhão’ de ciganos, número que também aparece em algumas publicações ou sítios eletrônicos de ativistas, mas em nenhum caso há referências de onde efetivamente saíram estes dados. Fato é que nenhum grande levantamento demográfico sobre eles foi feito até hoje no Brasil. Os ciganos aparecem pela primeira vez no censo de 2010, que incluiu uma pesquisa sobre a presença de acampamentos ciganos em municípios brasileiros. O resultado de 291 municípios ao longo de todo o território nacional contrasta com outro levantamento feito em 2014 pela SECADI¹², que encontrou 419 municípios com a presença de ciganos. A diferença nos números apresentados pelos dois levantamentos escancara a ineficiência do censo e de suas metodologias para o mapeamento dos acampamentos ciganos. Além disso, as duas pesquisas ignoram os ciganos que não vivem acampados, sendo de nula serventia para se estimar a população total no país. O documento da SECADI fala em ‘cerca de 800 mil ciganos’, mas tampouco explica como se chegou a esse número (n.p.).

Nessa perspectiva, o que percebemos é uma contradição entre as informações publicadas. Ora isso é um indicador de que a informalidade em relação a essas populações é proposital, haja vista que inexistente órgão regulador que traz esses dados com maior consistência. Tudo isso nos leva a pensar que a ausência intencional desses dados impede uma análise precisa, acarretando falta de políticas públicas voltadas para essas populações.

1.1 Cadê os ciganos que estavam aqui?

A história conta que os povos ciganos saíram do oriente, especificamente do norte da Índia, e espalharam-se pelo mundo ocidental e, segundo Perpétuo (2017), encontram-se em diáspora há mil anos. Atualmente, espalharam-se por várias localidades, vivendo como nômades, semi-nômades ou de forma sedentarizada. Os Sinti majoritariamente migraram para Alemanha, França e Itália, não possuindo representatividade no Brasil. Os Rom em sua maioria migraram para os países balcânicos, mas uma quantidade expressiva chegou ao Brasil

¹¹ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.

⁵ Ver: Duas cartilhas informativas produzidas pelo poder público em parceria com lideranças ciganas: *Cartilha O Povo Cigano – Direito em suas mãos* (SEDH) – da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal), publicada em setembro de 2007. Disponível em <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/05/cartilha-ciganos.pdf>. E ainda a cartilha, *Brasil Cigano: Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*. (SEPPIR) - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Brasília, publicada em maio de 2013. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/copy_of_povos-de-cultura-cigana.

¹² Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, vinculada ao Ministério da Educação. O levantamento está em um documento orientador para os sistemas de ensino e foi fruto do trabalho do GT-Ciganos, grupo formado para acompanhar a implementação da Resolução CNE/CEB nº 03/2012, que instituiu as diretrizes para o atendimento de educação escolar às populações em situação de itinerância, em especial as populações ciganas.

provavelmente no século XVIII e possuem até hoje forte presença no comércio e nas artes. Os Calon, por sua vez, migraram para a Península Ibérica, mais precisamente Portugal e Espanha, e grande parte deles chegou ao Brasil por volta do século XVI, degredados, expulsos e vítimas de políticas higienistas migratórias. Hoje, encontram-se espalhados pelo mundo todo sendo numerosos no Brasil, principalmente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Paraíba e nos do sul do país.



Para conhecer a história dos ciganos, o melhor é ouvi-los, pois há uma real dificuldade em defini-los sem pensar em seus contextos históricos, sociais, culturais, na atualidade e nas suas diversas perspectivas. A diversidade desses povos é marcante e não implica apenas em uma religião, em ser ou não ser nômade, seminômade ou sedentarizado. Temos ciganos muçulmanos, católicos, evangélicos, espíritas, de terreiros, benzedeiros, que aplicam ou não a cartomancia, a *buena dicha*¹⁴. Ademais, há uma riqueza linguística, com grande variação e adaptação dos seus dialetos, e sem qualquer forma escrita. Sua comunicação é uma marca identitária e instrumento de lutas e de proteção do grupo, haja vista que para o povo cigano a língua é sagrada e só pode ser ensinada e falada entre eles.

Os ciganos não podem ser identificados nem por fenômenos físicos, muito menos por suas características biológicas. Há uma riqueza na propagação da arte, da música, da cantoria que produzem e preservam por meio do culto a elementos ancestrais identitários fortes. A essência desse povo é a sua transformação, adaptação e a capacidade de se reinventar. Quando

¹³ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/mapa-mundi>. Acesso em: 02 ago. 2020.

¹⁴ Prática da leitura de mãos.

analisamos e nos colocamos a refletir, eles são o primeiro povo globalizado, ou seja, estão espalhados por todos os lugares. Não obstante superem as barreiras sociais e culturais e estejam marcados pelas condições precárias de sobrevivência, são dinâmicos e possuem uma capacidade imensa de enfrentar desafios. Não se fecharam em suas castas e, portanto, se tornaram cidadãos do mundo, com suas longas e contínuas viagens que tanto repertório lhes trouxe.

Nos vários lugares possuem nomenclaturas diversas: ciganos, gitanos, *gypsy*, zíngaros roma, rom, romani. Na academia e em grupos ativistas, busca-se ser cauteloso quanto à forma de referência – sinal de respeito aos grupos étnicos. Sendo assim, o cuidado é preservado nesta pesquisa, em que não há lugar para perpetuação de termos preconceituosos ou pejorativos. Há pessoas que defendem a etimologia da palavra, ao passo que outras/os a atacam veementemente. Portanto, tal debate é bastante complexo. Nesta pesquisa, os trataremos como ciganos Calon e ciganas Calin, em decorrência do modo como preferem ser tratados. Todos esses etnônimos nos inquietam a pensar se o próprio nome já não é motivo da criação de estereótipos. Segundo Shimura¹⁵ (2020, p. 35),

[...] ‘a palavra correta é *Cigano!*’, dizem alguns. ‘Não! A palavra correta é *Roma!*’, dizem outros! Afinal, que impasse é esse? O debate acerca dos etnônimos que definem os chamados ‘ciganos’ está longe de terminar, por isso acho que vale à pena refletirmos sobre algumas ideias que envolvem o assunto, epicentro de tensões e pilares de relações políticas, sociais e culturais internas, entre ciganos, e externas, entre ciganos e não ciganos. Particularmente entendo que é de suma importância dar ouvidos ao que um povo fala sobre si mesmo. Estou ciente que o termo ‘cigano’ foi criado na Europa do século XV para identificar um grupo de ‘desconhecidos’ que afirmavam serem originário do Egito. Também sei que com o passar do tempo e com um convívio marcado por conflitos e tensões de diversas naturezas o termo incorporou uma conotação racial – ‘a raça cigana’ – e que isso contribuiu para a estigmatização e a subsequente perseguição ‘dos ciganos’.

Portanto, nessa discussão e no contexto brasileiro, é importante considerar que os etnônimos ciganos, criticados ou não, permeiam os debates nos âmbitos social, cultural, linguístico e político. Considerando-se a sociolinguística, precisamos compreender que em cada segmento étnico cigano brasileiro existe um dialeto do seu idioma coletivo. Na questão política,

¹⁵ Igor Shimura é o atual Presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC). Foi diretor do Departamento de Igualdade Racial e Étnica (DEPIR) da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPIR/MMFDH) do Governo Federal em 2019. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialista em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). É filiado ao *Gypsy Lore Society* (GLS) e à Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

a nomenclatura de cada grupo étnico está totalmente ligada à relação que as/os suas/seus representantes têm com o Estado no registro das políticas públicas voltadas para esse grupo.

Torna-se importante ressaltar que o termo *cigano* foi uma exodenominação. Em alguns contextos sociais, em alguns grupos étnicos, consideram uma palavra pejorativa ou mesmo uma ofensa. Todavia, segundo o levantamento de Shimura (2020), tais associações se configuram como graus claros de racismo e de ciganofobia¹⁶. Então, em diversos espaços sociais e em distintos momentos históricos, foram associando cigano a atributos ruins, de hábitos questionáveis, a pessoas indesejáveis, imprestáveis, sujas, malandras e malvistas pela sociedade, em visível contradição ao que o campo etnográfico enxerga e reforça: a inexistência de padrão de significados.

No contexto brasileiro, bem como no movimento da pesquisa e dos seus sujeitos que nos mostram conhecimento de causa, é possível encontrar, em um desses campos etnográficos, muitas diferenças semânticas para o termo *cigano*, embora o processo histórico mostre que esse termo se tornou usual, correto, adequado e identitário, o que não acarretaria qualquer problema para utilizá-lo.

Esses povos e essas comunidades tradicionais ciganas, assim como todas as minorias deste país, encontram-se à margem, invisibilizadas/os, estrangeiras/os ou refugiadas/os em seu próprio país. É o caso, por exemplo, dos povos do campo, que, muitas vezes, são expropriados do fruto da sua produção, deixando-os ainda mais fragilizados pela possibilidade de condição social instável. Dessa forma, os Calon e as Calin sofrem expulsões e exclusões em todos os níveis; há falta de moradia fixa, de escolarização documentada, de representatividade e de legitimação nos espaços públicos de construção de políticas públicas. Por trás da cultura de suposta “vida livre”, fora dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade contemporânea, há um povo julgado e condenado. Como nos faz refletir Frans Moonen (2013, p. 28),

A aparência exótica destoante dos europeus; a mendicância, aceita ainda em países católicos, mas condenada em países protestantes; a adivinhação praticada pelas mulheres ciganas, e condenadas como ‘Coisa do diabo’ pelas autoridades eclesiásticas; pequenos furtos, enganações ou delitos leves causados aos não-ciganos.

Os ciganos foram colocados nos estratos mais baixos da sociedade. A condição de nômade foi muito mal compreendida e absurdamente racista e xenofóbica. Foram colocados numa posição de degradados e na condição de subalternos, aprisionados e rechaçados.

¹⁶Aversão ao povo cigano/ao povo romani no Brasil e no mundo.

O maior trunfo da história cigana no mundo foi ter sobrevivido às situações das mais tenras violências, perseguições e assassinatos em função de estereótipos de ladrões e marginalização exacerbada, quando na essência, quem foram realmente roubados foram eles. Se pensarmos a partir de outras perspectivas, tudo isso é dúbio e paradoxal. Eles foram os mais assaltados e sucumbidos dos seus direitos. Mesmo assim, aprenderam a duras penas, superar todos os desafios postos.

2 CULTURA E IDENTIDADE: SOU CIGANO E DAÍ?

O conceito de cultura é sempre muito amplo e complexo. A sociologia a conceitua como um conjunto de valores, crenças, costumes e artefatos, normas, regras e leis estabelecidos naquele desenho de sociedade ou grupo social e que refletem todos os modos de vida de um povo, como forma de pensar, agir e expressar. Tudo isso seria o resultado do processo da criação humana.

A palavra cultura se origina na palavra latina "*colere*", que quer dizer cultivar. A ideia de cultivo está diretamente ligada ao que foi produzido e construído historicamente pela humanidade, que forma e transforma uma determinada sociedade ou um determinado grupo social. Subintende-se, assim, que para existir uma cultura é necessário que exista um grupo social, sendo igualmente impossível a existência de uma sociedade sem que haja uma cultura própria.

Embora a cultura seja sempre associada à arte e à educação, para a sociologia, a cultura tem um conceito muito mais abrangente e pode ser considerada o conjunto de ideias, manifestações culturais, gastronômicas, artísticas, literárias, linguísticas e comportamentais. Nessa perspectiva, tudo que resulta dos processos constantes do convívio coletivo entre grupos torna-se uma cultura, independentemente de serem julgados morais ou imorais, indesejáveis ou desejáveis. As regras são estabelecidas e normatizadas no convívio social.

Para Vigotski (1996), a cultura entra no processo de ensino e aprendizagem e deve estar presente no ambiente escolar, pois ela é um dos nutrientes da socialização e articula as ideias para uma eficácia da aprendizagem.

A Cultura conserva os modelos e contribui para edificação de “novos andares”, em outras palavras que a cultura se constrói no coletivo a partir de experiências e vivências prévias das quais provocam mudanças no comportamento e no funcionamento da mente.

Em síntese, é impossível compreender uma cultura fora do seu contexto social. O que é aceitável e aplaudido em uma cultura de um determinado grupo social pode ser abominável e fortemente condenado em outros grupos sociais. Por isso é tão complicado no Brasil e no mundo ocidental e oriental se compreender as tradições com todas as suas diversidades e pluralidades culturais. Ao interpretarmos, usamos como parâmetro as nossas tradições, crenças e costumes morais, intelectuais e emocionais; e ao analisarmos tais eventos, temos que utilizar dos recursos da sociologia, antropologia, psicologia, história, filosofia, biologia – tudo isso associado ao tempo histórico e ao seu contexto social.

As divergências culturais sempre irão existir, não apenas no âmbito social geopolítico distante, mas também dentro de grupos sociais de sociedades próximas ou até numa mesma sociedade, ou num mesmo grupo étnico-racial.

Segundo depoimento do Dr. Luciano Mariz Maia, subprocurador do Ministério Público Federal (MPF), durante evento¹⁷ realizado na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com a deputada federal (PT) Maria do Rosário Nunes, no Dia Nacional dos Povos Ciganos em Brasília, em maio de 2013,

[a] ignorância gera o desprezo que gera o desrespeito. O que queremos, portanto, é trazer os ciganos para uma visibilidade cidadã. Fazer com que nós consigamos perceber diferente, mas iguais. Diferentes no modo de ser, de viver e de se expressar com sua língua própria, vivendo alguns em tendas, acampamentos em barracas, circulando, fazendo de outros grupos humanos o seu nicho econômico de interação, mas tendo uma cultura própria a ser reconhecida, valorizada e respeitada (MAIA, 2013, Relato Oral).

Podemos usar como exemplo, a figura de um animal num determinado país ser usado na culinária e em outro país ser considerado sagrado, como é o caso da vaca na cultura hindu. Outro exemplo, agora no âmbito religioso, é quando um grupo de cristãos evangélicos possui costumes e crenças que diferem de um outro grupo que apreciam a arte, natureza e o rock em uma comunidade *hippie*. Isso reforça nossa argumentação de que cada grupo social construirá com os seus sujeitos a sua cultura, com tradições, costumes e modo de vida próprios.

Segundo Miguel Arroyo (2003), em seu artigo intitulado *Pedagogia em movimento*,

[a] cultura é mais resistente do que o conhecimento escolar. Ela nos denuncia que os sujeitos humanos não são puros aprendizes de conhecimentos neutros e menos ainda que eles são de um todo homogêneo. A cultura é mais rica, mais multifacetada para impregnar e inspirar a ação educativa. Reflete o rosto mais plural dos educandos, sujeitos culturais de linguagens, vivências, valores, concepções, imaginários múltiplos. Mais resistentes. Mais sujeitos (p. 45).

Mas a cultura está sempre em movimento; ela não é estática, senão dinâmica e temporal. Está o tempo todo sofrendo processos no endogrupo¹⁸ e do exogrupo¹⁹, ocorrendo transformações na medida em que passam a trocar experiências umas com as outras e absorvê-las. A cultura é, então, resultado de um processo histórico e coletivo que compõem em seus acervos os elementos imateriais e materiais construídos por grupos sociais.

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HRbrj5_4sHY Acesso em: 11 jan. 2020.

¹⁸ Endogrupo: endo significa interior o grupo que as pessoas se sentem entre iguais (são partes daquele grupo).

¹⁹ Exogrupo: exo significa fora, logo: todos os grupos a que não pertencemos.

Por sua vez, cultura é um conjunto de significados que dão sentidos a uma determinada sociedade. Portanto, sob essa perspectiva, costumes, crenças, valores, e outros aspectos que colaboram para a construção histórica da identidade cultural de um determinado grupo social é o que se considera como cultura.

Segundo os autores, quando pensamos na perspectiva artística e estética, podemos dividir a cultura em: erudita, popular e de massa. A cultura erudita reforça o caráter etnocêntrico, branco e europeu, possui alto valor econômico, social, estético. Seus produtos são validados e estimados pela elite. É sempre alvo de cobiça e traz consigo a ótica do poder, indo desde peças teatrais, obras literárias, artes plásticas, repertórios musicais sofisticados.

A Cultura popular é contrária à cultura erudita. Ela é criada nas periferias, nos grupos sociais populares de pequenas cidades, vilarejos, bairros, comunidades, acampamentos e assentamentos. No Brasil, temos muitas manifestações de cultura popular, sendo seu repertório intenso e variado. Podemos citar: cantigas de roda, samba, forró, bumba meu boi, músicas de terreiros, funk, cordel, sertanejos etc.

A Cultura de massa, por fim, se diferencia das duas outras anteriores, mas em alguns momentos podem aparecer fragmentos das duas, mas o que demarca essa cultura de massa são as demandas do mercado. São, por exemplo, as músicas, filmes e apresentações com cunho comercial, ou seja, ela atende uma demanda que está atenta ao comércio e à mercantilização da indústria cultural e se mostra um potencial produtivo lucrativo. Esses produtos da cultura de massas ultrapassam as fronteiras, ganham o mundo e influenciam outras culturas por onde perpassam.

Nesta pesquisa, o conceito de cultura que nos representa é a cultura popular, pois em nenhum momento a cultura dos povos e comunidades ciganas tem a intenção de atender às demandas hegemônicas mercantilista do capital. Os povos e comunidades tradicionais ciganas se aproxima da cultura popular quando esta se incorpora na sua identidade étnica, ancorando muitas vezes na sua existência, subsistência e experiências coletivas, o que a distância da perspectiva mercadológica.

O Brasil, por ser um país da diversidade cultural e étnico-racial, traz elementos significativos e diversos para o debate cultural. Ao se tentar conceituar cultura no Brasil, não podemos abrir mão de buscar e recuperar o debate da constituição dos nossos povos, raças e pluralidades étnicas desde o início de sua formação. Por meio da miscigenação da cultura indígena, africana, portuguesa, cigana e europeia, ancoramo-nos num caráter sociocultural ímpar. Isso explica alguns dos nossos comportamentos, das nossas manifestações que resultam numa pluralidade ética e estética e que nos diferenciam dos nossos irmãos latinos. Nossa

linguagem e nosso repertório linguístico é resultado disso, uma vez que sofre influência e, ao mesmo tempo, influencia a todos, pela ampla dimensão sócio-política geográfica de grupos que habitam o Brasil. Em consequência disso, temos diversos sotaques, dialetos, expressões, entonações e regionalismos em várias regiões do país, diferenciando-nos da matriz linguística do português de Portugal.

A compreensão de cultura é importante para preservar a própria identidade. Ao tentar aprofundar e compreender o conceito de cultura, entendemos a história e as memórias como algo diretamente relacionado àquilo que fomos, que somos e ao que desejamos perpetuar e deixar para gerações futuras e para o importante patrimônio da diversidade do mundo. A cultura é um povir; ela vai além dos nossos desejos e, na medida em que a transmitimos naturalmente para a próxima geração, já se consolida e se mantém viva.

Mesmo tendo consciência das diferenças entre uma cultura e outra, devemos respeitar e valorizar todas as suas manifestações, compreendendo que a cultura de um grupo é um construto social coletivo importante para a sua identidade. Portanto, faz-se necessário sair do senso comum, que prega a existência de culturas boas e ruins, culturas legítimas e ilegítimas, pessoas cultas e, logo, inteligentes, e pessoas não cultas, logo sujeitos sem conhecimento. A cultura é inerente aos seres humanos, independentemente de posição social, política, geográfica ou econômica. Todos estamos encharcados de cultura, todos a possuímos, pois somos influenciados pelo grupo social a qual pertencemos. Embora a cultura de um determinado lugar possa nos causar estranheza, quem está em outra região ou em outros contextos sociais pode pensar o mesmo a respeito da nossa.

Tudo que difere desse modelo hegemônico parece estranho e deslocado. Os grupos considerados “estranhos” a esse padrão, como ciganos, negros, camponeses, quilombolas, índios, homossexuais, prostitutas, enfrentam, cotidianamente, grandes lutas para conquistarem seus direitos e reconhecimento enquanto sujeitos coletivos que fazem parte da história e que trazem, por sua vez, em suas trajetórias de vida, um rico e diversificado acervo social e cultural (PERPÉTUO, 2017, p. 75).

Portanto, para conhecer a cultura de um povo e nos debruçar sobre a suas histórias e memórias, precisamos compreender todos os fatores sociais, econômicos e geopolíticos relacionados. Os povos ciganos ainda carregam alguns estigmas por terem seus modos de vidas e costumes peculiares, mas não abrem mão de suas identidades étnicas e pluriculturais. Para compreendermos e superarmos essas barreiras e preconceitos, necessitamos refletir sobre essas diversidades culturais na perspectiva de quebrarmos o pensamento colonizado, hegemônico e

etnocêntrico. Dessa maneira, é imprescindível estarmos aptos a conhecer o que nos causa estranheza, pois, assim, estaremos inclinados às outras tantas possibilidades que nos proporciona alargar as fronteiras do conhecimento e aumentar os nossos repertórios.

No processo histórico, experienciamos ainda uma hierarquização do acesso à cultura no Brasil e uma valorização do acadêmico e erudito, acompanhadas da desvalorização da cultura popular. Sobre isso, Freire (1963) nos leva a pensar que cultura não se limita, que toda criação é cultura.

O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu canção popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana (FREIRE, 1963, p. 17).

Ao retratarmos de cultura popular, faz-se necessário incluirmos os/as mestres/as e os/as mantenedores/as de conhecimentos e saberes ancestrais. Questionamos ao mundo cultural porque o conhecimento dos povos ciganos não é legitimado ou credenciado e por qual motivo esse conhecimento é colocado à prova, desqualificando a cultura desse povo. Registrado que nos acampamentos onde andamos e onde tivemos o prazer de nos sentar e conversar com o povo cigano Calon, tivemos a honra de beber de uma fonte inspiradora e inesgotável de conhecimentos e cultura popular raramente ou dificilmente encontrados nos registros teóricos acadêmicos como a arte de conviver em comunidade, convivência harmônica com a natureza, conhecimento das ervas medicinais, os sinais dos animais que anunciam as chuvas, as ventanias e as mudanças climáticas, enfim conhecimentos variados de leitura de mundo, como já nos dizia Paulo Freire.

Desde o momento do nascimento, os seres humanos se relacionam com o mundo, por meio de um conjunto organizado de conhecimentos e de sentimentos que lhes permite o desenvolvimento de códigos e de linguagens inerentes ao ambiente inserido.

Na medida em que um grupo identitário de acampadas/os, reunidas/os socialmente, constroem seus códigos e estabelecem seus estatutos, vão criando regras e fronteiras e, em âmbito sociocultural, vão limitando os espaços, os papéis e as funções sociais. Esse cenário, em alguma medida, favorece as aproximações ou os afastamentos, o diálogo e os acordos dentro do contexto de domínio e controle dos grupos sociais. Segundo Ferreira (2003, p. 12),

[...] na tentativa de compreender a interação escola/sociedade, são frequentes as discussões entre duas posições dicotômicas. O paradigma da reprodução questiona o papel da escola na transmissão da cultura majoritária, entendendo cultura como conjunto de valores, de normas de comportamento e de saberes específicos de acordo com a origem social de cada indivíduo. É preciso ficar claro, no entanto, que esse conceito tão amplo está sendo utilizado aqui não por uma identificação plena com tal significado, e sim com a intenção de recolher a acepção dominante sobre os fins da educação na sociedade moderna de refletir e transmitir a cultura.

Essa rede de interação obedece a uma constituição histórica determinada tanto pelo contexto histórico quanto pelo caráter político, social, econômico, estrutural, cultural e ideológico pensado para o grupo e pelo grupo.

Vivemos sob a difusão da cultura do medo, na qual são reforçados estados de inseguranças pessoais, por serem muito lucrativos para o capitalismo. Tudo que está fora desse desenho de sociedade soa como estranho, como deslocado e favorece uma ideologia que contribui fortemente para o afastamento e a discriminação. É assim que construímos os nossos conceitos e tecemos a nossa identidade social.

O medo no momento de estabelecer fronteiras entre grupos sociais sustenta alguns estereótipos e afasta muitas práticas que poderiam ser coletivas e diversas, o que acarreta a separação de alguns grupos e a segregação de outros tantos. Ao invés de agrupar, o medo fragmenta, enfraquece e separa.

Em relação à cultura cigana, a tese de Cairus (2018, p. 26) nos traz a seguinte fala acerca das diferenças grupais,

[n]a tranquilidade de sua habitação, a cigana romani me relatou coisas muito interessantes. Primeiro, ela me explicou sobre a diferença entre os ciganos rom e calon, os principais grupos no Brasil. Segundo relatou, os roms não eram ciganos ‘mal-intencionados, ladrões e mentirosos’ como os calons, de origem ibérica. Os roms, provindos do Leste Europeu, eram mais ‘educados e ricos’ (CAIRUS, 2018, p. 26).

Podemos constatar, a partir desse relato, que em uma mesma etnia pode haver subgrupos que, com suas especificidades, se diferem entre si, o que faz com que tais subgrupos, em alguns momentos, se afastem, se aproximem e, mesmo pertencendo a uma mesma cultura, pensem de forma diferente e, até certo ponto, discriminatória. Isso acontece pelo estranhamento de pessoas que não se reconhecem no que vêm de fora, de outra cultura. É como se algo não pudesse fazer parte do seu acervo sociocultural, gerando ali um olhar preconceituoso e moralista em relação a determinada situação de estranheza, como, por exemplo, nas vestimentas, nas músicas, nas

danças, no dialeto (ou, até mesmo, na entonação da fala), nos trejeitos, nos sotaques, nas cerimônias e nos ritos.

É, portanto, a partir de fatores como acima mencionados e da lógica por nós assumida, que criamos o medo de determinados grupos sociais, como é o caso das/os ciganas/os, e começamos a avaliar a/o outra/o como um/a estrangeiro/a, demarcando o nosso espaço e o nosso jeito de ser como o modelo do que é correto/padrão.

Para sairmos desses padrões hegemônicos, precisamos nos questionar, muitas vezes, que padrões são esses? A quem eles servem? Se são inclusivos ou excludentes? Por que o diferente nos causa tanta estranheza? É de uma importância o respeito à condição cultural e social de um grupo, que tem historicidade, tem materialidade em suas vestes, em seus modos e em suas memórias, e tem um conceito diferenciado de liberdade pautado num construto social de uma cultura milenar que foge das padronizações uniformes. Sob a reflexão de Moraes (2002, n. p.), “o imaginário social organiza-se como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade”.

O que denominamos cigano – aquela apreciação pela dança, pela música, pelo caminhar, que está registrada na consciência da identidade coletiva – nada mais é do que sua resistência secular em se permanecer como comunidade. O imaginário social fortalece este grupo étnico.

2.1 Religiosidade e aculturação: querem me roubar de mim

Nas comunidades tradicionais, as manifestações religiosas possuem um caráter expressivo e um elemento identitário relevante que mantém a coesão do grupo ao elaborar e manter a resistência e a cultura historicamente construída pela comunidade. Como nos trazem Rêses e Oliveira (2021, p. 174), “[e]ssas manifestações religiosas demonstram o sentimento gregário de comunidade, que produzia uma economia assentada na reciprocidade, em que há trocas de bens [...]”. Ora, o que os autores vêm reforçar é que para essas pessoas que vivem em comunidades há trocas de favores, bens e serviços num sistema colaborativo e de cooperativismo em que, na maioria das vezes, não há necessidade de intermediação financeira, vale ressaltar que nas comunidades pesquisadas observamos que ao contrário do que se publiciza comumente, os ciganos/as não são movidos/as a dinheiro, existem outras questões que fortalecem os laços como é o caso das amizades, parentescos e sentimento de coletividade.

Nesse contexto, a religião ou as credences e manifestações religiosas dentro dos acampamentos são essenciais para manter a comunidade unida. Sabemos que atualmente os fatores externos do modelo hegemônico religioso da sociedade, a criminalização às religiões de

matrizes africanas ou mesmo de raízes orientais têm afetado diretamente essas pessoas. Para se protegerem e entrarem dentro de um modelo, bem como para que se diminuíssem as perseguições ao grupo e conseqüentemente serem aceitos, elas acabam cedendo a outros tipos de cultos religiosos, como por exemplo às visitas de sacerdotes, pastores e pastoras pentecostais e neopentecostais nos espaços dos acampamentos. Ao fazê-lo, muitas vezes negam ou escondem suas próprias religiões por medo ou receio de serem incompreendidos na vizinhança.

Cultura, aculturação e religiosidade não podem nem devem ser objetos de coerção ou causar guerras pela alma dos Povos e Comunidades Tradicionais. Todavia, grupos identitários conservadores, cristãos pentecostais e neopentecostais além de não entenderem e aceitarem as diferenças, ainda criminalizam esses povos por sua cultura oriental assentada na mística, na magia e no pensamento holístico.

Cada grupo identitário possui suas crenças e valores étnicos, morais, intelectuais, sociais e políticos. Os Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos por vários desses grupos, que percebem seus hábitos, costumes, modos de vida e cultura própria. Embora esses grupos sociais e seus representantes anseiam se apropriarem dos bens materiais e imateriais de uma parte da cultura majoritária em que estão conseqüentemente inseridos, como o acesso à educação formal e ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade, a grande maioria dos sujeitos inseridos nos grupos representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais ou povos originários não querem abrir mão de sua cultura milenar. É de muita crueldade as influências dos grupos sociais ou religiosos que compõem a sociedade majoritária, pois tentam tirar a legitimidade desse povo, colocá-los como pessoas que não possuem identidades próprias e aculturá-las, influenciando-as em seus modos de vida, impregnando nessas pessoas outras culturas que não são as suas. Segundo Miguel Arroyo (2012, p. 41),

[r]evisitar a cultura como território da pedagogia pode significar superar essa visão preconceituosa do povo e da cultura. Reconhecer que todos os sistemas de pensamento e de ação estão emaranhados com crenças, valores, sentimentos, práticas herdadas. A cultura também tem sua tradição como princípio, como matriz formadora. Como a caixa de ferramentas de que nos apropriamos e munimos para enfrentar-nos com o mundo. Cultura que pode nos aprisionar em identidades fechadas, mas que pode abrir identidades para fora.

Arroyo (2012) nos ensina que não podemos desenraizar sujeitos dos seus lugares, desqualificar o que eles e elas trazem em seus currículos ocultos, ou seja, em suas bagagens de suas vivências e experiências e impregnar neles aquilo que julgamos certo ou errado, segundo a nossa concepção – muitas vezes dissociada do contexto social deles.

No Brasil, no contexto político atual de 2021, temos um montante de mecanismos e ferramentas de controle social por meio dos quais muitos grupos fanáticos e religiosos têm se manifestado para atingir esses povos. Tais grupos atacam, ofendem e tentam aculturar essas pessoas, que são afetados diretamente pela cultura do medo e insegurança, o que nos remete a Foucault e a docilidade e controle dos corpos.

Nos últimos séculos, os religiosos conservadores têm repetido essas ações e cometido erros gritantes nas tentativas sempre exitosas de acultramento e nas tentativas sistemáticas de apagamentos da cultura de Povos e Comunidades Tradicionais, promovendo seguidos genocídios culturais e, em muitos casos, físicos de indígenas, ciganos, negros e outros.

Em relação às comunidades ciganas, não é em nada diferente. Elas sempre são abordadas e cercadas por grupos religiosos com abordagem primeiramente assistencial e em seguida assediadora. Eles influenciam essas populações a se credenciarem numa igreja evangélica, ao promoverem cultos religiosos semanalmente e, em alguns casos, promoverem cultos evangélicos na própria comunidade. A justificativa para as ações sempre foi e continua sendo de cunho religioso, mas o objetivo estratégico é o de apagamento de uma cultura que eles consideram primitiva, inferior e subdesenvolvida.

A partir da sustentação do argumento de criminalização de culturas de povos tradicionais – sempre alvo de perseguições, de fanáticos religiosos –, utiliza-se do discurso de cunho racista e preconceituoso. Observa-se a tentativa de aniquilar, deslegitimar todo o conhecimento desses povos em exaltação a cultura majoritária branca, europeia, colonizada com o objetivo de exploração política e econômica.

Os povos e comunidades tradicionais que ainda mantem a cultura de ocupação da terra como meio de existência, a cultura de convivência com a natureza de respeito à água, culto a todos os elementos naturais, são convencidos, sobrecarregados e encharcados de informações preconceituosas, para também mudarem o seu conceito e a sua relação de produção, consumo e sobrevivência, mas resistem, pois acreditam na proposta contra hegemônica da agricultura familiar e da agroecologia.

No que tange às comunidades ciganas, a coletividade é um elemento marcante. O filósofo francês Jacques Ranciere (2004) diz que o ódio aos ciganos vem dessa liberdade de não se submeterem às regras dos países capitalistas (emprego fixo, endereço, submissão ao patrão). Essa não submissão e incompreensão ficam evidentes na exigência de endereços fixos como um limitante controlador que autoriza ou não o acesso desses na aquisição de algum tipo de direito social fundamental.

O combate e os ataques que têm como proposição a mudança cultural é também uma tática capitalista para que se impondo uma mudança no modelo de exploração da natureza, em geral, o acúmulo de capital e a exploração do homem pelo homem com geração de mais valia sejam vistos como características de um modelo civilizado.

O argumento religioso de que os indígenas isolados não devem deixar para trás bebês nascidos com alguma deficiência que impossibilita o convívio naquele contexto da selva tem função de mudar um aspecto da cultura. O que pouco se reflete é sobre as profundas consequências que as ações provenientes de argumentos como esse acarretam a vida e cotidiano daquele grupo. Ao se deixar de lado práticas ancestrais, muda-se, por exemplo, padrões de consumo e modos de exploração dos bens naturais. Por exemplo, uma família indígena transformada, que passa a ter práticas cristãs evangélicas e abre mão das crenças antepassadas, terá que mudar o modo de vida no dia a dia. Deve deixar de ser nômade, terá que construir suas moradias, considerará a necessidade de ajudar os deficientes físicos a sobreviverem na natureza com as suas limitações etc. Quantos dias uma tribo nômade conseguiria caminhar dentro da floresta com seus entes com certas deficiências? O atraso nas suas viagens fatalmente faria com o que o grupo chegasse atrasado em locais de coleta de alimentos ou abate de caças, inclusive podendo perder oportunidade devido à chegada de outros grupos de homens e animais antecipadamente.

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância da língua falada na preservação e manutenção cultural de um povo. Um povo só existe se a língua mãe se mantiver, pois é ela o instrumento de luta e de resistência. No que se refere ao povo cigano Calon, a língua, que já é tratada como um dialeto²⁰ ainda é instrumento de proteção e manutenção de um grupo identitário, sendo seu patrimônio imaterial.

O escritor e jornalista baiano Jorge Amado foi autor de várias obras, entre as quais uma bastante polêmica para a época, intitulada “Tenda dos Milagres”. Jorge Amado²¹ quando deputado federal na constituinte de 1946 – 1948 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi o responsável pela lei que regulamentou e instituiu a liberdade religiosa no Brasil. Anteriormente, as religiões de matrizes africanas eram e continuam sendo criminalizadas, perseguidas e consideradas ilegais. Sabemos que mesmo diante de conquistas históricas como essa, o atual governo de direita, conservador e autoritário, é cúmplice de ataques por parte de grupos religiosos neopentecostais a terreiros de umbanda e outros credos religiosos, haja vista o cenário geopolítico brasileiro, onde presenciamos diariamente por meio de denúncias,

²⁰ Dialeto é uma linguagem própria de determinadas comunidades e que existe simultaneamente à outra língua.

²¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/3056/biografia> Acesso em: 02 mai. 2021.

noticiários e mídias sociais os ataques e perseguições aos povos originários, povos e comunidades tradicionais, aos povos de terreiro e religiões de matrizes africanas, com ações violentas, expulsões de seus territórios e aprovações de projetos de lei que retiram e violam direitos sociais conquistados.

Definindo o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens de natureza material e imaterial, tomados individual ou coletivamente, com referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, percebemos uma notória dissintonia entre a legislação e as ações no âmbito social. Nesse sentido, vale ressaltar que, embora quilombolas e indígenas tenham sido reconhecidas/os e contempladas/os na legislação, não houve efetivamente política pública que reconhecesse a riqueza cultural dos povos e das comunidades tradicionais e respeitasse suas especificidades. Pelo contrário, elas/es continuaram na invisibilidade e no lugar do não reconhecimento da sua cultura.

2.2 Ciganofobia: tira seu racismo do caminho, que eu quero passar...

Assistimos em todo o país cenas de maus-tratos e perseguições a estes povos ciganos por meio de denúncias feitas por grupos de pesquisadores ciganos, telefonemas e mensagens de textos e filmagens dos celulares tanto do povo cigano quanto dos defensores públicos e pesquisadores que defendem essa causa. Essas comunidades, de fato, vêm sofrendo com todo tipo de negligência e abandono do Estado. No início de fevereiro, mais precisamente em 02 de fevereiro de 2020, no acampamento Nova Canaã, na região da Rota do Cavalo, em Sobradinho-DF, o local foi invadido por meliantes à luz do dia.²² Atiravam e causavam terror, ateando fogo às barracas; um verdadeiro massacre marcado com 4 mortes. Com medo e insegurança, o grupo foi obrigado a abandonar a terra, onde já estava desde 2014, deixando para trás tudo que já haviam construído no local, inclusive suas plantações e criações de galinhas, fruto do trabalho para subsistência, seis meses após o ataque a polícia prende sem provas concretas o líder do acampamento cigano Calon, ou seja, foram punidos duplamente, com a invasão, ataque e perda do ente familiar e a prisão injusta da liderança.

Registramos que essa comunidade cigana Calon vem lutando diariamente por seus direitos fundamentais. Especificamente nesses últimos dois anos, vem passando por grandes dificuldades, inclusive falta de saneamento básico, alimentação, moradia adequada, pois vivem abarracados. O líder é o Senhor Wanderley da Rocha, cigano Calon reconhecido no Brasil e em

²² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8288971/> Acesso em: 12 jun. 2020.

alguns países da Europa por ser uma das principais lideranças nas pautas ciganas e por ser um dos proponentes do Estatuto Cigano no Brasil. Senhor Wanderley também é constantemente atacado, perseguido e vítima de racismo e preconceito. Foi preso e ficou encarcerado por seis meses, injustamente, sem provas, configurando perseguição e discriminação a esta minoria étnica. Foi solto devido a mobilização de coletivos populares de grupos juristas, grupos de pesquisas, professores/as universitários, pesquisadores ciganólogos, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz, Comissão dos Direitos Humanos, Comissão de Justiça e Paz, Associações e Comunidades ciganas de várias localidades brasileiras.

Edilma do Nascimento, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em nota,²³ relata que em um momento de total fragilidade, em meio a essa pandemia (2020), mais de 100 famílias ciganas foram desabrigadas nos municípios de Dois Vizinhos-PR e Guarapuava-PR. Com a presença de policiais e representantes das prefeituras de respectivos municípios, os chefes ciganos foram intimados a se retirarem com os seus familiares acampados dos territórios ocupados.

É preciso enfatizar que estes municípios são locais de ‘pouso’ das famílias ciganas, não sendo a primeira vez que elas se encontravam nestas localidades. Atualmente, em plena pandemia (2020/2021)²⁴, em que o momento de saúde pública que o país atravessa é crítico, estão sendo desabrigados e expostos a condições de alto risco. A prática tomada pela polícia e representantes locais é marcada por atos que vão de encontro ao Art 5º da Constituição Brasileira, para o qual todos os cidadãos são iguais perante a lei (BRASIL, 1988).

Quanta contradição, quando se trata de comunidades ciganas acampadas. Ora se a regra e as orientações de segurança sanitária da OMS, é o necessário isolamento social em suas residências, isso deve ser respeitado em relação às famílias ciganas, compreendendo que as barracas são seus lares, onde residem com suas crianças. Estas famílias não podem ser expostas à violência dessa maneira, expulsas de seus acampamentos e deixadas à própria sorte. Em tempos de pandemia, os órgãos mundiais de saúde e proteção pedem para todos pararem a movimentação e ficarem em casa. Para os ciganos, as suas barracas são seus abrigos. Nelas, tentam resguardar suas famílias, tão numerosas, compostas de muitas crianças, jovens, adultos, idosos e mulheres gestantes ou amamentando.

²³ Disponível em: <https://nepi.ufsc.br/2020/04/02/eu-preciso-ficar-em-minha-casa-e-minha-casa-e-a-barraca-familias-ciganas-sao-expulsas-de-seus-acampamentos-no-pr/> Acesso em: 11 out. 2021.

²⁴ Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nOTA-dA-dIRETORIA-dO-aNDES-sN-dE-rEPUDIO-a-cIGANOFobia-e-a-vIOLENCIA-dO-pODER-pUBLICO-cOM-pOVOS-cIGA/page:5/sort:Conte> Acesso em: 12 jun. 2021.

Em uma de suas várias denúncias, o pesquisador engajado nas lutas em defesa do povo cigano, Igor Shimura, em contato com algumas das comunidades do sul do país, trouxe mais algumas denúncias, entre as quais a de discriminação, tendo em vista a associação da transmissão do coronavírus na Europa e no Brasil aos ciganos. Considerados povos sujos, imundos e sem higiene, só poderia vir de sua presença a proliferação do vírus. Enfim, numa necropolítica higienista, o natural é o racismo e o preconceito. Por conseguinte, nem sempre encontram um alibi para se justificar; às vezes assumem seu crime sem pudor, pois se safem sob a proteção das instituições, igualmente racistas e preconceituosas. Quando distorcem algum fato, citam um mito ou um estereótipo para destilar seu ódio, não são corrigidos. Lembramos que para matar quinhentos mil ciganos, Hitler usou o argumento das "raças superiores versus raças inferiores". Para impregnar a visão de que ciganos eram "praticamente demônios encarnados" na academia europeia, Grellmann utilizou matérias sensacionalistas de jornais que acusavam "os ciganos" de canibais.

Para quem odeia ciganos, nada melhor do que uma pandemia para justificar as violências e injustiças. É bastante conveniente camuflar a ciganofobia acusando ciganos de serem potenciais vetores do coronavírus e, assim sendo, obrigá-los a manter distância, sem nenhuma assistência e apoio.

Nos dias 02 e 03 de abril de 2021, como notificado nas mídias sociais no município de Dois Vizinhos e cidade paranaense, um grupo de famílias com crianças e idosos, itinerantes, seguindo as orientações do Governo Federal para que procurassem ficar em cidades do interior, longe de grandes centros, instalou-se no terreno de costume, onde geralmente ficam ciganos. Em pouco tempo, ouviram moradores reclamando, pedindo para que fossem embora.

Uma moradora disse: "que esses demônios vão embora!". Imediatamente, fiscais da prefeitura acompanhados da força policial chegaram ao local mandando-os embora, "pois poderiam estar infectados pelo coronavírus e transmitirem para as pessoas da cidade". Ora, ninguém perguntou como estavam as crianças, idosos, homens, mulheres. Não perguntaram se estavam com fome, com sede ou precisando de remédios. Tampouco algum agente de saúde esteve no local para verificar a saúde dos idosos. Não! "Sumam daqui, agora" foi a "ordem" de gente odiosa escondida sob o pretexto de que os "malditos ciganos" poderiam destruir a "cidade aquário". Ligaram imediatamente para a prefeitura e disseram que qualquer pessoa em viagem não pode parar na cidade. O coronavírus é a máscara da vez. A máscara que esconde a ciganofobia, a xenofobia e a aporofobia, com toda a sua estrutura de ódio.

"Em vez de procurar maneiras adicionais de proteger esses membros particularmente vulneráveis de nossa sociedade, à medida que o coronavírus se espalha, alguns políticos

ativamente alimentaram o anti-cigano", disse o parlamentar tcheco Frantisek Kopriva, relator da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre discriminação contra os ciganos.

No Brasil e no mundo, percebemos que a agressão aos povos originários e tradicionais está se alastrando como uma doença virótica de um sistema que nos apresenta a aversão aos pobres, à cor da pele, à raça segregando culturalmente e exterminando povos.

O anticiganismo aflora com força agora, no Brasil e no mundo. A comunidade, que sofre racismo e discriminação, na melhor das hipóteses, agora está sendo tratada com ainda mais estigmatização. Além das medidas gerais para impedir a disseminação do Covid-19, as autoridades municipais, estaduais e federais restringem ainda mais os acessos e permanências das comunidades ciganas, às vezes recorrendo ao uso da força policial militar.

Milhares de ciganos empobrecidos na Europa Central e do Sudeste, a maioria dos quais vive em condições precárias, sem acesso a cuidados de saúde e saneamento básico, estão enfrentando um desastre humanitário. Aqueles que já ganham a vida escassamente, coletando lixo e plástico ou vendendo alimentos, produtos domésticos e flores, atualmente são incapazes de realizar mesmo esse trabalho informal e vêm passando diariamente muitas dificuldades. É uma luta humanitária.

Grupos de direitos ciganos em toda a Europa estão alarmados. O Conselho Central dos alemães Sinti e Roma expressou recentemente preocupação de que "políticos extremistas e nacionalistas de direita na Europa Central e no Sudeste usassem a atual crise da coroa para legitimar e implementar sua ação racista do governo.

Tony Gatlif – ator e produtor francês, idealizador e realizador do cinema francês de etnia cigana e argelina e que também realiza trabalhos como argumentista – disse em entrevista: “[t]oda a minha arte é de intervenção; não faria cinema se assim não fosse. Por intervenção quero dizer pelo povo, pela justiça, contra a injustiça. É preciso combater contra os estereótipos. Só conhecendo o povo de dentro — como eu conheço — isso é possível.” (GATLIF, 1999).²⁵

Em toda a Europa, a própria cultura cigana, em si, já é demarcada e deformada por uma construção histórica de muitos estereótipos e de muitas injustiças, com o aumento do número de violências decorrentes de ciganofobia. Se a incidência de violência com homens ciganos é alta, maior ainda é a incidência de mulheres ciganas violentadas. Nos estereótipos clássicos sobre as/os ciganas/os, é comum que sejam tratadas/os por “ladrones y nada amantes del trabajo” (FANDOS; MARTINEZ, 1999, p. 119).

²⁵ Disponível em: <https://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-9136/filmografia/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Fatos recentes na Europa e no Brasil marcam e regulamentam muitas perseguições às populações ciganas, como acampamentos invadidos e incendiados, expulsões, tiroteios, chacinas, perseguições e, além de tudo, ações de aculturação desse povo. Percebemos que as garantias de direitos previstas nas legislações não são efetivamente concretizadas na realidade, o que torna ainda mais agravante a seguridade e o respeito aos povos ciganos.

A Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec) e a Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) consideram que a invisibilidade, o racismo e o preconceito ainda são os maiores impedimentos quando o assunto é inclusão social e garantia de direitos fundamentais. Estimam que muitas/os ciganas/os ainda têm muitas dificuldades de acesso e de permanência nos serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social. É preciso muitos avanços nas políticas públicas para que sejam resguardados seus direitos fundamentais.

Em setembro de 2007, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República criou uma Cartilha intitulada *O Povo Cigano, o Direito em suas mãos*.²⁶ Esse documento legitimava a presença de ciganas/os na educação, na saúde, na segurança pública e na assistência social, com a defesa tanto do uso de trajes ciganos em qualquer lugar público ou privado sem serem discriminadas/os, quanto do atendimento ao sistema público de saúde e de educação, mesmo na ausência de documentos comprobatórios identitários ou de moradia.

Figura 4 - Capa da cartilha do povo cigano



Fonte: Secretaria dos Direitos Humanos (2007)

A cartilha, ao destacar a história, os costumes e os hábitos do povo cigano, traz detalhes da trajetória desses indivíduos no Brasil, com os objetivos de informar sobre os seus direitos; unir as/os ciganas/os do Brasil nos mesmos ideais de justiça e de igualdade social; conscientizar

²⁶ Disponível em: <http://issuu.com/bettymakonnen/docs/cartilha>. Acesso em: 10 fev. 2019.

os membros da comunidade acerca da importância da educação, da informação e do acesso à cultura; e resgatar a dívida histórica de invisibilidade e de abandono. O documento aborda as principais propostas ciganas apresentadas e aprovadas na IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos e na I Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial, além dos direitos constitucionais e dos direitos da minoria, e apresenta o Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano (BRASIL, 2006). Sem dúvida, é um material importante para todas/os as/os cidadã/os brasileiras/os.

A questão relativa a medos e inseguranças constitui o fio condutor da insociabilidade em tempos difíceis de padronizações, moralismos, limitações, controles sobre a/o outra/o e individualismos. Em tempos contemporâneos, esses sentimentos nos interpelam a repensar em que tipo de sociedade vivemos e que tipo de sociedade queremos construir para as gerações futuras. Moser (2004) acrescenta que o sentimento de medo surge como uma reação afetiva do indivíduo à hostilidade do ambiente.

Concluimos que a produção de uma Cartilha dos Povos Ciganos fotografa uma mudança de cenário muito reduzida do olhar de alguns para outros. Podemos dizer que há uma minoria que abarca a luta desses povos e materializam esta Cartilha como uma política pública que pode correr de mãos em mãos reduzindo o preconceito e desmistificando os estereótipos.

Além de ressaltar uma cultura e valores que agregaram à sociedade cenas em situações sociopolíticas onde foram sujeitos ativos, cito aqui a contribuição de ocupação do território brasileiro quando foram transportados pelos portugueses que preferiam os ciganos no nordeste brasileiro aos indígenas.

O Brasil já era colônia de Portugal e precisava ser popularizado. Como os portugueses não obtiveram êxito ao tentar integrá-los à sociedade, resolveram enviar vários ciganos com suas famílias para o Brasil, depois destes terem passado pela África. Mesmo sendo considerados perigosos (por roubaram e coisas do tipo), os portugueses preferiam que a sua colônia fosse povoada pelos ciganos do que pelos índios que já residiam aqui. Eles esperavam que os ciganos povoassem a área que atualmente é o nordeste brasileiro (CULTURAMIX, 2021, n.p.)²⁷.

Percebemos na citação que a discriminação aos povos ciganos já abraça o Brasil desde sua colonização, portanto a questão cultural está enraizada na sociedade contemporânea por um construto histórico- social que reforçou a imagem distorcida e os estereótipos.

²⁷ Disponível em: <https://cultura.culturamix.com/curiosidades/ciganos-no-brasil-origem-e-caracteristicas-do-povo>. Acesso em: 12 jun. 2021.

3 OS POVOS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS: SOU DAQUI E VIM PARA FICAR

Vida e comunidade são dois lados de um mesmo ser (BUBER, 1987)

Embora os povos ciganos sejam apontados como apátridos, são considerados uma nação, e sua etnicidade é legítima e confirmada pela União Romani Internacional, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 28 de fevereiro de 1979. (PEREIRA, 2009). No Brasil, os povos ciganos só foram reconhecidos em 2006²⁸, quando o Governo Federal, na pessoa do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, admite a presença dos ciganos como minoria étnica e institui o dia 24 de maio como Dia Nacional dos Povos Ciganos no Brasil. Sendo que no próximo ano, em 24 de maio de 2007, houve a primeira comemoração do Dia Nacional dos povos ciganos, com um grande encontro de lideranças e associações ciganas do Brasil, em Brasília, com o intuito de dialogar e levantar as pautas relativas a essa etnia. Essa foi a primeira vez em que o povo cigano foi chamado para a história brasileira, tendo sido citado de forma justa e positiva, como povos que contribuíram para o desenvolvimento e para o acervo do patrimônio histórico-cultural do país. Sem dúvidas, o ocorrido foi uma grande conquista, haja vista que, a partir daí, se assume oficialmente a relevância que os grupos ciganos tiveram na construção da identidade e da diversidade brasileira. Os dados oficiais sobre as populações ciganas no Brasil ainda são considerados incipientes e falhos, mesmo porque o interesse do Estado é recente e, por conseguinte, as políticas públicas são escassas.

Após serem reconhecidos em 2006, somente no ano seguinte, em 2007, os povos ciganos foram inclusos nas pautas dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁹, por meio do Decreto nº 6040/2007. Segundo o senhor Wanderley da Rocha,³⁰ líder cigano do acampamento cigano Calon e um dos proponentes do Estatuto Ciganono Brasil, em uma das nossas conversas no seu rancho, em 2017, nos confessou que esse decreto é considerado uma grande conquista, pois só a partir daí eles se beneficiariam da importante Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 168, cujo Brasil é um dos signatários. Sobre essa convenção, detalhamos na

²⁸ Disponível em: <http://cultura.gov.br/24-de-maio-dia-nacional-dos-ciganos-1140261/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

²⁹ No decreto 6040/2007 (art. 3º, I), povos e comunidades tradicionais são definidos como: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Para uma discussão mais aprofundada desses marcos legais ver: Dolabela (2019) e ainda, a coletânea *Povos Ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa* (2020), organizada e editada pelo Ministério Público Federal (MPF). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/ccr6/publicacoes>. Acesso em: 11 out. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/09/projeto-que-cria-estatuto-do-cigano-e-aprovado-na-cas> Acessado em 07 jun. 2021

próxima parte do texto, mas é importante mencionar que ela estabelece e garante direitos aos Povos e Comunidades Tradicionais. Diferentemente dos povos quilombolas e indígenas, os ciganos, até então, não possuíam nenhuma legislação específica, sequer menção na constituição de 1988. A maioria dos pesquisadores ciganólogos e principalmente as associações ciganas ou comunidades ciganas consideram a Medida Provisória editada em 25 de maio de 2006, que criou o Dia Nacional dos Ciganos no Brasil, dia 24 de maio, como um relevante marco de inclusão dos povos ciganos nas políticas de reconhecimento desses povos pelo Estado.

Outro significativo marco foi o Decreto nº 6.040/2007, que amplia a definição do conceito de Povos e Comunidades Tradicionais. Mesmo não citando especificamente os ciganos, é interpretado e reconhecido como o instrumento legal que legitima a inclusão dos ciganos na relevante pauta de Povos e Comunidades Tradicionais.

Nos últimos tempos, vimos crescer e fortalecer progressivamente movimentos sociais ciganos em luta por políticas públicas e por legislações específicas. Embora muitos avanços tenham ocorrido, ainda há retrocessos no que tange às questões de regularização fundiária de terrenos utilizados para os acampamentos. Por isso, é tão árdua a luta pela aprovação do Estatuto dos Povos Ciganos, por meio do projeto de Lei do Senado n. 248 de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim (PT), que ainda tramita em passos lentos no Senado Federal e que se encontra até a publicação desta tese na Comissão dos Direitos Humanos.

A luta pela terra se consolida muito mais do que o direito de ir e vir. Elas/es lutam pelo direito de ficar e de criar raízes com o território, pois este, para os povos e para as comunidades tradicionais, é muito mais do que o chão demarcado; são as suas relações afetivas e as suas memórias antropológicas com o lugar. A terra é a sua relação afetiva orgânica corporificada com o lugar, com as histórias e com as memórias dos seus povos. Essa luta, situada em um contexto histórico-social-cultural, emerge da tentativa de reconhecimento de suas identidades coletivas para a construção da vida em comunidade como instrumento de subsistência e de resistência.

Em conversa com uma das lideranças do acampamento, um senhor sem escolarização e com muita sabedoria diz, com notória tristeza no olhar, que os desafios foram muitos na rotina de peregrinação pelo Brasil, sendo os mais salientes o preconceito, o racismo e a invisibilidade. Sentindo-se classificado como inimigo do povo, ele acrescenta que, vivendo em Brasília, na capital das leis, o grande desejo de seu povo é ter direito a ter direito.

Segundo Pereira (2009), não se pode conhecer o cigano isolado do seu contexto, isto é, dos condicionamentos socioculturais de sua etnia. No entanto, a chave da identidade cigana não se encontra no indivíduo, mas no grupo (PEREIRA, 2009). Portanto para que possamos

reconhecer os ciganos, já que não possuem marcadores biológicos, necessitamos observar o grupo em seu contexto social e cultural.

Vivemos tempos em que, em nome do desenvolvimento das novas tecnologias, somos conduzidos para caminhos de inúmeros distanciamentos físicos e sociais, o que acarreta, por conseguinte, um afastamento de nossas essências humanas naturais. Segundo Buber (1987), o homem nasce em comunidade. Ela é a sua própria condição de vida, pois é ali, naquele lugar, que os indivíduos respiram, andam, correm e se sustentam. Estamos em constante harmonia e desarmonia entre o ser humano e a natureza. É nesse enraizamento e na relação que os indivíduos criam com os espaços sociais que vão tecendo o seu tecido social.

A vida, o trabalho diário, a criação e o zelo com as/os filhas/os, bem como o cuidado com as famílias está, de alguma forma, ligado ao lugar em que tais indivíduos vivem e ao modo como estes estabelecem as suas relações.

De modo geral, o homem contemporâneo em nome da ambição, do consumismo e da satisfação pessoal, vem comprometendo sua relação com a natureza, degradando individual e coletivamente, como se fossem animais irracionais, uma vez que não refletem sobre as suas ações e, logo, sobre as condições sociais nas quais vivemos. Consideramos que, além da ausência do ato de pensar, o imediatismo em busca de prazer vigora como dogma sagrado para determinar as escolhas dos homens, tanto na esfera privada quanto na pública. Presenciamos uma ascensão dos avanços tecnológicos e da desumanização do ser humano. Acreditamos que não é preciso muito esforço para percebermos que a nossa volta acontece, o tempo todo, violações de direitos fundamentais, de modo que a maioria das pessoas, principalmente periféricas, não se sentem incluídas, muito menos pertencentes as pautas relativas aos direitos humanos.

Dito isso, perguntamo-nos o que efetivamente pode ser feito para minimizar a realidade das/os oprimidas/os? Seria ingênuo acreditar que uma revolução está iminente e que dela surgiria um novo mundo em que não fosse necessário falar, por exemplo, em direitos humanos e em respeito pelos povos e pelas comunidades tradicionais. Assim, talvez, resta-nos transformar a indignação diante da crescente violência gerada pelos seres humanos em força para seguir lutando por menos violação de direitos. É necessário inspirar-nos naquelas/es que lutaram e lutam, pois assim contribuiremos com a resistência capaz de garantir minimamente os direitos humanos. Apenas sob essa perspectiva são empreendidos projetos ancorados na solidariedade, na empatia e na dignidade humana.

Vivemos em um país de pluralidade étnica, racial, social, cultural, econômica e política – um verdadeiro mosaico –, o que nos interpela a pensar no Brasil por vários ângulos, considerando-o como o país da diversidade.

[T]emos por volta de 10 milhões de pessoas que fazem parte das comunidades tradicionais, sendo dois milhões de quilombolas, um milhão e meio de indígenas, oitocentos mil ciganos, quatrocentos mil quebradeiras de coco, cinquenta mil seringueiros e outros tantos distribuídos em um quarto de território nacional. Desde logo, julgamos pertinente frisar que as comunidades tradicionais passam cada vez mais por ataques de políticas públicas que não reconhecem sua cultura e não respeitam seus povos (LEMOS *et al.*, 2019, p. 43).

Quando se trata de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, como em toda a América Latina, essa temática tem que estar associada, dialogando com os direitos fundamentais e os direitos humanos que é, ao mesmo tempo, um debate necessário, novo e muito caro. Muitas vezes, pelo seu viés elitista, as discussões sobre esses assuntos não chegam às comunidades empobrecidas periféricas, aos presídios, às escolas e a toda a sociedade de massa, a fim de que realmente se cumpra o seu papel de ganhar forças e de desnaturalizar as opressões. Se a democratização desses saberes ocorresse, ecoar-se-iam várias vozes em resposta à extensa realidade de muitas violências que são manifestadas no âmbito social, cultural e político. As formas de violência, vivenciadas ao longo da história, são efetivamente materializadas pela violação dos direitos humanos nas mais diversas esferas da sociedade. Vamos assistindo a repetidas sucessões de violência ao longo dos tempos. Nessas ocasiões, identificamos o ser humano como autor de violência ou como expectador do horror, como se isso não afetasse todas/os. Devemos ser inquietadas/os e desassossegadas/os com a barbárie humana que nos assola. Consideramos, assim, urgente pensar sobre o que vivemos, para que seja possível agir de maneira consciente.

No âmbito da presente discussão, propomos, uma reflexão sobre os povos e as comunidades tradicionais ciganas, por entendermos que eles são alvos de violação de direitos humanos, todavia, ao falarmos deles, estamos falando, antes de tudo, da humanidade. Entendemos que observar, registrar e lutar pelos direitos sociais fundamentais dessas pessoas significa ajudar a garantir o acesso à educação e à saúde, bem como o direito à terra e à moradia digna. Em outras palavras, significa lutar por direitos humanos, sem promover segregação. Afinal, a principal condição para a constituição do homem no meio cultural reside no fato de sermos seres de relação social.

Freire (1996), na sua genialidade e sensibilidade humana, nos ensina quão valiosa é a troca e o estar com o outro. É isso que permite o desenvolvimento das nossas potencialidades e possibilidades, haja vista que a socialização é a chave holística para as múltiplas determinações. Nas palavras do autor, “[g]osto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade” (FREIRE, 1996, p. 53).

Historicamente, a educação foi um direito negado aos povos e às comunidades tradicionais, principalmente aos povos ciganos, que, na sua grande maioria, esteve em constantes situações de itinerância. Sempre quando possível estudar, estiveram sob o jugo das políticas de educação formal de ensino, desenhadas para a sociedade em geral (e não para os povos ciganos), o que tem limitado, ao longo dos anos, a efetivação de uma proposta educativa voltada para os anseios desses povos. Segundo Ferreira (2003),

[...] costuma-se dizer que os ciganos tomam da escola apenas aquela bagagem que lhe permite continuar vivendo como ciganos: que querem ter um domínio mínimo da leitura, da escrita e do cálculo. Por outra parte, frente às condições de marginalidade social e fracasso escolar desse povo, argumenta-se que o não-êxito acadêmico reflete a falta de igualdade de oportunidades que lhe atinge de maneira global (FERREIRA, 2003, n.p.).

Considerando tais circunstâncias, identificamos a necessidade que esse povo tem de uma educação em consonância com a realidade da cultura, da língua e dos costumes, pautada nos pressupostos da interculturalidade, com vistas a valorizar e a respeitar os aspectos culturais e identitários. Tal como afirma Arroyo (1987), nega-se o conhecimento produzido coletivamente nos espaços não-formais, que é o caso dos acampamentos, apenas aceitando como legítimo o conhecimento instituído e operado pelas escolas formais.

Segundo Marx (1997), os homens fazem a sua história, mas não a fazem nas condições que eles escolhem, senão da forma como lhe são colocadas. Portanto, as histórias são construídas a partir daquilo que já está posto e daquilo que é oferecido. Entendemos que as coisas que nos apresentam como novas sempre se revestem da roupagem do passado, porque buscam legitimação para recompor a história. Avaliamos que as violências e as violações tanto da democracia quanto da política em geral são instrumentos de regulação do conflito e de manutenção da desigualdade.

Os direitos educacionais e culturais foram concebidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), visto terem estabelecido a obrigação do Estado em

garantir e proteger todas as manifestações populares, indígenas, ciganas, afro-brasileiras e provenientes de todos os outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Portanto, reconhecer essa diversidade é resgatar a historicidade cultural que foi gestada na história do país. Em nossa visão, há uma riqueza imensa em termos de organização e de forma de viver que vai emergindo na contemporaneidade como forma de resistência, uma vez que a padronização social é voltada para que as peculiaridades desses povos sejam anuladas e deslegitimadas. As instituições sociais são instrumentos formais do Estado para dificultar a permanência dos modos de vida dos povos tradicionais. Elas transformam a tradição destes em algo de menor valor, o que, conseqüentemente, expropria o homem de sua cultura e perpetua a violência no que concerne aos direitos básicos da vida humana, como é o caso da disputa por terra e do direito de fixar moradia (e dali criar formas de subsistência).

As comunidades tradicionais ciganas possuem religiosidade, línguas e dialetos, arte, dança, culinária, música, cantorias e relação harmônica com a natureza, que funcionam, acima de tudo, como símbolo de luta e como instrumento de resistência para se manter a tradição. A árdua luta, em alguns momentos, avança e, em outros, retrocede, o que justifica a resistência desses povos e dessas comunidades tradicionais no avanço das conquistas não somente da terra, mas também dos outros direitos: educação, saúde, assistência social, trabalho e acesso a bens e a serviços.

Consideramos que as comunidades tradicionais ciganas, ao reivindicarem seus direitos ao Estado brasileiro, movem ações na tentativa de se manterem em suas comunidades e de serem contempladas com políticas públicas específicas, a fim de que tenham legitimados seus modos de vida e, por conseguinte, preservem sua cultura e colabore com a história. No momento em que os povos tradicionais forem contemplados e incluídos na história legitimada e sistematizada como seres humanos pertencentes a um Estado democrático de direitos, eles integrarão os processos sociais, educacionais e culturais do país, sem que seja necessário alterar as suas formas culturais. Não obstante cumpra-nos sublinhar a existência de pessoas não pertencentes a comunidades tradicionais que estão ocupando os espaços já legitimados socialmente, seja como cargos políticos públicos ou não, em universidades, espaços públicos e privados de construção de conhecimento sistematizado, ou até mesmo ocupantes de cargos públicos políticos, que possuem compromisso com os povos tradicionais. Ao se referir a eles, essas pessoas não devem falar deles, mas com/sobre eles, a fim de que os direitos humanos sejam uma proposta efetiva de humanização, levantada por todas/os e para todas/os.

Suspeitamos de que um dos legados dos direitos humanos para os povos tradicionais ciganos seria, para além de reconhecê-los culturalmente, aproximá-los dos demais povos, sem

que se faça deles um fantoche folclórico da história do país. Para refletirmos, convoco as palavras de Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, ao criticar o modo como a sociedade expulsa os diferentes.

Como marginalizados, ‘seres fora de’ ou ‘à margem de’, a solução para eles estaria em que fossem ‘integrados’, ‘incorporados’ à sociedade sadia de onde um dia ‘partiram’, renunciando, como trânsfugas, a uma vida feliz. A solução estaria em deixarem a condição de ser ‘seres fora de’ e assumirem a de ‘seres dentro de’ (FREIRE, 1987, p. 35).

Em outras palavras, Freire nos leva a pensar nas condições dos/das marginalizados/as do mundo inteiro, que precisam ter consciência de suas histórias de lutas, resistências e superarem às condições sub-humanas para saírem das margens, se instrumentalizar e assumir protagonismo de sua própria existência. Em relação aos povos ciganos, sair dos apagamentos, dos silenciamentos impostos a eles/elas e falarem por si, sem necessidade de interlocutores/as.

3.1 Lutas e labutas: mais do que o direito de ir e vir, quero ficar...

Todo o percurso histórico das lutas por terras e territórios dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil é marcado por muita violência, por muito *sangue derramado*. Mesmo com inúmeras denúncias relativas a esse cenário, a certeza da impunidade reforça a frequência dos casos, fazendo com que estes se perpetuem até os dias atuais (2021).

No acampamento Cigano Calon da Rota do Cavalo, local de nossa pesquisa, a comunidade que em 2014, após muitas lutas, idas e vindas, em um ato inédito no Brasil, recebeu da União a cessão da terra para seu povo é, mesmo assim, sempre vítima de ataques, perseguições e ameaças de perderem seu pedaço de chão, local onde eles já retiram seus meios de subsistências. Em decorrência dessas situações, em 2019/2020 realizamos junto à comunidade e Secretaria do Patrimônio da União (SPU) várias reuniões e mediações acerca da regularização fundiária, inclusive tivemos a visita técnica do Superintendente e sua equipe no acampamento cigano Calon Nova Canaã. Atuamos em uma negociação com vistas a solicitar a regularização fundiária com a SPU, cuja etapa final, exigida pela SPU, consistia na construção de um projeto arquitetônico por um grupo de arquitetos com uma planta baixa, a fim de que a área, enfim, pudesse ser utilizada. Conseguimos uma equipe constituída por três arquitetos/as para realizar um trabalho voluntário no acampamento cigano, por meio de diálogo com a comunidade acampada. Discutimos e construímos juntos o pré-projeto arquitetônico.

No dia 30 de janeiro de 2020, reunimo-nos na SPU com os arquitetos, com os líderes da comunidade e com as autoridades competentes para que pudessem ser ouvidos tanto os anseios dos representantes dos ciganos Calon quanto as orientações da SPU e dos profissionais arquitetos, de modo que o desenho do projeto pudesse contemplar uma construção coletiva sustentável e sem agressões ao meio ambiente. A reunião foi considerada produtiva, saímos todos/as muito satisfeitos/as, mas dois dias após as negociações, o acampamento sofreu um ataque violento e a comunidade cigana Calon, temendo pela segurança dos/seus/suas, evadiram com suas famílias.

Lembramos que a história da construção do Brasil é marcada de grandes conflitos e concentração fundiária, que se baseia no modo de produção capitalista, o qual usurpa e escraviza uma classe, em decorrência de manter privilégios para poucos, predominantemente ocupantes de uma classe elitizada. Os povos e as comunidades tradicionais são desvalorizados, pois, se não atendem aos interesses do capital, tornam-se indesejados. São inegáveis as lutas e os desafios diários na manutenção de sua cultura e na construção de suas memórias para o fortalecimento de suas identidades. Contudo, mesmo assim, continuam à margem de uma sociedade classista e elitista.

Fernandes (1995, p. 29) chama a reflexão de que “não existe neutralidade possível, o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”. É nesse contexto histórico que as condições materiais dos povos e das comunidades tradicionais ciganas nos interpelam a pensar, a denunciar e a lutar para mobilizar o Estado na construção de políticas públicas que atendam (e garantam) seus direitos fundamentais humanos.

3.2 As pautas dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Organização Internacional do Trabalho OIT³¹

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919 com objetivo de promover a justiça social. É a primeira agência das Nações Unidas que possui estrutura tripartite, ou seja, traz as representações das organizações, do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. A OIT deverá ser considerada a consciência social da humanidade.

Uma das missões da OIT é proporcionar oportunidades para que mulheres e homens tenham acessos aos trabalhos decentes e produtivos em condições de igualdade, equidade, liberdade, dignidade e segurança. Com a perspectiva de superar a pobreza, a OIT trabalha com

³¹ Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm> Acesso em: 03 jun. 2021.

desenvolvimento sustentável e governança democrática. Segundo a agenda da organização Internacional do Trabalho, os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT são: definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho; criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens; melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; fortalecer o tripartismo e o diálogo social. O trabalho incansável da OIT é a busca de atendimento às necessidades dos/das trabalhadoras, desenvolver políticas públicas e elaboração de programas que atendam a essa pauta. Na estrutura dessa organização, todos e todas têm voz ativa nas decisões e o diálogo social é imprescindível.

A Convenção de nº 169 da OIT versa sobre Povos e Comunidades Tradicionais e apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos coletivos, com relevantes aspectos de direitos econômicos, culturais e sociais. A Convenção nº 169 é, no atual momento, considerada o instrumento internacional mais eficaz, que abrange as pautas em relação às condições de vida e trabalho dos indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recordamos que um tratado internacional ratificado pelo Estado tem caráter vinculante.

Apesar de toda sua relevância social, política e econômica foram apresentados no dia 27 de abril de 2021 na Câmara dos Deputados Federais, o Projeto de Decreto Legislativo n. 177/2021, de autoria do Deputado Alceu Moreira do partido (MDB/RS), que autoriza ao Presidente da República, hoje o senhor Jair Messias Bolsonaro, a denunciar a Convenção da OIT 169. O principal argumento para a proposta é de que a nossa legislação não carece de nenhuma complementação, haja vista que já é protetiva suficiente para abarcar as demandas dos Pactos que estabelecem a garantia dos direitos aos Povos e Comunidades Tradicionais. Sendo assim, o documento jurídico internacional em questão não supera a nossa Constituição, tornando-se inválido e supérfluo.

Para além de todos os absurdos, violações e ataques a essas pessoas e comunidades tradicionais, o PDL considera que a OIT169 limita o acesso do Poder Público às terras e territórios ocupados por indígenas, quilombolas e todos os Pactos, sem o consentimento desses indivíduos, assim como o fato de se necessitar de prévia autorização para qualquer ação governamental nos territórios. A justificativa do PDL coloca os Povos e Comunidades Tradicionais como entraves ao desenvolvimento do país.

Considerando que após tantas lutas e empreendimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais para ter seus direitos reconhecidos na legislação brasileira, é inadmissível aceitar sem questionar, mais um retrocesso. As comunidades tradicionais foram surpreendidas com mais esse abuso, que novamente se configura descaso e perseguição a esses povos. Ora, caso

esse PDL for aprovado, todos os avanços e garantia de direitos que versa na OIT 169, fica sob o julgo do atual presidente da República, que poderá alterá-la aos seus próprios interesses.

Em defesa, saíram os movimentos sociais, comunidades, pesquisadores/as, militantes e ativistas, que nesse momento precisam atuar como incansáveis vigilantes e guardiões/ãs das pautas em favor dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse importante instrumento de luta dos Povos e Comunidades Tradicionais, que fundamenta e legaliza a defesa dos seus modos de vida e territórios ratificados pelo Brasil um importante tratado que vem sendo construído desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Nesse contexto, a OIT 169 valida a contribuição dos povos e comunidades tradicionais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e trabalho. Já o direito ao território é uma luta legítima desses povos por assumir o controle de suas vidas, pelo seu desenvolvimento sustentável e econômico, fortalecendo suas identidades, línguas e manifestações religiosas. Em diversos lugares do mundo esses povos foram dizimados e sucumbidos da história. Os que sobreviveram não podem gozar dos seus direitos fundamentais na mesma proporção que o restante da população dos Estados onde moram. Em resumo, suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sido atacados com frequência. Portanto, esta convenção defende, reconhece e legitima o direito de autodefinição étnica, a responsabilidade do Estado em desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação para proteger os direitos desses povos e garantir o respeito pela sua integridade. Não suficiente, a OIT percebe a necessidade de assegurar aos povos e comunidades tradicionais o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação prevê.

Além disso, desenvolvem-se as medidas que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, como gozar dos direitos humanos e liberdades, sem obstáculos nem discriminação; e principalmente o direito de consulta apropriada, por meio de suas instituições representativas, quando alguma medida vem afetá-los.

A Convenção OIT 169 estrutura e materializa a importante garantia dos Direitos Humanos e da defesa de grupos sociais no Brasil e no mundo, sobressaltando vários aspectos em relação a estes Povos e Comunidades Tradicionais, como o respeito, a manutenção, valorização e conservação da biodiversidade.

No entanto, cabe ressaltar que, conforme a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040 de 2007), o Brasil abriga ainda um conjunto de outros grupos na pauta dos Povos e Comunidades Tradicionais. A ausência desses grupos

no PDL reforça a invisibilidade e exclusão a que estão submetidos, evidenciando a pertinência e importância de dispositivos como a Convenção 169. Considerar que o nosso país tem dispositivo legal suficiente para a defesa dos povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais demonstra a completa insensatez, cegueira e insensibilidade dos apoiadores desta covarde proposta.

Diante de tantos ataques e conflitos, consideramos que essa PDL é um retrocesso absurdo, pois leva o Brasil a se omitir, se afastar e se desresponsabilizar mais uma vez dos compromissos e acordos internacionais.

O discurso imperialista e totalitário demarca o momento histórico de retrocessos e perdas de muitos direitos, mas também o autoritarismo – marca histórica do genocídio, etnocídio, extermínio e da necropolítica genocida que viola os direitos dos povos e comunidades tradicionais e ataca os direitos fundamentais da população historicamente marginalizada. A garantia dos direitos culturais e territoriais dos povos e comunidade tradicionais não é o entrave para o desenvolvimento. A pluriculturalidade e a nossa diversidade é, inclusive, uma das condições para abrir possibilidades de superação à crise ecológica e socioeconômica que marca a nossa história. Diante dessa nova ameaça à construção de um país mais ético, igualitário, sustentável justo e capaz de reconhecer e valorizar a importância histórica, social, política, cultural, econômica e ecológica de nossa biodiversidade, esta pesquisa e o nosso grupo de pesquisa, Materialismo Histórico-Dialético e Educação – Consciência, somam-se a essa luta e ecoamos as vozes dos oprimidos, mostrando-nos contra o Projeto de Decreto Legislativo n. 177/2021.

No dia 02 de junho de 2021, participamos de um webinar³² com a 6ª Câmara do MPF para discutirmos a importância da OIT 169 para proteção dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Na ocasião, houve a participação de Dra. Eliane Torelli de Carvalho, representando a 6ª câmara do MPF, Dra. Patrícia Birman, representando a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Dr. Eloy Terena, advogado dos Povos e Comunidades Tradicionais, Dr. Jefferson Pereira, advogado da CONAQ, militante e quilombola no território quilombola Águas do Velho Chico, em Orocó – PE, e o Dr. Martir, diretor da OIT no Brasil. O debate teve como enfoque a PDL 177/2021, que autoriza o presidente da república a retirada da convenção no Brasil, e que tem cláusulas voltadas a se assegurar os direitos fundamentais aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A mediadora da mesa, Dra. Ana Torelli, fez um questionamento enfático sobre

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FEQx0JJSn9k> Acesso em: 20 jun. 2021.

quais os outros instrumentos jurídicos poderiam amparar essas pessoas caso a PDL177/2021 fosse aprovada? A Dra. Patrícia Birman deixou claro que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tem externado toda indignação de que os PCT vêm sendo alvo, principalmente neste momento de pandemia, que atinge a todos, mas sobretudo a essas comunidades, já tão assoladas e agora tão atingidas pelos retrocessos. O Dr. Luiz Eloy Terena externou o quanto esse tema é fundamental, pois a OIT é um documento normativo internacional que já foi internalizado na vida dessas pessoas e no mundo jurídico.

Estimam-se muitas ameaças, ataques e retrocessos sociais, caso essa PDL seja aprovada. Questionou e citou em qual dimensão política e histórica que a Convenção 169 foi concebida. Sempre foi numa relação de legitimar a análise de mais de 500 anos de PCT marcados no princípio da integração, assimilação e na subjulgação jurídica desses povos por meio da tutela do Estado. Se os PCT seriam ou não integrados numa atitude que viola o direito a diferença, isso já foi superado.

A OIT 169 data de 1989, mas suas discussões foram antes dessa data. Ela influenciou a Constituinte de 1988, rompendo com a tradição jurídica de integração e assimilação que reconheceu, naquele tempo, os povos indígenas como povos originários. O Direito a diferença rompe a relação com a tutela racista e autoritária do Estado. A importante Convenção OIT 169 já possui força normativa no Brasil.

A Convenção 169 reconhece esses territórios tradicionais como o lugar de reprodução alimentar sustentável, reprodução física e cultural dos PCT, afastando qualquer tipo de elementos ameaçadores temporais. Ou seja, não é política de governo, senão de Estado. Qualquer ataque a esses direitos é inconstitucional. É notório o retrocesso social, pois a OIT 169 já tem força normativa de força constitucional.

O que estamos falando e debatendo em pleno século XXI é a verdadeira cidadania cultural. Para esta, se requer o respeito à diversidade cultural de cada povo que está na pauta do debate acerca dos PCT na proteção também dos seus territórios. Os PCTs têm estado em vigilância constante e sinalizado que não podem perder mais direitos e nem ser pisoteados pelos interesses políticos econômicos que sempre estão a espreitar seus territórios. O Dr. Jefferson Pereira, advogado, militante quilombola, disse sobre a possibilidade de denúncia da Convenção 169 pelo Presidente da República. A PDL 177/2021 fere diretamente o princípio do retrocesso, trazendo muitos prejuízos aos direitos dos PCTs. A Convenção 169 além de tudo, trata de outros direitos ligados aos povos

tradicionais, como saúde, educação, assistência social. Graças a essa normativa ele conta que, como advogado, luta pelo seu coletivo.

Por fim, cita que a denúncia da OIT 169 fere o Pacto de São José da Costa Rica, que lutou tanto para assegurar e trazer direitos aos PCTs. Dos 24 países que constituem a convenção, apenas o Brasil fez denúncias, embora nenhuma consulta tenha sido feita. Toda ação que o Estado fizer precisa consultar, e, nesse caso, fizeram tudo ferindo a própria legislação vigente, sem consulta prévia.

A Convenção incentiva os vários países a respeitar os direitos dos PCT e seus direitos e aprimorar as aplicações normativa. Enfatizou que os PCT possuem práticas, línguas, governo e modos próprios, sofrem todo tipo de exclusão, pobreza, marginalidade, acesso limitado e as piores formas de trabalho. A OIT 169 busca superar práticas discriminatórias que afetam os PCT e assegura que participem nas tomadas de decisões que impactam diretamente a vida do grupo. Assim assegurar os direitos dos PCT, resguardando este legítimo documento da Convenção OIT 169 e combater a PDL 177/2021, que é um verdadeiro retrocesso, estaremos garantindo a tradição e a sobrevivência dos grupos étnicos identitários que são abarcados nesse relevante documento.

3.3 As Organizações Ciganas

Os Povos e Comunidades Ciganas, dentro dos seus contextos, possuem suas organicidades e criam seus estatutos. Cada grupo étnico estabelece relações de convivência grupal no intuito de manterem suas culturas avivadas e também como forma de se protegerem e manterem-se unidos/as.

Entretanto, compreendendo a necessidade de lutarem por seus direitos sociais e fundamentais, precisaram superar suas limitações e avançar para se organizarem em associações que os representassem. Sendo assim, suas demandas e pautas alcançariam legitimidade. O que vimos por meio da nossa pesquisa de campo é que nas últimas duas décadas, principalmente após o ano de 2006, vários grupos identitários ciganos se organizaram em associações legalizadas, documentadas por meio de atas, com criação de CNPJ. Listamos algumas no Quadro 2:

Quadro 2 - Associações ciganas

(Continua)

1. Associação Nacional das Etnias Ciganas – Anec – Sobradinho/Brasília/DF - Presidente: Wanderley da Rocha
2. Associação Comunitária Otávio Maia – Sousa/PB - Presidente: Cícero Romão batista
3. Associação Pedro Benício Maia – Sousa/PB - Presidente: Francisco Lacerda Figueiredo
4. Associação Raimundo de Doca Gadelha – Sousa/PB - Presidente: Francisco Vidal (Nestor Cigano)
5. Associação Nacional das mulheres ciganas – Porto Seguro/BA - Presidente: Edvalda Bispo dos Santos Viana (Dinha)
6. Associação Nacional e Cultura Universo Romale de Taubaté – Taubaté/SP - Presidente: Carlos Benjamim
7. Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso – AEEC – Cuiabá/MT - Presidente: Fernanda Alves Caiado - Alúzio de Azevedo
8. Associação do Centro de Referência Cigana de Santa Catarina – Major Vieira/SC - Presidente: Rogério Silva
9. Comunidade Cigana de Trindade/GO - Presidente: Júlio Cesar Rodrigues e Divino Ferreira (Secretário)
10. Associação cedro Centro de Estudos e Discussões Romani - CEDRO/SP -Presidente: Maura Ney Piemonte
11. Associação Ciganos Itinerantes do Rio Grande do Sul – São Leopoldo/RS - Presidente: Rose Winter
12. Associação dos ciganos do estado do Ceará – Tianguá/CE - Presidente: Paloma Maia
13. Associação dos Ciganos de Pernambuco - ACIPE – Recife/PE - Presidente: Enildo Soares dos Santos Filho
14. Associação Nacional da Ciganas Calins – ANCC - Itapevi/SP - Presidente: Sonia Amaral
15. Associação Estadual dos Ciganos do Espírito Santo – AECES – Serra/ES - Presidente: Lucilene de Oliveira Souza
16. Associação Estadual e Cultural de Direitos do Povo Cigano de Minas Gerais – MG - Presidente: Itamar Pena Soares
17. Associação de Estudos e Defesa da Cultura Cigana Caravana da Paz - Peruíbe/SP - Presidente: Maurício Tadeu Pereira - Estela Julietti do Nascimento Pereira
18. Associação municipal cultural de direitos e defesa dos povos ciganos de Matozinhos e Pedro Leopoldo /MG - Presidente: Leone Soares
Associação municipal cultural de direitos e defesa do povo cigano de Conselheiro Lafaiete/MG – Presidente: Celso e Rafaela
19. Centro Calon de Desenvolvimento Integral – CCDI – Sousa/PB - Presidente: Francisco Lacerda Figueiredo
20. Centro de Pesquisa da Cultura Roma (CEPRECO) – Volta Redonda/RJ - Presidente: Alessandra Tubbs
21. Centro de Cultura e Tradições <i>Ciganas Rom do</i> Rio Grande Norte – ACIGAROM (Segmento Rom Mathuano) - Natal/RN - Presidente: Omar Ivanovich
22. Circo Coliseu de Roma (Circense) - Vargina/MG - Presidente: Rodrigo Mikalovic
23. Comunidade Cigana Circense Família Sbano – SP/SP - Presidente: Adriana Sbano
24. Coletivo Roda Cigana do Estado de São Paulo - Rede Humanitária -Coordenadora: Lourdes Corrêa (Lu Ynaiah)
25. Comunidade Centro de Tradição Romani – São Paulo/SP - Presidente: Barô Jorge Nicole
26. Comunidade Família Cigana Calon Claudomiro Cigano (Marcos Antônio Pantaleão - Zona da Mate Mineira) – Conselheiro Lafaiete/MG (Filiada a Roda Cigana/SP)
27. Comunidade Itinerante, Preservação e Direitos Romani do Paraná. Responsáveis: Nardi Casanova (Conselheira do Comper e Conselheira Municipal da Saúde), Marisa Galvão, Weverton Passos e Fabio Soares
28. Confederação Brasileira Cigana – CBC – Brasília/DF - Presidente: Rogério Nicolau
29. Federação Cigana de Minas Gerais – FEMICI – Belo Horizonte/MG - Presidente: Leonardo Costa Kwiek
30. Federação Cigana de Alagoas – Penedo/AL - Presidente: José Willamis Alves Da Silva
31. Federação Cigana de Santa Catarina – SC - Presidente: João Rafael Amoedo

Quadro 2 – Associações ciganas

(Conclusão)

32. Federação Cigana do Distrito Federal – Brasília/DF - Presidente: Divino Jorge Luís
33. Federação Cigana do Rio Grande do Sul – Passo Fundo/RS - Presidente: Roberto Nicolau
34. Federação Cigana do Estado de Goiás/GO – FECIG - Presidente: Ademir Gomes da Silva
35. Federação Cigana de São Paulo – São José do Rio Preto/SP - Presidente: Carlos Traico Tosco
36. Federação Romani do Estado do Rio de Janeiro – FROMERJ/RJ - Presidente: Saulo Yanovich
37. Instituto Cigano do Brasil-ICB – Caucaia/CE - Fórum das Comunidades e Povos Tradicionais do estado do Ceará.
38. Presidente: Rogério Ribeiro - Instituto de Apoio e Desenvolvimento a Comunidade Cigana – IADESCC – Brasil - Presidente: Jucelio Fernandes
39. Associação Municipal Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Andradadas - Presidente: João Batista Nogueira
40. Associação Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Uberlândia/MG Presidente: Pedro Costite Júnior e André Nicoliche
41. Coletivo de Ciganos – Grupo Ciganagens – Salvador/BA - Representante: Roy Rogeres Fernandes Filho.
42. Comitê dos Povos Tradicionais do Estado do Mato Grosso – CEPCT – MT – Representantes: Terezinha Alves e Uanderson Pereira dos Santos
43. Comissão Romani do Rio de Janeiro –RJ – Dora Marcovitch Yanovich
44. Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK – Representantes: Elisa Costa e Lucimara Cavalcante.

Fonte: Elaboração da autora

Dessa forma o que nos chama a atenção é que essas associações representativas dos povos e comunidades ciganas, embora estejam em estados e municípios diferentes, se comunicam entre suas lideranças e estão sempre à frente das pautas relativas às causas ciganas. Mesmo que alguns grupos étnicos possuem suas especificidades, ao mesmo tempo que discordam em alguns aspectos relativos em suas culturas, mantém-se unidos quanto às pautas nacionais de interesse coletivo. Uma das características marcantes entre eles/elas é que se tratam como primos e primas numa relação de parentesco consistente. Isso demonstra uma estratégia para manutenção da cultura, fortalecimento, resistência e pertencimento identitário.

Constatamos que o sentimento de pertencimento é muito importante para esse grupo étnico, pois consegue se organizar socialmente e politicamente para lutar contra invisibilidades, discriminações e preconceitos, para superar suas fragilidades, apagamentos e representações sociais estereotipadas.

3.4 Questão social: conquistas com muita luta e suor

Para enxergarmos a panorâmica dos serviços de assistência social voltados para os Povos e Comunidades Tradicionais, seguem os dados coletados na página do Ministério da Cidadania que versa a respeito do Cadastro Único para Povos e Comunidades Tradicionais em situação de vulnerabilidade social.

Segundo a cartilha gerada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal Codeplan (2016), os dados utilizados para a identificação e mapeamento das populações ciganas provêm Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é um instrumento importante de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda” (MDS, 2012, p. 7). Para fins de cadastro, são consideradas famílias de baixa renda aquelas com rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo. Essa fonte foi implementada em 2001 e, desde então, tem sido aprimorada. Através do Cadastro, foram investigadas várias questões: um relacionado às características do indivíduo e outro aos domicílios, informações referentes à extração de fevereiro de 2016. Consta no Cadastro um universo de 13.556 pessoas distribuídas no Brasil, no qual três estados – Bahia (4.517), Goiás (1.767) e Minas Gerais (1.599) – concentram mais da metade dos ciganos. No Distrito Federal, são 113 pessoas distribuídas em 38 famílias. Quanto às famílias, o Brasil soma 4.373, mantendo a sua concentração nos estados de maior população (CODEPLAN, 2016).

Quadro 3 - Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos

GRUPOS FAMILIARES	FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS CADASTRADAS BENEFICIÁRIAS DO PBF
Indígenas	169.355	133.877
Ciganos	13.556	5.875
Quilombolas	199.757	144.665
Ribeirinhos	147.472	111.816
Extrativistas	51.455	42.388
Pescadores artesanais	289.519	229.549
Agricultores familiares	1.865.975	1.336.615
Assentados da Reforma Agrária	174.147	84.921
Acampados	51.353	21.538

Fonte: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (Abril/2021)

Observamos que o quantitativo aproximado de famílias ciganas no Brasil que se cadastraram ou que recebem benefício apresenta um quantitativo irrisório, haja vista consideramos que segundo dados da cartilha da SEPPPIR temos aproximadamente entre 500.000 a 800.000 ciganos. Portanto, poucos recebem o benefício do Governo Federal.

Conforme observamos, por meio de dados realizados pela entidade junto a informações da Seppir com base em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³³ relacionados a municípios brasileiros que possuem acampamentos ciganos, somente 40 prefeituras afirmaram realizar políticas públicas sociais de assistência como acesso à educação

³³Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/brasil-cigano-formado-por-mais-de-500-mil-pessoas-ainda-e-pouco-conhecido-da-grande-populacao-1570/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

e à saúde. Significa que apenas 13,7% do total de ciganos do país recebe algum tipo de assistência social, o que é preocupante. O que acontece com o restante? Segundo relato de Sérgio Ribeiro, cigano Calon de Minas Gerais,

[a]s ações para apoio aos ciganos têm sido, ao longo de décadas, de caráter cultural, para difusão das danças e histórias do nosso povo, realização de seminários e encontros. Trabalhos, mesmo, para ajudar as famílias, estamos vendo serem iniciados agora. Mesmo assim, pedimos um trabalho de divulgação maior dos programas existentes em cada acampamento. Ainda somos invisíveis aos olhos de muita gente³⁴.

Por isso, no mês de maio a secretaria lançou uma publicação intitulada “Guia de Políticas Públicas para Ciganos³⁵” e foram escolhidos 30 delegados, lideranças notórias em suas comunidades e associações, que tiveram representatividade na última Conferência Nacional de Igualdade Racial, realizada no final de outubro 2012. Dentre as propostas, as que tiveram maiores destaques foram: educação, alfabetização de jovens, adultos e idosos para os ciganos, monitoramento para inserção de conteúdos e materiais didático pedagógicos na rede de ensino pública e privada. Entre as propostas constam também a intensificação da vigilância de ações, do Estado e municípios, para cobrança do cumprimento da resolução que versa sobre as diretrizes para o atendimento de educação junto as populações em situação de itinerância, incluindo circenses, parquistas e ciganos. Com relação ao Cadúnico de programa social, consta como prioridade na pauta uma orientação mais eficaz de acesso, pois há uma série de dúvidas sobre o cadastramento de famílias ciganas que exigem um processo de abordagem mais simples por causa de suas especificidades étnicas e culturais.

Portanto, o que podemos constatar em relação às políticas públicas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais é um constante ir e vir. Em outras palavras, há poucos avanços e muitos retrocessos. Ainda é objeto de muitas discussões e carece de muitos diálogos com as comunidades, pois faz-se necessário primeiramente escutar os grupos, ir além de uma visão teórico científica e acrescentar o estudo, a voz e a ótica do próprio povo. Em relação aos povos ciganos no Brasil, além de lutarem para superarem as barreiras sociais e étnico- raciais, lutam para serem incluídos nas pautas das políticas públicas, pois ainda são alvos de muitas violações e poucos são conhecedores dos seus direitos. Por isso, o Estado precisa cumprir seu papel em garantir os direitos desses povos de cultura pouco reconhecida.

³⁴ Relato oral do cigano Calon Sérgio Ribeiro em 2009.

³⁵ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios_cuidado_saude_povo_cigano.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

4 LABOR: RESPEITA, MEU SENHOR, TAMBÉM SOU TRABALHADOR

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade (FREIRE, 1987).

Os povos ciganos são cotidianamente acusados de preguiçosos, praticantes de gambiras³⁶ e de trapanças. Reconhecem a importância do trabalho para a sobrevivência, mas criam outra relação com ele, em respeito a sua cultura. Como estão fora desse padrão majoritário de sociedade capitalista da pós-modernidade, não possuem classificação e nem aparecem em qualquer documento oficial como identidade étnica (sequer no Censo). Essa invisibilidade se instaura em decorrência de um desinteresse do capital, que os enxerga como supérfluos e descartáveis nessa estrutura cruel e rígida que desumaniza, esmaga e escraviza o povo marginalizado, que valoriza a aparência e o consumo, que nega o valor do tempo livre em comunidade e da autoreflexão e que apaga toda e qualquer possibilidade de autorreflexão alinhada a um projeto social de práxis revolucionária. Sobre isso, complementa Conceição (2019, p. 11) que,

[...] ao negar o discurso da totalidade, no que implica analisar as contradições do capital no seu caráter autofágico do trabalho, abstém-se da discussão sobre a mercadoria e sobre o valor, enfatizando a cultura como conceito, e não a produção social humana, insistindo na subjetivação do indivíduo e do lugar.

Em nossa opinião, há, em escala mundial, guerras constantes para a garantia do domínio do poder, do consumo, da produção de mercadorias que vão alimentar e manter toda a arquitetura da superestrutura. Esta, por sua vez, controla e aprisiona as populações das classes subalternas e, como uma cortina de fumaça, seduzindo e encantando, principalmente, as massas da classe dominada trabalhadora, tem a intenção de promover a fragmentação, o individualismo e a total destruição dos seres humanos. Além disso, essa superestrutura é responsável por instaurar medo, insegurança e dissipação da violência urbana e rural a fim de manter todas/os na condição de isoladas/os e, em outros momentos, fomentar competitividade. Diante desse cenário, o ódio passa a ser um fator determinante nas relações humanas, fragilizando ainda mais a capacidade de refletirmos como grupo, o que abre espaço, por conseguinte, para a intolerância

³⁶ Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/gambira/5161/> Acesso em: 20 de ago. 2021. Expressão largamente usada em Goiás para negócio que se faz envolvendo troca de objetos móveis, imóveis e ou semoventes. O mesmo que permuta, troca. Trocar um cavalo por uma vaca; permutar um carro por uma moto são gambiras.

e para a barbárie no convívio com a/o outra/o. Aquela/e (a/o outra/o, a/o estranha/o, a/o fora do padrão), por sua vez, pela impossibilidade de consumir ou de alimentar o capitalismo selvagem, precisa ser exterminada/o e, logo, sofrerá represálias. Como resultado, os conflitos crescem, e o ódio assume lugar da rejeição ao que é estranho e está na informalidade.

A/o outra/o passa a ser a representação do que é desprezível como ser humano, mas que pode ser, ao mesmo tempo, uma mão de obra barata, uma força de trabalho usada e descartada a qualquer momento. O corpo e a mão do/a trabalhador/a explorado/a vivem nessa perspectiva: quanto mais se criam valores de consumo, mais expropriada/o, mais deformada/o e mais indigna/o ela/e vai se tornando. O motivo para tal avaliação é que não se consegue obter o fruto da sua produção daquilo que ela/e criou ou que contribuiu. O/a trabalhador/a perde aquilo que mais tem de importante: a relação com a sua criação (o fruto do seu trabalho) e a capacidade de se reconhecer como autor/a da sua própria experiência de criação. Como isso não lhe pertence mais, mas pertence aos sujeitos de outra classe, podemos analisar como um sequestro da sua subjetividade, da sua objetividade, da sua essência e dos seus processos de criação humana, em outras palavras: como uma negação sua totalidade.

O trabalho torna-se externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, nele se nega, mortifica-o. O trabalho em que o homem se exterioriza é auto sacrifício, é mortificação. O trabalho não é a alma da produção. O trabalhador não se reconhece em si mesmo além da esfera da sua reprodução. Só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho (CONCEIÇÃO, 2019, p. 13).

Associado a esse sentimento de não pertença, as/os trabalhadoras/es se veem diante das tarefas de gerar bens e riquezas e de alimentar o seu algoz, que é o mercado financeiro, político e econômico. Em decorrência disso, elas/es, na medida em que fortalecem o capital, ficam sem tempo livre para pensar com criticidade. A exaustão de seu trabalho, por sua vez, esmaga, apaga e destrói, de forma que o trabalho se torne um monstro, uma máquina trituradora do sujeito histórico transformador e emancipador.

Nesse contexto, o que questionamos é como o/a trabalhador/a pode pensar em criticidade diante desse cenário? Admitimos não ser possível transformar os espaços em que se vive e se trabalha se a ela/e foi negado o ato de pensar, em decorrência da sua sobrecarga de trabalho e da força motriz que movimenta os interesses lucrativos da mais valia³⁷, cuja finalidade é aprisionar esse sujeito sem propriedade das redes de espaços de fala, de lutas e de transformações.

³⁷ Conceito usado por Karl Marx, quer dizer o trabalho explorado a mais que gera lucro ao empregador sem que seja remunerado para o trabalhador. Ver Bottomore (2001, p. 227).

Temos um exemplo bem atual, no ano 2020, com a Covid-19 (*Corona Virus Disease*). Nessa crise mundial, escancara-se o que o capitalismo tem de mais tenebroso. A atual pandemia fez emergir a cultura que o país tem e que, de alguma forma, estava disfarçada o racismo, o machismo, o preconceito, a misoginia e as desigualdades sociais. Estamos vivendo tempos em que escapam de nós muitas inquietações e muitas denúncias claras de violência contra as/os trabalhadoras/as pobres do país, tempos de total precarização e expropriação do trabalho.

Quando analisamos a importância dada ao desenvolvimento econômico e tecnológico, fica claro que, em momentos de crises, o capital sempre tem uma “*carta na manga*” e traz, às vezes, alguns avanços tecnológicos que atendem, fomentam e alimentam o capitalismo, contribuindo, ainda mais, para o consumo exacerbado, para a precarização do trabalho e para o alargamento dos abismos, das injustiças e das desigualdades sociais.

No Brasil, especificamente, a desigualdade social é gritante. Existe um número limitado de pessoas que detém o poder e são fortalecidas pela lógica capitalista, qual seja: a de manutenção e ascensão da relação dos dominantes (opressores) em contraposição à dependência dos dominados (oprimidos/subalternos), que só gera empobrecimento.

Diante desse contexto, algo nos chama atenção ao analisar nosso país. Embora o Brasil seja diverso, o maior da América Latina, e disponha de grandes fontes de recursos naturais, dado que enviamos matéria-prima para inúmeros países do mundo – e estes, por sua vez, transformam os nossos recursos em produtos e tecnologia de ponta e nos vendem por preços absurdamente altos –, sequer aparece na lista de países pertencentes às *Fronteiras de Patentes Tecnológicas*. Segundo Antunes (2017), o que quantifica e movimenta a teoria do desenvolvimento tecnológico mundial são seus índices de medição das patentes tecnológicas, pois, para a teoria burguesa, as patentes é que mensuram os desenvolvimentos tecnológicos dos países.

Por ser um país de riqueza naturais abastece o mundo com os recursos retirados de seu solo, fauna e flora e com a presença de Povos Originários e Comunidades Tradicionais a natureza é um elo forte, porém a tecnologia que invade o mundo da comunicação em rede fica muito longe desta população que é guardiã destes recursos naturais. Isso implica na desigualdade social, no analfabetismo digital, na exclusão dos recursos tecnológicos, sendo um indicador que os distancia da sociedade capitalista.

A ciência, submetida ao serviço do capital, mostra-se contrária aos/às trabalhadoras/es de todo o mundo. Nesse caso, a *ciência corporificada* pelos avanços tecnológicos a serviço do alimento do capitalismo expropria, precariza e aumenta o massacre e a exploração. É inegável que as tecnologias postas alteram e potencializam as desigualdades sociais. As inovações

tecnológicas acompanham os processos de exclusões tecnológicas. Capital fixo e neocapitalismo são inseparáveis.

Nesse ínterim, o desenvolvimento tecnológico, como forma imediatista de resolver um problema, acaba excluindo muita gente. No que tange aos povos ciganos, isso fica claro na relação trabalho e educação, pois somos um país diverso e com abismos sociais gritantes. Podemos constatar que, em tempos de muitas crises, fica ainda mais visível o papel do capital. Este determina e deixa claro que a pobreza e a desigualdade social são importantes para a manutenção da sociedade capitalista em todos os seus níveis, o que favorece, por conseguinte, o aumento expressivo da desigualdade social mundial. Chama-nos a atenção que enquanto a ciência humana quebra a lógica hegemônica do capital, a ciência tecnológica aumenta, fomenta e sustenta essa lógica.

Quem são as/os trabalhadoras/es contratadas/os nos dias atuais? Elas/es não têm mais acesso às seguridades funcionais básicas. Neste contexto de assumir o trabalho produtivo, os membros das comunidades necessitam se individualizar, se afastar uns dos outros para conseguirem sobreviver com o básico. Estão totalmente submetidos a precaridades estruturais e à desumanização da vida comum e do trabalho. Salientamos que as famílias das comunidades tradicionais ciganas não se enquadram neste panorama, pois o convívio familiar é prioridade, pois neste repassam sua cultura e garantem que permaneçam vivos e constituídos com identidade étnica. Em outras palavras dizemos que possuem uma relação com o trabalho que não o aprisionam e não percam a liberdade das possibilidades em ser ciganos.

Nessa crise mundial, os fenômenos políticos, sociais e econômicos estão cada vez mais polarizados, favorecendo a relação tensionada de disputa por território de poder, favorecendo, pois, os abismos sociais e econômicos. Em suma, tudo é tendencioso, articulado e pensado estrategicamente para se manter a estrutura que está posta pelo capitalismo. Lembramos da importância da luta social com a profunda reflexão decorrente da decomposição e da recomposição da classe trabalhadora, pensando na contemporaneidade, frente aos atuais desafios. A classe operária/trabalhadora precisa reagir e fazer a revolução acontecer, pois o capitalismo ligado à hegemonia financeira, em uma consistente fusão de bancos e de indústrias, controla o mundo e oprime a classe trabalhadora.

A indústria da devastação, com o mundo digital em alta, movimenta e interpela as/os trabalhadoras/es a ressignificar o seu trabalho. No século do mundo digital, o ser humano vem sendo substituído por máquinas. As empresas se horizontalizam; a tercerização vem ganhando espaços na tentativa de individualizar e de oprimir ainda mais essas pessoas; e a valorização

dos maquinários digitais favorece a destruição dos coletivos e a fragmentação, ainda maior, das/os trabalhadoras/es. Segundo Antunes (2009, p. 227-228),

[...] trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)socialização contemporânea: destrói a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza [...].

No que tange ao trabalho, esse processo de desestruturação e de destruição se concretiza pelo sistema de responsabilização, em que as condições de trabalho e as finalidades estão totalmente atreladas à meritocracia. Pode-se constatar que é um sistema que, em larga escala, tem influenciado muito a organização e o planejamento do trabalho pedagógico da escola formal, sistematizada, conforme Paulo Freire (1987), aos moldes de uma *educação bancária*, que contribui para a formação de mão de obra barata e para uma concepção de trabalho alienado³⁸. A classe trabalhadora está cada vez mais desregulamentada e há muita hibridez no mundo do trabalho, considerando ainda que no campo político muitas ameaças de retrocessos com a reforma trabalhista e a reforma administrativa em trâmite. No setor de serviços, sobretudo, a situação piorou muito para o/a trabalhador/a. Segundo Antunes (2009), a precarização do trabalho tem colaborado para vivermos, atualmente, um tempo em que tudo está muito *uberizado*, em vários setores. Vivemos tempos de atividades por meio virtual. O capitalismo de plataforma, que temos hoje no mundo digital, está nos obrigando a repensar e a ressignificar os espaços, os tempos, os saberes, as convivências e a humanização.

Estamos vivendo a era da escravidão digital, com novos tempos, novos serviços, novas tecnologias. Testemunhamos um processo de transformações significativas no trabalho. O comércio gera lucros, mas sem gerar mais valia. As indústrias geram lucros e geram mais valia. É preciso entender o processo de produção de mercadoria. Tempos de terceirização em massa são extremamente preocupantes para as/os trabalhadoras/es.

Ainda, segundo Antunes (2009), cria-se, atualmente, um novo proletariado. O trabalho é uma questão vital. Se não formos capazes de fazer uma decomposição do que estamos vivendo, estaremos fadados ao fracasso. Faz-se urgente que se aprenda com as tragédias do passado e que se faça uma revolução por direitos trabalhistas. Enfim, o capitalismo não tem interesse em mais nenhuma conciliação.

³⁸ Trabalho Alienado – Em Marx é o trabalho alheio, onde a produção se torna estranha ao trabalhador. (BOTTOMORE, 2001).

4.1 Tempo livre não é preguiça, é direito à vida

Dá-me o silêncio da noite pra ouvir o sapo namorar a Lua, dá-me o direito ao açoitado, ao ócio, ao cio, a vadiagem pela rua (VANDER LEE)³⁹.

O lazer e o tempo livre são caros e escassos na sociedade capitalista contemporânea. E sobretudo quando se trata de povos e comunidades tradicionais ciganas, esse tempo é inegociável, haja vista que é nesse tempo/espço sagrado que eles e elas realizam os encontros, fortalecem os laços e o espírito de coletividade do grupo – parte importante da sua cultura e do seu cotidiano.

Em algumas comunidades ciganas visitadas durante a pesquisa à rotina de trabalho com tempo rígido/fixo, que é a grande mercadoria funcional do capital, tem outro significado aos olhos das pessoas ciganas o que se ganha, se gasta e de preferência na coletivamente, com reuniões em família, festas, comidas, bebidas, músicas, viagens, prazer e lazer. Vivenciamos algumas festas de casamentos e batizados que duram dois dias, com muita música e alegria. Também por isso essa cultura é tão incompreendida e os povos ciganos taxados de preguiçosos, folgados, trambiqueiros, arroaceiros e outros adjetivos que os colocam numa situação inferiorizada em relação às outras culturas dominantes. A sociedade conseguirá um dia pensar nessas comunidades a partir de suas potencialidades? Conseguirão enxergar a relação trabalho e educação como algo que integra o lazer e o tempo livre e está indissociável da política social e cultural?

Desde os tempos mais remotos, o ser humano, por uma questão de sobrevivência, necessita transformar os elementos da natureza para satisfazer as suas mais simples necessidades. Ao mesmo tempo em que ele se relaciona com a matéria e a modifica, também como um alquimista, transforma o ambiente em que vive. Isso nos faz pensar que este ser humano perpassa pelo processo de mutação.

O trabalho tem, em nossas vidas, as funções de materializar o fruto da nossa imaginação e de satisfazer as nossas necessidades (tanto as mais rudimentares quanto as mais complexas), assumindo, para tanto, um caráter emancipatório, na medida em que nos distingue dos outros seres vivos. É por meio dele que homens e mulheres se apropriam dos seus conhecimentos, criam relações com o objeto da sua imaginação e do seu desejo e, conseqüentemente, adquirem criticidade. Consoante a reflexão de Lukács (1978, p. 8), “o trabalho é um ato consciente e,

³⁹ Disponível em: <https://www.lettras.com.br/vander-lee/alma-nua>. Acesso em: 12 jun. 2020.

portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”.

O trabalho é algo que cria uma condição fundamental à vida humana, porque é por meio dele que o ser humano cria seu tecido social e cria condições para a sua existência. Em uma relação dialética, o ser humano afeta a natureza e é afetado por ela. Mesmo o trabalho mais rudimentar, mais rústico, exige o esforço na dimensão intelectual fundante da criação humana.

Se por um lado o trabalho é uma categoria primária fundante, por outro lado, seu desequilíbrio no que tange à necessidade e à identificação é capaz de expropriar o indivíduo de seu ser, bem como de afastar, de alienar e de desumanizar. Segundo Antunes (2013, p. 9),

[...] esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas, muitas vezes, recusa e se desumaniza no trabalho.

Antunes (2013), ao corroborar com outras/os autoras/es de base marxista, esclarece que a única moeda de troca da/o trabalhadora/o é o seu tempo, sua força física e intelectual. Quanto mais valia ela/e construir com a força do seu trabalho, menos tempo terá com a sua família, com os lazeres e com os prazeres, o que acarreta uma maior desumanização e uma maior dependência do sistema capitalista. Quanto mais se dedica ao trabalho produtivo, menor é o acesso e a condição para adquirir o fruto do seu próprio trabalho. Caso queiram ter acesso ao bem-produzido, terão de sacrificar, ainda mais, suas horas de trabalho, o que significa abrir mão do seu valioso tempo em detrimento do fetiche de adquirir a mercadoria. Em suma, significa pagar muito mais caro por isso.

Nessa lógica capitalista de força dos contrários, que evidencia as relações de poder econômica, quanto mais o indivíduo produz, maiores são as necessidades enganosas de consumo criadas, atendendo às superestruturas que o controla, o escraviza e o maltrata. Em consequência disso, retira-se dele a sua maior essência: sua dignidade humana. No entanto, na lógica do capitalismo, que controla, classifica e uniformiza tudo, quanto maior a acumulação, maiores são as possibilidades de alienações por meio do consumo.

Nossa sociedade, sob essa estrutura alienante, robotiza a mente humana; cria a falsa impressão de que somos obrigadas/os a consumir aquilo que o capital nos impõe, que supostamente está ao alcance de todas/os; promove a competitividade, criando o sentimento de culpa no qual merecimento, sucesso e respeito pressupõem exaustão e trabalho árduo. Com

isso, a culpa e a frustração se tornam aliadas para extrair a força das/os trabalhadoras/es. Os construtos sociais, como os velhos e viciados ditados populares que ouvimos a vida toda, reforçam, ainda mais, as ideias da minoria prepotente opressora contra a maioria das/os desvalidas/os e oprimidas/os. Trago algumas delas para a reflexão: *o trabalho dignifica o homem; primeiro o dever, depois o lazer; Deus ajuda quem cedo madruga; amanhã é dia de branco; vamos levantar porque os passarinhos já estão cantando; mente vazia oficina do diabo*. Esses ditados não foram ingenuamente convencionalizados, mas foram repetidos com a intencionalidade fundamental de adestrar o pensamento das pessoas trabalhadoras para a servidão.

Historicamente, essa associação entre trabalho e sofrimento foi reforçada e legitimada na literatura clássica cristã. Daí, entendemos que a própria igreja também utilizou esse instrumento para reforçar a opressão e para atender às classes dominantes. Até mesmo no livro Gênesis (capítulo 3, versículo 19) da Bíblia, há tal associação: “do suor do seu rosto, comerás o teu pão até que retorne a terra porque dela foste tomado e ao pó retornará”. Sob esse prisma, Deus estaria cobrando primeiramente o dever de trabalhar, que funcionaria, nesse caso, como uma condição/ um castigo para depois se comer o fruto do seu trabalho.

Em contrapartida, o clero e a nobreza não executavam o trabalho produtivo, pois eles traziam as credenciais que os livravam deste, traziam o conhecimento, dominavam as leituras, estavam instrumentalizados com as ferramentas que legitimavam seu lugar de fala e de poder, eram os representantes de Deus na terra e os nobres quem sustentava as regalias do clero, obviamente sustentados pela produção dos trabalhadores. Por esses fatores, clero e nobres eram alijados do trabalho. As/os demais, as/os subalternas/os e as/os oprimidas/os, como acreditavam descender de Adão e Eva, assim como as/os perversas/os pecadoras/es, teriam de pagar com o trabalho escravo forçado até a exaustão, a fim de que fossem merecedoras/es de comida e de um pouco de descanso.

Tal configuração reforça representações sociais de que o trabalho, como posto no capitalismo, é uma obrigação de todas/os. Na lógica do capital está implícito o dever de entrar nesse esquema cruel de competitividade e de trabalho até a exaustão para conquistarem o direito de usufruir de sua almejada (e falseada) liberdade. Será que estamos todas/os preparadas/os para isso? Será que os povos e as comunidades tradicionais, bem como as mulheres (em especial, as camponesas) possuem credenciais para estar dentro desse desenho de sociedade e de trabalho? Realmente, se todas/os tivessem as mesmas chances de trabalhar na perspectiva da igualdade e da coletividade, todas/os poderiam ter chances de usufruir das mesmas regalias? Mesmo hoje, quem trabalha, na realidade, é a massa empobrecida, é a classe trabalhadora; a

elite, uma pequena minoria dominante, se beneficia da força do trabalho da maioria pobre e desvalida.

Nossa sociedade tem necessidade de criar padrões e estruturas para a subserviência e para o controle social. E o que acontece com quem está fora desse esquema de trabalho? O que acontece com quem se encontra à margem, sem as reais possibilidades de atenderem a esses padrões? O que sobra a essas pessoas? Os grupos que não se encaixam estão fadados à exclusão social e aos estereótipos de preguiçosas/os e de folgadas/os, o que lhes acarreta segregação, rotulação, desumanização, animalização e embrutecimento.

A relação com o trabalho precisa, no mínimo, criar a consciência de classe. Sem isso, a disputa e os conflitos geram ódios de classes, em atendimento pleno ao mercado de trabalho. São mais frágeis as/os trabalhadoras/es que não têm nem acesso à informação, nem representatividade categórica e que, além disso, lutam individualmente. Sua exploração gera mão de obra mais barata e, por essa razão, maiores lucros para a economia.

Reforçando o pensamento revolucionário de Marx, Lukács (2007, p. 169-170) esclarece que

[...] a causa desta vida desumana reside no fato de que o dinheiro domina a essência alienada da vida e do trabalho homem, de que a sociedade burguesa é o mundo da propriedade privada, onde tudo se transforma em mercadoria e em objeto de troca; de que o princípio da sociedade burguesa é o egoísmo, e a relação dos homens entre si é caracterizada pela hobbesiana guerra de todos contra todos. Somente com a supressão destas condições de existência é que se realiza a emancipação do homem.

A provocação de Lukács (2007) se direciona para o fato de que, nessa sociedade capitalista, tudo vira relação de poder, e o dinheiro é o centro dessas relações, o que só seria possível driblar caso mudemos as estruturas que sustentam a própria relação. A classe trabalhadora precisa ter consciência de que, como maioria, toda produção precisa da força do seu trabalho, haja vista que o que gera mais valia é a força criadora da mão trabalhadora pobre.

Primeiramente, é imprescindível ter consciência de classe, para que possamos lutar por uma reforma trabalhista mais justa e mais igualitária. Afinal, o nosso trabalho deve servir para a emancipação e para a consciência de categoria coletiva. Ele deve nos levar a lugares melhores e proporcionar tempo livre para nos constituirmos como seres humanos. Por esse prisma, o trabalho se liga muito mais à emancipação do que à coletividade da servidão.

Para Marx (1983, p. 45), a mercadoria é, “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza

dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada a coisa.” Em outras palavras, o autor nos ensina que, sob a perspectiva mercadológica, tudo vira mercadoria. Por conseguinte, nos dias de hoje, até a educação virou mercadoria, o que é muito assustador. Faz-se necessário pensar com criticidade na educação, tão negada e tão negligenciada historicamente às/aos subalternas/os, enquanto um favor, um presente dado às classes cada vez mais empobrecidas e trabalhadoras para que estas possam lutar apenas por conquistas parciais e imediatas. Como mostra Paulo Freire, na *educação bancária*, leva-se em conta os interesses da burguesia, mediante os quais não há espaço para um horizonte revolucionário de superação radical do capital e do Estado. Esse resultado cruel e trágico de uma intensificação brutal da exploração das/os trabalhadoras/es as/os impede de fazer frente aos avanços do capital.

É preciso refletir com criticidade e tentar fazer o caminho de volta, recuperando, urgentemente, teórica, política e organizativamente, a tão almejada independência da classe trabalhadora frente ao capital e ao Estado, sem entrar no jogo de aliar-se a uma parte da burguesia, como se isso fosse mais favorável aos interesses do/da trabalhador/a. O caminho pode ser – e certamente será – muito difícil, mas não há outra saída. Enquanto nossas classes trabalhadoras subalternas atenderem exaustivamente aos interesses do gigante que nos assola, nos amedronta e nos assombra a cada dia, estaremos todas/os imputadas/os a um adoecimento coletivo e à eterna escravidão do capital.

A relação que o trabalho tem na nossa vida é de materializar o fruto da nossa imaginação, configurando-se, assim, como uma relação forte de caráter transformador e emancipatório. Os seres humanos, diferentemente dos outros animais, são capazes de imaginar antes de realizar o seu trabalho. Alienar um/a trabalhador/a da sua energia e da sua engenhosidade é expropriá-lo/a do fruto do seu processo de criação, é roubá-lo/a da sua materialidade, o que demonstra a crueldade do sistema capitalista e de toda superestrutura que sustenta e controla essa relação de violência corporificada. Nessa linha de pensamento, Petrovic (2001, p. 86) nos convida a refletir que

[...] eles, os animais, produzem apenas com o objetivo imediato, enquanto o homem produz de um modo universal. Os animais produzem movidos apenas pelas suas necessidades físicas, enquanto o homem produz mesmo quando está livre das necessidades físicas e só produz verdadeiramente quando libertado destas necessidades. O animal só se produz a si próprio, enquanto o homem reproduz toda a natureza. O produto do animal é parte integrante de seu corpo físico, enquanto o homem faz face livremente ao seu produto. Os animais só laboram de acordo com os padrões e as necessidades da espécie a

qual pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e sabe aplicar o padrão adequado à natureza do objeto.

Outro teórico importante da linha da pedagogia histórico-cultural reforça esse pensamento de que precisamos da/o outra/o para nos tornarmos humanizados. É Lev Semionovitch Vigotski (1996) que, com sua lucidez revolucionária, compreende que nascemos *homosapiens*, mas nos tornamos humanos com a relação com o outro. Não pode nem deve existir homens isolados. Homens e mulheres são seres sociais na unidade com outros/outras, na vida em sociedade. O fundamento da essência da vida humana é o todo. A vida social é mais ampla do que as condições materiais que a propiciam; ela é muito mais complexa e envolve toda a (des)organização nesse universo infinito de objetivação humana.

Contar a história do mundo por meio da história do trabalho e da educação são formas interessantes de compreendermos e ampliarmos a síntese das múltiplas determinações de Marx. A vida social não se reduz às expressões materiais, visto que a vida social é a condição para todas as outras instâncias. É a matéria que cria a ideia, e não o contrário. As ideias dominantes são as ideias das classes que nos dominam, e estas precisam que acreditemos nisso.

A história da sociedade de classes revela que alguns poucos exploram muitos, sendo necessário, portanto, lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem ou, por que não dizer, da mulher pela mulher também. Na luta pelo amanhecer da história humana, é urgente a extinção de processos de exploração e de desumanização do trabalho. A ordem social, que coisifica tudo, até a dignidade – intrínseca a todo ser humano – precisa ser aniquilada.

O que é posto é que para nos constituirmos como seres humanos precisamos, primeiramente, nos constituir como trabalhadoras/es. Para que possamos nos configurar como seres humanos precisamos ter acesso a coisas. Eis a dupla alienação do ser: nós produzimos tudo que há no mundo, mas tudo nos é tomado. Se quisermos ter acesso a essa produção, temos de pagar um preço muito alto, o que é, evidentemente, desumano.

No que tange à necessidade e à produção de trabalho, os manuscritos econômicos filosóficos de Marx (1964) consideram que a realidade é um processo dialético, cuja tese principal é a renúncia à vida e às necessidades humanas. Quanto menos comermos, bebermos, comprarmos livros, formos ao teatro, a bailes ou ao botequim, assim como quanto menos pensarmos, amarmos, doutrinarmos, cantarmos, pintarmos, esgrimirmos... mais poderemos economizar e *maior* se tornará o tesouro imune à ferrugem e às traças – *o capital*. Quanto menos formos, mais teremos, assim como maior será nossa vida *alienada* e maior será a economia de

nosso ser alienado. Quem gera a riqueza é o pobre trabalhador, e ter consciência disso é muito importante.

O sistema, que é desigual, impõe os mecanismos de manutenção para continuar o controle e disseminar o ódio de classes, porque se os indivíduos não têm consciência de sua classe e do lugar que ocupam nessa pirâmide invertida, a outra classe (a classe dominante elitizada e burguesa) moverá esforços para se articular contra a sua classe. O que acontece com as/os marginalizadas/os? A falta de trabalho e o desemprego para uma parte da população pobre integram um projeto para aumentar as desigualdades sociais e econômicas. São as atividades do pensar, do refletir, do desnaturalizar e do inquietar-se que poderão criar condições para mudanças nas estruturas.

A pobreza é histórica e necessária tanto para o controle dessa estrutura posta quanto para a manutenção das relações de opressores/exploradores e oprimidos/explorados. As contradições, os conflitos e a disputa fazem parte do jogo do poder de acumulação/produção. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendemos que as condições materiais da realidade são herdadas historicamente, em congruência ao pensamento Marxista, não é a consciência que define a matéria, mas, ao contrário, a materialidade da realidade da vida que define a nossa consciência.

A crise mundial que o sistema capitalista sustenta se acirrou no ano de 2020. Estamos em um momento histórico que nos permite refletir com materialidade tudo o que Marx e todas/os as/os suas/seus contemporâneas/os do século XIX já nos davam pistas. Considerando chaves holísticas a economia e a política, Marx as associa a todas as outras categorias, que desembocam em todas as outras estruturas e em todos os sistemas de controle que sustentam os interesses de uma classe dominante e outra escravizada, expropriada, alienada e, o pior de tudo, brutalmente desumanizada, sem se dar conta do seu lugar dentro dessa superestrutura.

O que percebemos é que, nas comunidades tradicionais ciganas Calon o qual tive acesso no percurso da pesquisa e na convivência com grupos, a maioria das pessoas pensam no bem coletivo, conseguem criar propostas interessantes e criativas, conseguem pensar em percursos de vida, de trabalho, educação, religião, de projetos (mesmo com caminhos diferentes), quebram a lógica hegemônica, e criam condições de uma sociedade transformadora e humanizada. Por isso, é fundamental irmos à raiz da essência humana, com foco na dialética entre o individual e o coletivo, para entendermos as possibilidades de criar uma lógica livre e solidária de condição de vida humana e nelas acreditarmos. Assim, alcançaremos o tão sonhado reino de liberdade apregoado por Marx como possibilidade de emancipação humana em outro formato de hegemonia coletiva solidária.

No pensamento Gramsciano (GRAMSCI, 1985), seria o reforço da célebre frase *O pessimismo da razão e o otimismo da vontade*. Se pensarmos bem, é mais leve fazer coisas diferentes nos mesmos dias, não sermos reféns da rigidez de um relógio – de um espaço-tempo que nos aprisiona – e podermos criar e produzir para uso coletivo em comunidade, sem desperdícios e com respeito aos limites da natureza.

Sob essa ótica, o comunismo estaria a serviço do humanismo. Gramsci (1985) nos ensina que todo trabalho manual é um trabalho intelectual, o que significa, nessa perspectiva, que tudo que o homem produz, como fruto de seu trabalho, foi pensado e materializado para satisfazer as suas necessidades sociais, culturais, biológicas e fisiológicas. Em alinhamento com essa concepção, o homem utiliza seus conhecimentos para si e para o seu grupo, traz satisfação, alegria e afetos e produz fora da alienação do trabalho.

A escola grega antiga era entendida como o lugar do ócio. A leitura, a escrita, a aprendizagem e o acesso ao conhecimento erudito eram reservados a uma minoria privilegiada, que podemos denominar de elite cultural. Em suma, a escola era um oráculo. Nos oráculos não cabia o povo, pois esse restrito espaço era usado como instrumento de controle. O ócio usufruído por esse grupo da sociedade grega contribuiu para cercear o domínio da ciência culta, usando de suas credenciais para a legitimação da paternidade do conhecimento filosófico. Húngaro (2008, p. 242) nos engendra a pensar que,

[...] ao vislumbrarmos a Emancipação Humana, acabamos querendo reviver o ócio. Se estamos recusando o retrocesso ao ócio na Antigüidade e queremos construir algo melhor que o lazer, o que seria o novo? A emersão de uma nova forma de lazer (se é essa denominação que ficará) só se efetivará com o fim das barreiras do capital ao trabalho e ao tempo livre. Retomemos a dialética: tempo de trabalho necessário/tempo disponível, uma vez que não podemos entender a importância do lazer e sua potencialidade, se não compreendermos como o trabalho abstrato, alienado e fetichista se relaciona com o tempo disponível.

Esse relevante par dialético (tempo de trabalho necessário e tempo livre disponível), sobre o qual Húngaro (2008) nos incita a pensar, é em que medida e para que utilizamos ou não o tempo livre disponível, bem como a serviço de quem o fazemos. Na materialidade da vivência que a cultura cigana nos apresenta, esses povos acampados e excluídos do desenho estrutural social, cultural e político da sociedade contemporânea, valoriza o tempo livre em comunidade e pouco se preocupa em utilizar as ferramentas da acumulação que o capital propõe para aprisionar e desumanizar as relações. Os fetiches delas e deles possuem outras configurações.

Nessa perspectiva esta pesquisa propõe a ser espaço contra hegemônico de valorização e de reconhecimento de nossa ancestralidade, por meio da visibilização da práxis das lutas e dos desafios das comunidades ciganas Calon, em especial das mulheres ciganas Calin e de sua relação com o trabalho, com a educação e com a valorização do tempo livre. Não é nossa intenção trazer nos registros achismos, conservadorismos, moralismos e pseudojulgamentos que assolam e reforçam os estereótipos acerca do povo cigano em seus processos históricos. Vázquez (1977, p. 30) adverte que

[...] toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis. Quando Marx assinala que o idealismo, ao contrário do materialismo, admite o lado ativo da relação sujeito-objeto, e ao enfatizar, por sua vez, seu defeito – não ver essa atividade como prática –, ele nos previne contra qualquer tentativa de estabelecer um sinal de igualdade entre atividade e práxis.

Neste sentido, procuramos nas/os autoras/es do campo teórico emancipatório marxista ligadas/os ao materialismo histórico-dialético e na perspectiva pedagógica emancipadora de Paulo Freire nossos principais aportes teóricos, práticos, discursivos, analíticos, filosóficos e políticos.

Na perspectiva marxiana, que focaliza a contradição entre trabalho produtivo e o denominado *tempo livre*, discutimos a respeito das necessidades humanas e do tão negado tempo livre para as classes subalternas, principalmente para as comunidades que vivem acampadas no meio rural. Não podemos negar a importância do tempo livre para as comunidades e para os povos tradicionais, pois é nesse tempo que elas/es transmitem os diversos saberes importantes para fomentar, para preservar e para manter a existência do grupo étnico. As classes subalternas podem usufruir do tempo livre se compreendermos

[...] tempo livre como uma determinação do capitalismo, e que na aparência se mostra como oposição a ele (já que remete a uma suposta liberdade), mas ambos constituem um binômio indissociável e, apesar de, inicialmente, o lazer se afirmar na própria dinâmica de hostilidade do capitalismo ao ócio. O que o lazer em sua essência oculta é a sua funcionalidade prática aos interesses do capital (HÚNGARO, 2008, p. 234).

Portanto, o que aos nossos olhos formatados pela sociedade capitalista contemporânea se assemelha à preguiça, significa a tais comunidades um tempo/espço de aprendizagem e partilha de ensinamentos importantes para a manutenção cultural. Essas pessoas, com características próprias, já carregam o estigma e a culpa de uma construção histórica distorcida e os estereótipos negativos, que as colocam em um lugar inferiorizado. São taxadas de

ladras/ões, trapaceiras/os, malandras/os, enroladas/os e preguiçosas/os, distanciando-as/os, ainda mais, de vários acessos aos bens comuns públicos e privados, mantendo-as/os, por conseguinte, marginalizadas/os. Não é incomum que estejam presentes em tabelas de investigações e que sejam vítimas do analfabetismo e da violência urbana, sendo, portanto, vistas/os pelo Estado apenas como estatística do caos.

Toda essa situação as/os empurra para o trabalho informal e não-formal, menos valorizado, especialmente na perspectiva da nossa sociedade, em que prevalece a selvageria do capital sobre a força produtiva, especialmente àquela ligada aos povos e às comunidades tradicionais ciganas, como é o caso da venda ambulante (mercado informal de compra, venda e troca, atividades de empréstimos e de agiotagem, e muitos outros malvistas e malquistos por nossa sociedade). São as/os mendigas/os de ninguém. As/os excluídas/os e marginalizadas/os que o capitalismo precisa construir para a manutenção da barbárie.

Com o reforço do advento da vida moderna desenhada sob a ótica capitalista das grandes cidades, com parques e *shopping centers*, o lazer e o tempo livre viram mercadorias e possui mais valor que as formas simples e coletivas de distrações, como rodas, feiras tradicionais, artesanatos e manifestações das artes, em geral, em que a essência desses povos é respeitada e valorizada. Com a cultura do medo, implantada também pelo capitalismo, os locais públicos, anteriormente frequentados para as relações sociais, com trocas, negociações e atividades pluriculturais, gradualmente parecem perder sua força, suas funções sociais, contribuindo para um afastamento que, atualmente torna-se raridade.

Diante dessas e de muitas outras situações, o povo cigano continua refém de suas histórias e de um sistema capitalista cruel, uma vez que é expurgado e empurrado para a margem, carregando duplamente as culpas, os traumas e um cruel histórico de uma sequência de fracassos. Traz as marcas de suas justificativas, ao que Feitoza (2011) reflete como *posição ingênua*:

[a]duz que a posição normal do homem é uma posição ingênua, espontânea, pois ao relacionar-se com a realidade, faz simplesmente uma experiência da realidade na qual ele está assimilando a causalidade imediata que pode ser percebida, sem maior investigação ou problematização (p. 84).

Uma boa parte dos povos ciganos, em especial as mulheres ciganas, embora estranhe os espaços educacionais formais, enxergam nesse espaço uma oportunidade de sair da invisibilidade e de se apropriar do conhecimento científico. Por esse motivo, algumas famílias se esforçam tanto para encaminhar as crianças à escola e para mantê-las lá. As dificuldades de

adaptação delas são muitas, mas os pais têm a esperança de que suas/seus filhas/os adquiram melhores níveis de escolaridade, para terem melhores condições e melhores possibilidades de lutarem para a conquista de uma vida livre melhor.

As mulheres ciganas, tão estereotipadas no imaginário da sociedade, provocam medo, sedução, pavor e fascínio. São intuitivas e trazem a marca da opressão. Embora apresentem vaidosas com sua aparência colorida, maquiadas, com muitos adereços e enfeites em suas vestes, no ponto de vista cultural, mostram-se tímidas e são bastante conservadoras, especialmente por trazerem, em seu percurso histórico, a marca de muitas violações, exclusões e negações.

O tempo livre, tão almejado, é restrito a elas, haja vista que o tempo todo estão envolvidas com questões domésticas, desde a criação e a educação de suas crias até todas as atividades sociais dos acampamentos: danças, festas, cartomancia⁴⁰, quiromancia⁴¹ e partilha de conhecimentos.

A suposta cultura de vida livre dos povos e comunidades ciganas está fora de padrões estabelecidos pela sociedade. Por todo histórico de exclusão que sofrem por essas diferenças culturais nesse desenho de sociedade capitalista hegemônica, a sociedade tende a uniformizar, *igualar*, robotizar, ditar padronizações, não enxergando os diferentes como possibilidade de trazer outros conhecimentos para as suas pluriculturalidades. Assim, a sociedade capitalista prefere deixar esse povo à margem, não os reconhecendo como indivíduos e, ao mesmo tempo, rotulando-os de incapazes, de modo a promover a exclusão e a culpabilização por não estarem inseridos em um modelo de trabalho formal e sistematizado.

Na perspectiva marxista, homens e mulheres são definidas/os por meio da centralidade da categoria trabalho, mas nem sempre são oferecidas condições materiais e imateriais para imprimir aos desejos delas/es suas credenciais, a fim de que ocupem espaços em que possam desenvolver, na íntegra, suas potencialidades. Em resgate a uma reflexão marxista, podemos dizer que os homens fazem suas histórias, não nas condições que gostariam, mas sim nas reais condições que lhe são postas.

A nosso ver, a relação da existência de um desprezo social pelo labor do corpo possibilita a compreensão da escravidão como tentativa de excluir dos homens e das mulheres a condição humana, a realização de atividades voltadas à satisfação, ao lazer, ao prazer, à reprodução e ao tempo livre.

⁴⁰ Cartomancia - arte da leitura de cartas.

⁴¹ Quiromancia- arte divinatória de predizer o futuro segundo as linhas e marcas das mãos.

Enquanto somos escravizadas/os e robotizadas/os pelo capitalismo, que cruelmente nos aprisiona, ainda podemos contar com a arte (presente nos povos e nas comunidades ciganas), a qual nos liberta e alarga as nossas fronteiras, trazendo muitas possibilidades. Bebendo na arte do cantor e compositor de música popular brasileira -MPB, nascido nas montanhas mineiras, região habitada por muitos acampamentos ciganos, Zé Geraldo⁴², chamamos atenção para como o compositor retrata as idas e as vindas do povo cigano, na música intitulada *A poeira, o canto e você*:

[e]mbaixo de um céu de estrelas, vou cantando por cidades povoados e vilas. Você em minha cabeça, povoando os meus sentimentos. Eu saio na calada da noite. Eu sou um cigano na noite. Sinto a pureza de um estradeiro. Sob o sol de janeiro a janeiro. Cortando o país de sul a norte. Viajando no meu pensamento. Mas nesse momento eu queria te tocar, te sentir, ouvir sua fala tão boa. Meu pensamento é um pássaro engaiolado. Bate asas e não voa. Minha vida é a poeira o canto e você.

Acreditamos na arte e na estética como instrumentos de lutas e como fenômenos simbióticos que embalam, encantam e alimentam as comunidades tradicionais ciganas,

Este relevante instrumento de linguagem da arte é apropriado pelos povos ciganos que sustentam em seus processos históricos a utilização destes mecanismos para manterem-se unidos, buscando construir coletivamente uma organização social e política específica de sua cultura, que valoriza o tempo livre em suas comunidades, como espaço/tempo de fortalecimento social identitário.

⁴² Disponível em: <http://www.letras.mus.br/ze-geraldo/405983/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

5 SOU CIGANA SIM SENHOR, TIRE SEU MACHISMO DO CAMINHO QUE EU QUERO PASSAR!

Eu canto porque o instante existe, a minha vida está completa, não sou alegre nem sou triste: sou poeta (CECÍLIA MEIRELES).⁴³

A parte do poema, intitulado *Motivo*, de Cecília Meireles, a poetisa, de etnia cigana Calin, retrata sua vida com a passagem do tempo, tratada com delicadeza e sutileza que a estética literária exige. Esse poema, traz o jogo das contradições em seus pares dialéticos – alegre/triste, desmorono/edifício – e a musicalidade traz a leveza necessária para compreender minimamente a vida e as caminhadas do povo cigano, mais precisamente das mulheres ciganas, quem continuam na estrada, narrada na sensibilidade poética dessa grande autora. Cecília Meireles, definitivamente, empresta seus versos para encantar e embalar os lamentos ciganos. No dia 30 de novembro de 2017, às 10h, em um dos momentos de descontração e aprendizado, na companhia de meninas e mulheres ciganas Calin, eu, o Sr. Wanderley da Rocha e as/os demais conversamos, rimos, choramos, relembramos os percursos de vida, fizemos leituras, reflexões e (re)construímos juntas/os essa poesia que trago neste momento da tese. Wanderley, sempre imerso nos afazeres do acampamento e engajado nas andanças e lutas, sempre nos recebeu gentilmente, com carinho e respeito pelo nosso trabalho. Neste dia não foi diferente. O encontro foi regado a café com muita prosa e verso, debaixo da barraca de lona calorosa do rancho da liderança. Naturalmente, o momento se converteu em uma singela homenagem às lutadoras, mães, mulheres trabalhadoras ciganas Calin acampadas pelo mundo e que usam a sua arte como instrumento de luta e resistência.

Figura 5 - Grupo Paixão Cigana – Mulheres ciganas Calin



Fonte: Acervo da pesquisadora.

⁴³ Disponível em: <https://encenasaudemental.com/personagens/nao-sou-alegre-nem-sou-triste-sou-poeta-cecilia-meireles/>. Acesso em: 12 jun. 2020

Como síntese do encontro, pedimos a elas/es que fizessem paródias do poema. E esta, especialmente, explano aqui:

Eu canto, eu canto e danço porque a luta exige, a minha vida está (in) completa. Não sou alegre nem sou triste, sou apenas uma mulher cigana poeta. Irmãs e irmãos de coisas e das causas fugitivas. Não sinto gozo nem tormento. Atravesso noites e dias ao Sol, à chuva e ao vento. Se desmorono me amplifico. Se permaneço eu me desfaço. Não sei, não sei se vou ou se fico. Só sei que passo. No colo da arte eu brinco com a poesia. Eu danço e encanto revestida com saias rodadas. Minhas histórias e memórias, lutemos para que não fiquem pra sempre apagadas⁴⁴.

Encerramos a paródia, solicitando que as memórias e histórias não sejam apagadas da história, como tantos outros silenciamentos aconteceram injustamente na história das mulheres ciganas e não ciganas no Brasil e no mundo. No relato de Daiane da Rocha, uma das autoras da paródia acima, ela nos traz: “Nossas crianças ciganas necessitam encontrar um mundo melhor, sem racismos, preconceitos e desigualdades de classe, gênero e raça”⁴⁵.

Inexiste a possibilidade de se refletir sobre a histórica condição de opressão em que as mulheres estiveram submetidas sem trazer registros históricos de Paulo Freire. Mesmo que o mote deste trabalho não seja aprofundado no feminismo, até pelas condições que elas vivenciam no seu cotidiano, não poderíamos deixar de colaborar com a luta pela tão almejada emancipação feminina. E assim o fazemos ao mencionar as contribuições de Freire (2014) para questões de opressão e violação. O autor reconheceu que também fazia parte de um universo vocabular sexista quando traz:

[o]ra, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída. Em certo momento das minhas justificativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: ‘quando falo homem a mulher está incluída’ (p. 67).

Dessa forma, Freire (2014), no cerne de um movimento de reflexão, se dá conta do apagamento histórico da mulher e o demonstra ao afirmar que, quando fala do homem, a mulher, nas entrelinhas, já estava incluída. É importante citar aqui que as principais interlocutoras desta pesquisa, foram aguerridas mulheres. Mesmo o nosso Patrono da Educação no Brasil reconheceu a tempo a legitimidade da luta das mulheres no Brasil. A uma pergunta feita a Paulo Freire numa palestra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1986,

⁴⁴ Relato oral de Lenilda Damasceno Perpétuo e Daiane da Rocha Biam em 2017.

⁴⁵ Relato oral de Daiane da Rocha Biam em 2020.

acerca da sua opinião sobre a opressão das mulheres, Freire respondeu prontamente que jamais teria escrito *Pedagogia do Oprimido* se oprimisse suas filhas, esposa e as mulheres com quem trabalhava. Sempre que tinha oportunidade, o pensador afirmava que as mulheres estavam certas em organizar-se e exigirem mudanças em relação às opressões que sofrem. Os educadores, segundo ele, precisam entendê-las, ouvi-las e acompanhar as mudanças que ocorrerão graças às suas iniciativas.

Mesmo um grande intelectual do porte de Paulo Freire e com todo seu percurso histórico com assuntos relacionados a educação, política, economia, direito, história, filosofia, reconheceu, percebeu e corrigiu seus escritos e suas falas relacionados à luta feminista no Brasil e no mundo. Sempre que ia falar em público reconhecia a presença maciça das mulheres nos espaços e fazia referência a elas com respeito e valorização, acreditando ser legítima e necessária a luta contra as desigualdades e opressões em decorrência do gênero.

Historicamente, as mulheres sempre foram alijadas do espaço restrito da educação escolar formal e sistematizada. O lugar do conhecimento construído cientificamente foi reservado aos homens brancos, sendo relegado a elas apenas o espaço privado da família, da criação das crianças, dos cuidados domésticos, ou seja, o lugar da servidão.

Ao tentarem acessar o espaço escolar, elas ainda passam por uma educação discriminatória, pois a estruturação da escola fundamenta-se em uma educação bancária, uniformizada, engessada e com horários rígidos, que é avessa a rotina das mulheres, longe da sua liberdade. A escola, comumente, classifica e informa o lugar das pessoas. Ela seleciona e autoriza sujeitas e sujeitos a estarem e a permanecerem naquele espaço, quando formata e dita regras excludentes. No entanto, se pensarmos que a educação foi uma das grandes lutas de reivindicações feministas em todo o mundo, precisamos lançar a consciência crítica ao elemento estruturante que afasta as mulheres desse espaço ao qual todas têm direito.

Ao (re)educar o olhar e o modo de ver o mundo que foi desenhado para os homens e pelos homens, ao reconhecer e analisar as desigualdades de gênero, raça e classe com o objetivo de emancipação das mulheres, essas lutas necessitam de um salto dialético da educação popular, igualdade de gênero e direitos humanos para uma construção teórica e luta social pela transformação.

Impossível falar de mulheres ciganas sem recuperar a história esquecida de Papusza, de autoria da escritora Isabel Fonseca,⁴⁶ na obra de mesma autoria intitulada “Enterrem-me em pé, a longa viagem dos ciganos”, publicada pela Companhia das letras no ano de 1996. Trata-se de

⁴⁶ Jornalista norte-americana de ascendência hispânica, húngaro-judaica que estudou na Universidade de Colúmbia.

uma obra polêmica, instigante e cheia de suspense. Estima-se que a história se passa na Alemanha entre os anos de 1943 e 1949, em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial.

Figura 6 - Bronislaw Wajs (Papusza) 47



Fonte: Domínio Público

Bronislaw Wajs (1908-1987) fora uma poetisa, cantora, compositora, cigana polonesa mais conhecida como Papusza, palavra romani (cigana) que significa boneca. A história conta que ela viveu numa sociedade fechada e com linguagem complexa com inúmeros elementos cambiantes de códigos de comportamento severos e com muitos tabus, mesmo assim, logrou ser a primeira cigana poetisa na Polônia. Criança incomum, ela aprendeu a ler e escrever roubando galinhas de aldeias polonesas, pois trocava as aves com habitantes alfabetizados por aulas e livros. Às vezes, encontrava seus livros rasgados, seus cadernos destruídos, seu lápis quebrado, afinal, mulher cigana não podia aprender a ler, muito menos escrever. No verão de 1949, o poeta polonês Jerzy Ficowski ouviu Papusza por acaso, quando ela cantava suas canções e, reconhecendo seu talento, pediu que ela as transcrevesse a fim de que ele pudesse publicá-las. A canção "Tears of Blood", "Lágrimas de Sangue", juntamente com várias outras, foi publicada por Ficowski no início dos anos 1950 em um livro chamado "Canções de Papusza"⁴⁸. Escrito entre os anos de 1943 e 1944, intitulado Lágrimas de Sangue, Papusza dizia:

Quando o grande inverno chegar, como as ciganas farão com suas pequenas crianças? Onde irão encontrar agasalhos? Tudo está em trapos. Só se deseja morrer. Ninguém sabe, apenas o céu. Apenas o rio ouviu nosso lamento. Quais olhos nos veem como inimigos? Quais lábios nos amaldiçoam? Não os ouça, Deus. Ouça-nos! (PAPUSZA, 1949).

Sendo cigana, sentiu na pele e sofreu a força do poder alemão, descrevendo o terror da experiência do campo de concentração assim ela nos traz:

⁴⁷ Disponível em: <http://www.amsk.org.br/PKportugues.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021

⁴⁸ Disponível em: <http://amulhernaarte.blogspot.com/2011/09/bronislaw-wajs-papuzzatambem.html>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Num bosque sem água, sem fogo, sem alimentos. Onde poderiam dormir crianças se não haviam tendas? Não podíamos acender o fogo durante a noite e nem de dia, a fumaça alertaria, os alemães. Como viver as crianças no frio do inverno? Todos estavam descalços. Eles queriam matar-nos, mas primeiro eles forçaram-nos a trabalhar pesado. Um alemão veio nos ver. – Tenho más notícias para vocês. Eles querem matá-los esta noite. Não digam a ninguém. Eu também sou um cigano de seu sangue – Um verdadeiro. Vou pedir para Deus ajudá-los. Tendo dito estas palavras, ele abraçou a todos nós. Por dois ou três dias ficamos sem comida. Todos iam dormir com fome. Incapazes de dormir, olhávamos as estrelas. Deus, como é belo viver! Ah; você minha pequena estrela! Ao amanhecer você é grande! Cega os alemães! Confunde-os, faz com que os percam, para que as crianças judias e as crianças ciganas possam viver! (PAPUSZA, 1949, n.p.).

Segundo o livro *Enterrem-me em pé*, a longa viagem dos ciganos, da autora Isabel Fonseca (1996), Papusza casou-se aos 15 anos com um homem muito mais velho, um músico harpista chamado Dionizy Wajs. Sendo muito infeliz na sua união matrimonial, usou sua tristeza para construir prosas, versos e canções. Por causa de uma má interpretação foi incompreendida e considerada traidora do seu povo cigano, apenas por ter passado suas produções literárias a Ficowski. De fato, este, sem a sua autorização, os publicou na revista literária de cunho político *Problemy*, que defendia o sedentarismo obrigatório forçado, uma questão política imposta ao povo cigano nômade da época para se fixarem num ponto local. Ficowsky utilizou das poesias de Papusza para influenciar políticas de fixação dos ciganos, e Papusza acabou sendo envolvida ingenuamente nesse movimento político. Nos poemas publicados, ela falava do anseio de retorno à casa, o que foi interpretado por Ficowski como se ela desejasse se sedentarizar. A palavra “*Nostos*”, utilizada recorrentemente por Papusza, vem do grego e significava “retorno a casa”, sendo uma pauta muito utilizada nos poemas romani por significar voltar para a estrada ampla e aberta, logo viajar. Isso não tem relação direta com se sedentarizar.

Num processo de julgamento entre o seu grupo, *Kris*, os mais idosos do seu clã, a consideraram traidora e “Mahrime”⁴⁹ e, assim, ela foi banida do seu meio para sempre. Essa expulsão a fez entrar em processo de profundo sofrimento, sendo hospitalizada gravemente por problemas psiquiátricos por oito meses. Nos restantes dos seus anos de vida, continuou escrevendo seus poemas e canções até o fim de sua vida, em 1987, quando já havia sido esquecida por todos. Posteriormente, foi colocada no hall das maiores poetisas da Polônia e do mundo inteiro, mas até hoje não foi feita justiça em relação a ela no universo cigano.

⁴⁹ Mahrime contaminação com a impureza, inerente a todo e qualquer gadjo (não-cigano).

A maioria das ciganas Calin que tivemos a oportunidade de conhecer na pesquisa de campo, o que observamos que por sua itinerância, casamento arranjado, acompanhado de maternidade precoce, baixa ou nenhuma escolaridade formal e por vários fatores relacionados à sua cultura, costuma ser excluída dos espaços legitimados da vida pública em sociedade. A elas na maioria das vezes é relegado o trabalho com a criação dos filhos, cuidados com as tendas, dedicação ao marido e ao repasse da cultura. São proibidas de tomar contraceptivos, pois os filhos são bênçãos e motivo de muita alegria na vida em comunidade. Uma parte delas ainda praticam a leitura de mãos, outras trabalham com a venda ambulante de enxoval e ainda possui um pequeno grupo que anseiam voltar a estudar numa escola e almejam ocupar o espaço restrito de uma universidade.

Nas comunidades tradicionais ciganas, vimos o quanto as pessoas valorizam a questão de estar em grupo e de ter tempo realmente livre para ser e estar na presença do outro, compartilhar histórias, cantar, dançar, ouvir e aprender com o conhecimento da/o outra/o. O tempo, nesse contexto, é algo realmente necessário para adquirir novas habilidades e novas competências, com vistas a fortalecer os laços para uma vida coletiva e comunal.

Na sociedade contemporânea, já há muito, vivencia-se tempos difíceis, pois, para a nossa sobrevivência, temos de vender o valioso tempo e a força de trabalho, não nos restando tempo livre para estarmos em família ou com amigas/os. Ninguém tem mais tempo para se dar o direito de apenas ser e estar com a/o outra/o. Somos robotizados. O tempo todo nos exigem um encaixe nos padrões de uma sociedade capitalista desumana, que dita regras rígidas e controla toda a vida.

Como nos ensina Freire (1989b), nascemos livres, mas temos medo da liberdade. Estamos sempre à procura de institucionalizar as nossas escolhas: o saber, o conhecimento, a religião, a saúde, o esporte, o estilo de vida, o pensar e o agir, sempre adequando-nos a padronizações. Essa tão sonhada liberdade é que nos possibilita sonhar, criar, refletir e reelaborar conhecimentos, mas a busca pela segurança aos moldes capitalistas nos impede de alcançá-la. A liberdade é que nos dará o verdadeiro sentido da vida natural que carregamos nas nossas essências, que nos permitirá a elevação para além da fixidez e do pesadelo de uma vida que se repete em seus esquemas de produção, reprodução e consumo, a fim de atendermos aos reclamos do capital-trabalho (RIBEIRO JÚNIOR, 1986).

Se para os homens Calin é difícil se inserir socialmente, para as mulheres Calin é muito mais, pois, além da barreira étnico racial, ainda lutam com as questões de gênero dentro e fora dos acampamentos. Quando estão sob a égide de uma cultura pautada no conservadorismo e no patriarcado, têm pouca ou praticamente nenhuma escolarização, casam-se e engravidam muito

cedo, uma vez que, como dito anteriormente, não pode usar métodos contraceptivos. Tal situação se mostra um fator que favorece, ainda mais, a desigualdade de gênero, a discriminação, o preconceito e, conseqüentemente, o distanciamento ou o apagamento dessas mulheres na questão relativa às possibilidades de trabalho formal.

Outro aspecto que merece destaque é perceber como elas se reconhecem como trabalhadoras dentro e fora da vida em comunidade; como são desenvolvidos os trabalhos produtivo e reprodutivo de tais mulheres; e como estas convivem e enxergam a vida e o trabalho das mulheres não-ciganas, e vice-versa.

Entendemos que, com a pouca escolarização e com o pouco costume de escrita das ciganas Calin, muito dos conhecimentos adquiridos fica na oralidade. Reconhecemos a necessidade de se investigar além das aparências em torno da *mulher cigana Calin*, focalizando todas as suas nuances e minimizando os estereótipos. Afinal, seus conhecimentos orais podem nos trazer luz para, ancorados à teoria, realizarmos a práxis social, a fim de compreendermos e de registrarmos os fatos empíricos oriundos da experiência de campo, de modo a trazer à tona a realidade que trará respostas aos nossos questionamentos.

Durante o percurso da pesquisa, eram frequentes as inúmeras inquietudes em relação ao racismo nos relatos das mulheres ciganas Calin, acompanhadas de maus tratos, de submissões, de violações, de expulsões, de abordagens truculentas e de desconfiança em todos os níveis. Além disso, essas mulheres eram, comumente, submetidas a todo tipo de humilhação e de constrangimento apenas por serem mulheres e por carregarem o peso de uma cultura pouco compreendida. Quando estavam fora do acampamento, queixavam-se que ficavam ainda mais expostas e desprotegidas, dado não serem compreendidas e desrespeitadas pela sua condição de mulheres e serem lançadas a um trabalho informal insalubre (normalmente venda ambulante), em que ficam expostas ao sol. Agravam-se, ainda, os casos de gestantes e de mães que precisam levar suas crianças para o trabalho na informalidade da rua.

Por não terem as credenciais para o trabalho formal, por não se adaptarem àquela forma dura e desconfiada das relações de trabalho subalterno e por as condições impostas não dialogarem com seus modos e com sua cultura de vida livre, essas mulheres sofrem *na pele* o descaso e todos os tipos de racismo e de preconceito. Quando encontram trabalho fora da sua cultura, geralmente são em atividades pouco procuradas pela sociedade, tais como capinar, plantar hortas, cuidar de túmulos, zelar por chácaras, limpar lotes, revender cosméticos, quase todos sem contratos, precários, temporais de curto prazo, o que, de alguma forma, as obrigam a se afastar dos seus grupos familiares e de suas comunidades, onde aparentemente se sentem mais seguras. Tal cenário engessado de trabalho e escola formal não as contemplam do modo

como gostariam, pois, para elas, a família é sagrada, e a vida longe das/os filhas/os é um grande sacrifício que não compensaria. Sua cultura de suposta *vida livre* e de viver em comunidade – segundo elas, desejos inegociáveis – é o que mais as fascina e as identifica como ciganas Calin. Não obstante, elas, assim como outras mulheres, reconhecem que podem e devem ocupar outros espaços, dentro e fora de seus acampamentos, bem como terem o direito de ir, vir e ficar, se assim quiserem. Por que não?

Na sequência, trazemos exemplos de mulheres ciganas Calin contemporâneas, que mesmo com percursos diferentes, trazem histórias reais de lutas e de conquistas dentro dos seus espaços, o que não as distanciam das suas culturas, mas, pelo contrário, as coloca como referência para outras mulheres, que são fortalecidas e encorajadas por suas histórias.

5.1 Elas continuam na estrada

Ressaltamos a história da importante liderança feminina, mestra da cultura e sabedoria popular de Mato Grosso, a benzedeira, Cigana Calin Dona Diva, mestra da cultura mato-grossense.⁵⁰

Figura 7 – Mestra Dona Diva



Fonte: Associação estadual das etnias ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT)

Maria Divina Cabral, mais conhecida como dona Diva, foi reconhecida e consagrada como uma grande mestra da cultura popular mato-grossense.⁵¹ A reportagem do jornalista, pesquisador cigano Calon Aluizio Azevedo traz que dona Diva nasceu em Mineiros-GO em 25 de setembro de 1954, sendo, pois, mineira do interior de Goiás, e viveu parte de sua vida

⁵⁰ Disponível em: <https://aeeamt.blogspot.com/2021/02/reconhecimento-calin-maria-divina.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

⁵¹ Projeto que contempla a mestra foi aprovado no edital Conexão Mestres da Cultura da Lei Aldir Blanc em 12 de fevereiro de 2021.

viajando nos lombos dos cavalos, atravessando toda a região Centro-Oeste, vindo no início da década de 1970 a fixar-se no município de Rondonópolis – MT, com sua família.

A cigana Diva da etnia Calon, atualmente (2021) com 66 anos, nasceu em uma pequena barraca num acampamento, sendo agora reconhecida dentro e fora dos acampamentos como uma mestra da cultura cigana milenar em todos os sentidos. Casou-se, dentro dos padrões da tradição cigana, com o seu primo. Na sua intimidade com a natureza, construiu um amplo conhecimento da “filosofia Calon” e seu sistema de ação e organização sociocultural (RIBEIRO JÚNIOR, 1986). É considerada a mais importante raizeira e benzedeira cigana no estado, protegendo e mantendo viva a medicina tradicional na comunidade Calon. Vale lembrar que esta comunidade Calon na cidade de Rondonópolis - MT é a maior comunidade cigana da região e entorno e que muitos buscam nela conselhos, rezas e medicamento natural e tradicional por meio de dona Diva. Nessa comunidade mora por volta de 150 pessoas. Uma das propostas do edital *Conexão Mestres da Cultura da Lei Aldir Blanc em 12 de fevereiro de 2021*.e da premiação, para além da divulgação, também tem como objetivo construir um documentário com a “Diva e as Calins” a fim de dissipar os saberes e conhecimentos tradicionais e também criar uma exposição fotográfica virtual sobre as mulheres ciganas mato-grossenses.

Apesar de não ter sido alfabetizada e nunca ter frequentado uma sala de aula, Diva é versada na língua romanó-kaló, que no Brasil é também conhecida como chibe, sabe todas as simpatias, ervas apropriadas e rituais de cura infantis, aplicando-os em crianças ciganas e não-ciganas, produz remédios e unguentos naturais para mulheres e homens que tem problemas de fertilidade e os mais variados tipos de enfermidade, sendo conhecedora de uma variedade incrível de plantas medicinais do cerrado e da floresta amazônica (RIBEIRO JÚNIOR, 1989, n.p.).

Os saberes da medicina natural foram passados pela mãe e avós ainda na infância. Assim, desde muito pequena experimentou as idas e vindas pelo cerrado e florestas em busca de várias espécies de plantas, ervas e matérias primas para alimentação, manutenção da energia por meio do fogo e feitura de remédios naturais. Tanto sua mãe quanto suas avós também eram curandeiras.

A raizeira começou fazendo garrafadas para si mesma ainda muito jovem, depois para os parentes e logo estava atendendo também aos não-ciganos, que passaram a cada vez mais procurá-la. Há cerca de 10 anos, desde quando sua mãe, dona Lourdes, de 84 anos se aposentou das funções de raizeira por problemas de saúde, Diva assumiu as suas funções e, entre os cuidados com a matriarca, que mora no mesmo lote, vem mantendo viva a chama da medicina cigana no Estado (RIBEIRO JÚNIOR, 1989, n.p.).

Dona Diva reside numa modesta residência na Vila Poroxo e continua ajudando a todos que procuram por ajuda ou aconselhamentos diversos. É uma autoridade respeitada na região. Já auxiliou a milhares de pessoas do estado e até mesmo de outros lugares do país, como Goiás e Minas Gerais. Sua presença é comumente solicitada nas pequenas e grandes reuniões do seu lugar, pois suas opiniões nas questões referentes aos aspectos identitários e culturais da sua etnia têm muita relevância. Seus conhecimentos permeiam as leis do casamento, do luto e do funeral, o que a coloca num lugar de status como uma renomada mestra da cultura popular cigana brasileira. Essa grande mulher e liderança cigana Calin é membra fundadora de uma das principais representações ciganas - Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT), uma instituição sem fins lucrativos que foi criada para defender as pautas ciganas. É filiada à Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec), de sede em Brasília, cujo líder e um dos presidentes é o Calon proponente do Estatuto Cigano, Sr. Wanderley da Rocha, sobre quem esta pesquisa também aborda a trajetória de lutas.

Enfim, não podemos deixar de registrar aqui o lugar relevante da cultura popular ancestral para essas populações tradicionais, haja vista que esta é repassada de gerações em gerações como manutenção da organização sociocultural e política da comunidade. Tais ações e atitudes reforçam os processos identitários e mantêm a força de coesão dos grupos e o fortalecimento dos coletivos. Nos acampamentos por onde passei, por onde a pesquisa de campo me conduziu, pude constatar o quanto esse fenômeno é forte. Até mesmo as vizinhas não ciganas (Gajin) procuram ajuda e aconselhamento sobre os mais variados tipos com as mulheres Calin, principalmente as anciãs, que são as guardiãs da sabedoria popular, e isso é indiscutivelmente algo relevante. Não há como negar a força que possui uma mulher anciã nas comunidades ciganas Calon. Todos/todas somos de alguma forma afetados/as e encantados/as pelos seus conhecimentos populares legitimados e reconhecidos pelos grupos.

5.2 Elas continuam removendo pedras no caminho - feminismo cigano é possível?⁵²

Feminista é a pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica dos seres (CHIMAMANDA NGOZI, 2019)

Figura 8 - Maria Gil – Mulher cigana feminista Portuguesa



Fonte: Acervo da AEEC – 2020

Maria Gil é uma mulher cigana portuguesa, artista, ativista feminista e mãe de quatro filhos/as que, conforme entrevista concedida por ela para Helena Ferreira, sofreu e sofre na pele o fato de ser cigana Calin. Maria relata que vive em dois mundos fronteirísticos, pois casou-se aos 20 anos com um homem não cigano. Ela vive no mundo entre duas culturas: Cigana e cidadã feminista. Quando criança sempre questionava o motivo das meninas da comunidade dela serem impedidas de estudar. Teve um pai que defendia que as mulheres poderiam sim estudar, mas o perdeu aos sete anos, tendo que, junto com sua mãe cigana, vivendo dentro dos costumes tradicionais e viúva muito fragilizada, reforçar as leis do patriarcado. Assim, com apenas sete anos, Maria se viu de preto e sem escola. Lutou e conseguiu que a mãe a matriculasse, pois não concebia além de ter perdido o pai, ter perdido também o direito a usar o colorido. Maria conta que ao chegar na escola sofreu muitos ataques e bullying, primeiro por ser menina cigana e segundo por usar preto, em sinal de luto pela morte do pai. Não obstante, resistiu a todos e a tudo. Fez muitos questionamentos, desafiou as leis que regem a sua cultura, estudou, casou fora da sua comunidade, teve filhos e se separou. Maria Gil, artista nata de seu país, luta incansavelmente em prol da bandeira cigana e em prol das mulheres ciganas. A seguir, destaca-se relato emocionado dela.

⁵² Disponível em: <https://aeecmt.blogspot.com/2020/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

A minha primeira resistência começou aos dez anos de idade, quando comecei a questionar por que me tratavam de forma diferente em relação aos rapazes e em relação às meninas da comunidade dita “branca”. Por exemplo, nunca percebi por que é que não podia estudar até porque o meu pai, que era cigano, sempre me disse que eu teria que estudar, mas, entretanto, este quadro alterou-se com a sua morte. De repente, fico sem pai, com uma mãe extremamente fragilizada e conservadora, que uniu a sua dor à necessidade de defender a sua versão da tradição e que aos sete anos me veste de negro e me tira da escola. Aí tomei a consciência da gravidade da situação, porque estava a ser alvo de uma superproteção mal direcionada. Quando regresso à escola, com oito anos, volto uma menina vestida de negro e sou alvo de bullying por parte das outras crianças. Perdi o direito à cor e perdi o chão. Estou a falar nisto porque é muito importante que todas as mães e pais percebam que tirar as crianças da escola, principalmente as meninas, é uma violência e que só as estão a encaminhar para situações de fragilidade social e a dependências de terceiros (relato de MARIA GIL, 2017).

Quando Helena Ferreira,⁵³ na entrevista, pergunta sobre o machismo nas comunidades ciganas, Maria Gil responde que o patriarcado cigano é reforçado pelas conjunturas de subalternidade, marginalidade e exclusão social de que são vítimas. “Neste sentido, reivindicar a masculinidade e responder às normas que lhes são impostas é de vital importância para a afirmação da própria identidade, estigmatizada e desconsiderada pela sociedade dos não ciganos”. Por isso, Maria diz que não pode considerá-los propriamente mais machistas, senão como homens que agem segundo contextos sociais que realmente às vezes reproduzem algum tipo de violência. Segundo Maria Gil:

[t]ransgredir as leis e as normas na nossa comunidade ganha uma visibilidade absoluta. Há sempre a tendência para apresentar a nossa população como um grupo homogêneo, como se o sexismo e a opressão patriarcal fossem prerrogativas de culturas exotizadas como a nossa. Por exemplo, se ocorrer uma violação dentro da comunidade cigana, os ciganos passam a ser todos violadores e é uma notícia que tem grande impacto na comunicação social.

Acreditamos que toda manifestação de violência social contemporânea, dentro e fora das comunidades tradicionais, bebem em fontes do colonialismo e do patriarcado. Elas não se sustentariam se não tivessem raízes profundas em estruturas sólidas, construídas e sustentadas em pilares construídos e reformulados historicamente onde as relações de superioridade e alteridade são estabelecidas de uns seres sobre os outros. E todo sexismo e racismo estrutural precisam ser combatidos por meio de levantes e ativismos presentes principalmente por suas próprias vítimas. As mulheres ciganas lutam dentro das comunidades, pela visibilidade das

⁵³ Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2017/08/05/feminismo-cigano-existimos-e-resistimos-entrevista-a-maria-gil/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

mulheres e igualdade de gênero, o que não é fácil porque o machismo é tão perverso que gera nas mulheres um sentimento de proteção, que sabemos que são na verdade pseudoproteções, pois suas vidas estão nas mãos de outros.

Ao ser questionada sobre os estereótipos das mulheres ciganas – analfabetas, feirantes, ambulantes, mães de numerosos filhos precocemente etc. –, Maria Gil prontamente responde:

Isso é tão ridículo como eu dizer que as mulheres payas portuguesas têm todas bigode e vestem todas de preto. Sempre existiram mulheres ciganas resistentes, embora não tenham sido apelidadas de feministas. A verdade é que não têm que ser apelidadas de feministas ou considerarem-se assim. Existem mulheres ciganas em todas as profissões e que estudam. Já existem muitas mulheres ciganas licenciadas e doutoradas e que não casam nem têm filhos. Ou seja, que fazem as suas escolhas e lutam por elas. Tenho, no entanto, que referir que o grande desafio é criticar as estruturas patriarcais internas e, ao mesmo tempo, tentar evitar reforçar os estereótipos negativos sobre a nossa comunidade. Por exemplo, porque defendo que todas as meninas devem estudar, não posso permitir que isso seja visto pelos payos logo como: ‘Pois, eles não deixam as meninas estudar porque as casam muito cedo’, ou seja, evitar que as reivindicações de gênero se tornem um instrumento de alterização e de estigmatização de um grupo subalterno e racializado. Tenho ainda que falar aqui da interseccionalidade que mostra o cruzamento de diferentes opressões: de gênero, classe, “raça” e sexualidade, sofridas pelas mulheres ciganas. As formas de discriminação interagem umas com as outras, há que afirmar a consequente necessidade de uma luta plural contra o racismo, a opressão de classe e contra o machismo tanto interno, como externo às comunidades (relato de MARIA GIL, 2017).⁵⁴

O relato supracitado nos traz a reflexão do debate necessário no sentido de combater todas as formas de opressão, de discriminação e de criminalização de uma cultura em detrimento de outra, ou seja, criticar um grupo por sua cultura sem conhecer e analisar todo seu contexto histórico e social. As representações sociais que são construídas ao longo dos tempos precisam ser revisitadas, refletidas, analisadas e reformuladas para que não sejam cometidos e reforçados erros do passado que causaram e continuam causando danos a essas pessoas. O feminismo cigano talvez seja considerado uma pauta nova, mas necessária na perspectiva de surpreender e suscitar nessas comunidades o desejo de ocupar espaços em todos os lugares da sociedade ou mesmo de ampliar as suas possibilidades de escolhas para estarem onde os seus desejos e anseios alcancem.

⁵⁴ Assista aqui a uma entrevista da TV Portuguesa à Maria Gil: <https://www.youtube.com/watch?v=4N-E1qDDiHc>. Acesso em: 18 jun. 2021.

5.3 Divisão sexual do trabalho: opção ou obrigação?

[...] não existe um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe (SAFFIOTI, 2013).

A relação entre trabalho e gênero no contexto histórico de uma sociedade capitalista, machista e patriarcal como a nossa, se concretiza nas relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os pares dialéticos: sexo/gênero, biológico/social.

Há uma clássica divisão sexual do trabalho, na qual a mulher é sempre colocada no lugar de inferioridade e de cuidadora. O trabalho doméstico e a desigualdade de gênero são dois lugares de pensamento e conceito que nos interpelam a pensar e a questionar que estrutura de sociedade temos onde o mundo do trabalho é sempre desigual.

Nesse exercício de ir para além de apenas enxergar a aparência das relações de opressões vividas na nossa sociedade patriarcal, machista e misógina, é necessário *tirar as cataratas dos olhos* e tentar corrigir alguns equívocos construídos historicamente, bem como desnaturalizar todas as tentativas de apagamentos e de silenciamentos que as mulheres sofreram ao longo de suas vidas.

Propomos um debate interseccional que focaliza a interdependência entre gênero, classe e raça na perspectiva das oportunidades que são dadas a essas pessoas. Não podemos pensar em classe sem discutir raça e gênero, pois classe tem cor, etnia, raça, gênero. Dependendo da interseccionalidade e do contexto histórico e social de cada uma delas, há histórico (pregresso e atual) de sofrimento oriundo de todos os tipos de opressão, o que potencializa questões de violação, de racismo estrutural e de desigualdades sociais. Como podemos notar, trata-se de um debate muito caro, em que uma categoria não elimina a outra. Apesar de cara, a temática é pouco debatida em uma sociedade machista e patriarcal, que desqualifica e deslegitima o debate de gênero por acreditar em um viés separatista.

Quando discutimos gênero, potencializa-se o disparo que aciona o botão do nosso desconforto, visto a existência da inter-relação entre histórias concretas que leva-nos a crer na nossa inferioridade, na submissão e na nossa dependência física e emocional. Como efeito, acabávamos embarcando em relações diversas (no campo laboral, pessoal, social e afetivo) abusivas. Assim, assustadoramente, aparecermos nos índices de genocídio e feminicídio corroborando para que o país seja alocado, vergonhosamente, entre os primeiros da lista de países que mais maltrata e mata mulheres.

No contexto dos acampamentos ciganos, é importante destacar o trabalho não remunerado e invisibilizado realizado por meninas, mulheres, jovens e crianças, pois possui

valor econômico relevante no processo de subsistência familiar e produtiva, na forma de trabalho auxiliar e doméstico capaz de possibilitar o trabalho produtivo. Importante ressaltar que quando falamos das crianças, não estamos falando de trabalho infantil. Nos acampamentos, as crianças participam ativamente dos processos relativos à vida adulta, portanto, auxiliam no acompanhamento dos trabalhos da família, dentro e fora dos acampamentos. No caso das mulheres, a submissão, às vezes, é tamanha que está articulada diretamente à questão cultural e às questões do patriarcado. As principais ocupações das mulheres nos acampamentos ciganos são o cuidado com a família, a montagem de barracas e tendas, as plantações, as vendas ambulantes, as atividades reprodutivas, muitas vezes sem remuneração, mas de fundamental relevância para a questão econômica e de subsistência do grupo. As mulheres também são bem envolvidas com as questões da arte, música, dança, leitura de mãos, trabalhos manuais de artesanatos e de comercialização, mas em alguns casos são consideradas ajudantes e auxiliares.

Quando pensamos nas mulheres do campo, nas mulheres de comunidades tradicionais, principalmente nas que disputam o espaço sagrado das suas terras e dos seus territórios ou naquelas que se posicionam como lideranças femininas, esses índices aumentam cada vez mais. Qualquer movimento feminino que promova a coletividade é algo que incomoda e assusta as estruturas do capitalismo e do patriarcado. A acumulação primitiva é o embrião do capitalismo. Mulheres em vida comunitária e com autonomia sobre seus corpos assustam e ameaçam as estruturas do sistema.

Ao pensarmos que, na história do mundo, nossas ancestrais já sofreram todo tipo de violência, que foram amarradas, escravizadas, estupradas, laçadas e mortas pelos seus parceiros ou mesmo subjugadas e assassinadas simplesmente por pertencerem à condição de mulher, enxergamos, com nitidez, crueldade e indignação imensuráveis. Voltar à história é lembrar que muitas mulheres, acusadas e julgadas por insubordinações ou bruxarias (muitas vezes, por dominar o conhecimento nato das ervas e da medicina popular) foram queimadas em praças públicas no tempo da inquisição e, até hoje, continuam sendo perseguidas. O lugar do conhecimento e da sabedoria não era reservado às mulheres. Por que estariam ali?

O trabalho para as mulheres nunca foi algo reconhecido, nem valorizado, dado que o trabalho produtivo e intelectual sempre foi delegado ao homem. As mulheres foram alijadas e expropriadas desse tipo de trabalho. A esse respeito, Marx (2008, p. 86) nos aponta que “se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então? A outro ser que não eu”. Contrariando as/os que defendiam que o sistema capitalista iria abrir portas para a transformação e a emancipação feminina através da liberação da entrada das mulheres na disputa do mercado, Saffioti (2013) sinaliza o contrário: o

capitalismo alija a força do trabalho, principalmente a força de trabalho feminina. Acrescenta Saffioti (2013, p. 67) que

[...] as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.

A divisão sexual do trabalho, objeto de pesquisa em muitos países, é um debate importante. Foi no início da década de 1970, na França, que as bases filosóficas e políticas teóricas desse conceito se corporificaram e ganharam campo materializado, sob o impulso do movimento feminista. O conceito da divisão sexual do trabalho ganhou força e resistência no debate concernente ao trabalho da mulher nos espaços privados e públicos, diminuindo a invisibilidade e a reprodução social executada gratuitamente às mulheres.

Almejamos discutir a categoria de gênero, orientado pelo feminismo marxista, considerando os elementos que são fermentos na massa social de lutas das mulheres como protagonistas e participantes ativistas do tempo histórico e de suas histórias. Sem dúvida, estamos nos referindo a um marco crucial que se movimenta e se transforma, ao questionar o poder político, social e cultural não por igualdade de gênero, pois a igualdade também é escravatura, mas por equidade e respeito às diversidades no momento de pensar e de construir políticas públicas inclusivas que atendem às especificidades de gêneros.

A nossa real preocupação em demarcar esse território caro vem da percepção de que nem todo estudo de gênero necessariamente é feminista, tampouco marxista, haja vista a existência de algumas linhas feministas pós-modernas que culpabilizam Marx por não citar as lutas das mulheres em seus manuscritos. Sabemos que Marx (2008), um intelectual do seu tempo, pode sim ter cometido algum equívoco, apagamento e silenciamento em relação às mulheres, mas, revisitando as suas obras, acreditamos que, ele lança algumas pistas essenciais para as pautas feministas, como as relações de opressão entre classes e as desigualdades sociais crescentes naquele contexto histórico europeu, branco e machista.

Quando revisitamos a cronologia, mesmo em época de muita repressão, exploração e perseguição às/aos trabalhadoras/es, obrigando homens e mulheres a trabalharem até a exaustão nas fábricas, lá estavam as mulheres, ainda de forma pouco organizada e nada

institucionalizada. Elas foram às ruas, nas lutas, rebelando-se e revoltando-se com bravura e coragem, quebrando a ordem burguesa que as oprimia e silenciava. Exemplo disso foi o movimento da Revolução Russa de 1917, em que as mulheres foram as primeiras a irem às ruas, seguidas de seus maridos, companheiros e camaradas. Inegavelmente, este foi um marco importante na história da luta da classe trabalhadora mundial.

A questão de fundo que norteia toda trajetória que aqui desenhamos baseia-se na tentativa de demonstrar que devemos avançar no debate inquietante relativo ao apagamento das mulheres na história, como uma forma de prestar contas ao passado e, de certo modo, reparar as injustiças cometidas. Almejamos, com isso, trazer para o banquete o debate caro da divisão sexual do trabalho para a atualidade, para que consigamos superar a dualidade entre classe e gênero, de modo a dar sentido concreto à luta das mulheres no combate à exploração do trabalho produtivo, reprodutivo, sem quaisquer predicados e pouco reconhecido na perspectiva da existência humana, em uma sociedade menos machista e não mais mediada pela alienação. Para tanto, o desafio que continua em aberto não é o empoderamento feminino, que é individual, mas sim a *emancipação feminina*, que traz a ideia do coletivo e é uma tarefa histórica.

Quando não consideramos o trabalho doméstico como trabalho, conseqüentemente silenciamos, fragilizamos e invisibilizamos as mulheres, principalmente ao enxergamos as relações de poder assimétricas entre os sexos masculino e feminino. Como as tarefas domésticas são banalizadas e baseadas nos vínculos de relações parentais, as relações opressoras de subalternidade ficam camufladas na cumplicidade familiar, que reserva à mulher a servidão voluntária e ao ser provedor o papel do homem. Hirata (2010, p. 32) nos instiga a refletir que,

[...] a partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos para pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”. A divisão sexual do trabalho toma como referência o trabalho, já as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social.

Para Hirata e Kergoat (2007), a relação social recorrente entre o grupo de homens e o grupo de mulheres é considerada *relações sociais de sexo*. Para as autoras (2007), a divisão sexual do trabalho é fruto da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, divisão essa modulada histórica e socialmente como instrumento da sobrevivência para estabelecer as relações sociais e culturais entre os sexos.

A divisão do trabalho proveniente das *relações sociais de sexo* reservou às mulheres a esfera reprodutiva (privada); e aos homens a esfera produtiva (pública). Tal distribuição estabeleceu uma relação assimétrica entre os sexos, que cria e reproduz, concomitantemente, as

desigualdades de papéis e de funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas e marcadas pela exploração e pela opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro.

Na história, houve a crença na existência de que ciganos, judeus, índios e mulheres eram inferiores dentro da raça humana e, por essa crença, fomos levadas/os ao extermínio, ao genocídio, ao encarceramento de massas, à escravidão e a todo tipo de violência com legitimidade do Estado, que também nos levou ao neofascismo. Sabemos que, no holocausto, foram dizimados mais de quinhentas/os mil ciganas/os. Antes das/os judias/eus, as/os ciganas/os foram as cobaias, as/os primeiras/os a experimentarem a esterilização e as letais câmaras de gás, sendo covardemente separadas/os de suas crias. Ora, muito além, ciganas/os e judias/eus vivenciaram juntos não apenas dores e humilhações vividas nos campos de concentrações, mas a destruição de suas identidades e de suas autoimagens, pela forma que foram registradas/os e representadas/os para o mundo ocidental durante toda a história. Zimmermann (2007, p. 40) afirma que

[...] tanto o assassinato de judeus e ciganos quanto a morte em massa de prisioneiros de guerra soviéticos tinham o seguinte em comum: eles eram destinados a grupos de pessoas que eram caracterizadas pelos nazistas como entidades raciais ou, mais geralmente, como sub-humanos. No entanto, alguns deles não se consideravam como um grupo étnico unificado ou como uma nação no sentido moderno da palavra.

O que nos assusta é acreditar que, quando não reconhecemos as falhas e não trabalhamos para corrigir os erros do passado, estamos fadados a repetir a barbárie no presente e no futuro próximo. Estamos vivenciando, no atual cenário político brasileiro, um governo fascista, que persegue, criminaliza e mata mulheres com a legitimidade da violência de um Estado machista.

O século XIX mostra que, em geral, a sociedade reforça uma nítida divisão sexual do trabalho quando reserva, pela condição de gênero, à mulher o domínio privado (casa) – prisão e submissão –, e ao homem o domínio público (rua) – liberdade e supremacia. Aos homens sempre foram reservados os espaços e os lugares da esfera pública, haja vista que, pelo seu papel social e cultural, lhes cabiam a ordem de provedores familiares. Às mulheres, por sua vez, era dispensada a esfera privada, com o ambiente doméstico, e com a tarefa de cuidar e de zelar da/o outra/o e do espaço da casa, como contrapartida ao pagamento por ser sustentada pelo seu dono.

Na natureza, em geral, as fêmeas, sempre tiveram e continuam tendo um papel preponderante para a manutenção do espaço social do grupo a qual pertencem, pois são as

portadoras dos equipamentos biológicos que sustentam a vida e a manutenção da sua espécie na natureza. Em seu ambiente natural e coletivo, elas são livres.

Contrariamente, entre os humanos, as mulheres foram afastadas das suas essências, do ambiente natural e coletivo, delegando-se a elas a produção e a reprodução da vida material nos espaços públicos e privados, reforçando-se, assim, toda a carga emocional e física da acumulação do trabalho, bem como a perda de sua liberdade. Vivemos numa sociedade que declara amar as crianças, mas apenas quando estão dentro do útero materno. Quando os bebês nascem, não existe lugar adequado nem tempo suficiente para as mães latentes trabalhadoras terem seus direitos garantidos sem ter que passar por uma série de constrangimentos. Aliás, conforme reforça Silvia Federici (2017), as mulheres trabalham natural e gratuitamente para o capitalismo e continuam sendo triplamente punidas e afetadas. Primeiro porque engravidam trazendo mais mão de obra para o mercado, depois precisam se afastar dos seus filhos e por último ou perdem o emprego ou têm dificuldades para serem contratadas, pelo simples fato de serem mulheres e mães.

O próprio atual ocupante da vaga da presidência da República, sr. Jair Messias Bolsonaro, em uma de suas declarações calamitosas disse que entre um homem e uma mulher, prefere contratar um homem, pois as mulheres engravidam e dão despesas ao empregador ou aos cofres públicos. Para ele, mulher tem que ganhar menos mesmo. A misoginia, o preconceito, a discriminação e a desigualdade de gênero estão sendo, pois, legitimadas pela maior autoridade do país.

Embora as fêmeas na natureza sejam associadas a uma simbologia ligada à vida e ao desenvolvimento embrionário, quando trazemos esse desenho para a nossa sociedade contemporânea o mesmo não ocorre com as mulheres. Estas são expropriadas de suas características fundamentais: a liberdade, a força de decisão, a intuição - atributos importantes para a proteção e para a sobrevivência.

O ser humano com a marca biológica da fêmea no corpo tem suas especificidades sociais e culturais importantes para o desempenho de suas habilidades natas e, por essa razão, não se constitui, nem se pode configurar, um ser inferior aos machos, até porque somos a simbologia da perpetuação da espécie. Então, qual o motivo de as mulheres serem apagadas e/ou negligenciadas dos processos históricos? Quais os motivos reais do seu processo de silenciamento, de violações e de moldura limitar seus espaços?

A divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero importante para ser debatida e necessária para desnaturalizar e reparar erros históricos em congruência com pautas feministas na sociedade contemporânea. As mulheres ainda dedicam o dobro de seu tempo para cumprir

vários papéis e várias funções em seu tecido social, o que diz muito a respeito do modo como a vida atual está organizada. Conforme Federici (2017, p. 233), “como demonstra a história das mulheres e a acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo”.

O elemento central para que possamos perceber as inúmeras desvantagens das mulheres quando o assunto é divisão sexual do trabalho consiste em revisitar os tempos/espços históricos que a mulher na nossa sociedade contemporânea vem percorrendo. Elas enfrentam todos os desafios de uma sociedade imperialista, cuja supremacia masculina dita as regras e os padrões sociais, culturais, políticos e econômicos.

As desvantagens avançam ainda mais. Somam-se a isso distintas cobranças inerentes ao papel social e cultural da mulher que a perseguem durante toda sua trajetória de vida. Nascer mulher, em uma sociedade machista e misógina, significa assumir um papel esperado pela sociedade e segui-lo à risca, sob pena de ser julgada e condenada, caso ouse se desviar dessa configuração imposta, padronizada e desumanizada. Assim, as mudanças nas relações de gênero do patriarcado e as desvantagens vão sendo reproduzidas. Super qualificam o trabalho dos homens, ao passo que subestimam e precarizam o trabalho das mulheres. Esse desequilíbrio não se resume a associar as mulheres à sua posição familiar e doméstica, mas implica compreender o circuito de desvalorização do trabalho feminino, como forma de enfraquecimento, o que escancara as desigualdades e a relação de opressão.

As mulheres, ainda, dedicam muito mais tempo às tarefas e ao cuidado com os trabalhos domésticos, o que as exclui de alguns espaços que poderiam ocupar. Devido a demandas com a servidão, elas ficam em total desvantagem com relação aos homens. Assim sendo, nós, mulheres, não temos o mesmo ponto de partida, tampouco estamos em igualdade no mesmo lugar. Esse cenário mostra-se altamente injusto, visto que nossas reais condições sempre ficam aquém.

Nós, mulheres, sangramos, gestamos, parimos, sentimos dores, cuidamos, amamentamos, alimentamos, organizamos, planejamos, traçamos metas, sonhamos e lutamos triplamente para realizarmos os nossos projetos de vida, porque não viemos só, não andamos só e nem vamos só. Somos *sujeitas* coletivas. Nossos interesses nunca são individuais; são sempre fruto de uma coletividade grupal. Federici (2017, p. 234) nos faz refletir sobre essa égide com a passagem seguinte:

[c]onforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens, e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural, permitiram ao capitalismo ampliar imensamente a parte não remunerada do dia de trabalho e usar o salário masculino para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.

Quando analisamos a divisão do trabalho doméstico, é sempre a mulher que empreende um esforço e paga o maior preço, mesmo que tenha renda menor, porque ela guarda uma memória de desigualdade social, devido, mais uma vez, à renda desigual do trabalho.

Por um construto social, a maioria dos trabalhos domésticos são vistos como trabalhos gratuitos, porque o trabalho feminino foi marcado por um histórico de trabalho de doação, de gratuidade voluntária. Nós nunca nos sentimos no direito de cobrar, porque fomos educadas para servir sem questionar, reproduzindo, pois, os ensinamentos de mães, de avós e de bisavós, que sempre realizaram e cumpriram suas tarefas de bom grado, de bom coração, como sempre era esperado do seu papel social.

Por que será que as pautas femininas encontram tantos entraves para serem visualizadas e vinculadas a um debate político? Por que quem ousa tocar nesse assunto é tão perseguida, censurada, julgada e até violentada? Os espaços institucionais públicos nunca se interessaram por trazer esse debate, há sempre desinteresse e desconexão. Quem toma parte dessa agenda pública?

Se a divisão sexual do trabalho apaga e nega as condições de trabalho das mulheres, quem faz as agendas públicas? Por que essa pauta e essa problemática da desvalorização e da deslegitimação do trabalho da mulher não vira política pública no reconhecimento de que todo tipo de trabalho realizado pelas mulheres como trabalho produtivo tem preço?

Analisando melhor os fatos, o que percebemos é que o mercado de trabalho produtivo é majoritariamente desenhado e adaptado pelos homens e para os homens, dado que esse mercado não dá conta da maternidade: onde há mulher, há gestação, há crianças, há amamentação. Por esse conjunto de fatores, mulheres têm maior tendência a serem demitidas ou a pedirem demissão, por todas as suas demandas relegadas ao papel social da mulher e por toda a desvalorização do trabalho reprodutivo. Kergoat (1978, p. 44) reflete que “o patriarcado e o capitalismo se combinam e exploram dominando e dominam explorando”. Cabe frisar que, quando se trata das mulheres no mercado de trabalho, dentro e fora de casa, esses indicativos se potencializam e perpetuam as desigualdades de classe, de gênero e de raça.

Quando se examina a dimensão do mercado de trabalho, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, presentes na terceirização de forma exemplar e cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora (FREITAS, 2005, p. 206).

Nessa perspectiva, esse debate nos interpela a pensar que as mulheres são vistas como lixo: desvalorizadas e desmerecedoras de crédito. Tais adjetivos contradizem o conceito de mulheres trabalhadoras, aquelas que criam, que transformam, que são dignas de respeito por trabalhem para a sua subsistência e para a manutenção da sua família.

Embora sejamos maioria no Brasil, somos minoria na representatividade expressiva nos espaços públicos de poder e de construção de políticas públicas: os números ainda são inexpressíveis. Por esse motivo, ainda temos muitas lutas pela frente, com vistas a movimentar mulheres para os espaços de fala, para os espaços de representatividade social e política, para a construção de políticas de inclusão voltadas para as pautas femininas etc. Muitas vezes, torna-se difícil trazer, sustentar e legitimar o debate, corporificando e materializando as vozes femininas nesses espaços.

Ao analisarmos os espaços políticos institucionalizados, observamos como eles são majoritária e prioritariamente masculinos, representados por homens de cor branca, cristãos, conservadores, que não reverberam, em hipótese alguma, as lutas e as pautas femininas. Dito em outras palavras, é um lugar formatado para homens, que escrevem, pensam e fazem leis para mulheres. Essas questões não podem (e nem devem) ser tratadas por quem traz, historicamente, outras narrativas, que, na maioria das vezes, naturaliza e não enxerga as questões relativas às mulheres, o que inclui suas lutas pela equidade. Nunca as questões acerca do debate feminino, com todas as suas demandas e anseios, vão ser tratadas de maneira central e prioritária pelos homens, porque essa pauta não faz parte do seu acervo e da sua memória identitária. Nenhum deles realmente vive, dia a dia, *na pele*, a experiência de ser mulher em todo o contexto de uma sociedade machista.

Os homens, por causa do patriarcado, já ocupam um lugar em que estarão em vantagens, primeiramente, pelo seu histórico social, nascido em um lugar marcado pelo patriarcado e pelo machismo, depois pelo alto quantitativo de representatividade masculina nos espaços políticos de fala e de poder. A maioria dos homens nos espaços de construção de políticas públicas são brancos e conservadores; suas mulheres, por sua vez, têm condições de contratar outras mulheres para realizarem o trabalho doméstico. O trabalho doméstico, que é mal remunerado,

se associa a uma atividade pouco valorizada e se distancia da experiência da grande maioria dos homens como trabalho produtivo formal e institucional. É rotulado como algo que significa menos.

Segundo Biroli (2013, p. 32), “a produção de gênero se dá nas relações de trabalho que a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental na produção de gênero”. Talvez isso cause certo estranhamento a muitos homens e a muitas mulheres que não construíram uma consciência crítica a esse respeito. O sentido do masculino e do feminino é o que traz essa relação social binária tem uma relação estreita com as tarefas que devem ser delegadas às meninas e aos meninos, em conformidade com suas constituições sociais e culturais do que é ser mulher e do que é ser homem. As expectativas que se tem para cada um/a são, evidentemente, distintas, e essas padronizações são institucionalizadas e legalizadas tanto no âmbito público quanto no âmbito privado. Não se trata de diferenças, mas dos privilégios e das desvantagens que se esperam para as mulheres, integrantes de nossas vidas vulneráveis.

Em alinhamento com Freire (1989, p. 48), são comuns a homens e a mulheres

[...] a responsabilidade no cumprimento do dever, não importa a tarefa que nos caiba. O sentido da correta militância política, na qual vamos aprendendo a superar o individualismo, o egoísmo, é um sinal, também, do homem novo e da mulher nova. A defesa intransigente da nossa autonomia, da liberdade que conquistamos marca igualmente o homem novo e a mulher nova. O sentido da solidariedade, não somente com o nosso Povo, mas também com todos dos Povos que lutam pela sua libertação, é outra característica do homem novo e da mulher nova. Participar conscientemente nos esforços da reconstrução nacional é um dever que o homem novo e a mulher nova exigem de si mesmos.

Freire (1989), ao abordar a necessidade de sermos responsáveis individual e coletivamente pela manutenção da sociedade e da cultura, suscita a solidariedade como uma categoria que une os homens a lutar por liberdade e pela garantia dos direitos da/o outra/o. Na visão dele (1989), todas/os somos responsáveis pelo mundo que existimos e, portanto, é dever do homem lutar por menos desigualdades sociais e por menos violações de direitos humanos. Nessa perspectiva, lembramos que, nos debates de gênero das últimas décadas, as ciências humanas têm travado inúmeras e intensas disputas com as ciências biológicas para o diálogo atinente ao fim do determinismo biológico. Isso se deve ao fato de que, em nossa espécie, coabitam corpo biológico e corpo social, os quais devem estar em permanente diálogo, pois a construção de papéis, no nosso entendimento, precisa levar em conta, na interface entre ciência e sociedade, corpo e gênero. Precisamos inscrever a ciência em uma instância sociopolítica, sintonizada com demandas de cunho social e cultural, a fim de fortalecer os debates feministas

na redução das diferenças e das desigualdades de gênero, e na busca pela emancipação coletiva das mulheres em seus espaço-tempos.

Nesse sentido, entendemos que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais/culturais entre os sexos reservaram às mulheres a esfera reprodutiva privada; e aos homens, a esfera produtiva pública. Essa distribuição deflagra uma relação desigual e cruelmente assimétrica entre os sexos, que cria, produz e reproduz, concomitantemente, desigualdades de funções e de papéis sociais e culturais. Historicamente, as relações sociais entre os sexos foram marcadas por inúmeras e injustas desigualdades sociais hierarquizadas, opressoras de um sexo em detrimento da supremacia masculina, que, muitas vezes, se mostra abusiva e tóxica. Tais relações, perpetuadas histórica e culturalmente entre gerações, se mantêm, perduram, se propagam, impondo a não equalização social do trabalho produtivo na perspectiva de gênero.

Em tempos atuais, em especial em tempos de pandemia, com sucessivas crises do capitalismo, somos obrigadas a refletir sobre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que foram fortemente atingidas, haja vista o crescente acúmulo de jornada de trabalho doméstico dentro e fora de suas casas. Nesse período pandêmico, esse trabalho se acentuou, e as mulheres não foram dispensadas nem por suas/seus patroas/ões, tampouco por suas/seus companheiras/os. Tal cenário nos convoca a pensar como o capital utiliza a força do trabalho feminino para manter e alimentar o insaciável: o cruel capital com uma elasticidade invejável para abarcar a todas/os e, ao mesmo tempo, se manter de pé, mesmo que a humanidade caminhe e seja conduzida coletivamente para as covas e para as sepulturas.

Convém salientar que as mulheres ciganas são as que realizam todo o tecido do aparato social e político com outras mulheres da vizinhança, por meio de relações afetivas com as crianças, de partilha de receitas de remédios caseiros e de comidas, de trocas e de doações de roupas e de alimentos, de brincadeiras com as crianças etc. Observamos que são nas relações afetivas naturalizadas da maternidade que se quebram as barreiras dos medos e em que acontecem as aproximações. Nos acampamentos onde passamos vimos o quanto às mulheres ciganas Calin são colaborativas. Mesmo em situações precárias, elas possuem sentimentos de sororidade, se colocando no lugar das outras, respeitando seus contextos sociais e culturais.

6 DIREITO À EDUCAÇÃO: ESSE LUGAR TAMBÉM É MEU?

Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica (FREIRE, 1984, p. 89).

Figura 9 - Tenda-escola no acampamento cigano Nova Canaã



Fonte: Acervo da pesquisadora

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989, p. 11). Essa imagem retrata a sala de aula que construímos juntos/as com o apoio de materiais doados por algumas escolas públicas da regional de ensino do Paranoá, para que pudéssemos alfabetizar Jovens e Adultos no acampamento Nova Canaã, na Rota do Cavalo, região Rural de Sobradinho, um dos locais da nossa pesquisa. Na tentativa de não retirá-los/las dos seus contextos sociais, conversamos com a comunidade, que ansiava aprender a ler e a escrever, convidamos a cigana Daiane da Rocha Bian, filha do líder do acampamento Sr. Wanderley da Rocha, a realizar um curso de capacitação junto ao Centro de desenvolvimento do Paranoá CEDEP (região administrativa periférica de Brasília DF, onde sou professora) para alfabetizar seus/suas pares e ela prontamente aceitou o desafio. Ficamos seis meses realizando esse trabalho com os jovens, adultos e idosos. Foi uma experiência bastante interessante, com trocas e compartilhamentos de saberes.

A presença de Freire na nossa pesquisa foi constante. Ele, que tanto ressalta a educação como prática da liberdade, é um dos autores mais citados em diversas áreas do conhecimento. Atualmente em 19/09/2021, comemoramos o seu centenário e recordamos sua relevância principalmente no diálogo com a educação e as classes subalternas oprimidas.

O diálogo necessário com Freire e os Povos e Comunidades Tradicionais Ciganas representa dentro da educação o respeito à diversidade, à democracia e ao acesso à educação pública de qualidade, para todas e todos. A contribuição da pedagogia freireana que vislumbra a ação dialógica humanizadora e transformadora significa incluir todas e todos no processo e no debate, inserindo-as(os) na história.

Durante todo o percurso histórico da humanidade, observarmos e constatamos que o dominador/opressor jamais vai oferecer o caminho da liberdade. É papel da/o oprimida/o lutar, resistir e trabalhar para sair da condição de oprimida/o. Além de se libertar, esta/e fortalece o coletivo e liberta também o seu opressor. Conforme Freire (2011, p. 98), os filhos/as da classe trabalhadora subalterna urgem lutar pela “superação da prática educativa domesticadora pela libertadora”. Sendo assim num ato de coragem transgredir às regras que impedem suas visualizações e quebrem o silenciamento, para avançarem nas conquistas dos espaços muitas vezes negados a essas classes.

Não há, porém, humanização na opressão, assim como não pode haver desumanização na verdadeira libertação. Mas, por outro lado, a libertação não se dá dentro da consciência dos homens, isolada do mundo, senão na práxis dos homens dentro da história que, implicando a relação consciência-mundo, envolve a consciência crítica desta relação (FREIRE, 2011, p. 105).

Freire aqui nos convoca a pensar que a luta pela humanização e democratização do espaço da educação pressupõe a ruptura com a opressão, o que significa não culpabilizar as pessoas empobrecidas, excluídas pela falta de escolarização, e não criminalizar nem discriminar os/as oprimidos/as pela sua condição, classe social, raça ou etnia. Em outras palavras, queremos dizer que, na luta pela educação, existem projetos diferentes voltados para as classes dominadas e oprimidas e outro para as classes dominantes opressoras, e com as populações ciganas não é nada diferente, fica em evidência que os povos ciganos continuam sendo marcados pela exclusão, racismo e discriminação.

Outros autores que dialogam na mesma perspectiva com Freire reforçam a importância da educação das classes populares para a transformação e emancipação humana. Brandão (1983), por exemplo afirma acerca do direito ao acesso ao espaço da educação escolar para todas e todos que revelam as visões e práticas deste grande educador, que tanto se empenhou pela educação no Brasil. Paulo Freire, em diálogo com Brandão (1983) afirma que é papel da escola:

[...] abrir os portões para que as crianças das camadas populares entrem integralmente, e não sejam mutiladas para se ajustar ao modelo de aluno ideal imposto por esta escola. [...] partir do universo cultural do aluno das camadas populares e do conhecimento das suas condições materiais de vida, para rever o projeto pedagógico e orientar a própria ação pedagógica. [...] expandir o universo cultural dos alunos no sentido do acesso ao saber escolar [...] aumentar a jornada escolar para alargar o espaço de trabalho intelectual na vida dessas crianças (BRANDÃO, 1983, p. 276).

A reflexão de Brandão (1983) versa sobre a relevância das classes inferiores de ocupar esse espaço da educação escolarizada e o perigo dessas crianças e jovens serem mutilados em seus desejos e anseios, ferindo sua cultura e negando seus espaços de vida cotidiana, em detrimento a outros modos de vida majoritário e hegemônico. Assim como Freire (2011), ao tratar da ação cultural educativa para a liberdade, acentua a importância da reivindicação por direitos e justiça social e da permanência dessa luta, pois nada é dado ao oprimido/a, tudo é conquistado com luta constante.

A educação tem múltiplas finalidades, entre as quais iniciar a prática científica, formar a consciência crítica política e social, transformar e emancipar seus/suas sujeitos/as. Percebe-se, assim, que educação é maior que apenas escolarização. A escola ainda se encontra distante do ideal, pois continua se pautando fortemente nos métodos tradicionais, que se limitam à transmissão de conteúdos, tal como mostra Freire (1987), sobre a concepção bancária de educação. Definitivamente, “a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente” (FREIRE, 1987, p. 68).

O que nos propomos a pensar é que o estudante e seus coletivos sejam partícipes dos processos de construção do aprendizado para compreenderem a situação que envolve a sociedade, articulando a relação da unidade teoria-prática a fim de realizar a práxis revolucionária não apenas na sua vida, mas na mudança coletiva.

Segundo Saviani (2007), a classe trabalhadora precisa se apropriar das ferramentas que a classe dominante hegemônica acessa. Por esse motivo esse autor defende a educação escolar, como um espaço de luta, resistência e transformação. Ancorados em fontes marxista, para ele, trabalho e educação são atividades especificamente humanas, o que significa que apenas a espécie humana tem consciência do que produz, para quem e para que produz. Apenas os homens, por meio do trabalho, se educam, se transformam e transformam a natureza. Conforme Marx e Engels (1974, p. 19),

[...] podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Mais de um século após a morte física de Marx, suas ideias e suas contribuições são indispensáveis à humanidade e permanecem ainda atuais para refletirmos com criticidade as relações da contemporaneidade. Marx traz muitos elementos para discutirmos, analisarmos e compreendermos as relações de poder que encontram-se embutidas na sociedade pelas relações econômicas, políticas, sociais. É obvio que, em seu tempo e em seu contexto social e político, seu legado trouxe denúncias e inquietações que revolucionaram o contexto da época. Não obstante, ainda hoje, sua teoria nos traz subsídios para a compreensão das contradições existentes na materialidade da vida cotidiana.

As ideias de Marx e seus questionamentos não se estancaram na sua época. Não adquiriram a rigidez e a frieza de um regimento, como se fosse um método fechado que ignora toda a fluidez do movimento da temporalidade. Ao contrário, ele fez questão de deixar apontamentos importantes para suscitar reflexões contemporâneas. Marx deixou bem claro, em seus manuscritos, que não se tratava de um método fechado e rígido, tampouco propôs um passo a passo, como uma bula de remédio ou um manual. Ele deixou para as gerações futuras a lógica do capital e suas relações de poder e de classes.

Em seus ideais, há ramificações, desdobramentos e materialidades relativas às inquietudes em transcurso nesses últimos cem anos, que, na teoria, desempenhou e continua desempenhando um papel destacado na construção dialética do pensamento crítico para a formação de uma sociedade mais justa, denunciando todas as formas de opressões. Além disso, seus escritos consideram que, nas ciências sociais, a história, que deveria ter vários lados, só visibiliza, hegemonicamente, a perspectiva dos vencedores. Há uma tendência acentuada ao apagamento histórico das/os vencidas/os, oprimidas/os, caladas/os, negadas/os e relegadas/os à margem.

Reforçando esse pensamento e considerando o movimento histórico, as ideias de Benjamin (1994, p. 230-231), nos traz subsídios, afirma que,

[...] o materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas para no tempo e se mobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem eterna do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar

no bordel do historicismo, com a meretriz 'era uma vez'. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o continuum da história.

Nessa perspectiva, Benjamin (1994) nos convida a refletir sobre a importância de observarmos, além do fenômeno, tempo cronológico, histórico, político, econômico, social e cultural, o contexto histórico, o lugar e as relações postas no campo das ideias. A história não é estática, mas movediça; ela necessita ser revisitada constantemente. É fulcral observar todos os movimentos para entendermos as concepções da base material do pensamento marxista, que muito contribui para compreendermos a matriz que dá sustentação à epistemologia do Materialismo Histórico-Dialético, como um instrumento ou um bastão do maestro que precisa ser socializado com todas/os as/os partícipes da história.

Quando nos referimos a pesquisas nas comunidades tradicionais, refletimos acerca de um projeto de pesquisa humanizado emancipatório, ancorado na pluralidade das identidades e das memórias, reconhecendo, antes de tudo, a importância de sua oralidade e de todo acervo desses povos para o debate, para o diálogo e para a reconstrução das ciências sociais. Nesse sentido, é mister pensar e analisar a partir de outros pontos de vista, talvez trilhando o avesso da história, de modo a sair do lugar comum (aparência) e mergulhar em um universo desconhecido ou mesmo incompreendido (essência).

Sabemos que a educação é um processo que provoca mudanças significativas em seus/suas sujeitos/as e, conseqüentemente, na sociedade. Segundo o cigano Calon professor Dr. Jucelho Dantas aí reside o receio de algumas famílias ciganas de enviar os/as filhos/as à escola, por causa da possibilidade de na convivência com outros/as, acontecer o acultramento.

Sabemos que o direito à educação passou a ser legitimado no século XVIII no ocidente, a partir da formação do Estado de Direito. A educação para todas e todos no Brasil é algo muito novo e por isso requer tempo de maturação. Quando analisarmos a cronologia temporal, para compreendermos a história da educação brasileira, nos deparamos com elementos importantes para nossa reflexão. Tivemos sete Constituições Federais brasileiras para reconhecer a importância da implementação de um sistema educacional e reconhecer as negações, retrocessos e avanços neste campo: Foram elas: 1824, 1821, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e, finalmente, a derradeira, de 1988.

A Constituição Federal de 1998, no que diz respeito à educação, é a mais extensa, configurando em seu texto dez artigos específicos (do artigo 205 até o artigo 214 e outros artigos e incisos que citam a pauta da educação, como artigo 5º, 6º, 22, XXIV; 23, V; 24; 30; VI; 205 a 2013; e artigo 60 e 61 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias). Assim, é

importante revisitar sempre este instrumento legal que protege e garante o direito à educação como direito fundamental inegociável.

O artigo 205 refere-se à responsabilidade do poder público na garantia de educação para todas e todos: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 45). Nesse relevante artigo, o Estado assume a primazia e total responsabilidade de garantir o cumprimento e o papel primordial das políticas públicas que torne factível o direito à educação.

Trazendo o escopo legal, entre outros diálogos, consideramos necessário destacar a escola como espaço de fortalecimento das classes subalternas. Não podemos abrir mão dessa relevante função social da escola, que, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, ainda é um espaço social importante, sobretudo quando se faz referência a elementos fundamentais, tais como: educação, direitos humanos, cidadania e trabalho.

Ao desempenhar sua função social, a escola exerce papel fundamental na promoção de diálogos e de interações com a realidade da qual a/o estudante faz parte. O grande objetivo desse território está centrado na formação e no fortalecimento de narrativas de intelectuais orgânicas/os, com possibilidades para conduzir o protagonismo e a atuação política e social da classe trabalhadora, que, por conseguinte, vem lutando paulatinamente nos processos de disputas de conhecimentos e de poderes hegemônicos construídos na lógica da escola edificada pelo sistema capitalista (MOLINA, 2011).

Pensamos que o princípio pedagógico basilar para a classe subalterna é a coletividade. Sob esse viés, as pessoas, em suas comunidades, definem o que é e como fazer a vida escolar, considerando a criticidade da leitura da realidade social e, sobretudo, a atuação dos sujeitos que se encontram à margem, com vistas tanto a ampliar a partilha de saberes quanto a projetar e a realizar atividades congruentes com suas necessidades concretas. Trata-se de uma concepção de escola que, ancorada ao movimento da educação para todas/os, possibilita corroborar o enfrentamento do engessado desenho do sistema educacional vigente, inquietando, instigando e defendendo a educação.

O papel da escola, historicamente, no desenho de sociedade capitalista, foi de uma sequência de apagamentos e negações, como: retirar a legitimidade dos conhecimentos da classe subalterna trabalhadora, indissociar as relações sociais do conhecimento formal e científico, separar e classificar as potencialidades e os desempenhos humanos. Sendo assim, é salutar, a partir das contradições existentes nesse percurso histórico, lutar pela transformação do espaço escolar formal, proporcionando outros feitos de produzirmos conhecimentos, outras

formas de produzirmos ciência (à serviço da vida humanizada) e, por conseguinte, outras formas de concebermos e de conduzirmos a formação dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. Em congruência com essa linha de pensamento,

[...] outra dimensão significativa nas escolas do campo é a lógica do trabalho e da organização coletiva. Ensinar os alunos e a própria organização escolar a trabalhar a partir de coletivos é um relevante mecanismo de formação e aproximação das funções que a escola pode vir a ter nos processos de transformação social. Esta dimensão envolve também as vivências e as experiências de resolução e administração de conflitos e de diferenças decorrentes das práticas coletivas, gerando aprendizados para posturas e relações fora da escola. [...] (MOLINA; SÁ, 2011, p. 329).

Nesse sentido as autoras reforçam a importância da coletividade, como proposta na organização do trabalho pedagógico dentro da escola, para fortalecimento na perspectiva de transformação dentro e fora do espaço escolar.

Ao analisarmos o modelo de escola do século XIX, ainda enxergamos o braço forte do colonizador, o conservadorismo usual, utilitário e controlador do patriarcado, que expulsa e intimida os/as diferentes. Embora nessas últimas décadas a escola vem se modificando gradualmente e isso ficou ainda mais visível com o cenário da pandemia de Covid-19 em 2020. Assim, com as transformações da sociedade, a educação tende a se alinhar e se adequar a essas demandas e transformações. Nesse caso, requer-se que muitas mudanças ocorram, pois mudando o contexto social e principalmente o educacional, toda a comunidade escolar necessita ressignificar seu fazer pedagógico, com vistas a trabalhar e dar um novo sentido ao conhecimento, possibilitando uma atuação rápida, eficiente e efetiva, construindo novas respostas para as novas perguntas demandadas pela sociedade contemporânea.

Portanto pensar a educação para todas e todos, sempre foi um grande desafio, principalmente no que tange a educação que abarque o diálogo pluricultural entre grupos étnicos minoritários. Quando pensamos na educação escolar voltada para os povos acampados em itinerância ou não das comunidades ciganas no Brasil, povos que estão às margens em campos periféricos, na maioria das vezes em situação de vulnerabilidades sociais, precisamos compreender que não basta disponibilizar vagas para essas pessoas, antes de mais nada faz-se necessário incluir e possibilitar a permanência, propiciando formas de acolher as crianças para que se sintam pertencentes ao espaço da escola enxergando sua cultura e sua comunidade naquele ambiente. O Estado precisa cumprir o seu papel de acesso e dar condições de permanência e inclusão social e educacional em todos os âmbitos, para além do chão da escola. Como nos aponta Frans Moonen,

O problema educacional cigano não está resolvido apenas com a matrícula das crianças ciganas em escolas públicas ou particulares, ou seja, não está resolvido garantindo-se aos ciganos somente o direito à educação, embora isto já seja uma grande conquista. Para garantir o direito a uma educação cigana, inúmeros outros problemas serão discutidos e, na medida do possível, resolvidos. E para isto será necessária a colaboração de todos os interessados e entendidos na problemática cigana, e principalmente dos ciganos, que deverão ser os protagonistas do seu próprio destino (MOONEN, 2011, p. 14).

O autor nos provoca a pensar que o processo de inclusão dos estudantes ciganos envolve outros fatores além de tudo, o mais importante ouvi-los/as, para que em diálogo com toda a comunidade escolar possamos criar um ambiente acolhedor e de troca de conhecimentos, onde todos e todas possam experimentar seus protagonismos e se sentirem pertencentes aquele espaço.

Nesse sentido, pensar a educação em relação aos povos e comunidades ciganas, nos exige ouvi-los/as para compreendermos às suas dimensões, aflições e anseios. Assim, o Sr. Alexandro Castilho, cigano Calon no evento⁵⁵ realizado no Dia Nacional dos Povos Ciganos, em maio de 2013, em Brasília pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, sob liderança na época da ministra Maria do Rosário, diz que:

As Minhas filhas não quiseram mais estudar devido ao preconceito e racismo sofrido nas escolas. Agora mesmo estão há dois anos sem estudar por causa desse racismo. Isso não só acontece com minhas filhas, mas com todos os ciganos do Brasil inteiro. Isso os afastam das escolas. Por isso a maioria são analfabetos (Relato oral CASTILHO, 2013).

Ao apresentarmos o relato do pai cigano em relação à educação das filhas, nos traz algumas reflexões importantes, que educação é um processo que cria possibilidades. Negar aos povos oprimidos o direito à educação formal e sistematizada é uma das formas mais cruéis e desumanas de roubar-lhes um lugar importante no espaço, apagar suas histórias e impossibilitá-los/las, sucumbindo o desenvolvimento integral humano. Freire novamente reforça a nossa construção teórica quando nos traz que,

[q]uem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua. Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez, mas os fortes que os debilitaram (FREIRE, 1987. p. 43-43).

⁵⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HRbrj5_4sHY Acesso em: 11 jan. 2020.

Isso vem ao encontro do que a nossa pesquisa e esse capítulo se propõe a trazer à tona a questão educacional de povos subalternizados que foram e continuam sendo impronunciados, negados e criminalizados pelo que não os foram concedidos. Ora, quem nega o direito à educação, nega todos os outros direitos e os debilitam.

Durante muito tempo, enxergamos o nomadismo como uma escolha aventureira dos povos que gostam de viver de forma livre, sendo essa uma característica comum entre os circenses, parquistas, hippies, alternativos e as comunidades ciganas Calon. Mas depois da imersão na pesquisa e na caminhada diária com os/as ciganos/as, começamos a ver a realidade e enxergamos o outro lado da moeda. Compreendemos que o nomadismo para eles/elas não é uma questão de escolha, senão de imposição e negação dos direitos a esses povos. É uma dura realidade de pessoas negligenciadas pelo Estado. No trabalho de conclusão de curso da antropóloga Thay Limeira Costa, “Para onde ir? Por que ficar? uma etnografia pelo direito de ir e vir” (LIMEIRA, 2017), estão presentes reflexões importantes sobre os conflitos e contradições do direito de ir e vir na trajetória do povo cigano. Trazemos um fragmento do texto que diz: *Parece óbvio, a busca por sobrevivência um argumento forte que qualifica o modo itinerante de ir e vir. A história do povo cigano tem sido muito tempo contada por suas perseguições: ficar nunca foi uma opção* (LIMEIRA, 2017, p. 12).

Por meio de uma pergunta feita ao líder do acampamento cigano Calon, senhor Wanderley da Rocha, acerca do nomadismo cigano, ele nos traz o seguinte:

Professora, seguir ou parar nunca nos foi opção. Vocês gajon ou gajin pensam que nós vivemos viajando porque gostamos de tá no mundo, pelo contrário, vivemos no mundo, de lá pra cá porque nunca nos foi dado o direito à terra, o direito de ficar. Nós viajamos o Brasil inteiro não é porque gostamos, é em busca de nossa sobrevivência, nossos negócios de venda. Muitas vezes chegamos num local, paramos para descansar e dar comida para nossas crianças e imediatamente somos expulsos, muitas vezes não nos dão a chance nem de terminar a nossa comida para alimentar as nossas crianças, temos que sair às pressas⁵⁶.

Percebemos que o olhar romantizado e folclorizado da divertida aventura de sair em andança pelo mundo afora, na realidade, é fruto do descaso e negligência do poder público em construir políticas públicas de acolhimento, doação de terra a essas pessoas e moradia fixa. Novamente, recorremos à Constituição Brasileira, que versa em seu Art. 6º sobre os direitos sociais: “6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

⁵⁶ Relato de Daiane da Rocha Biam em 2018.

lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Enxergamos que há uma distância muito longa entre o que está estabelecido na lei e o que a realidade dessas pessoas traz. Além de não terem direito à moradia, esses povos têm, em consequência disso, outros direitos negados, como o da educação.

Figura 10 - Visita ao acampamento cigano Calon: Aula de circo com o professor Aluízio com as pernas de pau.



Fonte: Acervo da pesquisadora

Essa imagem ilustra uma visita com os/as estudantes do curso de pedagogia da UnB, ao acampamento cigano, na disciplina de Sociologia da Educação, numa manhã de sábado, do ano de 2018, onde realizamos um trabalho de monitoria com o professor Dr. Erlando Rêses, propondo uma atividade interativa entre a universidade e a comunidade cigana, onde o objetivo foi analisar outros ambientes educacionais não formais e refletirmos juntos/as acerca de como educadores/educadoras conseguem compreender novos espaços, fora da escola, dialogando com a unidade teoria/prática, na perspectiva de conhecer e valorizar a educação pluricultural dentro e fora dos seus contextos.

Foi uma experiência bastante enriquecedora para todos/as os/as envolvidos/as. Haviam cerca de 15 quinze estudantes da UnB. O grupo se propôs a levar para o acampamento a experiência lúdica das pernas de pau, trabalho já reconhecido dentro das escolas de Sobradinho, onde à época, o Educador Social Voluntário Aluízio já realizava numa escola do Campo.

Aluízio, sendo um dos nossos estudantes do curso de pedagogia e membro do grupo, proporcionou uma experiência memorável às crianças do acampamento. Assim que chegamos ao local, ao nos ver descendo e descarregando o nosso carro com as s pernas de pau, as crianças correram ao nosso encontro, acalouradas, com toda curiosidade, alegria e descontração características típicas de crianças interessadas em explorar o novo.

Percebemos como as crianças ciganas ficaram felizes e empolgadas com a experiência. Aluízio deu algumas orientações básicas e imediatamente as crianças, sem medo do novo apresentado a elas, sem muitas indagações, enfrentaram o desafio e mostraram interesse. Em poucos minutos lá estavam elas felizes e adaptadas às pernas de pau, correndo, dançando, cantando e fazendo outras performances. Ficamos perplexas/os, pois as crianças ciganas fizeram além do que estávamos esperando para a atividade lúdica. Ficamos extremamente emocionados/as e motivados/as a dar continuidade ao trabalho do professor e estudante Aluízio.

Na saída do acampamento, indagaram por que não ficaríamos mais tempo se estava tudo tão divertido. Constatamos que as crianças ciganas são destemidas, corajosas e gostam de experimentar as novidades que se apresentam. São muito ligadas à arte e aprendem rápido quando as atividades são significativas e desafiadoras. Fomos pensando em ensinar e aprendemos muito mais com elas. As maiores lições que aprendemos foi a experiência da coletividade, cooperação, divisão e compartilhamento no momento da brincadeira, sem competitividade, muito menos vaidade. Um fato curioso foi observado: duas crianças que chegaram por último, ao se depararem com apenas um par de pernas de pau, tiveram a capacidade de dividirem e compartilharem juntas, sendo que cada uma ficou com apenas uma perna, mas quando as duas se abraçaram conseguiram caminhar cambaleando, mas logo outras crianças vieram correndo dar apoio. Mistura de sensibilidade e inteligência emocional, aliadas para a alegria coletiva.

Existe um preconceito impregnado na escola, impedindo que os interesses e talentos dos seus sujeitos se desenvolvam por uma pressão endógena e exógena, o que fica bastante evidenciado nas construções de políticas públicas educacionais. Marcilânia, uma estudante e agora professora de etnia cigana Calin, em Sousa, na Paraíba, em entrevista numa live da Semana de Extensão Universitária da UnB, em que estávamos participando no ano de 2020, disse que não se enxergava dentro do projeto da escola onde trabalhava. Hoje, como professora pedagoga, trabalha na perspectiva de fazer as crianças conhecerem a sua cultura. Afinal, como ela diz, *quanto mais falarmos da nossa cultura, mais exterminamos os estereótipos*. Na escola onde trabalha, cerca de 60% dos estudantes são ciganos; mesmo assim, faz toda uma movimentação para que eles e elas sejam incluídos no projeto da escola. Marcilânia nos traz:

Percebi um maior interesse dos estudantes ciganos na escola, quando eles encontram um de nós lá, como representantes da sua etnia. Eles se sentem visivelmente mais seguros. Somos um povo que vive muito juntos. Acho que o poder público tinha que perceber essa nossa especificidade com um outro olhar. Pois somos um povo sem nenhum tipo de recurso. Se a gente não se unir, não resistimos a tantas crueldades que sofremos dentro e fora da escola.

Através da educação eu me transformei e agora quero transformar o mundo (Relato de MARCILÂNIA, 2020).

Outro relato bastante significativo e forte de Marcilânia foi ainda em relação à escola e aos preconceitos sofridos por ela dentro e fora do ambiente escolar. Ela diz:

Estamos em resistência há mais de quinhentos anos no Brasil e fomos negados ao direito a escola. Mesmo empenhada nos estudos, não me reconhecia naquele ambiente do Ensino Médio. Na sala de aula, bem atrás de mim tinha um aluno que falava frases pejorativas ao meu respeito e ao do meu povo, dizendo que somos sujos, ladrões, trapaceiros. Virei para trás e perguntei se eu estava fedendo, se eu havia roubado a ele. Ele ficou desconsertado e parou. Na volta para casa, no ônibus ninguém queria sentar do meu lado, porque sabiam que eu era cigana e morava em comunidade. Mas mesmo assim eu sou feliz por ser cigana (Relato de MARCILÂNIA, 2020).

Cláudia Nunes, também estudante cigana e atualmente professora e pesquisadora, em entrevista na mesma live do mesmo evento, disse da violência que é o apagamento cultural no ambiente escolar. Ela relata que nas aulas de história nunca se sentia contemplada, pois não era negra, nem indígena, nem europeia. Sentia que os livros de história negligenciaram a existência dos povos ciganos. Esses foram sucumbidos dos seus direitos fundamentais.

Acreditamos ser essa a bandeira levantada pelos grupos e movimentos sociais dentro ou fora da escola. A construção de uma teia de saberes pluriculturais em que todos ganham. Nesse sentido, nos baseamos em Paulo Freire ao afirmar que “a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho”(FREIRE, 2011, p. 77). Respondendo à indagação de Spivack (2010), “pode um subalterno falar?”. Os grupos oprimidos podem e devem falar por si, não necessariamente precisam de interlocutores, pois possuem voz. Além disso, devem ter registro e possuem lugar importante na história, sendo a escola um espaço para essas vozes. Para a autora, o postulado subalterno evidencia um lugar silenciado que precisa ser quebrado, qual seja o racismo epistemológico.

O que encontramos nos acampamentos por onde tivemos a oportunidade de estar durante os cursos da pesquisa do mestrado e doutorado (2016 a 2021), foram pessoas famélicas de tudo: saúde, educação, assistência social, segurança pública. O que observamos foi um misto de faltas e excessos. Falta e negligência do Estado, enquanto a eles/elas excessos de sentimentos de amor, união, desejos coletivos. Pessoas implorando por visibilidade e educação escolar, pois conhecimento e vivência, demonstram ser possuidores com larga escala. Mostram-se seres com conhecimento amplo, autêntico e legítimo. Mulheres, homens, jovens,

crianças e idosos/as donos/as de uma sabedoria genuína, justificada por todas as suas vivências e experiências o que como nos ensina Vigotski (2008) são essas experiências que ampliam os seus repertórios e possibilitam acessarem várias trilhas do conhecimento, gerando aprendizagens significativas. O que os faltam é espaço de reconhecimento e valorização legítima do Estado, das bagagens que eles/elas trazem em seus currículos ocultos.

Portanto retomamos à pergunta inicial do capítulo, para que possamos refletir acerca do direito à Educação Escolar, esse lugar também são deles/delas? Evidente que sim. Como negar aos povos e comunidades tradicionais, que contribuem tanto para ampliar os nossos acervos e patrimônios culturais algo que é inerente aos seres humanos que é o conhecimento acumulado historicamente e que deve ser reelaborado, sistematizado e repassado a todas e todos? Ora, quando negamos educação escolar pública, laica, gratuita, plural, inclusiva e de qualidade, estamos retirando dessas pessoas o direito e acesso a todos os demais direitos. Estamos negando suas humanidades/ humanizações e o seus lugares na história.

Faz-se necessária exigir do Estado em assumir seu papel na sociedade e na história de vida dessas pessoas, trazendo à escola como direito humano fundamental para o crescimento e desenvolvimento. Imprescindível também incluir essas demandas específicas relativas a diversidade pluricultural e levar essas discussões para o âmbito dos planos nacionais de educação como, planos distritais, estaduais, municipais: PDE, PEE, PME, PNE e Conselhos de Educação. Trazer os/as educadores/as em compreender seu importante papel na sociedade e assumir seu compromisso para uma formação humana crítica, reflexiva e política no mundo, pelo mundo e para o mundo, compreendendo a força da palavra, da reflexão e ações impregnadas nas expressões freireanas, pois como ele mesmo deixou registrado, “a palavra não é privilégio de alguns, mas direito de todos” (FREIRE, 1987).

Desse modo, torna-se imprescindível revisitar sua obra, pois ela nos possibilita entender que Paulo Freire foi e continua sendo um grande semeador e cultivador de palavras grávidas, ou seja: de palavras que possuem o dom de gerar frutos e flores, gerar outros mundos e outras realidades. Ler Paulo Freire, apropriar dos seus ensinamentos, dialogar com as realidades dos/das estudantes que foram historicamente excluídos/as é um convite a praticar o exercício diário de pensar na perspectiva de uma ação-reflexão com objetivo claro e rigor metodológico para atingir classes subalternas oprimidas. Em Freire, a palavra carrega energia potencial transformadora. A palavra refletida, combinada à ação, é a amálgama da práxis revolucionária. Para Freire (1987, p. 12), em *Pedagogia do Oprimido*, com a palavra os seres humanos se fazem homens/ mulheres, transformam a si, aos outros/outras e provocam mudanças em seus

contextos e percursos de vida. Portanto a educação é a chave que vira para possibilitar os processos emancipatórios humanos com toda sua potencialidade.

6.1 Parei... Fiquei... E agora? Cadê as políticas públicas?

O planejamento da vida em sociedade requer alguns movimentos e investimentos para organizar os esforços comuns, reparar os erros e minimizar os efeitos e impactos negativos causados pelas desigualdades sociais. Então, podemos entender que são as formas organizadas de orientar as ações que objetivam o bem comum. Muitas vezes, essa expressão tão viciada, acaba perdendo força e caindo no esvaziamento de significado por causa do seu uso equivocado, excessivo, demagógico ou utilizado em discursos vazios e fora de contexto. Por isso, é necessário entender a lógica, o emprego por trás das políticas públicas, principalmente seu importante papel para atender as necessidades das populações menos favorecidas em prol da garantia de seus direitos fundamentais e sociais: saúde, educação, trabalho, serviço social e segurança pública. Segundo Carlos Ruiz Enrique Ferreira⁵⁷, “o termo “públicas”, aqui, designa ações estatais orientadas, discutidas, votadas e aprovadas pelo poder público para entrarem em vigor na sociedade. Ou seja, trata-se de **direitos adquiridos com força de lei** e que devem se fazer cumprir sob pena de punições ou sanções” (grifos nossos).⁵⁸

Uma política pública nada mais é do que uma demanda vinda do contexto social, algo que um dia foi um anseio ou uma exigência das pessoas, que coletivamente organizaram e fizeram movimentações para chegar a seus representantes dos Poderes Legislativos no âmbito municipal, estadual ou federal. A implementação das políticas públicas é de responsabilidade do poder público, em atendimento às demandas advindas do contexto social e temporal. Ou seja, são criadas, implementadas e distribuídas para corrigir situação atual, em decorrência aos erros e danos do passado histórico.

O direito à educação para todos e todas, é muito recente no Brasil. Foi reconhecido na Constituição Federal de 1988 e é fruto de muita luta. Para garanti-lo, faz-se políticas públicas, entre as quais destaca-se aquelas que contribuem de forma relevante para o acesso ao ensino das populações carentes, a quem, por exemplo, a educação foi tão negada. Felizmente, hoje, contamos com a Educação de Jovens e Adultos, o Prouni, Programa Brasil Alfabetizado, Enem,

⁵⁷ Mestre e doutor pelo Departamento de Ciência Política da USP; pós doutor pelo Departamento de Filosofia da USP e professor doutor associado de Relações Internacionais da UEPB. Coordenador-adjunto do curso de Relações Internacionais da UEPB.

⁵⁸ Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/povos-originaarios-e-a-urgencia-de-politicas-publicas-decoloniaais-na-educacao/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Enceja. A legislação educacional tem funções de regulação e de regulamentação. Como exemplo de legislação reguladora temos a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394 de 1996, as quais estabelecem as normas gerais. A legislação regulamentadora é prescritiva, pois estabelece as regras para a execução das leis reguladoras, como portaria, decretos, instruções, pareceres e resoluções. As leis complementares possuem a função de aprimoramento às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Outra importante característica das leis para construções de políticas públicas educacionais é abarcarem as demandas do contexto social quanto ao reconhecimento da necessidade de adequações específicas para populações excluídas, considerando as desigualdades sociais históricas.

Desde os primórdios, a formação social brasileira foi construída e esteve assentada em estruturas econômica e política de manutenção de um grupo minoritário privilegiado, produzindo leis que garantissem a exploração de muitos pobres abastados, uma classe subalterna, para privilegiar a classe hegemônica dominante.

A derradeira Constituição Federal, de 1988, determina em seu artigo 6º os direitos sociais: educação, saúde, trabalho, alimentação, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, além da cultura e do transporte. Outrossim, reforça no artigo 215 que o Estado irá garantir o pleno acesso e exercício dos direitos culturais, suas fontes, produções e manifestações. Não obstante, sabemos que existe um hiato extenso entre o que a lei estabelece e a realidade vigente. Segundo José Vieira de Sousa,

Um estudo sobre formação da sociedade brasileira pode constatar como as dinâmicas estruturais da economia, da política e da legislação produziram ilhas de abastados e de privilegiados e uma miríade de desprovidos. Estes dados as condições de privações, tiveram que reinventar e exercitar a criatividade para recompor sua cultura, identidade, valores e princípios. Um pouco de sua cultura tinha que ser guardada, senão tudo desvanecia. Apagados também estavam os direitos sociais. Não se falavam sobre eles, omitiam-nos. É melhor que eles não soubessem, pois isto os levaria a manifestações, insurreições, rebeliões, a estar fora de seu lugar (SOUSA, 2012, p. 8).

Portanto, o autor nos traz a reflexão de que o projeto de construção de políticas públicas rejeitou um grupo e privilegiou outro. Definitivamente, no direito à educação, a classe trabalhadora continuou fora, ficando a educação de qualidade reservada aos homens e mulheres de famílias poderosas das classes dominantes, e a servidão aos pobres e oprimidos.

No que tange às políticas públicas de inclusão educacional, a Lei nº 12.711/2012, que discorre sobre as cotas raciais/sociais para a inclusão e ingresso nas universidades públicas e institutos federais, é um exemplo de grande avanço no reconhecimento e valorização das diferenças socioculturais e na superação da desigualdade de acesso à escolaridade por todas e todos. Segundo Simone Aparecida Lisniowski (2016),

[o] direito à educação é reconhecido como um direito fundamental, social, político e humano. Como direito fundamental, é reconhecido e positivado na esfera do direito constitucional; como direito social, é reconhecido como conquista da sociedade; e como direito humano, guarda relação com a necessidade humana de aprender, transformar e expressar-se. Apesar de todas essas diferenciações, esses direitos são complementares, interdependentes e integram um projeto social comum, que busca consolidar uma sociedade mais justa, livre e igualitária (p. 63).

Portanto lutar por políticas públicas sociais afirmativas para inclusão de representantes de Povos Comunidades Tradicionais no espaço das universidades Públicas e Institutos federais é corrigir um erro histórico e devolver para essas pessoas o que historicamente lhes foi sucumbido e roubado. É devolver a dignidade humana e dar-lhes o direito de ter outros direitos garantidos, pois o direito à educação é complexo e abrange outros/outras, uma vez sendo um bem comum. Dessa forma, também amplia e passa a ser também um direito de todos /todas.

A luta dos povos ciganos é legítima no que tange a seus anseios em ocupar uma vaga na educação superior. Acreditamos que essas populações buscam o reconhecimento e o espaço legítimo da educação formal dentro das instituições de educação superior na perspectiva de superar suas dificuldades e combater os racismos estruturais e epistemológicos. O que eles anseiam é deixar registros e escrever suas próprias histórias, sem necessidade de interlocutores.

Por meio de associações e parcerias com representantes, pesquisadores e ativistas das bandeiras e pautas ciganas, as comunidades ciganas do Brasil, sobretudo da Bahia, lutaram por reparação histórica de seus direitos exigindo garantia de acesso à universidade. A universidade do Estado da Bahia foi pioneira, já que neste estado existem várias comunidades ciganas acampadas ou em vias de sedentarismo. Na sequência, nos aprofundamos nesse pioneirismo.

6.2 Esse lugar é meu, tenho direito a ocupar

Apresentamos o quantitativo de estudantes ciganos que entraram na Universidade Estadual da Bahia pelas Políticas Públicas Afirmativas de inclusão. Sabemos que o estado da Bahia concentra muitas comunidades ciganas. Os povos ciganos juntamente com as

associações, lideranças ciganas e professores e pesquisadores, reuniram forças e lutaram para conquistarem seus direitos junto a Universidade. Segue a panorâmica do quantitativo de ciganos e ciganas que entraram pelo sistema de cotas. Cotas raciais para ciganos na Uneb 01/2020 espalhados em 21 campi: Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antonio de Jesus, Caetite, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiaú, Xique-Xique.

Quadro 4 - quantitativo de estudantes ciganos que entraram pelo sistema de cotas 78 alunos na 1ª chamada e 38 na 2ª chamada.⁵⁹

CURSO	1ª	2ª CHAMADA / QUANTIDADE
Educação Física	04	01
Contábeis	03	02
Administração	04	03
Letras	14	06
História	05	01
Pedagogia	13	07
Urbanismo	01	00
Física	01	00
TIC	01	00
Engenharia Agrônômica	03	01
Direito	04	03
Designer	01	01
Nutrição	01	01
Enfermagem	03	03
Fonoaudiologia	01	01
Fisioterapia	01	00
Farmácia	01	01
Medicina	01	01
Biologia	04	02
Matemática	02	01
Engenharia Sanitária ambiental	01	02
Biotecnologia	01	00
Geografia	03	00
Engenharia de minas	01	01
Teatro	02	00
Engenharia de pesca	02	00
TOTAL	78	38

Fonte: Elaboração da autora com dados cedidos pela UNEB.

⁵⁹ Levantamento feito em 23 de agosto de 2020 por meio de e-mail documento enviado pela UNEB.

Após analisarmos esses dados podemos constatar que o quantitativo de estudantes de etnia cigana beneficiados pelas Políticas Públicas afirmativas de sobrecotas para ciganos, atingiu sua função de reparação, quando observamos que embora essa minoria étnica é subjugada e sofra todo tipo de preconceito, discriminação e racismo estrutural, são acusados por serem nômades e que não se adaptam ao modelo estático da educação formal, mesmo assim constatamos que quando existe a política de reparação, que abrem as possibilidades de acesso e permanência, essa população se interessa e consegue ocupar esses espaços mesmo que restritos. Observamos que na primeira coluna constam 78 estudantes que entraram, na primeira chamada e 38 na segunda chamada, totalizando 116 novos ingressantes na universidade, em diversos cursos de bastante relevância.

Outro fato interessante que podemos constatar foi a questão de gênero. Embora as mulheres ciganas Calin sejam submetidas às limitações de uma cultura tradicional, vivam sob leis e regras rígidas, algumas manifestam desejos de estudarem, ocuparem espaços no ensino superior e mesmo assim, não abandonarem seus costumes. O que pudemos constatar um paradoxo, onde contraria o que o senso comum criou, pois dessas vagas a maioria foram ocupadas pelas mulheres ciganas, quando o documento analisado demonstra que na primeira chamada entraram 23 ciganos e 54 ciganas. Na segunda chamada, entraram 10 ciganos e 28 ciganas, totalizando um quantitativo de 34 homens ciganos e 82 mulheres ciganas. Ou seja, das 116 vagas disponibilizadas pela Universidade do Estado da Bahia, 82 foram ocupadas pelas mulheres ciganas, logo 70,68%, inclusive uma concorrida vaga no curso de medicina, ocupada por uma mulher, mãe, cigana Calin, trabalhadora, acampada e sobrevivente de todo subjugo que a sua condição de classe, gênero, raça e etnia impõe.

6.3 Idas e vindas, avanços e retrocessos: cadê a minha voz?

A vida dos povos ciganos no Brasil é sempre marcada por idas e vindas, avanços e retrocessos. Mesmo estando conosco há aproximadamente meio século, apenas em 2006, em pleno Governo Federal ocupado por um partido de Esquerda – Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um ato político revolucionário, reconhece a presença dos Povos ciganos no Brasil como minoria étnica relevante que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. Somente após esse reconhecimento é que vários avanços políticos ocorreram para esses povos, que antes sequer eram incluídos nas pautas e políticas públicas.

No quadro abaixo apresentamos um percurso histórico de ações voltadas para os ciganos, a partir do que é possível observar grandes avanços durante o governo de esquerda (2002-2016) e muitos retrocessos logo após o impeachment (agosto de 2016) da presidenta Dilma Vana Rousseff. Após o governo de extrema direita ocupar a cadeira da presidência da república. Fica evidente na temporalidade o marco da perseguição e perdas de direitos sociais dessas comunidades e das minorias étnicas no país.

Quadro 5 - Marcos Legais e acontecimentos relevantes

(Continua)

DATA	INSTRUMENTO	AÇÃO
25/05/2006	Decreto	institui o Dia Nacional do Cigano.
07/02/2007	Decreto 6.040	Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais.
13/08/2009	Portaria nº 1.820	Ministério da Saúde dispõe sobre direitos e deveres dos usuários de saúde. Parágrafo único do artigo 4º- não discriminação na rede de saúde.
Lei nº 12.288/2010	Estatuto da Igualdade Racial	Expressa legítimas demandas da população negra, é um importante instrumento para que as desigualdades raciais reconhecidas e abordadas em diferentes esferas do governo.
28 de abril de 2011	Portaria nº 940	Ministério da Saúde - regulamenta o sistema do Cartão Nacional de Saúde. População Cigana nômade que queira se cadastrar não é obrigada a fornecer endereço de domicílio permanente.
2011	Parecer CNE/CEB nº 14/2011	Assegura “ao estudante itinerante matrícula, com permanência e conclusão de estudos, na Educação Básica, respeitando suas necessidades particulares” e protege “o estudante itinerante contra qualquer forma de discriminação que coloque em risco a garantia dos seus direitos fundamentais”.
2012	Resolução CNE/CBE nº 03/2012	Define crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros”. Garante à essas crianças, adolescentes e jovens “o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença”, de forma que os sistemas e ensino deverão “adequar-se às particularidades desses estudantes.
2012	Portaria	Inclusão dos ciganos no CadÚnico (nos programas Sociais)
2013	Circular	2013- Primeira Semana Nacional dos Povos Ciganos. (SEPP/PR).
2015	Estatuto	Estatuto Cigano que ainda tramita no Senado Federal PLS 248/2015.
2015	Cessão de uso	Governo Federal (SPU) junto ao GDF num ato histórico assinam termo de cessão de imóvel para a comunidade cigana Calon DF–Anec
2015	Portaria	Extinção da SECADI (MEC) (2015) – Encerramento do Programa Brasil Alfabetizado.
2015	Portaria	Extinção do GT Cigano (FEDERAL)
28 de dezembro de 2018	Portaria nº 4.384	Ministério da Saúde institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano.
2016	Portaria	Extinção do Comitê Cigano (Estadual) (2016) Extinção dos Programas de Alfabetização Brasil Alfabetizado e DF Alfabetizado.

Quadro 5 – Marcos Legais e acontecimentos relevantes

(Conclusão)

2016	Resolução nº 181, de 10 de novembro de 2016	Conselho Nacional da criança e do Adolescente (CONANDA) dispõe sobre os parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.
2017	Portaria	Cadastramento diferenciado para os povos e comunidades ciganas, sem exigência de comprovante de endereço fixo.
2017	Estatuto	Estatuto Cigano Parado na Comissão dos DH no SENADO desde 2017)
2018	Resolução Nº 1.339/2018	Cotas raciais para povos ciganos na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
2019/2020 /2021	Ações policiais	Expulsões de comunidades ciganas na Bahia, Paraíba e no Sul do país.
2021	Ação Policial	Confrontos entre a polícia militar do Estado da Bahia com a comunidade cigana Calon de Vitória da Conquista, resultando na morte de dois policiais e em extermínio de oito homens ciganos Calon, todos da mesma família.
2021	Resolução nº 12/2021	Dispõe sobre política de Ações afirmativas para os processos seletivos em curso de Graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB.

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir de documentos e Resoluções.

O que assistimos nesses últimos (15) quinze anos, foram alguns avanços significativos e muitos retrocessos, principalmente após o golpe de 2016 com o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pois no governo de esquerda as pautas relativas a diversidade com o objetivo de desvelar os fenômenos sociais e construção de Políticas Públicas com foco na reparação das desigualdades sociais foram bastante significativas.

Apesar dos avanços importantes obtidos em vários setores do desenvolvimento, ainda persistem no Brasil as desigualdades raciais, étnicas e de gênero. Políticas Públicas de reparação e ações afirmativas e de luta antirracista relacionada com essa minoria étnica, que são os povos ciganos, urgem em acontecerem de fato e de direito, para que realmente venha a acontecer a inclusão social e educacional.

6.4 Cotas raciais nas universidades – estamos a caminho

A Universidade de Brasília foi primeira universidade do país a adotar o sistema de cotas raciais. O debate iniciou-se no ano de 2003 e em 2004 houve a implementação. É de suma importância salientar que em (17) dezessete anos de cotas étnico-raciais, formaram-se 5.372 estudantes pretos, pardos e indígenas. Compreendemos que os números ainda são ínfimos, mas significativos para os avanços educacionais no que tange as pautas e demandas dos povos e comunidades tradicionais brasileiras.

Na direção dessa discussão, a reserva de vagas étnico-raciais foi regulamentada pela Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 como política de ações afirmativas com objetivo principal de corrigir desigualdades sociais e promover equidade étnico racial por meio da inclusão de Povos Originários e Comunidades Tradicionais no Ensino Superior. O Programa de Cotas da Universidade do Estado da Bahia, por meio da Resolução nº 1339/2018, publicada no DOE no dia 28 de julho de 2018, versa sobre.

RESOLUÇÃO Nº 1.339/2018 ⁶⁰

Publicada no D.O.E. 28-07-2018, p. 32

Aprova o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da UNEB, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603180058920, em sessão desta data, **RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o sistema de reservas de vagas para negros e sobre vagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), constante do anexo único desta Resolução (BAHIA, 2018, n.p.)

Por meio dessa importante Resolução, o que pudemos constatar, é que as comunidades ciganas foram finalmente contempladas. Quando existem os espaços e a possibilidade de adentrá-los, os/as ciganos/as conseguem ocupá-los. Embora compreendamos que para gerar demandas para o acesso dos/das estudantes ciganos/as ao ensino superior, necessita-se ainda de criar condições favoráveis para que a população cigana sintam-se segura, motivada e pertencente ao espaço da escola pública plural, que possam acessar, permanecer e ser incluída de modo efetivo para que consigam concluir seus percursos na educação básica, justificando assim a geração de demandas das Políticas Públicas de Ações afirmativas para o acesso às universidades públicas do Brasil.

A importância dessa iniciativa da UNEB se constata no momento em que observamos que 116 pessoas dessa minoria étnica foram incluídas nas Políticas Afirmativas de inclusão no Ensino Superior de uma Universidade Pública, tornando-se estudantes da educação superior. Após a atenção da UNEB para essa ação tão significativa, outros movimentos de ativistas,

⁶⁰ Encontra-se nos anexos no final da tese.

pesquisadores e líderes de comunidades ciganas se reuniram e continuaram lutando para que outras universidades públicas do país tenham a mesma iniciativa e promovam políticas públicas de inclusão e ouçam outras vozes.

Reconhecendo a importância dessa pauta, diante do exposto, outras universidades juntamente com os movimentos sociais iniciaram o processo e começam a abrir cotas, sobrecotas ou vagas supra numerárias (vagas extras criadas) para populações ciganas, como é o caso das universidades: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que encontra-se em processo de regulamentação para implementação de cotas étnico raciais. Conforme nos informou o jornalista, professor, pesquisador Dr. Aluizio Azevedo, cigano Calon e um dos membros da Associação Estadual das Etnias Ciganas do Mato Grosso AECMT.

Desse modo o que percebemos que já existe um movimento de professores, pesquisadores, ativistas e lideranças ciganas em prol da luta para que outras universidades do país abram as possibilidades para entrada de povos ciganos, pois a demanda reprimida existe. Não podemos apagar da história pessoas que fazem parte do nosso patrimônio cultural. Negar a essas pessoas o direito em ocupar uma vaga nas universidades, mudarem suas vidas e levarem conhecimento científico para suas comunidades são formas cruéis de exclusões e apagamentos. Além disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 6º como direitos sociais a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, o lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, cultura e transporte. Outrossim traz no seu artigo 215 a garantia dos plenos exercícios dos direitos culturais nacionais, produções e as manifestações culturais.

Portanto o que constatamos que há uma distância considerável entre o que está estabelecido na lei e na sua aplicabilidade. A legislação existe para garantir e estabelecer que todos/todas gozem dos mesmos direitos, mas na realidade isso não ocorre em sua plenitude. Segundo Sousa (2012), um estudo sobre a formação da sociedade brasileira pode constatar como as dinâmicas estruturais da economia, da política e da legislação produziram ilhas de abastardos e de privilegiados e uma miríade de desprovidos.

Nessa perspectiva, constatamos que ao longo da história da educação no Brasil, muitos ficaram de fora, isso acontece propositalmente para que populações periféricas, do campo, povos tradicionais e trabalhadores e trabalhadoras subalternos/as fiquem relegados dos espaços

de construção científica do conhecimento e compõem o exército de reserva para composição de mão de obra barata a serviço do capitalismo, atendendo ao projeto neoliberal. A construção de políticas públicas sociais de inclusão é uma forma de buscar corrigir erros do passado histórico, onde uma classe privilegiada elitista se apropria e explora outra classe oprimida e sucumbida dos seus direitos.

6.5 Lutas em curso: é pra lá que eu vou...

Diante a tantos desafios, os povos ciganos no Brasil lutam diariamente para saírem da invisibilidade e conquistarem seus direitos na prática. É uma luta quase que solitária, pois suas vozes ainda são sufocadas, mas mostram-se resistentes.

Quadro 6 – Pautas em curso

Estatuto Cigano PLS 248/2015- Senado Federal.
Combate ao racismo estrutural e a ciganofobia.
Políticas Públicas de inclusão Educacional na Educação Básica.
Políticas Públicas afirmativas de sobrecotas para ciganos nas Universidades Públicas brasileiras e nos Institutos Federais.
Inclusão dos Povos Ciganos nas Políticas de Projetos Culturais.
Proteção da língua cigana como patrimônio Cultural Imaterial.
Inviolabilidade das tendas, reconhecendo-as como domicílios.
Luta pela terra e legalização fundiária do terreno ocupado.
Luta pelo direito ao trabalho de recolhimento dos resíduos sólidos com os carroceiros de BH.
A luta contra as perseguições, violência policial, a criminalização exacerbada em torno da etnia cigana.
Políticas públicas afirmativas em todas as universidades Públicas para inclusão dos povos ciganos no Ensino Superior.

Fonte: Elaborado pela autora por meio da investigação.

O que registramos no quadro acima são demandas comuns que cabem a todos/todas cidadãos/ãs brasileiras. Mas quando se trata de populações ciganas essas demandas tornam-se ainda mais eloquente, haja vista o expressivo número de ataques, perseguições e violações. Com relação às violências, não podemos apagar da história, que segundo Dornas Filho, o próprio considerado na época Mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, confessou que expulsou, prendeu e matou ciganos às dúzias. Ressaltamos que isso não é diferente na atualidade.

Importantes lembrar eu segurança, saúde, educação e assistência social, o que deveria ser direito adquirido, quando se trata de populações ciganas que carregam o estigma de pertencerem a uma minoria étnica cercada de muitos preconceitos, a eles são negados e dificultados os acessos a esses direitos sociais.

A respeito do sistema de cotas e Políticas Afirmativas de Inclusão dos Ciganos no Ensino Superior das Universidades Públicas no Brasil, o estudante e cotista da UFBA, o Cigano Calon Roy Rogeres, estudante de educação superior da Bahia, entrevistado por nós, traz em sua fala a necessidade de ainda se avançar muito nessa discussão:

Todos os problemas que enfrentamos durante o percurso escolar se multiplicam quando se trata do ensino superior. Começamos a ser integrados nas políticas afirmativas a partir de 2018 através da UNEB, além desta poucas o fizeram: UFSB, UEMG, e algumas encaminhando. Alguns concursos e editais passaram também a nos contemplar. Parece estar começando um movimento de partida. Mas a realidade é que isto mostra o quanto continuamos sendo discriminados. Além disto, não é possível hoje no Brasil ser nômade, viver itinerante e realizar um curso superior, temos que nos adequar, deixar as tradições e formas de vida quando concluímos o ensino médio. Muitos não querem sair e deixar nossas famílias. Mas será que se pudéssemos nos qualificar, estudar - ensino superior - e ainda continuarmos nossas vidas do jeito que desejamos e amamos, isto não poderia ser diferente? Precisa acontecer uma integração real, sermos realmente considerados em nossas multiplicidades nos editais e processos seletivos que supostamente são para nós ciganos. Mas o processo é igual, ou seja, não nos consideram enquanto donos de saberes próprios e formas de transmiti-los. Exigem uma série de coisas que não temos nos acampamentos: direcionamento para elaboração de projetos, internet e conhecimento aprofundado de tecnologias digitais, uma série de documentos com um prazo curto - todos sabem nossas dificuldades com documentos- mas parece que quem cria essas pseudo-ações afirmativas que de afirmativas pouco tem. Parece ser sempre uma via de mão única, e não dupla. Precisamos atuar para sermos integrados nas ações afirmativas de todas as IES no Brasil, pois como nossos amados povos quilombolas e indígenas, nós estamos aqui há mais de 500 anos, e também somos parte da construção histórica deste país. Ainda que muitos finjam não nos enxergarem nós resistimos e vamos lutar por nossos direitos. (Relato de ROY ROGERES, cigano Calon da Bahia, 2020).

As críticas formuladas nas palavras de Roy Rogeres nos trazem muitas reflexões e inquietações, no que diz respeito à importância das políticas afirmativas de inclusão para populações acampadas e em itinerância, bem como a compreender que além de se abrir as possibilidades, é necessário adequar os editais para que não se tornem apenas “pseudo-ações”. É preciso garantir que eles/elas acessem e tenham condições de atenderem às exigências dos editais, compreendendo que possuem dificuldades de endereços fixos, acessos à internet de qualidade, ausência ou escassez às ferramentas tecnológicas digitais.

Frente ao exposto podemos analisar que a função das políticas públicas de inclusão social, políticas afirmativas de inserção das populações ciganas nas universidades brasileiras consiste em abrir novas possibilidades para se instrumentalizarem, atuarem na construção,

elaboração e reelaboração dos seus conhecimentos, realizando intervenções em suas realidades, em seus contextos sociais.

7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O QUE FIZERAM DE MIM?

As representações sociais são conhecimentos práticos do fenômeno em sua aparência e se estruturam nas relações sociais formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, estabelecendo no campo ideológico o que se pensa em relação ao outro/outra e como se constrói o pensamento do senso comum.

Na sequência, trouxemos para reflexão um quadro conceitual com os conceitos mais difundidos sobre representações sociais a partir da ótica de teóricos das ciências sociais. Com base nisso, é possível analisar as perspectivas que cada autor traz na sua abordagem e averiguar como as representações sociais se constituem como objeto de estudo. São elas que corroboram para o desenvolvimento da teoria das representações sociais, a qual fornece os subsídios relevantes para averiguar como essas representações são complexas e simples e como podem construir no imaginário social uma imagem difusa do real. Elas podem ser falsas ou verdadeiras a depender das ancoragens e das objetivações.

Quadro 7 - Quadro conceitual sobre Representações

(Continua)

AUTOR	CONCEITO
Simmel	As Representações são uma espécie de operador que permite ações recíprocas entre os indivíduos na passagem de um nível molecular para um molar.
Max Weber	Elas referem-se a um saber comum que tem o poder de antecipar e de prescrever o comportamento dos indivíduos e programá-los.
Karl Marx	As Representações estão vinculadas à prática social. Manifesta-se por meio da linguagem, realiza um paralelo entre as duas e entre o real invertido.
Emile Durkheim	Estabeleceu a diferença entre representação individual e coletiva. As representações coletivas configuram-se como fatos sociais.
Pierre Bourdieu	A palavra é a simbologia da comunicação, pois ela representa o pensamento. A fala representa o sistema de valores, normas e símbolos, sob a luz histórica, socioeconômica e cultural.
Serge Moscovici	Conjunto de conceitos, explicações e proposições originário no curso das comunicações do cotidiano. Os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem portadores de crenças coletivas, mas pensadores ativos que produzem e comunicam representações para questões que colocam a si.
Stuart Hall	As Representações são significados produzidos e compartilhados que ligam o sentido das coisas à linguagem por meio de imagens e signos que representam e significam os objetos conectados à cultura.
Willem Doise	Elas são princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos.
Sandra Jovchelovitch	As Representações significam o eu que as outras pessoas me apresentam com relação a mim mesmo. A verdadeira possibilidade de acesso à individualidade reside na presença de outros.
Nildo Viana	Elas reproduzem as características e respostas imediatas para classificar de forma simples.

Quadro 7 - Quadro conceitual sobre Representações

(Conclusão)

AUTOR	CONCEITO
Denise Jodelet	As Representações são fenômenos complexos sempre ativos, agindo na vida social dos indivíduos.
Erlando Rêses	Elas expressam o senso comum e enxergam apenas a aparência do fenômeno social.

Fonte: Adaptado de Rêses (2016, p. 37)

Destacamos a importância das contribuições dos/das autores/ras nas discussões acerca das representações sociais para que seja possível demonstrar o quanto estas representações são debatidas e compreendidas por teóricos e epistemologias diferentes, o que nos permite aproximar da compreensão e análise dos fenômenos sociais. As representações sociais ou coletivas são fenômenos psicossociais que nasceram na sociologia e na antropologia, na perspectiva de Durkheim (1975) para compreender o fato social. Portanto, pela análise da psicologia social, a teoria das representações sociais contribui para possibilitar um novo olhar sobre os indivíduos a partir de suas interações sociais. Podemos considerar que as representações sociais, se desenvolvem nas interações e relações do senso comum.

Sendo assim, na concepção de Moscovici, as representações sociais não dependem apenas da coletividade como defendia Durkheim (1975), mas das relações e interações individuais, grupais e coletivas. Moscovici (2009, p. 654) nos apresenta que

[o] sentido do passado histórico não é um dom solitário, é um fenômeno social. Cícero adverte: *'como tudo teria sido diferente [...] se eles tivessem sido vitoriosos diante da vida, esses que alcançaram a vitória na morte'*. Compartilhei essa derrota durante os anos de perseguição e guerra. E, talvez, até poderia continuar a manter um relativo silêncio se, após a queda do comunismo, não tivesse observado se multiplicarem as perseguições aos ciganos. Não tenho dúvida de que meu conhecimento e minha familiaridade, desde a infância, com a vida dos ciganos me obrigaram a redescobrir as perseguições e as humilhações, tudo que tanto gostaríamos de esquecer. E, vocês sabem, o que retorna do passado marca-nos e leva-nos a agir prontamente, na esperança de evitar eternas repetições de um mundo familiar.

Nessa fala, Moscovici (2009) nos leva a refletir que as representações sociais podem manter ou mesmo transformar as compreensões e não são vistas apenas como fatos coletivos sociais, mas como construções sociais das interações dos sujeitos. Portanto, podemos considerar que

[...] as representações sociais estão num patamar e numa abordagem de conhecimentos simples e práticos que se desenvolvem no senso comum, são formadas e transformadas no coletivo da vida cotidiana, construída nas relações estabelecidas entre seus sujeitos e por meio das interações grupais. (MOSCOVICI, 2009, p. 37).

Sabemos desde a antiguidade até as primícias da Modernidade que os povos ciganos “passaram a ser perseguidos e escorraçados por decreto” (SCHOLZ, 2007, p. 2). Daí, todo percurso histórico desse povo, que vai do “holocausto esquecido”, na Alemanha no século XIX, à escravidão que durou 400 anos na Romênia da Idade Média, foi severamente atingido e marcado por diáspora forçada, preconceito, perseguição, escravidão e genocídio. Na Alemanha Nazista de Hitler, período sangrento em que mais de meio milhão de ciganos foram assassinados, a força do imaginário associado a essa etnia era um “espelho em negativo da sociedade ocidental, sedentária e moderna” (FAZITO, 2006, p. 691) e ainda estimula nos tempos atuais as práticas de políticas higienistas de banir e exterminar tudo que é diferente ao modelo hegemônico, justificando as ações violentas contra as minorias étnicas raciais.

Conforme nos traz Moonen (2011), o primeiro documento oficial que inaugurou e legitimou a política anticiganista é datado de 1544, na província de Gelderland, na Holanda, e seu conteúdo foi rapidamente disseminado e copiado na íntegra pelos diferentes países europeus.

Na Suíça os ciganos já podiam ser caçados legalmente pelo menos desde 1580 e um decreto da cidade de Berna, de 1646, autorizava qualquer pessoa matar ciganos. Na Alemanha (ou melhor, no Santo Império Romano Germânico), entre 1551 e 1774, foram decretadas nada menos do que 133 legislações anticiganas, sendo 68 leis no período de 1701-50, e apenas oito no período 1751- 74, quando a “praga cigana”, aparentemente, em boa parte já tinha deixado de existir, ou seja, quando já sobreviviam bem menos ciganos do que antes (MOONEN, 2011, p. 20).

Na Inglaterra, Suíça, França, Portugal e Espanha, os ciganos também foram duramente perseguidos (FAZITO, 2006; FONSECA, 1996). Por exemplo, na Península Ibérica, os primeiros ciganos foram chegando em meados do século XV e imediatamente foram atingidos pelo regime de punição e opressão. No ano de 1526, foram instituídas medidas severas que até os proibiam de entrar no país. A muitos ciganos foi aplicada em caráter de urgência a política de expulsão, sendo, assim, enviados ao Brasil como consequência de uma política higienista. Enfim existem poucos dados comprobatórios da trajetória dos ciganos, mas alguns registros históricos indicam que os primeiros ciganos teriam chegado ao Brasil por volta de 1574, junto com os imigrantes indesejados (TEIXEIRA, 2008).

Ferrari (2010), em seu livro *Ciganos Nacionais*, analisou a abordagem que foi dada aos ciganos nas obras literárias do Ocidente. O autor realizou uma investigação minuciosa e identificou que os ciganos são apresentados como os eternos estrangeiros, perseguidos, incompreendidos e marcados pelo jogo entre temor, ódio, fascínio e sedução.

São muitas as contradições. No livro do romancista Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias* (1999), encontramos descrições que ilustram e alimentam esse imaginário tão comum entre os não ciganos e que ainda insiste em continuar acompanhando os grupos ciganos por onde passam ou fazem paradas.

Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócios, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria (ALMEIDA, [1855] 2008, p. 39).

Portanto, não existe até hoje dados quantitativos oficiais sobre a presença e a frequência das populações ciganas em território nacional, nem mesmo informações sobre suas situações e condições de vida, necessidades e realidade que possam de alguma forma ratificar a situação de invisibilidade a que são submetidos.

As populações ciganas são associadas a essa marginalização e invisibilidade, que caracterizam suas histórias em diversos contextos históricos e sociais. A criação da imagem negativa e estereotipada de nômades, errantes, ociosos, praguejantes, trambiqueiros e não confiáveis apresenta-se como um desafio a ser vencido na atualidade. Relembrando a obra de Dornas Filho, *Os ciganos em Minas Gerais* (1948), o qual menciona Tiradentes que confessou inúmeras vezes ter perseguido, prendido e matado ciganos. Essa situação reforça a tese forte de discriminação contra os ciganos através mesmo de figuras consideradas heróis nacionais.

Em contradição dos que promovem as políticas em favor das comunidades ciganas, nomeadas pela União Europeia como “La Década para la Inclusión de los Gitanos” (FUNDACIÓN SECRETARIADO GITANO, 2005), o que podemos observar são pequenos avanços e grandes retrocessos que continuam marcando negativamente a história e o tempo deste grupo minoritário étnico. A Europa, por exemplo, registra várias perseguições à população cigana, com ações violentas de banimento, extermínio e até mesmo tentativas de aculturação. Neste último caso, procura-se obrigar essa população a abrir mão dos seus costumes e

especificidades culturais, imposição de modos de vida que não são os seus, em favor da cultura e modos de vida majoritários e hegemônico, com o objetivo de controle social.

No campo das Políticas Públicas Sociais, encontramos vários obstáculos assentados a partir do paradoxo inclusão/exclusão, associado ao conceito de identidade. Segundo Sawaia (1995), esta operação “esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço” (p. 123). Quando as minorias étnicas sociais ganham esse paradoxal status, nas entrelinhas na realidade, se revela uma estratégia que procura proteger as singularidades dos grupos étnicos, mas que, em contrapartida, reforça práticas que os nega, apaga e exclui; ao mesmo tempo em que se manifestam as contradições inseridas dentro do processo de organização da estrutura, controle, ordenamento social. Tudo isso contribui para a construção da imagem distorcida dos povos ciganos à margem das sociedades legitimadas.

Impõe-se, frente a esse contexto das comunidades ciganas, a demanda de políticas de identidade baseadas em estratégias que atuem como mediadoras da especificidade cultural do grupo face à organização da sociedade em seu funcionamento mais hegemônico. Isso sugere que as políticas em favor dos povos ciganos devem incorporar um eixo visando a análise e investigação do imaginário social dos grupos não ciganos, que são grupos majoritários, com o objetivo de promover a sensibilização da sociedade e dos órgãos públicos acerca das pautas e lutas dos povos ciganos e realizar a reparação histórica devida. As práticas e representações sociais aqui expostas poderão colaborar para tal sensibilização.

Considerando esses apontamentos, indagamos como essa representação social constituída ao longo da história e de forma estereotipada contribuiu para a exclusão social, os afastando e criminalizando de suas origens. Como o campo das representações sociais foi e ainda é construído de forma estigmatizada acerca dos povos ciganos?

As representações sociais são objetivadas por estereótipos. Sendo socialmente construídas, historicamente elaboradas e compartilhadas, as representações sociais contribuem positivamente ou negativamente para uma realidade comum que possibilita, ou favorece, a elaboração do senso comum. A representação social é a reprodução daquilo que se pensa, na natureza do conhecimento, nas possibilidades e na apreensão da realidade (PERPÉTUO; RÊSES, 2018, p. 48).

Os questionamentos e as reflexões para esta pesquisa apoiam-se na teoria das representações sociais. Como nos traz Sá (1993), criamos representações sociais para manter a organização das relações sociais, bem como da própria realidade social, a fim de transformar *algo não familiar em familiar* (MOSCOVICI, 2009). Na realidade, as representações são elaboradas a partir da aparência, da necessidade de classificarmos as coisas a nossa volta, saber ou pensar que sabe se comportar diante dos fatos e sobre como identificar e criar um senso comum para resolver os problemas que se apresentam no dia a dia.

Como são fenômenos complexos e processos dos tecidos sociais, conforme nos aponta Jodelet (2001), as representações sociais são formadas e transformadas, elaboradas e reelaboradas por meio de vários elementos significativos, cognitivos, informativos, ideológicos, normativos de imagens e crenças construídas.

Por meio desse processo de significação, os sujeitos ou grupos sociais reconstróem suas realidades, atribuindo aos diferentes fenômenos sociais um sentido mais restrito e específico. Portanto pode assumir um caráter de conceito construído socialmente e compartilhado a partir dos processos cognitivos de ancoragem das ideias incomuns e categorias conhecidas previamente e da objetivação.

O aspecto social na construção das representações sociais permeia os processos de transmissão das informações e ganha força nas inferências. Esse movimento controla regula o funcionamento das representações por meio das relações sociais, e este mesmo movimento têm por objetivo contribuir para a disseminação da percepção que um grupo tem acerca dos outros/as que se relacionam, reforçando assim as questões identitárias.

A perspectiva da chamada *grande teoria* (SÁ, 1993), de abordagem não consensual das representações sociais (DOISE; CLÉMENCE; LOENZI-CIOLDI, 1992; DOISE, 2001), baseia-se na investigação dos princípios a partir dos quais os elementos se diferenciam, bem como da tomada de posição do sujeito da representação frente ao objeto/fenômeno.

Segundo Doise (2001), o estudo das representações sociais deve se situar não apenas em relação ao *conteúdo* das representações, mas também sobre os *princípios* que as organizam, visando analisar como as representações se dão “em relação aos sistemas cognitivos complexos do indivíduo com os metassistemas de relações simbólicas que caracterizam uma sociedade” (DOISE, 2001, p. 30). Em outras palavras, Doise compreende o situar como o diálogo do fenômeno com o seu percurso e as representações sociais podem ser analisadas como um produto das relações intergrupais. A diversidade de significados que sustentam e constituem os modos de pensar socialmente são, portanto, guiados pelos princípios que operam as diferenças individuais e grupais.

Portanto, Doise (2001) nos provoca a pensar que “essas variações nas tomadas de posição individuais são organizadas de uma maneira sistemática” e que cabe à teoria das representações sociais “explicar como e o porquê os indivíduos diferenciam entre si nas relações que eles mantêm com essas representações” (p. 30).

De acordo com os teóricos, o estudo das representações sociais, a partir dessa abordagem, baseia-se em três fases de análise (DOISE; CLÉMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992): (a) campo representacional; (b) princípios organizadores; e (c) processos de ancoragem.

Dentre as três fases, aqui nos cabe refletir sobre os princípios organizadores e como esses princípios atuam no processo de ancoragem e explicariam a variabilidade de posicionamentos individuais no campo representacional.

Para Doise, Clémence e Lorenzi-Ciolti (1992), as representações sociais são tão complexas que ele se baseia em três diferentes tipos de ancoragem: a *psicológica*, com base nos valores individuais, ações e nas atitudes; a *sociológica*, orientada pelo sentimento de pertença dos indivíduos; e a *psicossocial*, “apoiada na percepção das relações sociais e nas inserções assimétricas na sociedade” (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011, p. 113), dimensão que foi focalizada neste estudo por meio da análise da ancoragem da representação do objeto/sujeitos ‘ciganos’.

Portanto, referenciado pelo arcabouço teórico-conceitual das representações sociais, este capítulo nos trouxe subsídios para analisarmos como foi construída historicamente a imagem dos povos ciganos e como se articulam a dimensão afetiva e o campo representacional a partir da tomada de posição de indivíduos não ciganos frente aos sujeitos sociais ‘ciganos’ e como esse imaginário afetou de alguma forma a vida dos ciganos ao longo da história.

7.1 As representações sociais no universo da arte

Embora o aparecimento dos povos ciganos e suas representações sociais não tenha um marco temporal preciso, a arte, a música e a literatura nos trazem indícios importantes e que, igualmente, contribuem para evidenciar os estereótipos. Especificamente quanto à literatura, segue quadro explanativo de obras que fazem alusão aos povos ciganos.

Quadro 8 - Obras literárias com abordagens sobre os/as ciganos/as

OBRA	AUTOR	ANO	ABORDAGEM
A Ciganinha	Miguel de Cervantes	1613	Jogo de dissimulação, trapaça, sedução da vida de cigania.
O Corcunda de Notre Dame	Victor Hugo	1831	Traz a figura emblemática da cigana Esmeralda se envolve na trama, com paixões, seduções e enganações.
Memórias de um sargento de milícias	Manuel Antônio de Almeida	1853	Descreve os ciganos como pragas, gente ociosa e de poucos escrúpulos, gente dos mais refinados velhacos.
Dom Casmurro	Machado de Assis	1921	O autor descreve o olhar de Capitu como cigana adúltera, enganadora e dissimulada.
Sagarana	João Guimarães Rosa	1946	A personagem se junta a um grupo cigano para aprender as astúcias e expertises para passar o povo da cidade para trás.
Grande Sertão Veredas	João Guimarães Rosa	1956	Duas ciganas, Duzuza e Nhorinhá, mãe e filha, mulheres sedutoras, enganadoras e meretrizes.
Tutaméia	João Guimarães Rosa	1967	Homens ladrões de cavalos nas fazendas e mulheres benzedeiras e cartomantes.
Cem anos de Solidão	Gabriel Garcia Marques	1967	Traz a figura emblemática do cigano Melquíades que encanta e trapaceia a população de uma cidade imaginária, com seus objetos, ferramentas e novas descobertas.
Enterrem-me em Pé	Isabel Fonseca	1996	Os ciganos e a sua jornada. A longa viagem dos ciganos. A triste história de Papuza. Uma cigana que escrevia versos e foi incompreendida pelo seu povo.
A tenda Vermelha	Anita Diamant	1997	Descortina-se um mundo de caravanas, escravos, artesãos, príncipes, milagres e segredos, até o momento em que Dinah mergulha em sua própria saga de paixão, traições e sofrimento.

Fonte: Elaboração da autora.

Após análise, observamos que todas as obras retratam as mulheres ciganas como sedutoras, traiçoeiras da mesma forma retratam os homens ciganos como enganadores, astuciosos, fraudulentos. Tudo isso reforçam os estereótipos e, ao longo dos tempos, foram construídas imagens distorcidas acerca desse povo. Analisamos também no universo da musicalidade, como os poetas e compositores retrataram o povo cigano em suas composições, o que apresentamos no quadro a seguir.

Quadro 9 - Músicas com aparição dos/das Ciganos/s

TÍTULO	AUTOR	ANO	ABORDAGEM
A cigana	Roberto Carlos e Erasmo Carlos	1973	Aborda a leitura de mãos e previsão do futuro descrita por uma mulher cigana.
Ciganinha Feiticeira	Abílio Farias	1977	História de amor, sedução, traição e sofrimento.
Ciganinha	Carlos Alexandre	1978	Mulher sedutora e traiçoeira.
Sandra Rosa Madalena	Sidney Magal	1978	Sedução, alegria e arte, estética feminina.
O Amanhã	Simone	1978	Premonição: a cigana leu o meu destino.
Cigana	Evaldo Freire	1980	Tristeza e amor.
Cigana	Gigantes do Samba	1984	Promessa de amor, que o tempo não vai apagar.
Beradêro	Chico César	1984	A cigana analfabeta lendo a mão de Paulo freire. (Ironia do destino)
Estado de Poesia	Chico César	1989	Desafios de um povo perambulando pelo mundo.
Vida cigana	Raça negra	1990	Triste fim de um amor a astamento e solidão.
Linda cigana	Silveira e Barrinha	1997	Romantiza o nomadismo, a valentia cigana, as andanças e os amores que vão e ficam.
Rosa de Fogo	Grupo Rosa Amarela	1998	Religiosidade.
Vidente	Erasmo Dibel	1999	Leitura de mãos e previsão do futuro.
Romance da Lua	Amelinha	2000	História de amor e sedução.
A Cigana	Oswaldo Montenegro	2000	Sagrado e profano, virtuosa e sacana.
D de Destino	Almir Sater	2000	Sorriso de ouro e Leitura da sorte.
Coração cigano	Gino e Geno	2004	Coração cigano apaixonado, bandoleiro e
Cigana	Ivone Lara e Delcio Carvalho	2004	Toma cuidado para a cigana não te castigar. Quando a cigana olhar para a sua mão vai mostrar todos os enganos do seu coração.
Cigana	Hugo Pena e Gabriel	2009	Cartomancia e todo misticismo.

Fonte: Elaboração da autora a partir da escuta e dos/das entrevistados/as

Na linguagem da música, constatamos uma visão romantizada e muitas vezes folclorizada, reforçando o racismo e o machismo. Quando analisamos os filmes e documentários, encontramos um paradoxo: quando a autoria conta com ciganos, a produção se preocupa em retratar a realidade dos povos ciganos, que supera o senso comum. Entretanto, os filmes comerciais mostram uma forte tendência a trazer figuras folclorizadas, estigmatizadas, reforçando as ideias preconcebidas.

Quadro 10 - Filmes e documentários

OBRA	AUTOR	ANO	ABORDAGEM
Ópera Carmem	George Bizant	1920	Tramas de paixão e ódio, sedução e assassinato da Cigana Carmem.
Os ciganos não vão para o céu	Emil Loteanu	1975	Vida de cigania, viagens, tramas de amor, magia e sedução, retrata as danças e sedução feminina.
Latcho Drom Canta gitano	Tony Gatlif	1992 1981	Aborda questões de família e holocausto cigano.
Porcos e Diamante	Snatch	2001	Luxúria, sorte, dinheiro, poder e soberba.
Filhos do Vento	Bruno Le Jean	2012	Cultura e tradições do povo cigano.
Peaky Blinders		2013	Ascensão de uma família cigana ao poder. o clã deixa de ser apenas uma gangue local de classe trabalhadora na cidade de Birmingham após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para se tornar uma das mais influentes da Inglaterra.
Rio Cigano	Júlia Zakia	2009	Tradição da cultura cigana no Brasil.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos/das entrevistados/das

Como vimos, a maioria das vezes são apresentados como figuras fora dos padrões da sociedade, envoltos num universo de trama e sedução. Nesse momento partiremos para as novelas, outro veículo de comunicação de massa. Após várias entrevistas dos grupos pesquisados e concomitantemente pesquisa bibliográfica, constatamos a menção de algumas listadas no quadro a seguir.

Quadro 11 - Novelas com figuração cigana

OBRA	AUTOR	ANO	ABORDAGEM
Alma cigana (TV Tupi)	Ivani Ribeiro	1964	Trama ousada para a época, durante o dia a mulher era a freira irmã Estela, a noite ela se transforma na cigana Esmeralda e dança nos acampamentos.
Rei dos Ciganos (Rede Globo)	Moysés Weltman e Ziembinski	1966	Drama e romance que traz a figura romantizada e folclorizada acerca do povo cigano.
Sinhazinha Flor (TV Globo)	Lafayette Galvão	1977	Casamento arranjado pelos pais e Flor é dividida entre o amor de dois homens.
Que Rei Sou Eu? (TV Globo)	Cassiano Gabus Mendes	1989	Comédia e aventura abordando as hierarquias e trazendo arte cigana na figura emblemática do Bobo da corte.
Explode Coração (Rede Globo)	Glória Pérez	1992	Cultura cigana, Sedução, beleza, música, danças, amores e paixões.
Kassandra RCTV (SBT)	Délia Fialho	1992 2000	Cigana pobre que se apaixona por um homem rico e fora da sua cultura, onde aparece um universo de muitas barreiras e sofrimentos.
Senhora do Destino (TV Globo)	Aguinaldo Silva	2004	O cigano Marruda, interpreta um homem violento, marido abusivo, que espancava a mulher Rita de Cássia.

Fonte: Elaboração da autora

Após investigação minuciosa, constatamos que os estereótipos constroem imagens distorcidas e formam conceitos padronizados e que generalizam, contribuindo para formação do senso comum, que em alguma medida estabelecem, controlam ou de alguma forma regulamentam o que é diferente, como algo que pode ser julgado e excluído, ou seja definir e uniformizar limitando pessoas quanto ao seu comportamento e aparência.

A seguir trouxemos outra obra importante objeto de análise para reconhecemos o reforço dos estereótipos mesmo na arte cênica:

Ópera Carmen

Ópera Carmen foi uma ópera que marcou a história, por sua ousadia e reação estética em pleno contexto europeu no século XIX. Foi considerada pelos críticos como uma das óperas mais populares e fascinantes de todos os tempos. Carmem é uma ópera⁶¹ francesa escrita por Georges Bizet, músico e compositor. A obra foi dividida em quatro atos: I) Carmem trabalhando na tabacaria; II) Carmem mulher sedutora; III) Carmem se envolve; IV) Carmem quer ser livre e morre.

A ópera conta a história da sedutora cigana Carmem, que afasta Dom José de sua noiva Micaela, dando início a uma trágica trama de profundo amor e ódio. Carmem foi retratada como uma mulher sedutora e traiçoeira, motivo de muita controvérsia. No tempo da sua estreia foi um verdadeiro escândalo por seu conteúdo ser embalado de intensas cenas de amor e ódio.

Figura 11 - Ópera Carmem⁶²



Fonte: Domínio Público

⁶¹ Disponível em: <https://musicalidades.com.br/opera-carmen-historia/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

⁶² Disponível em: <https://musicalidades.com.br/opera-carmen-historia/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

A história acontece na Espanha e toda a trama gira em torno de quatro principais personagens: Carmen, cigana sedutora que trabalha em uma fábrica de cigarros e ama a liberdade, Don José, soldado obcecado por Carmen e noivo de Micaela. Micaela, noiva de Don José, que procura durante todo o percurso da ópera restaurar o juízo de seu noivo, Escamillo, o toureador e novo amor de Carmen. Enfim, Carmem é uma obra paradoxal, ao mesmo tempo alegre e triste, festiva e fúnebre, que convida à vida e à morte encharcadas de cenas dramáticas, emotivas e sentimentais.

Friedrich Nietzsche escreveu que a cigana Carmem nasceu livre e que louva a liberdade como a sua maior bandeira. Após assistir a ópera tão cheia de polêmica, ele questiona: como dominar aquela que se personifica como a própria liberdade?

Apresentamos um fragmento da Ópera Carmem, para que possamos conhecer e refletir sobre os comentários da época. Em um de seus bordões o autor traz a fala marcante que virou símbolo da peça: “Se você não me ama, eu te amo. Se eu te amo se cuida. Se você não me ama eu te amo” (Georges Bizet – Carmem).

Em plena Sevilha, na Espanha no século XIX, estreava a ópera Carmem, de Georges Bizet, na noite de 03 de julho de 1875. A plateia saiu muito chocada pela ousadia de uma cigana mulher totalmente desprovida de moral e bons costumes, que não demonstrava remorso, enfeitiçava e levava homens ao delírio da perdição etc. O final também lhes foi surpreendente: um trágico assassinato: Carmem é assassinada e morre como uma vagabunda, por não poder ser uma mulher livre.

A ópera foi baseada em um pequeno romance com o mesmo título de *Prosper Mérimée*⁶³ (1845), de Georges Henry Borrow, um inglês que viveu muitos tempos entre os ciganos espanhóis. Após ler a história original, Bizet decidiu transformá-la em ópera, com livreto escrito por Henri Meilhaci e Ludovic Hale. Essa Ópera foi considerada vulgar, escandalosa, imoral e inadequada diante dos padrões morais e éticos da época.

A principal polêmica desta obra gira em torno de Carmem, por esta quebrar padrões épicos preestabelecidos: ser uma mulher livre, forte, libertária e sexualmente livre. Tudo isso não fazia jus ao papel socialmente construído para mulheres de sua época. E a ousadia seria maior quando se tratava de uma cigana que trabalhava numa tabacaria, fazia uso de cigarros e bebidas alcoólicas, o que mancharia totalmente a imagem das damas da época. Segundo o protagonista da ópera, Carmem foi dona do seu próprio destino, por isso chocou tanto, já que representava quebra de paradigmas e, assim, feria moças e donzelas.

⁶³ Prosper Mérimée, foi historiador, arqueólogo, senador e escritor romântico francês, célebre pelo conto que resultou na ópera Carmem.

Após muito alvoroço e rebuliço, o resultado da ópera foi um sucesso. Depois de estreada em Viena, em 1875, a ópera começou a ser muito elogiada. Porém, em Paris, só se tornou um sucesso em 1883, ou seja, depois de oito anos. Ou seja, já havia passado pelo crivo de grandes intelectuais e críticos conceituados.

Na época, Brahms, Wagner e Nietzsche elogiaram muito toda a produção e texto da ópera *Carmem*. Brahms chegou a dizer que era considerada a melhor ópera produzida na Europa desde a guerra Franco prussiana. Contudo, Bizet não pôde ver o sucesso de sua obra, pois faleceu três meses após a primeira estreia em Paris.

Outro fato curioso se relaciona com Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Di Cavalcante (1897-1976). Ele foi um grande pintor brasileiro que mesmo tendo em sua formação a influência cubista e surrealista, uma de suas marcas era representar em suas telas temas populares, como carnaval, favelas, operários, mulatas e povos comuns.

Em 1932, fundou o Clube dos Artistas Modernos e dois anos depois filiou-se ao Partido Comunista, sendo duramente perseguido pelo governo de Getúlio Vargas e mudando-se para Recife. Entre os anos de 1935 e 1940, mudou-se para a Europa, no anseio de pintar e expor suas telas, em galerias famosas como Bruxelas, Amsterdã, Paris, Londres. Uma de suas obras foi esta, a seguir, intitulada *Ciganos*.

Figura 12 - Pintura a óleo Di Cavalcanti – Ciganos (1940)



Fonte: Museu Víctor Meireles⁶⁴

Acreditando que a arte é a ferramenta das emoções, iniciamos buscando os seus recursos para dialogar com as nossas perspectivas em relação aos povos ciganos, que foram retratados

⁶⁴ Disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/exposicoes/temporarias/arquivo/1998-2/di-cavalcanti-desenhos/>. Acesso em: 10 out. 2019.

por Emiliano Di Cavalcanti (1897 – 1976) na beleza da pintura *Ciganos*, em 1940, um dos períodos mais ricos de sua produção artística. Nele, Di Cavalcanti retratou, com lirismo, os ciganos como povo trabalhador camponês. Embora tivesse sido oferecida pelo artista em 1943, a obra foi adquirida pelo Museu Nacional de Belas Artes somente no ano seguinte, por meio de verba orçamentária do Ministério da Educação e da Saúde Pública, pelo valor de quinze mil cruzeiros. Constatamos, em fonte bibliográfica do museu e na tese de Brigitte Cairus Groissmann⁶⁵, que a citada pintura recebeu um outro título atribuído pelo próprio artista. Em carta de dezembro de 1943, escrita ao então Ministro da Educação e da Saúde Pública, Gustavo Capanema, obra recebe outro título: *Colonos*. Segundo a museóloga Xexéu (1998, n.p.)⁶⁶, “não sabemos informar como aconteceu a troca do título da peça. Provavelmente um engano na datilografia ou uma leitura imperfeita dos documentos e assim se manteve por mais de cinquenta anos”.

Indagamos qual teria sido o motivo da troca de títulos na obra do pintor Di Cavalcanti, de *Ciganos* para *Colonos*. Qual teria sido o real motivo? Podemos inferir que esse fato pode estar ligado às questões raciais e ao preconceito? Ficamos com essa lacuna que nos causa muitas inquietações e reflexões.

7.2 Trilhando caminhos

O caminho se faz caminhando. A boniteza está no processo (FREIRE, 1996).

Trilhando novos caminhos a fim de descobrir a boniteza dos processos freireanos tão ensaiados, sem sair totalmente, contudo, do campo das artes, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os povos e as comunidades tradicionais ciganas, o que levou à percepção de uma considerável lacuna historiográfica. Na sequência, trouxemos algumas pesquisas que foram desenvolvidas no Brasil e em alguns países da Europa.

Constatamos que as maiores contribuições encontradas foram de historiadoras/es e de antropólogas/os. Iniciamos pela análise etnográfica de José de Oliveira China, de 1936:

Enfrentando uma falta de estudos especializados sobre esta questão, é muito difícil entender o quão longe o elemento cigano influenciou a formação do

⁶⁵ Disponível em: <http://jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-a-construcao-das-identidades-ciganas-no-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

⁶⁶ Monica Xexéu, museóloga do Museu Nacional de Belas Artes, revela que esta obra foi primeiramente nomeada de *Colonos*, por Di Cavalcanti, não sabendo exatamente os motivos pelos quais ela ficou, até hoje, conhecida como *Ciganos*. De qualquer modo, a obra serve de exemplo de como a arte modernista explorou a multiculturalidade brasileira de modo positivo (XEXÉU, 1998).

nosso povo. Nós podemos, no entanto, garantir que este elemento é um ingrediente que certamente irá complicar ainda mais o nosso já complicado composto étnico nacional (CHINA, 1936, p. 156).

Outros relevantes estudiosos da questão cigana foram Dornas Filho (1948) e Moraes Filho (1981), que, em seus contextos temporais e históricos, nos revelam os cenários seguintes:

A atual falta de interesse por estudos ciganos no Brasil é possivelmente devido ao fenômeno de tendências; agora que o caso de amor com o índio de Gonçalves Dias e Alencar passou, os brasileiros voltaram com o mesmo romantismo para o negro na equação de etnias que nos formam (DORNAS FILHO, 1948, p. 15).

Demograficamente falando, a presença desta raça cigana, que vive entre nós desde os tempos coloniais, é tão importante [como outros grupos raciais]. Este fato, no entanto, não motivou os intelectuais a contemplarem esta questão mais profundamente em suas pesquisas (MORAES FILHO, 1981, p. 68).

No debate da educação (escola) com a etnicidade cigana, encontramos uma pesquisa de bastante relevância para o diálogo que empreendemos neste projeto: o livro resultante da tese de Ferreira (2003). Entre os trabalhos mais recentes sobre os Calon, citamos os que se inscrevem em uma perspectiva etnográfica a respeito das identidades e das sociabilidades (FERRARI, 2010); dos Calon *banqueiros* (FOTTA, 2012); da memória e da etnicidade (GODFARB, 2013); da memória urbana (SOUZA, 2006); bem como a pesquisa etnohistórica acerca do envolvimento dos ciganos Calon – desde o comércio de escravos até a regulação de litígios (MELLO *et al.*, 2009) e a relevante análise a respeito do Dia Nacional dos Ciganos e de questões voltadas às políticas étnicas (MELLO; BEROCAN, 2012). Destacamos, nesse conjunto de produções acadêmicas, a tese de um integrante de etnia cigana Calon, Aluizio de Azevedo Silva Júnior (SILVA JÚNIOR, 2018), defendida na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ganhadora do prêmio da Compós de melhor tese em Comunicação. Shimura (2017), também, trouxe uma boa contribuição acerca da ciganidade em sua recente dissertação em antropologia. Acrescentamos a essas produções o importante trabalho de Karpowicz (2018) sobre história, identidade e cultura ciganas; as contribuições de Mendes (2008) relativas à cultura, identidades e gênero; e a antologia de ensaios de Mota (2004). Em história, ressaltamos, por fim, Donovan (1992), Cavalcanti (1994) e Teixeira (2008).

Acreditamos que algumas/ns pesquisadoras/es atraídas/os pelo tema acabaram por desistir de seguir nessa linha de pesquisa pela insuficiência de fontes. Em 2017, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, defendi a dissertação intitulada *Comunidade cigana Calon em Processo de Escolarização: Conflitos Étnicos e Saberes Pluriculturais* (PERPÉTUO,

2017). Em 2018, lancei, juntamente com meu orientador, o professor Dr. Erlando da Silva Rêses, o livro *Ciganidade e educação escolar: saber tradicional e conflito étnico* (PERPÉTUO; RÊSES, 2018), como forma de contribuir para a ampliação do acervo bibliográfico com essa temática. Em novembro de 2019, nossa dissertação foi premiada na Câmara legislativa do Distrito Federal (CLDF), pela Comissão dos Direitos Humanos na categoria trabalho acadêmico “Prêmio Marielle Franco”.

Embora pesquisar uma minoria étnica incompreendida como os povos ciganos Calon, que sequer foram citados na história das rotas migratórias e na constituição do povo brasileiro, tenha sido uma tarefa árdua, pois muito do que registramos são a partir das percepções, oralidades deles e delas e o campo de pesquisa mostra-se movediço e nós pesquisadores temos que acompanhar o tempo, o espaço e a disponibilidade da comunidade, respeitando as situações limítrofes. Contudo é um grande desafio que traz a possibilidades de trocas e reelaboração de saberes e conhecimentos.

Consideramos que a pesquisa precisa estar a serviço da sociedade e, em especial, do povo trabalhador explorado e humilhado. Em nossos textos acadêmicos, necessitamos trazer à tona a realidade, registrando as histórias, inquietando-nos trazendo anúncios e denúncias sobre a percepção do mundo materializado a partir de nossas abstrações.

8 METODOLOGIA DA PESQUISA – A VEZ E A VOZ DOS/DAS CIGANOS/AS

É exatamente a vida que, aguçando nossa curiosidade, nos leva ao conhecimento; é o direito de todos à vida que nos faz solidários; é a opção pela vida que nos torna éticos (FREIRE, 2014).

Nesta seção, trataremos dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, motivados, especialmente, por dois fatores. O primeiro deles diz respeito à problemática do racismo e preconceitos que envolvem os povos ciganos em seu percurso histórico. Caminho com essas comunidades ciganas desde 2014, quando cheguei ao acampamento numa demanda da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho. Logo depois, fiz o percurso realizado em minha pesquisa de mestrado e desde então estou com eles/elas em inúmeras demandas: educacional, territorial, política e pela implicação direta nos projetos interventivos junto à comunidade. O segundo se relaciona com inestimável oportunidade de imersão, com a finalidade de poder vivenciar, examinar, sistematizar e registrar aspectos ligados a conhecer a cultura, dialogar com eles/elas respeitando suas especificidades e de desnaturalizar as questões relativas à sobrevivência desse grupo, considerando-se, ainda, que o acesso à educação formal, a capacitação para o trabalho formal sistematizado se distancia gravemente dessa etnia.

Assim, nossa pesquisa buscou analisar e compreender o percurso histórico-cultural dos povos ciganos e questionar em que medida as representações sociais estereotipadas causaram danos a essas pessoas os afastando dos espaços públicos e privados, o que ainda hoje repercute tanto na vida em comunidade e nos apagamentos e silenciamentos ao longo de suas vidas.

Nossa proposta foi trabalhar com uma perspectiva de pesquisa de base empírica, dividida em duas teorias: (i) Representação Social para analisar a aparência do fenômeno, ou seja, o senso comum, o que as pessoas não-ciganas trazem a esse respeito; (ii) Materialismo Histórico-Dialético para discussão e problematização, buscando, ainda, outros elementos para compreender a essência do fenômeno “Povos Ciganos” a partir de registros e de entrevistas semiestruturadas com os quatro grupos categóricos: ciganos, não ciganos, professores/estudantes de pedagogia e ciganólogos. Nosso foco está nas questões sociais, culturais e nas representações sociais e estereótipos. Interessa-nos desvelar as impressões que as pessoas não ciganas trazem no seu imaginário social quanto aos povos ciganos, bem como o modo como estes convivem com as questões de racismos estruturais e institucionais, preconceitos e quais são as suas demandas e desejos.

Buscamos discutir, refletir, dialogar, registrar e compreender como eles e elas se veem como ciganos, bem como a relação deles/as com a educação, com o trabalho e com a ausência

de políticas públicas. Paralelamente, foi importante registrar como eles e elas se percebem no endogrupo e em relação ao exogrupo e quais suas maiores dificuldades em acessar espaços e se legitimarem como povo brasileiro de cultura milenar e sujeitos/sujeitas de direito. Outra análise importante foi investigar como eles e elas são representados nas obras literárias, nas músicas, novelas e filmes e como esses rótulos marcaram a vida dessas pessoas. Almejamos, ainda, identificar se existem ou não políticas públicas afirmativas de inclusão no espaço da educação formal e das universidades. Questionamos também os seus interesses em relação à escola e em relação ao trabalho, se eles/elas resistem para a conservação da tradição do seu povo ou rompem com os costumes transmitidos pelas/os ancestrais. Em conjunto com tais anseios investigativos, buscamos destacar e valorizar a importância deste registro histórico para a etnia cigana.

O respeito foi o protocolo inicial para que tivéssemos uma abordagem de confiabilidade mútua entre a pesquisadora e os sujeitos/sujeitas ativo/as da pesquisa. As pessoas nas comunidades ciganas possuem uma certa dificuldade de se abrirem aos estranhos, principalmente por causa de todas as perseguições e ataques que sofrem cotidianamente, mas eles/elas escolhem as pessoas que farão a comunicação. Neste sentido, tivemos uma troca de amizade e estabelecemos laços de confiança mútua logo no início.

A teoria é como as lentes que usamos para focalizar e desvelar o fenômeno que desejamos investigar. Nossa proposta, nesse sentido, é de nos instrumentalizar para superar a aparência e por meio da síntese das múltiplas determinações enxergar a essência do fenômeno social. A realidade pode ser experienciada, mas necessita de instrumentos e de aportes teóricos para duvidar e trazer respostas com a fidelidade que o rigor acadêmico exige. Nesse sentido, procuramos trazer a teoria social de Marx (2008), especificamente sua análise sobre a sociedade, recuperando alguns dos elementos fundamentais para a superação dos fenômenos que se apresentam. Compreendemos essa teoria como um conjunto articulado de forças contrárias que se movimentam dialeticamente para trazer explicitações metodológicas aprofundadas acerca do objeto/sujeito do estudo.

Nos valem da teoria das representações sociais para, de posse desse instrumento de análise, realizarmos inferências sobre o processo de objetivação e ancoragem, que são os elementos fundamentais para se conhecer as representações constituídas pelos sujeitos e sujeitas e, assim, compreendermos o pensamento social dessas pessoas que formam o senso comum.

Como define bem Serge Moscovici, as representações sociais são

[u]m sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará para as pessoas orientar-se em seu

mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história, individual e social. (MOSCOVICI, 2009, p. 21).

Acreditamos que as representações sociais funcionam como forma de se manter aquilo que já se sabe acerca de algo ou como uma forma de, após análise, investigação, tratamento e reelaboração, se permitir transformações e mudanças.

Optamos pela teoria das representações sociais para investigar as questões ciganas e como elas foram construídas historicamente entre os não ciganos, bem como para compreender qual foi a dimensão, as causas e os efeitos que essas representações sociais estereotipadas causaram na vida dessas populações.

8.1 Sujeitos/as de informação e de conhecimento

Participaram do estudo e da pesquisa basicamente quatro grupos: Ciganos/as Calon (n=12), não ciganos (gadjon) (n=63), estudantes de pedagogia (n=23), ciganólogos (n=08).

Quadro 12 - Participantes da Pesquisa

1.	CIGANOS CALON
2.	NÃO-CIGANOS – GAJE
3.	ESTUDANTES DE PEDAGOGIA
4.	PESQUISADORES/CIGANÓLOGOS

Fonte: Elaboração da autora

Definimos a dimensão do estudo a partir dos elementos que emergiram da pesquisa bibliográfica, documental, de campo, dos/das entrevistados/das. As categorias metodológicas foram sendo definidas ao longo do processo, embora já existissem aquelas definidas a priori, devido à natureza desta pesquisa. As questões centrais da pesquisa sobre as representações sociais estereotipadas acerca dos povos ciganos requerem uma teoria histórica e dialética com abordagem metodológica qualitativa. Seus desenhos, planejamentos e contornos se esboçam assim: primeiramente, selecionamos as bases teóricas que orientaram a pesquisa; na sequência, planejamos as perguntas que comparam as entrevistas semiestruturadas e, por fim, fomos a campo para entrevistar grupos diferentes: ciganos acampados, não ciganos e professores/estudantes de pedagogia e pesquisadores ciganólogos.

Visitamos acampamentos de Brasília e entorno: um acampamento na região rural de Sobradinho-DF, três acampamentos ciganos Calon na região metropolitana de Belo Horizonte-

MG. Selecionamos homens e mulheres nessas regiões para entrevista semiestruturada na pressuposição de coletar dados sobre questões de: racismos, preconceitos e percursos de vida com os ciganos, questões relativas as representações sociais acerca dos povos ciganos com os não-ciganos e professores/as estudantes de pedagogia e questões relativas às políticas públicas para essa população com os pesquisadores ciganólogos.

8.2 Procedimentos de coleta de dados: parando para ouvir

Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 1989, n.p.).

Conforme já salientamos, em todos os grupos aplicamos Associação Livre de Palavras (ALP), que foi de suma importância para evidenciar a frequência com que determinados grupos repetiam e reforçavam expressões sobre suas percepções acerca dos povos ciganos.

O encaminhamento da pesquisa contou com três etapas. A primeira foi o contato, os objetivos da pesquisa, o estabelecimento de regras para fortalecer laços de confiança. A segunda etapa foi de aproximação e sondagem. Nos aproximamos das comunidades ciganas Calon de Brasília e de Minas Gerais, das pessoas não ciganas, dos estudantes de pedagogia da FE/UnB futuros professores, dos pesquisadores ciganólogos. Nesse momento, fizemos algumas perguntas acerca das populações ciganas no Brasil e solicitamos ao grupo de não ciganos o preenchimento de um formulário online com perguntas sobre sentimentos a eles associados e experiências de contato com este grupo étnico. Uma das perguntas foi: o que vem a sua cabeça ao ouvir a palavra “ciganos”? Para respondê-la, solicitamos que trouxessem três palavras que, para eles, remetesse aos ciganos. Os participantes responderam a um questionário estruturado (n=63), composto pelas seguintes dimensões: primeiramente o termo de Livre Consentimento, declarando estar ciente da pesquisa e autorizando o uso das informações. Depois, informação pessoal, profissional, evocações livres referentes ao termo “ciganos”, campo emocional e afetivo relacionado ao objeto/sujeitos de estudo, níveis de contato com ciganos e dados socioeconômicos.

A terceira etapa foi a da investigação exploratória. Nela, foram realizadas entrevistas com ciganos/ciganas Calon (n=12) com questões exploratórias acerca do que é ser cigano, do tratamento recebido pelos não ciganos, das experiências positivas e negativas em pertencerem a esse grupo étnico e da existência ou não de políticas públicas que os acolhem e que garantem

seus direitos como cidadãos brasileiros. Os dados foram tratados pela própria pesquisadora e também com o auxílio do *Google Forms*, em decorrência do contexto pandêmico que estamos vivendo (2020/2021). Alguns eram quantitativos, outros eram qualitativos, sendo que destes emergiram categorias que foram discutidas ao longo do texto. A partir da dimensão socioafetiva, analisamos e classificamos sentimentos positivos' (n=63), 'sentimentos negativos' (n=27) e 'ambíguos' (n=12). As análises permitem discutir que os entrevistados apresentaram variações nas representações acerca dos sujeitos/objetos sociais 'ciganos'. A formação do campo representacional e de sua dimensão socioafetiva foi apoiada na imagem de ciganos/as como povo alegre, colorido, que dança, bebe e que tanto desperta sentimentos de curiosidade, encantamento e admiração, como apoiada em preconceitos. Algumas narrativas eram carregadas de estereotipia negativa.

Ao fazermos entrevistas, Gaskell (2002) salienta ser imprescindível planejarmos perguntas que inquietam e que motivem os/as entrevistados/as a falarem com a maior riqueza possível de detalhes. No nosso contexto, os registros foram feitos com o auxílio de anotações e de gravações em áudio e os entrevistados/das demonstraram uma certa timidez, típica de quem precisa se resguardar. Ressaltamos a importância do olhar e o prévio preparo da pesquisadora, que necessita estar atenta para aspectos das falas dos/das entrevistados/as que possam provocar questões relevantes para subsidiar a discussão e a análise dos dados. Caso não se sintam à vontade ou as respostas permaneçam idênticas, cabe à pesquisadora dispor de outros recursos para desenvolver a conversa e trazer as inquietudes importantes para garantir tanto a qualidade da coleta quanto a compreensão mais detalhada em relação ao que se pretende investigar. Sempre tínhamos em campo, algo a mais para caso surgisse algum imprevisto. Isso foi interessante, pois muitas vezes houve números ilimitado de interpelações, ou de versões da realidade. Volto a afirmar que o campo é movediço e precisamos estar preparados para mudar a rota no momento oportuno.

Para Cruz Neto (1994, p. 57), a entrevista alcança maior relevância quando a consideramos como

[...] procedimento mais usual do trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere com meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Embora as experiências possam parecer únicas, as pessoas e suas representações não surgem dos pensamentos individuais. Elas, ao contrário, são o resultado de processos históricos, sociais e coletivos.

Quadro 13 - Participantes entrevistados/as

GRUPOS	QUANTITATIVO	LOCALIDADES	DIMENSÃO	TÉCNICA
Ciganos Calon	12	DF, GO, BA, MG	Racismos/ violações	Entrevista semiestruturada presencial e virtual
Não ciganos (<i>gajon</i>)	63	Todas as regiões do Brasil	Representação Social	Entrevista semiestruturada via Google Forms
Estudantes/pedagogia	23	Brasília -DF	Representa Social e educação	Entrevista semiestruturada Google Meet e e-mail
Pesquisadores Ciganólogos	08	Todas as regiões do Brasil	Políticas Públicas	Entrevista semiestruturada Google Forms e plataforma Google Meet

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Dividimos os/as entrevistados/as em quatro grupos categóricos definidos por interesse para que pudéssemos explorar as dimensões a que esta pesquisa se propôs. A intenção era investigar com as pessoas ciganas como é ser cigano, seu percurso histórico e sociocultural, se sofrem preconceitos e como percebem as questões racistas e discriminatórias que os excluem dos espaços. Com os não-ciganos a entrevista abordou as representações sociais acerca do povo cigano.

Aplicamos aos entrevistados/as a técnica da Associação Livre de Palavras (ALP), solicitando que falassem três palavras que viessem a cabeça ao ouvir a palavra *ciganos*.

Com o grupo de estudantes de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, participamos de uma aula na disciplina de Sociologia na turma do professor Erlando Rêses, para a qual esses futuros professores teriam que ler antecipadamente o nosso livro *Ciganidade e Educação Escolar: conflito étnico e saberes pluriculturais*. Depois, pedimos que expressassem as suas percepções acerca da leitura e como percebiam a diversidade cultural na educação básica. Após isso, fizemos algumas reflexões sobre a escola a partir de provocações. No modelo que ela está, a escola encontra-se preparada para debater as pautas da diversidade pluricultural? Em que medida a escola é inclusiva ou excludente? Vocês já se deparam com os ciganos na escola ou na universidade pública? Já viram algum material didático pedagógico que aborde os povos ciganos?

Depois, passamos aos estudantes do curso de pedagogia um formulário por e-mail com dez perguntas acerca dos Povos e Comunidades Ciganas.

Finalmente, passamos para o último grupo, os pesquisadores ciganos, os ciganólogos, pois o nosso interesse neste grupo seria nos apropriarmos das discussões e debates que as pesquisas abordam e vêm alcançando. Entre os debates, abordamos sobre acampamentos e políticas públicas que estão ocorrendo principalmente nas universidades públicas para inclusão de ciganos no ensino superior. Acreditamos e constatamos que esses grupos distintos teriam muitas respostas que trariam indícios importantes para compreendermos os diálogos e as representações que ambos os grupos trazem em seu imaginário social e cultural acerca dos povos ciganos Calon. Sendo assim, seus pontos de convergências e de divergências, foram importantes pistas investigativas para a nossa pesquisa e para que possamos compreender as contradições e as realidades em seus contextos sociais e culturais.

Em consonância com nossa base filosófica, reiteramos que nossa pesquisa é dialética. Considerando a análise de Rêses, Sousa e Silva (2016), o Materialismo Histórico-dialético (MHD) é um método que concebe o indivíduo como único e social, na medida em que carrega sua historicidade e suas vivências sociais e se insere na sociedade como partícipe. Nesta pesquisa, em se tratando de Povos e Comunidade Ciganas, o olhar do MHD nos aproximou da investigação social não somente recortando as vivências captadas pelo olhar da pesquisadora, mas também permitindo dialogar com o todo, com o real, com o experimentado e vivido, valorizando, sobretudo, a singularidade, a particularidade e a universalidade.

O marxismo é um enfoque teórico que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Este enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade (RÊSES; SOUSA; SILVA, 2016).

Os nossos sujeitos da pesquisa nos trouxeram elementos importantes para dialogar com o método em Marx, ou seja, com nossa base teórica e nossa concepção filosófica para compreender todo o movimento da pesquisa de campo. Para a análise e síntese das múltiplas determinações, as categorias do método foram de fundamental importância. A partir da totalidade, observamos a cultura cigana na sua ampla interação com os pares e com os espaços de convívio, compreendendo a realidade e suas íntimas leis, de modo a perceber que tudo está ligado com o todo e que sempre haverá algo a mais para dar continuidade às reflexões, ou seja, o objeto de estudo nunca está estático, continua em movimento e trazendo novos elementos para a discussão, (re)construção. A partir da historicidade, buscamos a essência e as memórias

não somente dos acampamentos, mas dos sujeitos que vivem situações de violações, apagamentos e de expressões culturais diversificadas e que não atendem a um modelo fixo, estático, que tem sua própria organização social e política e que pertence a uma identidade cultural milenar. A partir da mediação, por sua vez, concebemos que saímos do concreto (tese) para o abstrato (antítese) e voltamos ao concreto pensado, buscando elementos para subsidiar a sustentação da síntese com o objetivo de superação; na sequência, voltamos para o concreto pensado e reconstruído, para que possamos reelaborar o conhecimento.

E foi nesse sentido que esta pesquisa se propôs a compreender os motivos das representações sociais estereotipadas que causaram danos, assim como compreender esses erros do passado e tentar promover os reparos históricos, com o registro desses dados. Nesse movimento de ir e vir, investigar, construir, desconstruir e reconstruir, assenta-se o movimento relevante da dialética, na compreensão das ações e dos sujeitos da nossa pesquisa.

Nesse percurso, a materialidade da pesquisa de campo nos trouxera as contradições, tão importantes, sem as quais seria impossível desvendar o objeto. Elas nos impulsionaram a avançar e alargar as fronteiras das nossas mediocridades na perspectiva de compreender que as representações estereotipadas acerca dos povos ciganos contribuíram para afastá-los dos espaços da educação formal e conseqüentemente de outros espaços de convivência sociopolítica. Quando analisamos o todo e o fragmentado, a inclusão e a exclusão significa compreender que não se explica a história a partir do contentamento, mas sim por meio das contradições, permitindo que a dialética prevaleça e atenda ao todo.

Na teoria materialista em Marx (1983, p. 35), “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, seu ser social é que determina a sua consciência”. Em se tratando do povo cigano, podemos afirmar que a vida deles/elas é resultado não daquilo que eles desejariam, mas daquilo que foi concedido em seus contextos. Por exemplo, a questão do nomadismo, segundo o que eles/elas revelam em relação ao nomadismo, é que são nômades não porque querem, mas pela consequência de uma vida cheia de expulsões, carregadas de violências e perseguições. Na epistemologia do MHD, a pesquisa educacional contribui para o conhecimento e para o desenvolvimento do objeto de estudo, bem como promove a mobilidade social e as mudanças dentro do seu próprio contexto social. Ademais, vale ressaltar que Marx (1983, p. 39) dialoga sobre a função social da dimensão transformadora da práxis, reconhecendo ser nela “que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e poder, o caráter terreno do pensamento [...], não basta interpretar, o que importa é transformar”. Assim, a investigação segue nessa perspectiva de uma ação dialógica transformadora e emancipadora, para que o

nosso trabalho de pesquisa possa contribuir, intervir de maneira efetiva e, por conseguinte, possibilitar avanços e mudanças significativas a todas/os as/os envolvidas/os no processo.

Conforme Gamboa (2012), há diferentes métodos e formas de se abordar a realidade e os contextos sociais e culturais da investigação. Em cada um desses estão implícitos diferentes pressupostos, os quais, por sua vez, precisam ser desvelados. O autor ressalta que, embora as concepções filosóficas muitas vezes estejam ocultas em uma pesquisa de caráter social, é importante deixar explícito a quem servirá tal pesquisa.

Outra forma de investigação na qual acreditamos é a pesquisa que traz uma concepção reivindicatória e participativa dos seus sujeitos, com a finalidade de dar voz às/aos participantes. Tal linha de pensamento assume que a pesquisadora deve estar a serviço de uma política pública, de modo que possa agir colaborativamente, interagir e decidir com o grupo, promovendo ações dialéticas e provocando reflexões, reformas e mudanças no contexto social.

Nesse viés, como o contexto da comunidade cigana está em constante movimento, todas as informações devem emergir nas rodas de conversas, por meio da oralidade e de pistas evocadas pelas/os participantes. Para Gamboa (2012, p. 22), “a investigação significa “seguir pegadas”, buscar algo a partir de vestígios. E, como a presente investigação constitui um processo metódico, é importante assinalar que o modo ou o caminho de se chegar ao objeto, o tipo de processo é dado pelo próprio objeto e não pelo contrário”.

Dessa forma, como o contexto social é formado pelas mulheres ciganas moradoras em acampamentos ciganos, a pesquisa se faz presente na oralidade, pois a maioria das mulheres tem baixa escolaridade. A bibliografia a respeito dos povos ciganos ainda é escassa, haja vista a ainda existente ciganofobia, que impede a aproximação dos sujeitos não ciganos com os ciganos e compromete, conseqüentemente, a relação de trabalho e educação, que é, inegavelmente, um debate caro a essas pessoas. Segundo Thiollent (1982), dentro do quadro empirista em que se movem as pesquisas, nada impede uma diversidade de interpretações possíveis.

Por exemplo, quando a resposta projetada do indivíduo pobre revela certa hostilidade para com os ricos, o observador pode adotar, em função da sua visão de mundo, uma interpretação, enfatizando quer o grau positivo de consciência de classe, quer o autoritarismo ou a periculosidade das classes inferiores (THIOLLENT, 1982, p. 98).

Assim sendo, este estudo foi desenvolvido com povos ciganos acampados de quatro comunidades diferentes, mas da mesma etnia cigana Calon. Pressupomos que, a partir de todo material aplicado e analisado, conseguimos nos aproximar ainda mais das questões da abordagem acerca dos povos e comunidades ciganas e trazer para a nossa pesquisa provocações

importantes para a construção de políticas públicas voltadas para o povo cigano Calon. As entrevistas foram instrumentos norteadores desta investigação, não abandonamos novos caminhos e novas oportunidades investigativas que foram surgindo ao longo do tempo pandêmico e houve necessidade de afastamento temporário, mas utilizamos das ferramentas tecnológicas digitais para que pudéssemos suprir todas as necessidades e desafios que foram surgindo.

O grande desafio, como pesquisadora, foi a questão da pandemia e o movimento movediço do campo físico da pesquisa e do campo virtual tecnológico, haja vista que os nossos sujeitos da pesquisa têm pouco ou quase nenhum recurso tecnológico, pois vivem nas periferias acampados e muitas vezes sem acesso à internet. Portanto, se não fosse a nossa relação já construída de amizade, confiabilidade e de respeito de ambas as partes, realmente esta pesquisa ficaria inviabilizada na sua construção e conclusão. Mas como nos ensina Renée Barbier (2007), ter um olhar diferenciado e uma escuta sensível faz toda a diferença quando realizamos pesquisa participativa.

Emocionamo-nos quando encaramos uma situação que nos coloca diante do desconhecido e da não resposta, procurando imediatamente no já conhecido soluções que não são satisfatórias. Esta inadequação de nós próprios face ao real imprevisto nos conduz a uma perturbação afetiva tanto mais importante quanto a situação se mostra dramática ou insolúvel. Num tal caso, sentimos a que ponto o fenômeno emocional desencadeia não só sensações, mas também dimensões cognitivas, imaginativas, intuitivas do ser humano (BARBIER, 2007, p. 15).

Portanto, no atual contexto social e político que atravessamos, com a pandemia e com um governo de extrema direita que persegue, maltrata pessoas, quando retira direitos, consideramos necessário e nos propomos investigar, com cautela e com ética, a problemática que envolve os Povos e Comunidades Tradicionais Ciganas Calon, pois sabemos o quanto essas pessoas estão sofrendo com a crise sanitária e de saúde entorno da Covid-19. Observamos a negligência do poder público em relação a essas pessoas, embora nossa inquietação seja sobre a educação e as razões que promovem exclusão ou inclusão social.

Ressaltamos que os povos ciganos trazem dentro de si muitas habilidades interessantes com relação a arte, dança, música, corte-costura, pintura, artesanatos, linguagem e matemática. Tais habilidades, presentes no acervo social da cultura cigana, podem ser fortes aliados das competências e das habilidades necessárias para aumentar o nosso repertório cultural, social e político e as perspectivas de educação e trabalho num outro olhar, num outro formato, aliás até sem esse formato rígido e frio ao qual estamos submetidos voluntário ou involuntariamente.

A pesquisa de campo desenvolvida para este trabalho de doutorado foi uma continuidade do mestrado, ocorrido entre 2015 e 2017. Naquela ocasião, foi realizada uma pesquisa-ação com bastante imersão na comunidade cigana Calon da Rota do Cavalo, acampamento Nova Canaã, com inúmeras ações dentro e fora do acampamento.

No doutorado, continuamos muito presentes nos acampamentos, com diálogo e ações, mas devido a três eventos bastantes significativos, não foi possível continuar com a pesquisa-ação: I) Em 02 de fevereiro 2020, ataque violento ao acampamento cigano Calon “Nova Canaã” da Rota do Cavalo, conseqüentemente a imediata saída da comunidade do local do acampamento (*locus* principal desta pesquisa). II) Em 03 de março de 2020, adoecimento inesperado afetando gravemente a saúde da pesquisadora. III) Em meados de março de 2020, foi o início da pandemia no Brasil. Tudo isso alterou os planejamentos e trajetória da pesquisa e principalmente o campo da pesquisa.

Assim, após muitas discussões e diálogos com o meu orientador, Dr. Erlando Rêses, fizemos várias mudanças e adaptações, principalmente no que cerne aos instrumentos de coleta dos dados, haja vista que por conta do momento pandêmico, precisamos nos afastar fisicamente, fazendo com que a pesquisa presencial ficasse temporariamente comprometida.

Tivemos que recorrer às ferramentas tecnológicas para coleta e compilação dos dados, bem como para a criação de laços com a comunidade cigana, o que se deu por meio de telefonemas, *WhatsApp*, e-mail e outros. E quando tivemos que ir presencialmente ao campo, respeitamos todas as normas de segurança sanitária.

A investigação teve um enfoque bibliográfico na fundamentação teórica e um enfoque prático na realização da pesquisa de campo, de cunho qualitativo exploratório, que por ter encontrado o momento pandêmico no processo, ocorreu por meio de diversas formas: presencial, remota, híbrida e pelas plataformas Meet, Zoom. Para alguns foi aplicado formulário físico e formulário disponibilizado na plataforma *Google Forms*.

Os/as entrevistados/as não-ciganos, a maioria mulheres, possuem idade entre 14 e 67 anos, com formações da educação básica à superior, alguns com mestrado e doutorado. Todos os respondentes foram comunicados dos objetivos da pesquisa e todos/todas concordaram em participar. Quanto ao nível de formação, em sua maioria são graduados e especialistas, e apenas cinco têm mestrado e três têm doutorado.

Grande parte do grupo dos ciganos Calon, também a maioria mulheres Calin, possuem no máximo Ensino Básico, apenas uma com graduação estudando numa faculdade particular do Gama-DF, e um mestrando, estudando na UFBA pelo sistema de cotas étnico-racial. Todos/todas acreditam que a educação é um importante instrumento de transformação social,

mas que ainda a escola precisa compreendê-los na sua pluralidade cultural. E outro aspecto interessante em suas percepções é que sentem falta de material didático que aborde a cultura tradicional do povo cigano.

A pesquisa é qualitativa, e os procedimentos metodológicos são a Associação Livre de Palavras (ALP), a análise das letras de músicas e as entrevistas semiestruturadas, tratadas de forma manual e com o recurso tecnológico do *Google Forms*. Por sua vez, os dados coletados foram analisados qualitativa e quantitativamente de maneira a apontar o elemento central e os elementos do sistema periférico de representações sociais pela escolha da Análise de Conteúdo, como forma de tratamento de dados obtidos no campo, a partir de Bardin (2011).

Para analisar e organizar os dados fizemos a leitura prévia das entrevistas, fizemos a pré-análise, que é a fase da sistematização das ideias; a exploração do material, que é uma fase mais complexa e longa, onde extraímos do material analisado e das falas as categorias que os entrevistados deixam escapar; por derradeiro, a fase do tratamento dos dados obtidos, que é a síntese (sumo) e a seleção dos resultados onde fizemos as inferências e interpretações acerca do que se propõe a pesquisa.

Segundo Bardin (2011, p. 25), a análise de conteúdo é um conjunto de análise das comunicações. Para a utilização dessa metodologia, é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de estudo. Nessa perspectiva, nossa escolha se pauta na crença de que a opção por essa proposta iria contribuir muito para a aproximação e interpretação da realidade do fenômeno investigado: as representações sociais acerca dos povos e comunidades ciganas e como esses estereótipos afetaram a vida desses sujeitos/sujeitas.

O tratamento e os resultados da análise de conteúdo das entrevistas e do material artístico e literário evidenciaram que o discurso presente é alimentado pelo senso comum e que se ancora principalmente no material produzido por este. As entrevistas mostraram que existe um discurso estruturado em torno de uma construção histórica acerca dos povos ciganos no Brasil e no mundo e que tudo isso reforça os estereótipos tornando-as de natureza familiar.

Após a coleta dos dados, partiu-se para a análise qualitativa das informações, o que possibilitou extrair aspectos relevantes dos dados recolhidos. Com o intuito de aproximar da realidade e conhecer os dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011, p. 25), constitui “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Preparamos a análise de conteúdo em três etapas: a pré-análise, sendo a fase da sistematização das ideias iniciais; a exploração do material, descrita como a fase mais longa, pois é o olhar cuidadoso e análise crítica do material; e, derradeiro, a fase do tratamento dos dados e resultados obtidos, momento da análise, síntese e seleção dos resultados sobre os quais fizemos as inferências e

interpretações que trouxeram as pistas e até respostas para os objetivos do estudo (BARDIN, 2011).

Neste sentido, a pesquisa foi considerada qualitativa de caráter exploratório, e a coleta de dados aconteceu por meio presencial e virtual devido a pandemia da Covid-19 que assola o país desde março de 2020, utilizando: entrevista semiestruturadas escritas, gravadas, entrevistas via *Google Meet*, via *Google Forms* e formulários enviados via e-mail.

A seguir, apresentamos o resultado das informações recolhidas. Para auxiliar nessa etapa da investigação, propomos quatro categorias de análises que estão organizadas pelos grupos de participantes da pesquisa.

8.3 Análise de conteúdo e discussões

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos. Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando, o sonho pelo qual se pôs a caminhar (FREIRE, 1987, p. 32).

8.3.1 Grupo I – ciganas e ciganos Calon: minha voz

No que concerne ao grupo de Ciganas e Ciganos Calon, registro que entrevistamos 12 pessoas. As entrevistas foram realizadas no período de 01/12/20 a 22/01/21.

Quanto à idade, 50% dos entrevistados estão entre 31 e 40 anos, 30% de 21 a 30 anos, e 20% de 14 a 20 anos. No que concerne ao gênero, 83% são mulheres e 17% são homens. Quanto ao nível de escolaridade, dez pessoas estudaram apenas educação básica, um participante cursando educação superior e um com ensino superior completo. A média de filhos dos entrevistados são três. No que diz respeito ao aspecto religioso, 66% se designam evangélicos, 18% benzedeiros e tradição familiar, 16% sem religião. Os entrevistados estavam residindo em vários estados brasileiros no momento da entrevista, a saber: Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Bahia e Paraná. Sete pessoas encontram-se acampados, e cinco não acampados. Dos doze entrevistados, ao serem perguntados pela condição de trabalho, três responderam que são artistas, quatro mulheres são dançarinas, uma mulher atua profissionalmente como secretária, duas pessoas como circense e duas pessoas designam-se como do lar.

Dos relatos dos entrevistados as palavras mais utilizadas foram: dor, pobreza, fome, falta de direitos, medo, pavor, rejeição, exclusão, racismo, preconceitos, expulsões, mudanças, esperança.

Ao perguntarmos os lugares que já moraram ou acamparam, nos foi dito que todos já se mudaram muito. Em média cada entrevistado já se mudou em torno de vinte vezes. Praticamente todos os Estados do Brasil, dentre eles: Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Piauí, Maranhão e Bahia (maior parte do tempo). Incontáveis cidades, povoados, distritos, lugares que não constam no mapa, em quase todo território Nacional.

Quanto ao tema da relação dos ciganos e ciganas com a escola, perguntamos se eles conhecem o material didático escolar com abordagem da temática cigana. 80% não e 20% disseram que conhecem apenas o dicionário da Língua Portuguesa. Uma das questões citadas foi o fato do cigano e cigana chegarem na escola e identificarem a definição de cigano no dicionário e se depararem com uma definição que distorce a imagem e cultura do povo cigano.

Nesse sentido, perguntamos aos entrevistados se consideram que a educação formal é inclusiva. Como resposta a tal indagação, 83,3% responderam que não. Ainda na mesma temática, 16,7% responderam que nunca viram nenhuma abordagem sobre sua cultura na escola. A seguir, segue quadro com síntese dos pontos positivos e negativos da escola formal, segundo as percepções dos entrevistados do grupo étnico cigano:

Quadro 15 - Avaliação da escola

POSITIVOS	NEGATIVOS
Conhecer os direitos	Horários rígidos
Aprender a ler	Gente com desrespeito
Aprender a escrever	Não inclui a gente
Conhecer pessoas	Não fala da nossa cultura
Contato com professores legais	Não sentimos à vontade
Lanche	Sem conforto
Recreio/intervalo	Preso
Não sei responder	Dificuldade de matricular
Sei lá	Dificuldade de documentação
Às vezes tem festa	Não nos entendem
Às vezes tem Projetos legais	Não nos dão bola.
Às vezes tem atividades lá fora no pátio.	Nas matérias e história não somos citados, é como se não existíssemos. As pessoas nada sabem sobre nós
A ida também no ônibus é bem legal.	Bullying

Fonte: Elaboração da autora a partir dos/das entrevistados/das

Como vimos os pontos que eles/elas elencaram como positivos possuem relação com aceitação, socialização, alimentação e aprendizagem. Outrossim, os pontos elencados como negativos se relacionam com exclusão, controle social, disciplina, rigidez, incompreensão e não-pertencimento àquele espaço. Por fim, perguntamos aos ciganos se consideram importante a efetivação das políticas públicas afirmativas. Foram unânimes em dizer que sim.

8.3.2 Grupo II – não-ciganos: o que falam do meu povo?

No que concerne ao grupo de entrevistados Não-Ciganos, entrevistamos 63 pessoas aleatórias de todas as regiões do Brasil, das quais 55,6% já tiveram alguma experiência/vivência com grupos étnicos ciganos e 44,4% não tiveram nenhum contato ou vivência. Todos que responderam já ter tido contato com ciganos, manifestaram que as vivências foram boas. As entrevistas foram realizadas no período de 01/12/20 a 03/01/21.

Entrevistamos pessoas comuns aleatórias, de diversos grupos sociais, políticos, moradoras em várias regiões do país e com níveis de escolaridade diversos, a fim de sabermos o que pensam sobre os povos ciganos, em outras palavras o que trazem em seus imaginários e em suas experiências acerca dessas populações. No que concerne a idade dos entrevistados neste grupo, 35,5% estão entre 41 e 50 anos e 32,3% de 31 e 40 anos e 9,7% de 25 e 30 anos, 9,7% de 51 e 60 anos, 6,5% mais de 60, 4,8% de 19 e 21 e 1,9% de 22 a 24 anos. Dos 63 entrevistados, 79,4% são mulheres e 20,6% homens. Neste grupo de entrevistado/das, a média de filhos/as é dois.

Quadro 16 - Informação estado brasileiro dos entrevistados não-ciganos

ESTADO	PERCENTUAL POR ESTADO BRASILEIRO %
MG	59,7
ES	8,1
GO	6,5
RJ	8,1
DF	8,1
MA	4,8
PI	2,6
CE	1,1
BA	1,0

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 17 - Escolaridade dos entrevistados não-ciganos

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	%
Superior completo	53,0
Superior incompleto	22,3
Ensino Médio	16,7
Ensino técnico	5,4
Ensino Fundamental	2,6

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 18 - Profissão

PROFISSÃO	QUANTITATIVO
Professor/a	15
Jornalista	05
Advogado/a	06
Psicólogo/a	07
Veterinário/a	01
Produtor/a de TV	02
Operador/caixa	03
Servidor/a público/a	03
Pastor	02
Estudante desempregado/a	03
Cozinheiro/a	02
Terapeuta	01
Publicitário/a	02
Técnico/a Enfermagem	03
Relações Públicas	02
Esteticista	03
Cabelereira	02
Manicure	01

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 19 - Religião

RELIGIÃO	%
Católico/a	45,2
Evangélico/a	14,5
Espírita	17,7
Candomblé	3,2
Ateu/atéia	5,4
Sem religião (crença s/instituição)	2,4
Cristã	3,2

Fonte: Elaboração própria.

Ao solicitarmos ao grupo de pessoas não-ciganas para que definissem em três palavras o que vem à cabeça quando ouvem a palavra ciganos, nos foi dito o seguinte:

Quadro 20 - Definição do que é cigano por não-ciganos

(Continua)

NÚMERO	PALAVRAS	INCIDÊNCIA	POSITIVAS	NEGATIVAS
01	Cultura	06	X	
02	Discriminação	04		X
03	Premonição	02		X
04	Beleza	04	X	
05	Dança	07	X	
06	Dinheiro	02	X	
07	Trapaças	10		X
08	Nômades	10		X
09	Ouro	04	X	
10	Exclusão	06		X
11	Preconceito	05		X
12	Liberdade	05	X	
13	Alegria	05	X	
14	Troca	01		X
15	Coloridos	08	X	
16	Mulheres sedutoras	06		X
17	Leitura de mãos	07		X
18	Tradição	03	X	
19	Músicas	03	X	
20	Barracas	03	X	
21	Excluídos	05		X
22	Injustiças	03		X
23	Sobreviventes	02	X	
24	Ladrões	05		X
25	Perturbadoras	05		X
26	Andarilhos	05		X
27	Misteriosos	03		X
28	Medo	03		X
29	Riqueza	04	X	
30	Sem raízes	03		X
31	Perseguição	04		X
32	Roubo	05		X
33	Festeiros	03	X	
34	Patriarcado	02		X
35	Doidos	05		X
36	Diferentes	03		X
37	Estranhos	04		X
38	Golpistas	04		X
39	Desocupados	02		X
40	Lutadores	02	X	

Quadro 21 - Abordagens Ciganas

OBRAS	ABORDAGENS
Novela explode Coração da Rede Globo	Mulheres sedutoras, festas e misticismo
Capitu	Mulher com sorriso falso e olhar sônico de cigana.
Cigana Esmeralda	Mulher traiçoeira e que fez toda a trama da morte do seu amante.
100 anos de solidão (Gabriel Garcia Marquez)	O cigano que ele traz na história é esperto, trapaceiro e enganador.
Cigana Nhorinha de Guimarães Rosa	Ela e a mãe são acusadas de trapacear os trabalhadores do lugarejo.

Fonte: Elaboração própria.

Questionados se conheciam algum material didático com temática cigana, 98% disseram não e 2% citaram conhecer apenas o significado de “cigano” nos dicionários de língua portuguesa.

Também perguntamos das políticas públicas afirmativas para ingresso de ciganos nas universidades brasileiras. Do total, 85% concordam com a efetivação de políticas afirmativas e 10% discordam da necessidade de criação de políticas afirmativas. Em síntese, a manifestação dos 10% consideram que as políticas afirmativas são medidas paliativas, mas que não resolvem as injustiças sociais de povos e pessoas que são excluídas por toda a vida. Por fim, 5% não souberam ou não quiseram opinar.

8.3.3 Grupo III - estudantes do ensino superior (não-ciganos/as)

Entrevistamos 24 estudantes do ensino superior do curso de Pedagogia da UnB da turma 2017-2020, entre os quais alguns já são professores/professoras. Essa entrevista foi realizada com os estudantes matriculados nas disciplinas de Orientação Vocacional Profissional e Sociologia da Educação, ministradas pelo professor Dr. Erlando da Silva Rêses, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Os formulários foram enviados via e-mail e estão no final desta tese.

Ao serem perguntados sobre as representações sociais que permeiam a mente dos estudantes das supracitadas disciplinas, acerca do povo cigano, foi dito o seguinte:

Quadro 22 - Representação social dos ciganos pelos estudantes

Na minha visão, não têm raízes, povo livre, povo traiçoeiro, usa a fragilidade social para ganhar dinheiro, leitura de mãos.
Povo Nômade, místico e de cultura machista.
Comunidade itinerantes, alegria, casam-se com primos.
Sem identidade histórica, itinerantes, magias e ocultismos, afastam-se das pessoas.
Vivem em tendas, sempre mudam dos lugares.
Sensuais, alegres, místicos.
Curiosos, rico em cultura.
Povo Nômade, feliz, preveem o futuro, dançarinos natos.
Marginais, feiticeiros, unidos.
Migrantes, nômades, não ocidentais, musicalizados.
Cultura diferente, cheios de acessórios, ligados a espiritualidade e a natureza.
Trabalho com cobre e ouro, pedintes.
Sujos e ladrões.
Povo animado, roupas coloridas, caloroso.
Nômades, possuem crenças diferentes.
Sobrevivem do comércio de bugigangas, nômades.
Ladrões, trapaceiros, enrolões, enganadores e não gostam de trabalhar.
Povo livre, valoriza seus costumes, perigosos, preguiçosos e não gostam de trabalhar.
Pessoas livres e sem apego aos lugares.
Gostam de confusão, sangue quente, leitura de mãos.
Povo livre e viajantes.
Sem moradia fixa, clandestinos e coloridos.
Leem mãos e sem moradia.
Não fixam em lugar nenhum. Que se aproveitam de algumas pessoas, gostam de ouro e joias.
Impressão negativa.

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo, apresentamos nuvem de termos gerada a partir das falas dos/das estudantes do curso de Pedagogia, futuros professores e professoras, ao responder sobre o que vem a sua cabeça ao pensar nos povos ciganos. As palavras com maior evidência foram as que apareceram com maior frequência.

Importante ressaltar que essas pessoas entrevistadas residem em Brasília e Entorno Sul e Norte, estudam numa Universidade Pública cursando o Ensino Superior e estão se preparando para atuarem como profissionais da educação nas escolas públicas e privadas. Portanto, ainda carregam a marca dos estereótipos construída pelo senso comum. Logo após aplicar a Associação Livre de Palavras (ALP), foi sugerido pelo professor Dr. Erlando que a turma se apropriasse da leitura do nosso livro *Ciganidade e Educação Escolar: conflito étnico e saberes pluriculturais*. Na aula seguinte, discutimos o livro, ministramos uma aula acerca da diversidade cultural da etnia cigana Calon. Houve participação massissa dos estudantes, que, ao final da aula, trouxeram a desconstrução e a reelaboração dos novos conceitos acerca dos povos ciganos.

Quadro 24 – Verbalização dos Estudantes do Curso de Pedagogia (UnB)

(Conclusão)

A escola infelizmente não é um espaço de inclusão. Esta instituição é normativa, homogeneizadora, colonizadora.
O trabalho realizado na escola ainda é muito restrito a apenas uma classe. Não tem diversidade.
Nossa cultura é bastante diferente da deles e com certeza não seria interessante.
A escola já exclui as pessoas da mesma comunidade.
As escolas pregam um certo preconceito para com certos povos e culturas.
Acho que a escola formal mais exclui do que inclui, tendo em vista que a escola não respeita o contexto social dos estudantes. Quer colocar todo munda na forma.
Ainda existe um preconceito muito grande com os povos e comunidades tradicionais.
A inclusão acontece apenas na esfera legal, na obrigatoriedade em receber esses alunos. Falta a efetiva inclusão pedagógica, social e cultural.
Muito timidamente. A discriminação e a falta de políticas públicas agravam ainda mais a situação.
A imagem que a sociedade prega sobre esses povos é cheia de preconceitos e as pessoas que compõem a escola também.
Ainda falta muito para a escola formal realizar efetivamente a inclusão social e educacional como deveria abraçar as culturas diferentes.
A maioria das pessoas na escola não estão preparadas para a diversidade cultural e acabam excluindo essas pessoas.
Não aceitam bem, qualquer cultura diferente não é bem recebida na maioria das escolas.
A escola tradicional reproduz os preconceitos e métodos excludentes que permeiam nossa sociedade, não permitindo ou reduzindo os espaços educativos dessas comunidades minoritárias e dessa forma, oportunizando a repulsa ao invés da aproximação, dificultando e afastando as possibilidades de inserção das minorias étnicas como os ciganos que carecem não somente de recursos e infraestruturas habitacionais, mas também de caráter social.

Fonte: elaboração própria

Perguntamos aos estudantes do curso de Pedagogia se conheciam algum material didático com abordagem da cultura cigana, e 90% responderam que não conheciam, enquanto 10% responderam sim. Citaram o dicionário de Língua Portuguesa, que trata da definição dos ciganos como: Povo errante, trapaceiros e de vida livre e incerta. Questionamos os estudantes o que afastam os ciganos dos espaços da educação formal. Na percepção deles, os fatores que promovem exclusão dos ciganos na escolarização são os seguintes:

Quadro 25 - Fatores de exclusão dos ciganos na escola

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Discriminação	40%
Racismo/preconceitos	20%
Estranhamento	16%
Apagamentos/silenciamentos	14%
Falta de diálogo da escola com a sua cultura	10%

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, perguntamos aos estudantes se consideram que poderia haver políticas públicas afirmativas de inclusão nas Universidades Públicas, ao que 100% responderam sim.

8.3.4 Grupo IV – ciganólogos: caminhando conosco

Entrevistamos 08 pesquisadores de acampamentos ciganos, denominados ciganólogos, a fim de sabermos sobre suas pesquisas e as políticas públicas necessárias para abarcar a pauta cigana no Brasil. No que concerne à idade, 50% tinha de 31 a 40 anos e 50% de 41 a 60 anos. Os pesquisadores estão inseridos em contextos acadêmicos nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Goiás, Bahia, Maranhão e Distrito Federal.

A formação acadêmica é nas áreas da Sociologia, Antropologia, Filosofia, História, Pedagogia, Biologia e Letras. Possuem formação acadêmica no nível de mestrado e doutorado. Atuam profissionalmente nas áreas e temáticas: educação, arte, cultura, pesquisa, políticas públicas, pastoral e militância e saúde. Suas pesquisas acadêmicas são nas temáticas: ciganidade, educação, gênero, feminismo, terra e território.

Informo que todos os pesquisadores conhecem acampamentos ciganos Calon, seja no Brasil, na Europa e nas Américas. Ao solicitar dos pesquisadores a indicação de palavras suscitadas pelas pesquisas realizadas por eles sobre o tema Cigano, relatou-nos as seguintes palavras: desmistificação, conhecimento, respeito, administração, resiliência, luta, militância e valorização. Ademais, apresentamos as palavras mais citadas pelos entrevistados, a saber: espanto, pobreza, sujeira, ódio, medo, pavor, refeição, trapaceiros, desqualificação das mulheres, indiferença e ‘cuidado, são ladrões’. Quanto à experiência com racismo e preconceito, 75% relataram já terem sofrido, 12,5% não sofreram e 12,5 não souberam reconhecer. Solicitamos dos entrevistados pesquisadores que relatassem se conheciam literatura, música, obra de arte com abordagem da temática cigana. Dessa feita, nos foi manifestado as seguintes respostas.

Quadro 26 - abordagens ciganas pelos pesquisadores

OBRAS	ABORDAGENS
O Corcunda de Notre Dame	Sensualização das mulheres e malandragem dos homens
Snatch- Porcos e Diamante	Clandestinidadade e malandragem
Tony Gatlif	Família, holocausto e andanças
Cartilha do MPF	Misticismo, cultura, religião, Educação, saúde

Fonte: Elaboração própria.

Perguntamos aos pesquisadores se conheciam material didático escolar com o tema ciganos. 100% dos pesquisadores responderam que não. Ainda foi consensual entre os pesquisadores entrevistados considerar que a educação formal não é inclusiva em se tratando do público cigano.

Questionamos os entrevistados se já trabalharam ou estudaram com algum/alguma/cigano (a), e todos responderam que não. Todos os pesquisadores concordam com a efetivação de políticas públicas afirmativas de inclusão de ciganos na Universidade. Acreditam ser necessárias e urgentes.

Abaixo, apresentamos nuvem de termos gerada a partir das falas dos pesquisadores ciganólogos, ao responder sobre quem são os povos ciganos e o que vem a cabeça ao pensar neles/nelas. As palavras com maior evidência foram as que apareceram com maior frequência.

Figura 16 - Definição do que é Cigano pelos ciganólogos

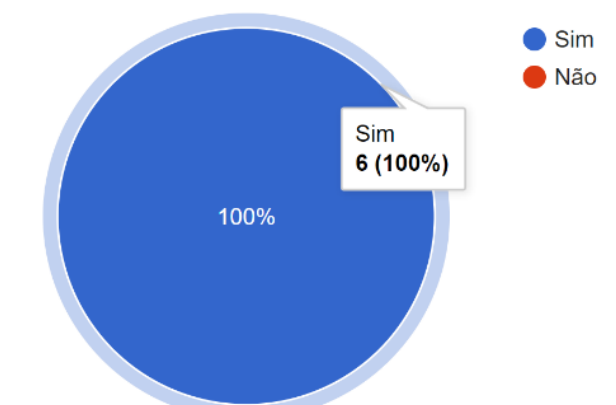


Fonte: Elaboração própria.

8.3.5 Entrevista com os ciganos Calon

Após explicarmos sobre a pesquisa e seus objetivos, perguntamos se eles/elas concordariam em conceder uma entrevista. Todos/todas responderam que sim.

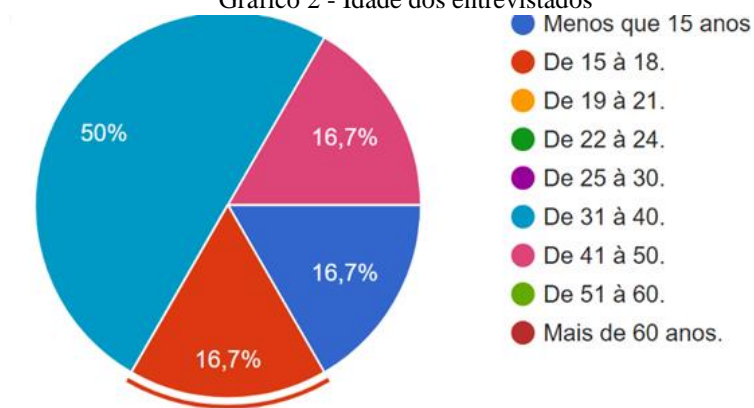
Gráfico 1 - Concessão de entrevista



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a idade e faixa etária dos/das entrevistadas:

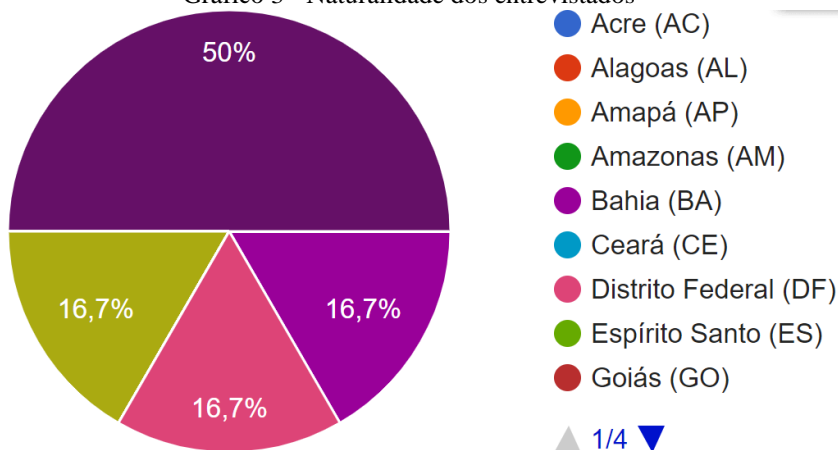
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

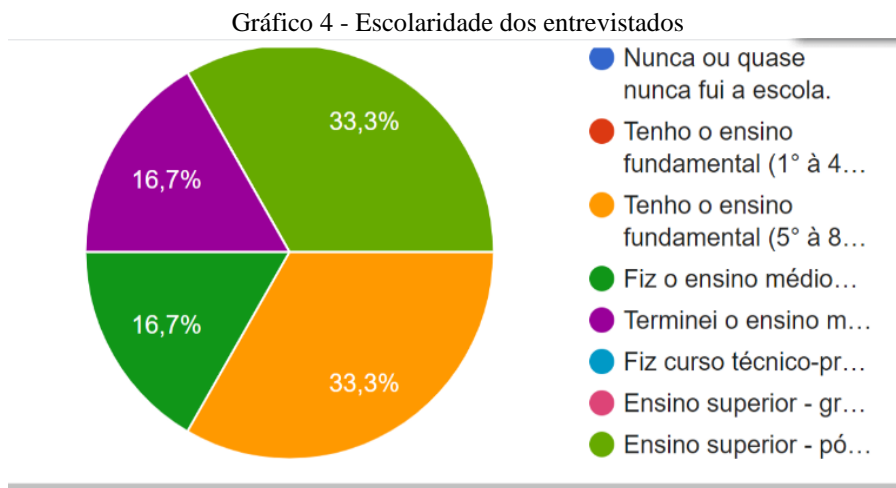
Sobre o estado do nascimento dos/das entrevistadas: metade nasceu no estado da Bahia, sendo este um dos estados com maior número de acampamentos ciganos.

Gráfico 3 - Naturalidade dos entrevistados



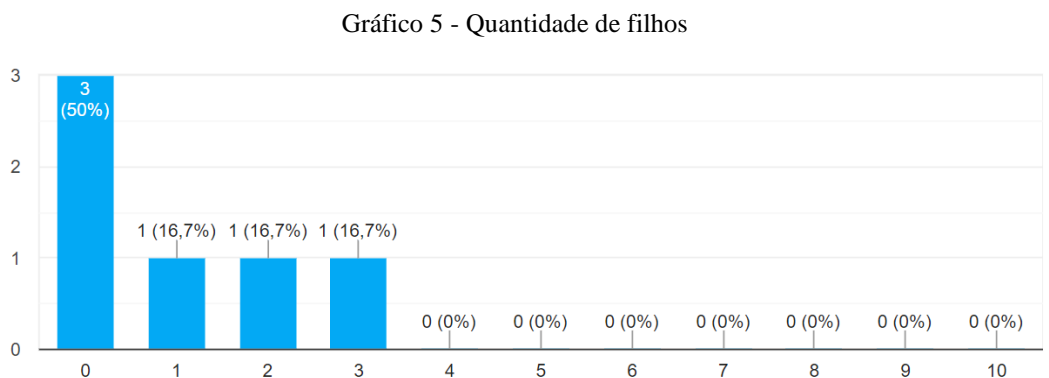
Fonte: Elaboração própria.

Sobre o grau de escolarização dos/das entrevistados/as: ficaram divididos entre o ensino fundamental e ensino superior.



Fonte: Elaboração própria.

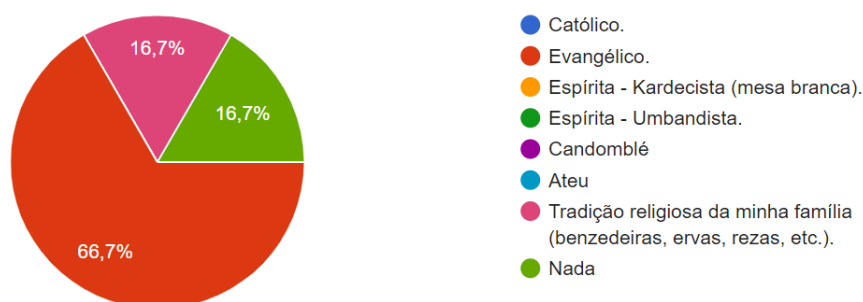
Sobre a quantidade de filhos, a maioria tem em média 03 filhos/filhas.



Fonte: Elaboração própria.

Sobre suas convicções religiosas: a maioria são evangélicos, sendo que outro grupo apresenta religião tradicional da família e outro pequeno grupo não possui religião.

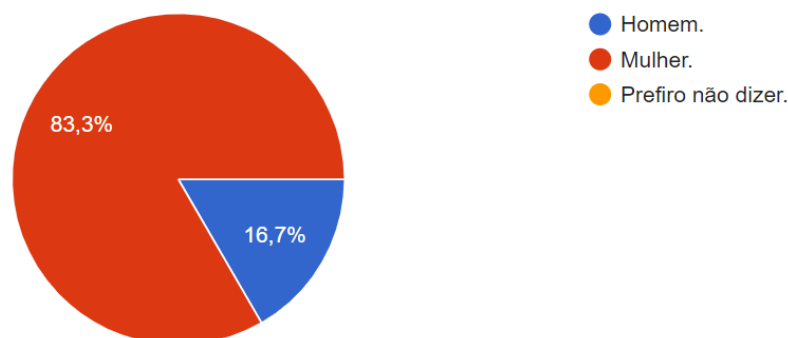
Gráfico 6 - Denominação religiosa



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao gênero, 83% dos/das entrevistados/as são mulheres e apenas 16,7% são homens. De fato, os ciganos Calon são mais arredios com pesquisadora do sexo feminino e havia uma aproximação maior com as ciganas Calin.

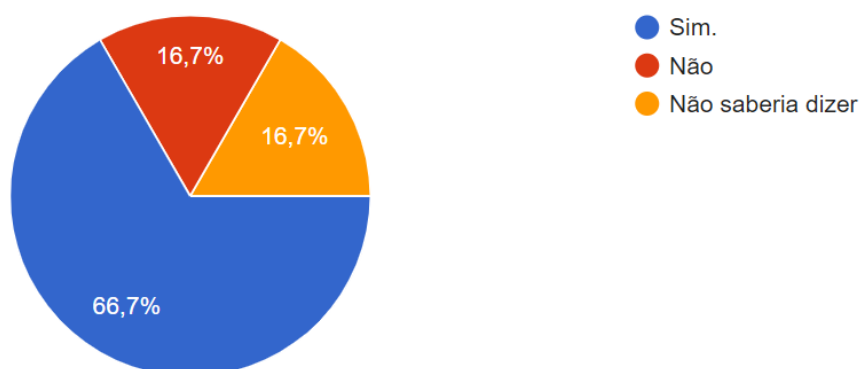
Gráfico 7 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Sobre as questões relativas a racismo/preconceito por ser de etnia cigana, 66,7% disseram que já sofreram e 16,7% não sabia responder. Isso comprova que muitas vezes pelo distanciamento dos/das ciganas em tentativas de se protegerem, não se aproximam e, em contrapartida, não conseguem enxergar esse tipo de violência sofrida. Também sentem medo e vergonha de se expor.

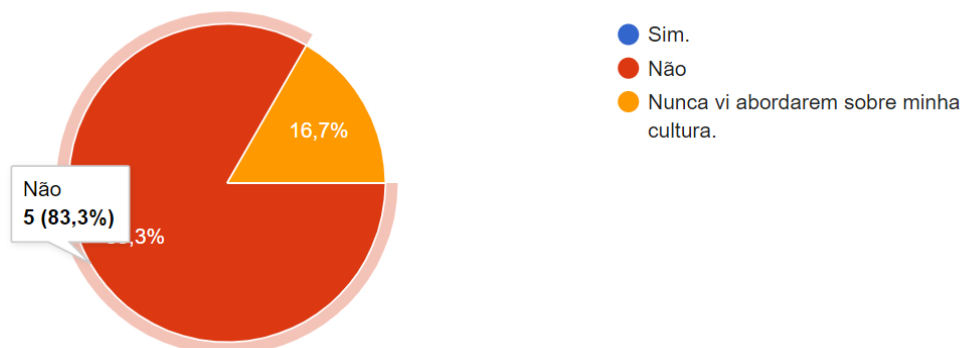
Gráfico 8 - índice de racismo e preconceito



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a escola formal, com sua prática pedagógica, planejamentos, perguntamos se ela realmente trabalha de maneira inclusiva, respeitando a diversidade pluricultural dos povos ciganos. A maioria respondeu que não. Ou seja, a escola não abarca as demandas dos povos e comunidades tradicionais ciganas. Este item aponta que pode ser um dado que responda o motivo de muitos ciganos/ciganas não se sentirem pertencentes àquele espaço.

Gráfico 9 - Análise da escola como sendo inclusiva

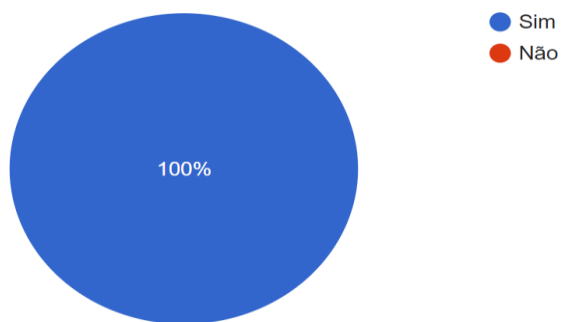


Fonte: Elaboração própria.

8.3.6 Entrevista com não-ciganos

Perguntamos se consentiriam em dar entrevista e 100% responderam que sim.

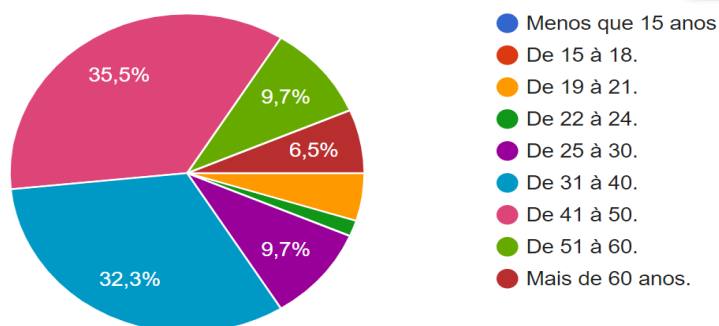
Gráfico 10 - Consentimento da entrevista



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a idade dos/das entrevistados/as, a grande maioria está na fase adulta de 41 a 50 anos, outro grupo bastante expressivo encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos.

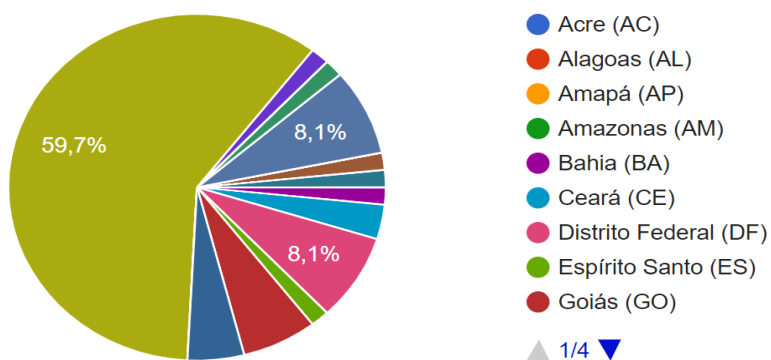
Gráfico 11 - Idade dos entrevistados não-ciganos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o estado de nascimento dos/das entrevistados/as, a maioria, 59,7%, nasceu no estado de Minas Gerais, região de maior concentração de povos ciganos Calon.

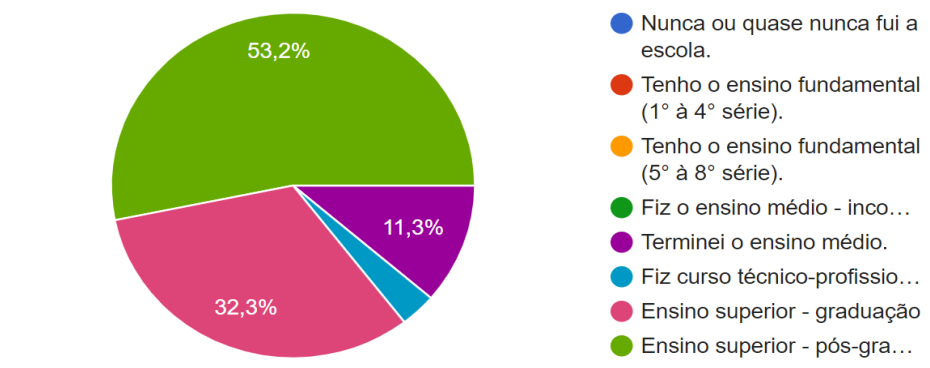
Gráfico 12 - Naturalidade do estado dos entrevistados não-ciganos



Fonte: Elaboração própria.

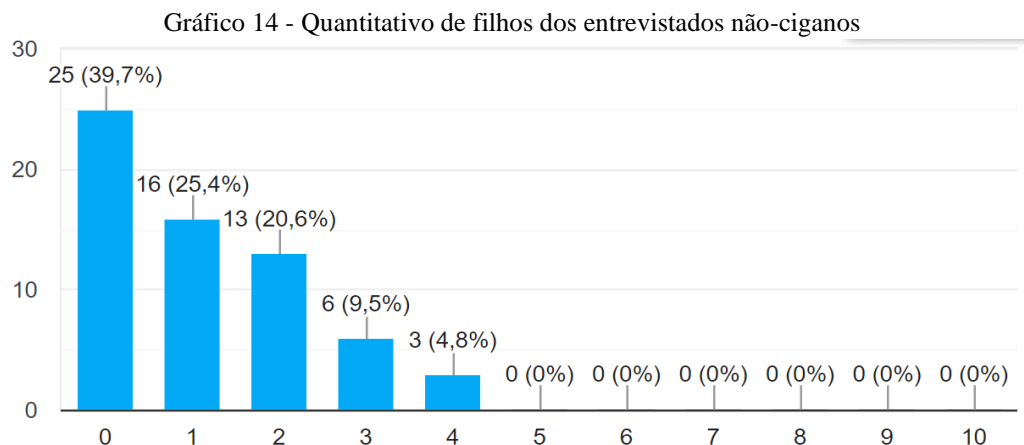
Sobre a escolarização, constatamos que a maioria dos/das entrevistados/as (53%) possui Ensino Superior.

Gráfico 13 - Escolarização dos entrevistados não-ciganos



Fonte: Elaboração própria.

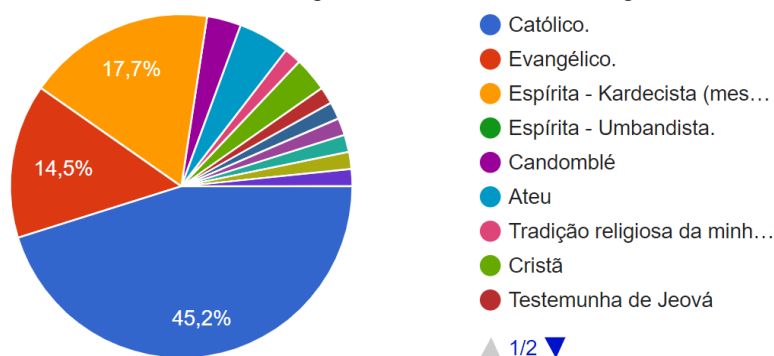
Sobre a quantidade de filhos/filhas, a maioria não possui filhos.



Fonte: Elaboração própria.

Questionamos sobre a religião, e a maioria, 45,2%, são católicos/as e 14,5% evangélicos/as. Portanto, são majoritariamente cristãos.

Gráfico 15 - Religião dos entrevistados não-ciganos.

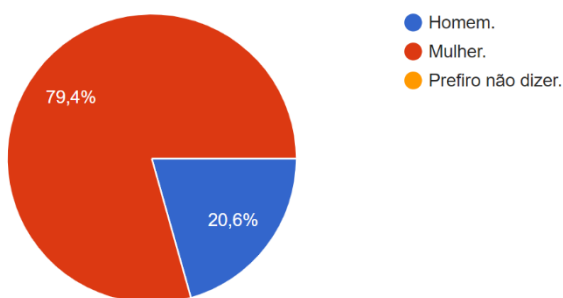


Fonte: Elaboração própria.

Sobre gênero, 79,4%, a maioria, são mulheres, e 20,6% são homens.

Gráfico 16 - Gênero dos entrevistados não-ciganos

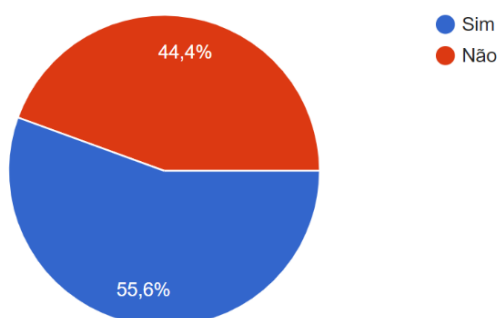
63 respostas



Fonte: Elaboração própria.

Sobre algum tipo de experiência com os ciganos ou as ciganas, 55,6% disseram que sim, que já tiveram experiência, e 44,4% disseram que não. Ou seja, um pouco menos da metade dos entrevistados/as nunca viu ciganos/ciganas.

Gráfico 17 - Índice de experiência com ciganos



Fonte: Elaboração própria.

Pedimos aos que já tiveram contato com ciganos para que relatassem a experiência. E como pudemos constatar a maioria os encontraram nas ruas e quase todos/todas em situação de vulnerabilidade social, mendicância, oferecendo trabalho de leituras de mão, quiromancia ou cartomancia, previsões futuristas etc. O conjunto dessas práticas geraram, segundo relatos abaixo, medos, desconfianças e desconfortos. Na sequência, apresentamos alguns relatos dos/das entrevistados/as:

Quadro 27 - Relatos de experiência com ciganos pelos não-ciganos

(Continua)

Já conheci algumas ciganas em festas ou eventos.
Tive uma aluna cigana.
Quando criança morava em uma cidade interiorana do Goiás, de nome Ipameri, lembro-me que volta e meia aparecia uma caravana de ciganos, muito coloridos, sorridentes, mas os adultos alertavam sobre serem espertalhões. Quando adulta a experiência que tive foi a de uma abordagem na rodoviária por uma cigana que queria ler minha sorte. Nada além.
Indiretamente Sim com quiromancia e cartomante.
Quando criança até a adolescência no interior de Minas, havia vários grupos de ciganos, que ficavam em barracas (tendas), faziam festas e esbanjavam brilhos em suas vestes principalmente as mulheres, os homens usavam chapéus e os dentes na maioria ouro.
Já vi alguns nas ruas
Há uns 10 anos uma cigana leu minha mão em uma avenida movimentada da cidade. Ela pediu um dinheiro pra ler e depois pediu mais dinheiro pra continuar lendo, como eu não tinha, me despedi e fui embora.
Eu cultuo Santa Sarah Kali, a padroeira dos ciganos. Todo dia 24 de maio, de Santa Sara, fazemos uma homenagem à Ancestralidade Cigana presente no Brasil.
Fui assaltada por ciganos
Eu era criança e eles passavam na estrada em frente minha casa. Quando minha mãe percebia fechava todas as portas.
Às vezes, alguns me param querendo fazer leitura de minha mão. Quando criança, eu morava próximo de um povoado chamado Ponte dos Ciganos.
Entrevistei uma cigana
Fui abordada na rua. A cigana ofereceu para ler minha mão.
Contatos simples com ciganas pedindo para ler minha mão. E pequenas aproximações em um acampamento muito grande que existia no caminho para meu trabalho.
Foi uma experiência positiva em linhas gerais com muita receptividade.
Tenho uma prima que é de família cigana
Ciganas que liam as mãos na Av. Afonso Pena, em BH.

Quadro 27 – Relatos de experiência com ciganos pelos não-ciganos

(Conclusão)

<p>Na infância na cidade do interior, onde nasci, sempre vinham grupos de ciganos e acampavam em um local que ficava razoavelmente próximo da minha casa. O preconceito da cidade era grande em relação a eles. Os pais das crianças pediam para não se aproximarem e tinham falas como, ciganos roubam crianças, comentem roubos no geral, falas preconceituosas do gênero. Porém, minha mãe sempre nos ensinou respeitar a todos(as) e por parte dos meus pais nunca ouvi tais falas. Geralmente os grupos, porque viam grupos diferentes que permaneciam por um tempo e iam embora, a maioria, fazia utensílios de cobre, como tachos, panelas, lembro que achava tudo maravilhoso, as roupas, os colares, as cores, o cobre e minha mãe por vezes comprava alguns desses utensílios de cobre. Depois, já adulta, fui em um acampamento para me benzer com uma cigana, fazer leitura da mão, quiromancia e comprar os utensílios de cobre também. Basicamente, foram apenas esses contatos. Para meus olhos de criança e mesmo adulta acho o mundo dos ciganos, mágico.</p>
<p>No centro da minha cidade alguns ciganos nos paravam para ler nossas mãos.</p>
<p>Eu estava andando na rua quando uma cigana pegou minha mão e quis fazer adivinhação, eu recusei, mas ela não soltou minha mão e ficou falando e falando, quando chegou uma outra cigana fingindo ajudá-la e roubou minha carteira que estava na minha bolsa.</p>
<p>Um estudante no CED PAD DF</p>
<p>Na minha cidade natal tem muitos ciganos, estudei com duas ciganas e também era amiga de outros ciganos da escola. Ainda há muito preconceito e estereótipo em relação ao povo cigano na cidade, apesar de estarem a bastante tempo lá. É interessante como ciganos e ciganos têm orgulho de serem ciganos e um já foi prefeito da cidade (o que é impressionante uma vez que a prefeitura está sempre nas mãos das mesmas famílias de fazendeiros).</p>
<p>Como leitura de mão</p>
<p>Ciganas fazendo leitura de mão na rua Ciganos vizinhos de uma amiga</p>
<p>Há duas situações da minha relação com os ciganos, a saber: a primeira, era quando criança que os via passar em carroças pela porta da minha casa e estávamos acuados com medo; a segunda, era quando adulta passei a frequentar acampamento cigano e cada contato aumentava meu encantamento pela cultura e vivências ciganas.</p>
<p>Na infância eram visitantes das fazendas do meu avô. Tinham uma fama não boa, depois me cercando nas ruas para ler as mãos. Apesar destas 2 referências não boas. Eu os via como Bonitos e alegres. Depois estudei um pouco sobre eles, a tradição de mulheres menstruadas não cozinharem, e ficarem aos cuidados de outras Mulheres, me encantou. Vi que existem os bons ciganos e os que tem uma natureza mais "esperta". Foi o que ficou. São inteligentes, leem as mãos sim, mas usam de sua sabedoria para pegar as pessoas mais ignorantes e lhes tirar algum dinheiro, foi o que via nas ruas. No entanto, não acho que todos sejam assim.</p>
<p>Abordagem de ciganos na rua para ler a mão e vista de acampamentos</p>
<p>Uma família riquíssima com costumes ciganos, mas que vivem em casas luxuosas. Pessoas estudadas e cultas, porém, são um pouco nômades e trabalham vendendo roupas de cama de porta em porta. Nas suas casas há tendas.</p>
<p>Eu frequentava casa de uma amiga e na entrada bairro dela, em BH, havia acampamento de ciganos, mas eu e minha família morríamos de medo.</p>
<p>Quando era criança havia, um acampamento perto da casa do meu tio, tinha medo deles atacarem.</p>
<p>Conheci uma família de ciganos através do meu irmão que se tornaram grandes amigos.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Solicitamos que dissessem três palavras que lhe vinham à cabeça quando pensava ou ouvia falar nos povos ciganos. Seguem as palavras:

Quadro 28 - Definição da etnia cigana por não-ciganos

(Continua)

Cultura, discriminação e acampamentos
Premonição, Beleza, Dança típica
Danças, cultura e dinheiro
Trapaça, nômades e ouro
Exclusão, preconceito e força de vontade
Liberdade
Alegria, liberdade
Povos nômades, Origem secular, cultura exótica
Nômades, videntes e dança
Brilho, risadas e troca de mercadorias
Mulheres com roupas vistosas e coloridas que querem ler as mãos
Tradição
Cores, dança, flores
Liberdade, Resistência e Alegria
Lenços, música e barracas
Alegre, roupas coloridas, cultura
Injustiçados, excluídos e sobreviventes
Trapaceiros, ladrões e perturbadores
Andarilhos, leitura de mão e nômades.
Nômade, comunidade, romani
Receio, estranheza, mistério
Cultura, diferente, outro modo de se viver
Música, dança, cores
nômades - riqueza cultural - invisíveis para o poder público
vida sem raízes, sabedoria ancestral, perseguição
Nômades, caravanas, roubo, ouro
Contradição, patriarcado, festividades
Doidos
Diferente, curioso, estranho
Golpistas aproveitadores desocupados
Dança, cores, alegria
Nômades, cor e alegria
Acho que são pessoas trapaceiras
Liberdade Luta Carência
Preconceito, Pobreza, Marginalizados.
Tradição, cultura, festas

Quadro 28 - Definição da etnia cigana por não-ciganos

(Conclusão)

Andarilho
Pessoas sábias Viajantes Vivem a vida
Nômades
Cultura Tradição Mudança
Marginalização; cultura; roubo
Leitura de mão
Leitura de Mãos Mulheres reunidas cavalos e ouro
Independência, originalidade e sabedoria
Viajantes, astrólogos e defensores da própria cultura
Cuidado com roubo
Ouro, mão e dinheiro
Ouro, fartura, roupas coloridas etc.
Nômade, tradição, ritual
Vestidos longos e coloridos
Roupas muito coloridas
Roupas coloridas. Dentes de ouro. Ler mãos
sem destino certo
Tendas, videntes, liberdade
Tradição; Nomadismo; Beleza
Nômades, inofensivo, gente
Cultura, artesanato, um povo unido
Sabedoria, nômades e cultura
Eles são ruins
Povo sofrido à procura de sua própria Pátria
Cultura, tradição e família

Fonte: Elaboração própria

Questionamos se conhecem alguma obra literária, novela, filmes, música etc. que traz a questão cigana e como notam a abordagem desta obra sobre os povos ciganos. Na sequência, destacamos as respostas.

Quadro 29 - Apresentação de abordagem cigana

(Continua)

Ópera Carmen e o corcunda de Notre Dame. As mulheres são sempre discriminadas.
Sim, a novela da Glória Perez: Explode Coração.
Corcunda de Notre Dame
O Corcunda de Norte Dame - produção da Disney
A novela Explode Coração foi a única que já apresentou sobre a cultura cigana, bem superficialmente.
Só a novela explode coração
Um livro publicado pela professora Lenilda Perpétuo com o título "Ciganidade e Educação Escolar", que trata do processo de aprendizagem dentro do contexto cigano.
A novela explode coração
Incrível, não existe. Os ciganos são invisíveis...
Nunca assisti
Infelizmente não!
Ciganidade e Educação Escolar. Obra literária de esclarecimentos sobre a vida e história do povo cigano. Uma escrita limpa de um conteúdo interessante e curioso.
Novela. Como um povo rico, uma comunidade fechada com tradições diferentes da nossa sociedade.
O máximo que já assisti foi a série Peaky Blinders que trata da ascensão ao poder de uma família cigana
Não me recordo
Sim, conheço a obra, Ciganidade e Educação Escolar: Saber Tradicional e Conflito Étnico, abordagem na perspectiva social e inclusão. Músicas conheço várias, filmes do diretor Carlos Saura com o tema, Carmem, Bodas de Sangue, Flamenco, combate os estereótipos estabelecidos pelo senso comum. Júlia Zakia, diretora brasileira que mostra a cultura cigana no Brasil, dirigiu, Rio Cigano, o filme é inspirado na narrativa oral cigana. No filme Zakia consegue com muita habilidade traduzir em imagens a tradição oral cigana.
Novelas. Mostram o modo de vida deles, geralmente desregrado.
Pessoas com hábitos estranhos
Sim, a novela Explode Coração. A novela passa uma imagem bonita dos ciganos.
Documentário "Crianças Invisíveis".
Não me lembro, música Cigana. Muito bom!
Novela Explode coração, não lembro da abordagem, só lembro do cigano Igor e as roupas coloridas.
Novela da Globo
Sim. Não me lembro o nome da novela. Normalmente a visão é muito estereotipada e às vezes romantizada.
Não conheço
Música "Estado de Poesia" de Chico César no qual o autor cita vida de ciganidade para referir-se ao modo cigano de viver perambulando pelo mundo, haja vista que os ciganos não possuem morada fixa. A música não aprofunda a temática cigana, mas suscita questionar o desafio que é viver perambulando pelo mundo em busca de uma morada fixa.

Quadro 29 - Apresentação de abordagem cigana

(Conclusão)

A tenda Vermelha –livro
Sim, novela SBT Kassandra, demonstra uma jovem forte, decida, que não se deixar abater por qualquer motivo...
Já vi vários filmes que tem algum personagem assim, a abordagem é a mesma da resposta anterior.
Vi a novela, mas não lembro qual (globo). Com os que eu conheço é bem parecida.
Não me lembro
Não!
Sim, Rede Globo, tem novela não lembro nome tem cigano chamado Igor
Sim. A Novela “Cassandra”. Mostrava a história de uma cigana que se apaixonava por um homem rico e tinha que enfrentar grandes desafios, pois tanto seu povo quanto a família do homem não aceitavam o relacionamento.
Novela "Explode Coração" da Globo, mas não acompanhei a novela.
Que eu me lembre nesse momento, não
Lembro que vi novela e filmes. Não lembro muito, nem os nomes, a novela me parecia ainda ter um que de estereótipo, mas não lembro muito.

Fonte: Elaboração própria.

Questionamos se ouviu falar dos ciganos/ciganas nos noticiários televisivos, nas novelas e filmes ou nas mídias sociais e como foram as abordagens. Apenas 12% responderam que não. Mas os demais responderam que sim e que sempre de forma pejorativa. Segundo eles, as abordagens reforçam estereótipos negativos que demarcam e escancaram os preconceitos e racismos acerca desta população. Veja as falas no quadro abaixo.

Quadro 30 - Cigano na mídia

(Continua)

Sim, como preguiçosos e que invadem terras.
Sim! Novela
Como um povo ladrão e trapaceiro.
Sempre de forma pejorativa.
Sim. Sempre de forma folcloristas ou marginalizada
JÁ assisti notícias, filmes e pude ler livro. As abordagens são variadas, desde histórias românticas e relatos bem elaboradas até abordagens preconceituosas com teor racista, relatando fatos e situações irreais, mentirosas, fantasiosas.
Geralmente mostra com um povo que não gostam de trabalhar, pedintes e faz pequenos roubos.
A novela "Explode coração", transmitida pela rede Globo, que abordava a vivência entre os ciganos.
Gostei do que foi mostrado na novela, mas já vi algumas coisas sobre a pobreza e lugares não sólidos.
Sempre negativa
Nunca prestei atenção.
Quando criança passava uma novela na Globo. Mas eu não assistia.
Geralmente são associados a mistério, misticismo e dissimulação. A falta de conhecimento leva a estereótipo (e, portanto, ao reducionismo) identitário.

Quadro 30 – Cigano na mídia

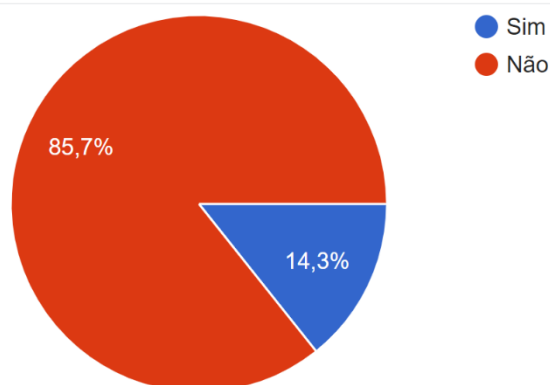
(Conclusão)

Raramente em noticiários. Abordagem de discriminação.
sempre desprezados e estigmatizados como povo sujo e desonesto
Não muito no Brasil, mais nos noticiários internacionais, especialmente na Europa. Antes retratados de forma mais negativa, mais recentemente notícias sobre perseguições étnicas e imigração barrada
Sim, mas apenas em Peaky Blinders. A família central da trama é descendente de ciganos. Mas é apenas isso. Inclusive, em uma certa cena, o personagem principal conta um pouco sobre o pai dele: ele diz que seu pai afirmava ler a sorte, então lia a sorte de um homem e afirmava que o cavalo deste seria roubado. Um tempo depois seu pai roubava o cavalo do homem, e o homem passava a acreditar que ele realmente lia a sorte. Sei que a questão de posse na cultura cigana tem um aspecto diferente do comum, mas não posso negar que essa imagem sobre os ciganos, a de trapaceiros, é a que prevalece na sociedade
Geralmente em relação a violência
Sim, novela Explode Coração da autora Glória Perez, que foram apenas expressões fantasiosas e midiáticas, estereotipados, folclorizados, caricatural, não representou a real situação dos ciganos na minha análise.
Sempre de saia longas e dançam
Novela sensacionalista. Falta a abordagem real socioeconômica...
Já, normalmente uma abordagem informativa por estar em um ciclo de amizade restrito, no qual há uma mulher cigana.
Comerciantes
Negativos ou estereotipados
Sempre de forma estereotipada
Nesse momento recordo-me dos filmes e documentários que tratam da temática da Segunda Guerra Mundial no que concerne ao massacre ao povo cigano. O extermínio ao povo cigano pelo nazismo demonstra a barbárie humana produzida pelo próprio ser humano. Somos capazes de criar e implementar sistemas cruéis de destruição em massa. Os Ciganos são ainda povos marginalizados e perseguidos.
Sim. nem sempre boas. Na verdade, sempre mais ruins. Como povo que roubava.
Sim. Existe um preconceito e falta de respeito.
Viajantes, astrólogos e defensores da própria cultura
Nao, somente boca a boca... "tem uma turma de ciganos na praça "(tipo...cuidado com eles)
Já, na maioria das vezes relacionada a violência, pobreza e sujeira
Pouco mas enfatizam a dança, roupas e bijuterias e lendo sorte dos clientes
Novelas, que é era videntes
Em jornais e revistas de forma negativa. Os ciganos que vivem nos grandes centros urbanos são marginalizados. Em novelas e filmes abordagens positivas com relatos sobre a cultura e a história destes povos.
Sempre preconceituosas, como se fossem passar a perna nas pessoas.
A última coisa que ouvi foi no lançamento de um livro baseado na dissertação da autora no PPGDH da UnB.
Sim. Poucas informações
Em novela da Globo. Não lembro as abordagens.

Fonte: Elaboração própria.

Perguntados se já estudaram ou trabalharam com algum estudante cigano/cigana, a maioria nunca estudou nem trabalhou com ciganos/ciganas. Daí confirmamos a invisibilidade ou a hibridez desses povos. Onde eles/elas estão? Que lugares estão ocupando?

Gráfico 18 - Índice de entrevistados que trabalhou com ciganos



Fonte: Elaboração própria.

Perguntados se conhecem algum acampamento cigano e, em caso de resposta afirmativa, a respectiva localização. A maioria disse que não. Os que afirmaram conhecer, todos estão localizados em três estados: MG, BA, GO e DF, confirmando os dados de que os estados com maior concentração de povos ciganos são esses.

Quadro 31 - Conhecem acampamento cigano

(Continua)

Sim! Sobradinho-DF
Rota do cavalo, Sobradinho.
Sim em sobradinho
Sim, do Romani, situado na cidade de Brazlândia-DF
Há muitos anos sabia de um acampamento no bairro nacional...
Sobradinho
Nunca vi pessoalmente, mas já ouvi falar de acampamento cigano em Contagem/MG. A empresa onde eu trabalhava mandou fazer busca e apreensão de veículos neste acampamento. Diziam que era perigoso.
Sim, em Goiás, Aparecida de Goiânia.
Sim, em Trindade – GO
Sim. Acampamento Nova Canaã no Distrito Federal
Já vi na cidade de Itaoca, no ES
Já vi um em contagem
Conheci em Jacaraípe – ES
Sim, Bairro São Gabriel, BH

Quadro 31 - Conhecem acampamento cigano

(Conclusão)

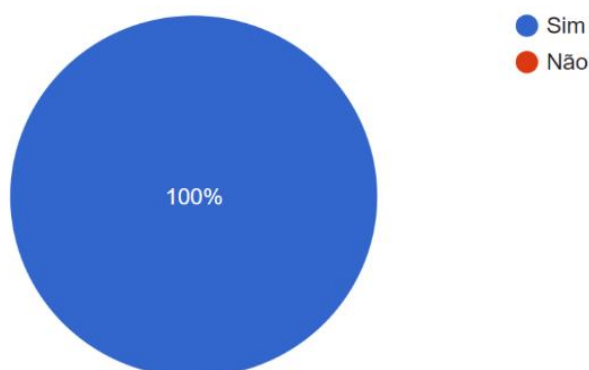
Sim. Em Ibirité, próximo a minha casa
Em Contagem/MG, bairro Inconfidentes é falado que é bairro de muitas famílias ciganas mas não é acampamento, eles foram comprando lotes lá e construindo.
Sim, bairro São Gabriel
Já vi alguns, na região metropolitana de BH (Betim e Sete Lagoas), mas acredito que não estejam mais nestes locais pois, na época, os proprietários dos imóveis pretendiam removê-los.
Sim, na Cidade de Guanhães
16. Sobre políticas públicas afirmativas de Inclusão para os povos ciganos nas universidades públicas brasileiras, boa parte disse que sim, são necessárias para correção de erros históricos cometidos a essas pessoas.
Sim, fazem parte da nossa realidade e o Estado tem o dever de cuidar deles.
Sim! Porque diversidade entre os vários tipos de povo é cultural, faz parte do processo de construção social.
Não tenho uma opinião formada por não conhecer a história dos povos ciganos.
Sim. Porque eles devem ter acesso como qualquer outra pessoa.
Sim. Com certeza
Sim! Hoje são minorias e dão povos de tradição e cultura própria e rica. Devemos preservar sem dúvidas!

Fonte: elaboração própria

8.3.7 Entrevista com pesquisadores ciganólogos

Sobre o consentimento em dar a entrevista, 100% aceitaram contribuir com a nossa pesquisa.

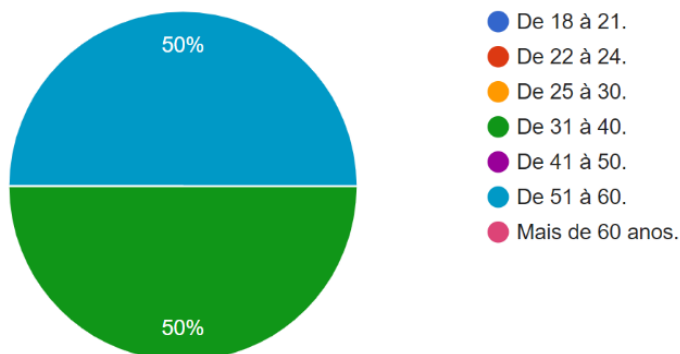
Gráfico 19 - Consentimento de entrevista dos Ciganólogos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a idade dos/das entrevistados/as: metade está na faixa etária de 31 a 40 anos e outra metade de 51 a 60 anos.

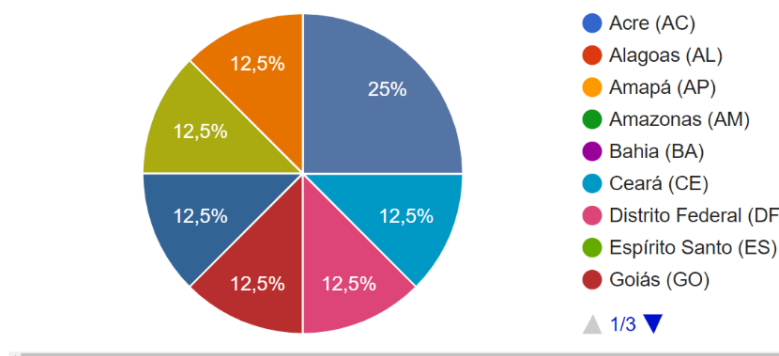
Gráfico 20 - Faixa etária dos Ciganólogos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o estado em que nasceram, embora observemos que existem pesquisadores em várias partes do Brasil, a maioria dos entrevistados/das nasceram no Acre.

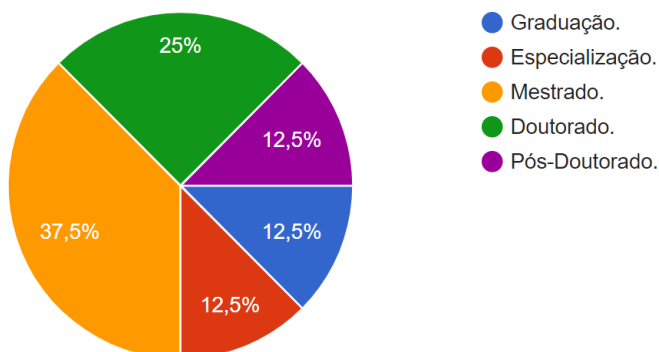
Gráfico 21 - Naturalidade dos Ciganólogos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o nível de escolaridade, a maioria possui mestrado e doutorado.

Gráfico 22 - Escolaridade dos Ciganólogos



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à área formação, vimos que são diversas, mas todas dentro da área das Ciências Sociais, a saber: Letras e Linguística, Sociologia, Educação, Produção Cultural, Antropologia, Pedagogia, Serviço Social, História, Filosofia e Teologia.

Sobre a área de trabalho e atuação, obtivemos respostas variadas, mas nota-se concentração em educação, movimentos sociais, cultura, serviço social e atividades religiosas eclesiais.

Quadro 32 - Área de trabalho dos Ciganólogos

Ensino na Educação Básica
Movimentos Sociais Ciganos
Educação Popular
Cultura e Saúde
Antropologia Social, grupos étnicos, ciganos
Serviço Social na Política de Educação
Docência em História
Pastoral e militância na Comissão Pastoral da Terra na defesa do campesinato, luta pela terra e defesa dos povos tradicionais, entre os quais estão os Ciganos.

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a trajetória de pesquisa dos Ciganólogos, segue quadro abaixo.

Quadro 33 - Objetos de pesquisa dos Ciganólogos

Busco compreender como se organizam as organizações Ciganas e como se utilizam da cultura cigana para sensibilizar.
A trajetória de pesquisa está relacionada a políticas públicas de formação para trabalhadores assalariados e assalariadas rurais; e a influência da pedagogia de Paulo Freire na Educação popular e formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais
Comecei a pesquisar as Culturas Ciganas na graduação para a realização de minha monografia.
Realizei pesquisa com comunidade cigana em Patos, no sertão da Paraíba, desde 2012. Para monografia o foco foi observar como a identidade cigana era construída naquela localidade, atentando para aspectos geracionais e de gênero. Na dissertação do mestrado, o trabalho foi direcionado para as narrativas do chefe e com foco na memória.
Sempre pesquisei na área de educação.
Desenvolvi uma dissertação de mestrado sobre a relação entre Feminismo e Educação Popular na formação de Promotoras Legais Populares. Foi uma pesquisa-ação marxista.
No Doutorado, pesquisa a Luta pela Terra em MG como Pedagogia de Emancipação Humana.

Fonte: Elaboração Própria

Sobre os temas pesquisados atualmente, tivemos, igualmente, respostas variadas, mas observamos que todas possuem um cunho investigativo social.

Quadro 34 - Temas de pesquisas dos Ciganólogos

Aspectos Sociolinguísticos de comunidades tradicionais como os ciganos e quilombolas.
Movimento social, identidade, cultura.
Práticas pedagógicas não escolar e a influência da pedagogia de Paulo Freire.
Atualmente minha pesquisa está parada.
Gênero, política pública.
Como os bebês aprendem a brincar.
Trabalho reprodutivo, educação popular, feminismo.
Luta pela terra, Povos Tradicionais, Mineração e sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Perguntamos onde conheceram algum acampamento cigano, seja em que país, região, estado, cidade ou município. As respostas estão no quadro a seguir.

Quadro 35 - Informação acampamento cigano

Sim, no Distrito Federal
Acampamento não só ciganos sedentários.
Conheci estudo sobre acampamento cigano no Brasil no Distrito Federal.
Sim. Em Rio das Ostras, região dos lagos do Rio de Janeiro e Sobradinho em Brasília.
Sim, Brasil e Israel. Patos, Sousa, Equador na Paraíba. Distrito Feral e em Jerusalém, Israel.
Sim. Em MG, em BH, em Pedro Leopoldo, em Ibirité e em Lafaiete.

Fonte: elaboração própria

Solicitamos que definissem em três palavras o que sua pesquisa te trouxe acerca dos povos ciganos. Aqui, muitas palavras surgiram, mas sem estereotipia, confirmando que o que gera preconceito e racismo é a negação do conhecimento.

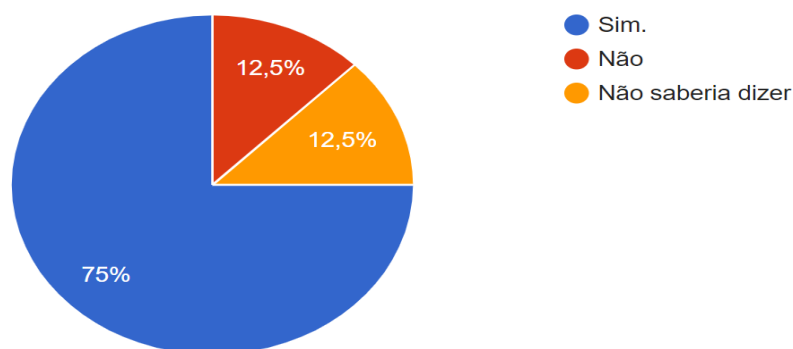
Quadro 36 - Conhecimento dos povos ciganos pelos Ciganólogos

Conhecimento, respeito e admiração
A luta pelo direito do povo cigano encontra-se em processo de construção e preparação da militância
Desmistificação acerca das culturas
Resiliência, respeito e admiração
Ainda não estou realizando pesquisa de campo.
Não tive contato, apenas conhecia pela pesquisa desenvolvida por minha colega Lenilda
Admiração, respeito e valorização

Fonte: Elaboração própria

Indagamos se já presenciaram experiências nas quais reconheceram racismo/preconceito contra ciganos. A maioria respondeu que sim (75%), endossando a constatação da dura realidade contra essas populações.

Gráfico 23 - Experiência quanto ao racismo pelos Ciganólogos



Fonte: Elaboração própria.

Solicitamos, caso afirmativo, que relatassem um pouco dessa história. Assim, apresentamos aqui: “Na Universidade, durante minha pesquisa, uma de minhas professoras me perguntou: ‘você tem coragem de trabalhar com ciganos? Fulana de tal, que trabalhou com eles, quase ficou pobre.’” E ainda: “Sou Cigana e fui participar de um documentário sobre tal. Na equipe de gravação, um diretor já me conhecia de outros espaços e me disse: ‘você é a Flor, né? Tu é aluna de graduação na Unilab? Nunca me disse que era cigana!’”

O discurso / reação das pessoas são normalmente de espanto no momento em que dizemos que estamos pesquisando as Culturas Ciganas. Em 2010, estava em Salvador e fui ao Mercado Modelo para entrevistar as Ciganas que ali trabalhavam e fiquei de longe por um tempo observando a reação das pessoas ao serem abordadas. É curioso como cada um reage de um jeito. Algumas pessoas chegam a correr ao ver uma cigana se aproximando. Lembro bem de quando iniciei mesmo o trabalho com ciganos, no início realizei uma pesquisa pela cidade e ao chegar no mercado público, perguntei se os ciganos andavam por lá e o feirante me disse que sim, eu perguntei como ele sabia que eram ciganos, ele respondeu "conheço cigano de longe, pelo andar, pelo modo de se vestir e pelo falar", com tom pejorativo.

Em suma, a sociedade exclui os ciganos e os querem longe. Em minha cidade, quando se formavam acampamentos (em regiões periféricas da cidade e sempre por pouco tempo) corria na cidade a notícia de que estavam acampados e que deveríamos ter cuidado pois eles eram ladrões. Assim, há sempre pressão social para despejo desses povos. Assim ocorreu com os Acampamentos Ciganos Calon em Ibirité e Pedro Leopoldo - MG, mas com a organização e luta do povo Cigano Calon, os despejos foram impedidos. Em Ibirité, já temos inclusive decisão de 2ª instância do TJMG reconhecendo o direito à posse do terreno ocupado pelo povo Calon há quase 10 anos. Em Belo Horizonte, a luta forçou a SPU a

repassar um terreno da União para o assentamento do povo Calon bairro São Gabriel, na capital mineira. E em Nova Lima - MG, também os Calon já conquistaram direito ao terreno que estão ocupando.

Indagados/as se conhecem alguma obra literária, novela, filmes, música etc. que traz a questão cigana, deveriam dizer, em caso positivo, qual e como é a abordagem desta obra sobre os povos ciganos.

Quadro 37 - Abordagem do tema Cigano

Uma telenovela que agora não recordo o nome, mostrava os ciganos como povo festeiro.
As obras não me representam, todas folclorizam meu povo
Conheci através de estudos sobre a cultura Flamenca que relata o quanto os povos ciganos eram deixados à margem representados pelo território em que viviam sempre distante, as condições precárias. Os preconceitos sofridos e o quanto eram estereotipados. Tem historiadores que fazem uma abordagem a partir de narrativas que demonstram A contribuição valiosa da cultura do povo cigano, da sua identidade e pertencimento.
Algumas músicas (não saberei dizer os nomes) - mas sempre trazem o olhar da sensualização das mulheres e da malandragem dos homens. Filme - O Corcunda de Notre Dame que retrata o universo cigano repleto de malandragem, clandestinidade e ilegalidade Novela - Explode Coração - traz o misticismo cigano, sua cultura e tradições com uma pincelada de informações
Várias. Mas não tenho todos decorados. Os filmes de Tony Gatlif particularmente me agradam muito, por ser cigano ele aborda questões muito caras para eles, como a família, o holocausto, as andanças etc.
Lembro de um filme. "Snatch - Porcos e diamantes".
Só me lembro da novela Explode Coração. Mas eu era muito pequena quando passou. Me lembro das danças.
Conheço uma Cartilha do MPF com 18 artigos de estudiosos que estudam os Povos Ciganos no Brasil, muito boa e pertinente as abordagens dos artigos.

Fonte: Elaboração Própria

Questionados se conhecem algum material didático ou paradidático na educação formal que aborde a história dos povos ciganos, a maioria respondeu que não, e os que responderam sim trouxeram abordagem com cunho desqualificador, reforçando mitos e estereótipos, vagabundagens acerca dos homens e sedução, sensualidade, vadiagem e malandragem em relação as mulheres ciganas.

Perguntamos acerca da escola formal, em sua prática pedagógica e planejamentos, a fim de verificar se realmente trabalham de maneira inclusiva, respeitando e abarcando todas as diversidades pluriculturais. Majoritariamente, todas e todos responderam de forma unânimes que não. A escola ainda necessita de muitos diálogos e muitas adequações para abarcar as pautas relativas à diversidade, pluriculturalidade, direitos humanos e inclusão.

Quadro 38 - Análise da escola pelos Ciganólogos

Não mesmo. Não há temática alguma direcionada para eles.
O povo cigano não é reconhecido na história do Brasil. Só reconhecem os indígenas e negros e brancos
Não. Na minha área de atuação que é a Educação do e no campo muito já se avançou, porém ainda há muito a se considerar sobre as diversidades, demandas, saberes e fazeres dos povos do campo para dar conta das diversidades pluriculturais
Não. De Inclusiva nosso sistema educacional tem quase nada. As escolas não são adaptadas e os profissionais que nelas trabalham não são "qualificados" para as acessibilidades e inclusões.
Acredito que ainda falta muito para abarcar a pluralidade nas escolas, no entanto, depois da lei instituída que obriga as escolas ensinar sobre história africana já amplia enormemente o escopo da compreensão da diversidade.
Acredito que não.
Não mesmo. As diversidades pluriculturais são empurradas silenciosamente para fora da escola.
Não trabalha. Esta é uma luta necessária: incluir na prática pedagógica e na grade curricular o estudo e troca de experiência sobre a imensa pluralidade cultural existente no nosso país.

Fonte: Elaboração Própria

Perguntados se já estudou/ trabalhou ou lecionou com/para estudantes ciganos/ciganas ou já os viram na universidade, foram unânimes em dizer que não. Isso reforça a nossa tese de que eles estão fora do sistema educacional e principalmente fora das universidades, espaço disputado e restrito a uma pequena parcela da população.

Sobre as Políticas Públicas afirmativas de Inclusão para povos ciganos nas Universidades Públicas brasileiras, foram unânimes em dizer da necessidade urgente em se corrigir processos históricos para incluir essa população no Ensino Superior Público e de qualidade.

Quadro 39 - Sobre políticas públicas afirmativas

Acho que as políticas públicas para ciganos têm que existir, da mesma forma como há para indígenas, quilombolas e surdos.
Estamos avançando já temos em 2 universidades brasileiras editais de inclusão específico e a Unilab aprovou política afirmativas para povo cigano
Necessária e urgente. É atualmente mais dóceis nunca em virtude das ofensivas contra as universidades e a educação.
Vejo que as políticas públicas para os ciganos ainda estão engatinhando... Já tivemos um grande avanço com a publicação de prêmios, decretos que olham para o povo.... Ações afirmativas, mas ainda temos muito o que avançar.
Acho fundamental.
Deveriam ser melhores.
Fundamentais para garantir o direito dos ciganos.

Fonte: Elaboração Própria

No formulário enviado aos entrevistados/as para embasar nossa reflexão sobre o contexto investigado, foi perguntado aos grupos de não-ciganos e estudantes de pedagogia o que vinham a sua cabeça ao ouvir a palavra ciganos – técnica intitulada de ALP. Assim, foi possível retirar dali as representações sociais que traziam em seu imaginário acerca do povo cigano. Perguntamos também se já estudaram ou trabalharam com pessoas ciganas, e eles foram unânimes em dizer que não. Isso também nos faz refletir em que lugar os/as ciganas estão que não estão ocupando a escola ou outro ambiente de educação formal. Também observamos que pouquíssimos destes dois grupos já visitaram acampamentos ciganos, apenas 2% dos entrevistados/as. Isso também é um dado preocupante, pois reforça a questão da invisibilidade a esses povos. Onde eles e elas estão? O campo nos mostrou que 100% dos ciganos estão nas áreas periféricas das grandes cidades ou no interior, mas também mesmo nas cidades pequenas eles e elas estão ocupando ou área rural ou área periférica, quando não as duas ao mesmo tempo.

Na sequência, os grupos foram questionados se conhecem alguma obra literária, músicas, filmes, novelas ou qualquer outro dispositivo das artes em que aparece o povo cigano e como seriam as abordagens. Vimos que 20% nunca viram e 80% tiveram a experiência desse encontro e disseram que as abordagens são estereotipadas, ou seja: mulheres sedutoras, cartomancia, quiromancia, que fazem previsão de futuro, ou com qualquer outra abordagem com foco religioso. E os homens ciganos quando aparecem são taxados de preguiçosos, trambiqueiros, ladrões, trapaceiros, ligados aos negócios ilícitos.

Outra questão relevante tratou de saber qual a opinião deles e delas a respeito de políticas públicas afirmativas de Inclusão do Povo Cigano no Ensino Superior. A resposta a essa pergunta foi praticamente unânime em contestarem, acreditando que essa minoria étnica não necessita desse dispositivo, haja vista que não gostam de estudar. Apenas 25,7% acredita ser necessário políticas públicas que abarquem o povo cigano e abram espaço nas Universidades Públicas, pois acreditam que assim eles chegam e ocupam essas vagas.

Aos pesquisadores ciganólogos perguntamos o que a pesquisa deles traz em seus registros e como enxergam os povos ciganos. Nesse caso, aplicamos também a técnica do ALP. Eles teriam que dizer três palavras sobre os povos ciganos. As palavras que mais apareceram foram: cultura milenar, conhecimento, sabedoria. Também foram questionados/as acerca de políticas Públicas afirmativas de Inclusão do Ensino Superior. Foram unânimes em responder que há necessidade e que existe sim demanda reprimida. As universidades brasileiras que estão à frente abrindo sobrecotas para ciganos estão sendo ocupadas. Trouxeram que a UNEB, UFSB, UFBA, UFPB, UEMG, UFRN estão trabalhando nessa perspectiva e os resultados estão aparecendo, mesmo que ainda timidamente. Afirmaram que quando a universidade abre essa

prerrogativa, os estudantes ciganos aparecem e se interessam a ocupar essas vagas. Uma das universidades públicas pioneiras e que apresenta bastante êxito nessa discussão é a UNEB, atualmente com 78 estudantes matriculados regularmente nos cursos superiores em 21 campi no estado da Bahia.

Os ciganos Calon foram interrogados se se interessam por estudo/escola e desejam entrar numa universidade. 100% dos/das entrevistados/as disseram que sim, que gostariam muito de ocupar lugar na educação formal superior pública. Dos e das entrevistadas, uma mulher cigana Calin casada e com duas filhas fez Educação de Jovens e Adultos para terminar o Ensino Médio e atualmente está cursando bacharelado em direito em uma faculdade particular do Gama-DF; e um cigano Calon fez graduação e está cursando mestrado pelo sistema de cotas na Uneb Bahia. Pudemos constatar que existe sim o interesse deles e delas em dar continuidade aos estudos, pois acreditam nessa possibilidade para ampliarem seus conhecimentos e poderem almejar um futuro melhor para eles e seu povo.

Perguntados se se sentem representados nas obras literárias ou nos materiais didáticos ou paradidáticos dentro do espaço da escola, foram unânimes em dizer que não. Sobre as questões de racismos, preconceitos e discriminações, todos disseram já ter sentido na pele essa triste e dolorosa experiência. Perguntamos se conseguem acompanhar os conteúdos propostos pela escola e todos e todas disseram que sim. Perguntamos se nesse momento de pandemia foram afetados de alguma forma. Todos/todas responderam que sim, principalmente no que tange à questão da vulnerabilidade social, fome, miséria, falta de recursos básicos e também em relação à escola, por causa da falta de instrumentos que possibilitassem o acesso às plataformas digitais. Perguntamos se os estudantes conseguiam acompanhar as aulas de maneira satisfatória, e as respostas apontam uma realidade preocupante, pois 88,8% deles disseram que não, enquanto 22,1% afirmaram que parcialmente. Essa questão acende um alerta, mais uma vez, quanto à qualidade do ensino em tempos de pandemia, pois entende-se que o fato de muitos estudantes não terem acesso às tecnologias digitais afetou fortemente o alcance dos objetivos pedagógicos e a aprendizagem dos estudantes, pois, mesmo recebendo materiais impressos, a interação com os professores ficou ainda mais fragilizada e a aprendizagem comprometida.

Portanto, acreditamos que a análise de conteúdo proposta muito contribuiu para a interpretação de todo o material de coleta de dados, para que pudéssemos elucidar os elementos para essa discussão. O tratamento dos dados nos fez perceber que a maioria dos não-ciganos carregam representações sociais estereotipadas e folclorizadas acerca do povo cigano e não compreendem seus modos de vida por desconhecerem sua cultura.

Para o grupo de ciganos, o que mais chama atenção são as questões relativas a opressões, violências, descasos do poder público e orgulho em pertencer a uma etnia de cultura milenar. Para os não-ciganos, o que deixaram saltar nas suas falas foram às questões ligadas ao nomadismo, roubo, malandragem, preguiça, mulheres sedutoras, leitura de mãos, cartomancia, preconceitos, subjugações negativas.

Para o grupo de estudantes de Pedagogia da Universidade de Brasília, as preocupações voltaram-se para o medo, misticismo, povo ladrão, trapaceiros, povo andante, que não gosta de trabalhar nem de estudar, ou seja, sempre uma abordagem estereotipada e folclorizada, num misto de medo, curiosidade, fascínio e fantasia.

Para o grupo de ciganólogos, a abordagem é bem mais precisa e fora de estereotípias. Demonstram interesses e percepções que diferem dos demais grupos, pois conhecem o povo e aprofundam-se em estudos sobre eles, conseguindo, assim, descrevê-los como: pertencentes a uma cultura milenar, povo alegre, divertido, trabalhador, unido, família, cooperativo, comunitário.

As representações sociais criam conceitos e estereótipos que sedimentam historicamente e marcam a existência humana. Os ciganos Calon foram marcados por preconceitos e históricos de perseguições, violências e violações, o que os afastou da convivência com outros grupos majoritariamente hegemônicos e modelares. Por não conhecerem seus direitos básicos, muitas vezes se distanciam ou se tornam arredios pelo medo da rejeição, da discriminação, e utilizam esse distanciamento forçado” como forma de proteção, para resistirem juntos em seus coletivos.

Neste momento refletimos sobre a potência da força das palavras expressas de forma repetida e que muitas vezes reforçam e criam imagens distorcidas. Faz-se necessário provocar todos / as para assumir o compromisso com uma formação humana crítica, reflexiva e política no mundo, pelo mundo e para o mundo, compreendendo a força da palavra, da reflexão e ações impregnadas nas expressões freireanas. Torna-se imprescindível revisitar sua obra, pois Paulo Freire foi e continua sendo um grande semeador e cultivador de palavras grávidas – palavras que possuem o dom de gerar frutos e flores, gerar outros mundos e outras realidades, nos convidando sempre a praticar o exercício diário de pensar na perspectiva de uma ação-reflexão com objetivo claro e rigor metodológico para atingi-lo. Em Freire, a palavra carrega energia potencial transformadora. A palavra refletida, combinada à ação é a amálgama da práxis revolucionária. Para Freire (2005), em *Pedagogia do oprimido*, com a palavra o homem se faz homem. Portanto, compreender o seu significado e a sua força é de extrema relevância para movimentar a vida e o pensamento dos sujeitos/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – TIRANDO AS PEDRAS E CONSTRUINDO ESPAÇOS

No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra (DRUMMOND, 1967, n.p.).

As pedras sempre estiveram presentes na vida dos povos ciganos em suas andanças. Nas palavras do poeta mineiro modernista Carlos Drummond de Andrade, elas retratam os obstáculos enfrentados nos desafiadores caminhos dos percursos de vida. Essas pedras, para os ciganos, dificultam a caminhada e se convertem em empecilhos para avanços. Quando o poeta traz "nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas", nos remetemos a essas pessoas esfarrapadas, oprimidas, subalternas que vivem a pedir desculpas pelas mazelas que sofrem. Elas foram roubadas e sucumbidas de suas próprias histórias. Sem direitos, sem uma vida digna, ainda carregam os estigmas e estereótipos que o senso comum criou, dificultando ainda mais os seus acessos.

As pedras mencionadas sinalizam que os povos e comunidades ciganas resistem e lutam por visibilidades e por ocupar espaços restritos e reservados a outrem. O poema *No Meio do Caminho*, quando de sua inauguração, foi muito criticado pela repetição e simplicidade. Enquanto uns compreenderam a intenção do autor, outros criticaram e bateram forte, fazendo dessa literatura algo polêmico e controverso. Até a obra desse grande intelectual foi incompreendida. Para alguns, *No Meio do Caminho* é considerado o produto de um gênio, para outros é um poema monótono e sem sentido. É possível afirmar que as críticas e ofensas feitas ao autor foram pedras no meio do seu caminho. Natural, então, que os ciganos/ciganas também sejam e continuem sendo objeto de crítica e perseguição de muitos, talvez pela incompreensão de sua cultura. Trouxemos o fragmento de Carlos Drummond de Andrade para dialogar, descrever e refazer os caminhos retirando ou ressignificando as pedras que insistem a obstruir os percursos históricos dessas populações marcadas pela violência, negligência e violações. Quantas pedras ainda existirá no caminho?

Neste atual contexto e cenário sociopolítico, fazer ciência significa transformar a pesquisa num instrumento de luta, com anúncios e denúncias no intuito de além de realizar registros importantes para construção de políticas públicas voltadas para os/as excluídos/as, combater todos os tipos de violências e opressões, compreende revisitar e fortalecer as ideias freireanas. Esta pesquisa é uma maneira de esperar a construção de um projeto educativo

com consciência social, crítica e política que combata o discurso negacionista e contribua para uma educação pautada nos debates de classe, gênero, arte, cultura e principalmente de relações étnico-raciais na perspectiva da práxis revolucionária na educação pública. Como diz Freire (1996, p. 45) “Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.”

Vivemos em um país de pluralidade étnica, racial, social, cultural, econômica e política, logo vivemos uma verdadeira diversidade. Isso nos interpela a pensar a partir de vários ângulos, pois o que num determinado contexto nos aproxima uns dos outros/as, em outro momento histórico nos separa, desafiando-nos a pensar em pontos de intercessões que possam fortalecer, sustentar e ampliar os debates acerca da pauta da diversidade.

Esta pesquisa é fruto de uma investigação social na qual procuramos analisar, compreender e dialogar como os efeitos das representações sociais estereotipadas contribuíram para criminalizar a pluralidade cultural dos povos ciganos e mantê-los afastados da história e da educação formal.

Os Povos e Comunidades ciganas Calon estão conosco no Brasil há 500 anos e ainda hoje são incompreendidos. Passaram por um processo de mudanças culturais e transitam de uma situação de nomadismo, segundo eles, “forçado”, para uma situação de sedentarismo, almejado por eles, mas negado ou mesmo dificultado pelo poder público em todas as instâncias.

Eles são dotados de saberes acumulados na experiência e materialização, ancorados na sua suposta cultura de “vida livre”. Lutam diariamente para conquistarem credenciais que legitimam o conhecimento científico, amparam suas entradas, acessos e permanências nos espaços públicos e privados de educação e direito coletivo. Devido a sua cultura pouco compreendida e aos estereótipos marcados por um histórico de racismos epistemológicos, estruturais e institucionais, são marcados por preconceitos e alguns encontram inúmeras dificuldades de adaptação ao modelo de escolarização vigente. Sendo assim, a educação formal e a moradia fixa ainda são espaços de estranhamento e não pertencimento identitário, mas não por opção deles, senão por opressão do sistema que os exclui.

Esta pesquisa se debruçou num arcabouço teórico consistente para dar conta de trazer à tona os obstáculos que esse grupo étnico racial vivenciou ao longo da história e que ainda na atualidade tenta superar. Abordamos o percurso histórico-cultural dos povos ciganos, contribuindo para a análise e a compreensão das associações entre a etnicidade cigana, a educação e as políticas públicas afirmativas para inclusão dessa minoria étnica nas universidades, buscando identificar uma política intercultural amparada pelos Direitos

Humanos, diversidade e cidadania a qual permita a efetiva inclusão social e educacional dos povos ciganos. O estudo é de caráter qualitativo, tendo sido feita uma pesquisa participativa, com destaque para a oralidade, resultado das entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas. Foram investigados os impactos/efeitos das representações sociais estereotipadas na vida dessas populações, em que medida a escola dialoga com os saberes e cultura dos povos ciganos e quais os interesses desses povos em relação à educação formal, pois o que vimos é que eles estão numa luta desigual para conquistarem espaços nas escolas e universidades públicas.

Esses tempos difíceis nos provocam reflexões sobre os obscurantismos e negacionismos. Assim, faz-se urgente e necessário o debate dos Povos e Comunidades Tradicionais em todos os contextos, lembrando que educação para essas pessoas tão sucumbidas de seus direitos sociais, tornou-se tarefa inegociável e indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos e para descortinar e denunciar violações tão latentes e tão presentes.

Diante de tais reflexões e inflexões, defendemos a importância da educação pública de qualidade para todas/todos na garantia de uma harmonia entre o direito à igualdade e o direito às diferenças, pois somente em posse desse entendimento é que se poderá promover uma educação libertadora e transformadora, conforme idealizou o nosso Patrono da Educação no Brasil, Paulo Freire.

Perceber a tensão entre esses dois movimentos é fundamental para, a partir desse paradoxo, estimular a pluralidade cultural criativa e enriquecedora, incentivar a busca de novos conhecimentos, reforçar os compromissos educacionais, sociais e ampliar as fronteiras do conhecimento. A ausência de políticas públicas voltadas para esse povo evidencia o descaso e a negligência do Poder Público.

É necessário falar de educação, mas sempre revisitando as histórias e memórias, pois como construir um presente e um futuro sem revisitar o passado? Segundo relato numa live voltada para o debate com as questões ciganas, Elisa Costa, cigana, presidenta da AMSK no Brasil disse:

É preciso sim falar de educação, de história e de memória, um povo que não toma as rédeas e a condução, que não se torna protagonista de sua agenda de vida, não é capaz de conduzir e nem de compartilhar suas memórias reais, é abrir mão da sua cidadania. Memórias precisam ser considerados também marcos legais (COSTA, 1998, p. 37).

Negar ou protelar esses direitos garantidos é roubar desse povo a oportunidade de dignidade e a possibilidade de ascender, transformar e de emancipar. O acultramento e a

desumanização não podem ser as bases norteadoras da estruturação do nosso sistema de ensino. Os planos e práticas pedagógicas educacionais no Brasil precisam ter coragem para ouvir as demandas locais e atendê-las. Resistência, resiliência, insistência e intransigência são fios condutores para gerar mudanças significativas na educação formal.

Ao falar de educação, precisamos falar de xenofobia, aporofobia e racismo em todas as suas formas de extensão, nuances e estruturas e debater na escola o estrago que isso causa. O combate ao racismo estrutural e epistemológico e todas as suas formas de manifestação precisam ser superadas, sejam pelos livros didáticos, paradidáticos, literaturas, pelas músicas, artes e também pelas notícias midiáticas. É preciso arrancar esses ditos direitos do papel e inseri-los na prática, combatendo a subalternidade como mecanismo de controle político de opressão.

As cotas, como políticas públicas afirmativas de inserção, existem para reparar erros históricos porque são uma forma de romper com os padrões hegemônicos de branqueamento dentro das universidades. Elas colaboram para dizimar os padrões de racismo histórico estrutural e epistemológicos, além de provocar a reflexão de que a educação não é um favor do Estado para com os subalternos mas direito social, legalizado por uma constituinte.

Neste momento pandêmico que estamos atravessando, pela propagação do novo coronavírus, a situação dos/das excluídos/das piorou ainda mais. A exclusão digital hoje escancara ainda mais as desigualdades sociais e afetam diretamente as comunidades periféricas do campo e acampadas. Nesse contexto, o que mais nos aflige é o silêncio da sociedade civil, política e das universidades, pois favorece o apagamento dessas pessoas saqueadas do direito à educação formal e, logo, sucumbidas.

Não compreendemos políticas de educação sem pessoas, sem dados precisos, sem números, sem nomes e sobrenomes. Novamente em sua entrevista Elisa Costa reforça que “falar de educação é falar de decolonialismo e isso é ocupar espaços.” Aos que querem e podem estudar, aos que temem o ensino, aos que rompem com os seus caminhos a dura penas, é inegável disparidade de classe e de gênero. Questionamos onde estão os marcadores de identificação nas matrículas no sistema de ensino, nas universidades e escolas públicas? O que observamos no formulário das matrículas das escolas públicas é a não identificação como etnia. Parece que não se identificar não é uma opção, mas uma regra desses espaços públicos. Se não há identificação, não se saberá quem são os/as sujeitos/as dentro das escolas ou das universidades. Quais são os elementos sociais e culturais que os estudantes trazem em seu currículo oculto? Ninguém sabe. Ficam no anonimato e passam despercebidos pela escola e pela história. Assim diminuem as responsabilidades, isentam do sistema a responsabilidade de

traçar estratégias de inserção educacional que atendam as especificidades que a diversidade traz para o ambiente escolar formal.

As ciganas precisam cumprir regras muito mais rígidas. O controle disfarçado de cuidado faz com que as meninas/mulheres carreguem nos ombros esse encarceramento privado. Para as ciganas a educação formal é uma realidade mais distante que para os ciganos. Todavia, a educação é um ganho real; a estratégia de sobrevivência está ligada a essa estrutura. Os povos e comunidades ciganas possuem direitos constitucionalmente garantidos como cidadãos brasileiros e o direito à educação de qualidade é um deles. Essa minoria étnica possui direitos de ter médicos, professores, advogados, engenheiros, biólogos, antropólogos, historiadores e outros profissionais nas suas comunidades. A escola e a universidade não sabem quem é esse povo de cultura milenar. Eles detêm cultura, religião, língua própria e organização social e política; só precisam vencer as barreiras múltiplas que são postas dentro e fora do seu contexto social e educacional.

Para pensar em resistências e adentrarmos de fato nos espaços sociais, é preciso encarar o racismo de frente e com coragem para descortiná-lo. Ele possui dois termos camuflados: ciganofobia e aparofobia, que é a aversão aos povos ciganos e aos pobres concomitantemente. Racismo é um crime brutal, portanto a ciganofobia é um crime que mata as pessoas em vida. O anticiganismo foi transformado em máximas que são alimentados de maneira informal conectadas às narrativas populares soltas, formando o senso comum. As representações sociais estereotipadas que rotulam esses povos de perigosos, produz uma caricatura injusta, racista e de intolerância.

O que o povo cigano espera é que a pobreza, a miséria e a ciganofobia não sejam a única herança deixada no Brasil e no mundo. É preciso criar urgentemente redes de proteção, criar acessos às universidades, ansiando não apenas títulos e certificados, mas a criação de possibilidades de se adquirir ferramentas de lutas necessárias para a resistência, ocupação de espaços, combate aos racismos, aquisição de competência e proatividade para retorno às suas comunidades, fortalecimento e ampliação do debate realista, justo e sem folclore romantizado, muito menos criminalizado.

É necessário que o Estado e os municípios escutem os povos ciganos e criem juntos políticas públicas específicas para ciganos. Como nos ensina Paulo Freire, é necessário que a nossa fala e a nossa atitude seja feita cotidianamente alinhada uma à outra para fortalecermos e criarmos coesão teórica e, assim, realizarmos a práxis revolucionária que tanto necessitamos. Trago os versos de Cassimiro Godoy, poeta goiano que nos emprestam os seus versos para

refletirmos em quem são esses povos, os mendigos de ninguém? **“Os que não são: os ninguéns”**

Vivemos neste Pindorama Sul-Americano, mas donos de nada. Somos pretos, pardos, pobres e periféricos. Escravos da pobreza. Ela não nos deixa. Corremos pela natureza, perdidos na vida, somos os que não são, mas que existimos mesmo invisíveis. Não temos casas, mas barracos de lonas infectos, falamos dialetos, não idiomas. Praticamos crendices, não religião. Fazemos artesanato, não arte. Não somos seres humanos, mas recursos humanos. Não temos cultura, temos folclore. Não temos rosto, temos apenas braços serviçais. Não temos nomes, temos números, quando muito. Não aparecemos na história universal, mas nas páginas policiais da imprensa nacional. Somos os ninguéns: custamos menos que as balas perdidas que nos matam sem saber o porquê. Somos os mendigos de lugar nenhum. Somos os mendigos famélicos de ninguém (GODOY, 2020⁶⁷).

Nos inquieta perceber como essas pessoas vivem na invisibilidade. Elas são para o Estado brasileiro apenas números e servem apenas para alimentar as estatísticas. Em 2022, completamos 200 anos de independência, mas continuamos a ter séculos de políticas higienistas anticiganistas, antisubalternas, anti-humanistas, antipobrezas e antissocialistas.

Precisamos entender que a escola ainda é um espaço de muitas possibilidades. Compreender a educação no Brasil como privilégio é de muita crueldade. Entender a educação na perspectiva histórico crítica e na perspectiva histórico-cultural significa respeitar as diferenças e incluir todas as vozes. A escola é um campo de possibilidades. Na psicologia defendida por Vigotski (2009), acreditar na educação como caminho para a construção do homem novo – que critica, reflete, cria – é promover a produção revolucionária do conhecimento acumulado e reelaborado historicamente. Como nos traz Dermeval Saviani (2007), o central é o conhecimento acumulado.

Saviani defende o conhecimento elaborado. A escola ainda é o lugar que proporciona a construção do conhecimento elaborado e sistematizado coletivamente na prática importante para a construção de uma nova ordem social. A fala é um instrumento primordial para as lutas. Por isso tantos apagamentos e silenciamentos ao longo da história. Segundo Vigotski (2008), linguagem e fala não é a mesma coisa. A fala é um desdobramento da linguagem e toda a sua forma articula o pensamento. Na mesma perspectiva reforça Freire (1989) que a palavra não é privilégio de alguns, mas direito de todos e todas. Por isso é tão importante a escola abrir espaços de fala para fortalecer os seus coletivos. Necessitamos da presença e da convivência com o outro para desenvolver nossas relações e criarmos estruturas organizacionais.

⁶⁷ Poeta e amigo de Brasília que gentilmente cedeu sua poesia para esta dissertação em 2020.

Portanto, consideramos que embora a educação formal tenha suas fragilidades, são em seus espaços que essa população ainda encontra um fermento a mais para o desenvolvimento, crescimento de seus anseios e superação de suas dificuldades. É necessário considerar que outros avanços estruturais, no campo econômico, político, social e cultural, precisam acontecer para que os/as estudantes ciganos/ciganas consigam superar suas dificuldades de acesso, domínio e permanência nas escolas e nas universidades públicas.

Esta pesquisa mostrou que as Representações Sociais reforçaram os estereótipos com imagens e conceitos deturpados acerca dos povos ciganos, construindo elaborações distorcidas no campo do senso comum. Tudo isso afetando de sobremaneira esse grupo étnico cigano e os afastando do espaço da educação sistematizada e da convivência coletiva com outros/outras não-ciganos/as.

No campo educacional, os problemas verificados afetam diretamente as questões sociais e culturais, haja vista que exigem tanto dos/das docentes quanto dos estudantes e de seus familiares a ampliação das fronteiras do conhecimento para que consigamos abarcar todas as pautas relativas à diversidade, igualdade e equidade que chegam com todos os desafios a superar e possibilidades para usufruir.

Consideramos que a educação incluindo as escolas e as universidades públicas precisam unificar as pautas no que tange às políticas públicas educacionais para fortalecer o debate acerca do direito à educação, na perspectiva de abarcarem as demandas que os contextos sociais exigem: como a pauta dos Povos e Comunidades Tradicionais. Em suma, faz-se urgente promover novos diálogos, ouvindo mais essas pessoas e seus reais interesses.

O campo educacional deve vir para somar, fortalecer e suprir as necessidades que estão postas neste momento pandêmico, na perspectiva humana, todavia, justo no país das diversidades e também das desigualdades, desnuda os abismos sociais que estavam camuflados e encobertos.

Portanto, importa que a nossa pesquisa deixe registros das mazelas e negligências do Estado com a minoria étnica cigana e estimule os povos ciganos a apropriarem-se da consciência de não se abrir mão da escola ou da universidade. É necessário valorizar e preservar este espaço educacional como lugar de construção coletiva de conhecimentos acumulados e repassados historicamente e como espaço social ainda acessível aos filhos e filhas da classe trabalhadora, a que em tempos foi negada a educação.

Finalizando, não podemos deixar de destacar a necessidade de políticas públicas que garantam e desenvolvam a formação continuada dos Povos e Comunidades Tradicionais Ciganas, exigindo que o estado cumpra seu papel de oferecer espaços no ensino superior para

comunidades e povos marcados historicamente por muitas violações e injustiças que impactaram a vida dessas pessoas.

Precisamos sim corrigir erros e danos históricos. Apenas assim, com todas as vozes incluídas no debate da educação, é que podemos almejar um país melhor, com igualdade/equidade de oportunidades para todos e todas.

Esperamos que as inquietações e reflexões aqui externadas, somadas às de outras pesquisas, possam, de alguma forma, contribuir para que as representações sociais acerca dos povos ciganos ganhem um outro caráter de abordagem e faça parte das pautas de políticas públicas de inclusão dessas pessoas no espaço de educação formal e que as escolas e universidades públicas do país façam parte das discussões pedagógicas nas unidades escolares, por meio de palestras, oficinas e futuras pesquisas e publicações sobre o tema.

Resistimos para que as pedras sejam retiradas do meio do caminho e que nossas crianças ciganas possam usufruir de um país melhor, com igualdade, equidade e que os espaços públicos e privados e o espaço livre das ruas possam ser opções viáveis e não imposições. Lutamos para que os Povos e Comunidades Ciganas no Brasil e no mundo possam finalmente viver em quaisquer espaços sem perseguições e violações. Que esta pesquisa possa deixar um registro histórico para que as próximas gerações continuem a estranhar todas as formas de opressões e lutar por políticas públicas inclusivas para todas e todos, numa perspectiva transformadora e emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. O., SANTOS, M. F. S., & TRINDADE, Z. A. Apresentação. *In:* ALMEIDA, A. M. O. SANTOS, M. F. S. TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p.17-20.
- ALMEIDA, Manuel Antonio. **Memórias de um Sargento de Milícias**, Editora Martin Claret, São Paulo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **A Dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- ARROYO, Miguel. G. O Direito do trabalhador à Educação. *In:* GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- ARROYO, Miguel. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, BH, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didi. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do Feminismo para a Crítica Democrática. Niterói: Eduff, 2013.
- BRANDÃO, Z. **O saber escolar e as condições de vida das camadas populares**. *In:* CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2., 1983, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANDE, ANPED, CEDEC, CEDES, UFMG, 1983.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Brasil Cigano**: Guia de Políticas Públicas para Ciganos. Brasília DF, maio 2013.
- BRASIL. Decreto de 25 de maio de 2006. Institui o Dia Nacional do Cigano. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 mai 2006. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/589298pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-05-2006>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- CAIRUS, Brigitte. G. **Ciganos Rom no Brasil: invisibilidades, imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade**. 2018. 274f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CAMPOS, Juliana. M. S. **Casamento cigano: produzindo parentes entre os Calons do São Gabriel**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CAMPOS, Juliana M. S. **O nascimento da esposa (Manuscrito): o movimento, casamento e gênero entre os Calons mineiros**. 2020, 369f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CAVALCANTI, S. M. R. S. **Caminheiros do Destino**. 1994. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CHINA, Jonas. B. D. **Os ciganos do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- CODEPLAN, **Invisibilidade e Preconceito: Um Estudo Exploratório dos ciganos no Distrito Federal**. TD - n. 15 - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2016.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina. L. **O Fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristovão: Editora UFS, 2019.
- COSTA, Cristina P. **Os Ciganos ainda na estrada**. São Paulo: Editora Rocco, 2009.
- COSTA, Elisa M. L. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil Colônia, **Revista textos de História**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2, p. 35-37, 1998.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 38-59.
- DOISE, Willem; CLEMENCE, Alain; LORENZI-CIOLDI, Fábio. **Representations Sociales**. Grenoble, PUG, 1992.
- DOISE, Willem. Atitudes e Representações Sociais. *In*: JODELET, Denise (org). **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.
- DAL ROSSO, Sadi. Duração do trabalho em todo o mundo. Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. **Revista Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 183-191, 2012.
- DONOVAN, Bill. M. Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil. **Journal of Social History**, Lisboa v. 26, n. 1, p. 33-53, 1992.
- DORNAS FILHO, J. **Os ciganos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Movimento Editorial Panorama, 1948.
- DRUMMOND, Carlos de Andrade. **Obra poética**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

DURKHEIM, Émile. **A ciência Social e a Ação**. Trad. Inês D. Ferreira. São Paulo: DIFEL, 1975.

FANDOS, M.; MARTINEZ, M. J. Estereótipos en el cómic. **Comunicar**, Rio de Janeiro v. 12, p. 117-119, 1999.

FAZITO, D. A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 689-729, 2006.

FERRARI, F. Ciganos Nacionais. **Acta Literaria**, São Paulo, n. 32, p. 79-96, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEITOZA, P. R. S. O conceito de conscientização em Paulo Freire como norte metodológico para as assessorias jurídicas universitárias populares. **Revista Direito & Sensibilidade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 120-132, 2011.

FERRARI, Florência. **Um olhar oblíquo**: contribuições para o imaginário ocidental sobre cigano. 2010. 380f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FERRARI, Florência. **O Mundo Passa**. uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. 2010. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, Márcia. O. V. **Fabricando desigualdade**: escola e etnia cigana. Ijuí: Ed Unijui, 2003.

FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé**: a longa viagem dos ciganos e sua jornada. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

FOTTA, Martin. **The Bankers of the Backlands**: Financialisation and the Calongypsies in Bahia. London: Goldsmiths College, 2012.

FRASER, Augus. História do Povo Cigano. Lisboa: teorema, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Ana M. A. Notas explicativas. *In*: FREIRE, P. (org.). **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 273-333.

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**. n. 4, p.05-56, abr./ jun. 1963.

FREITAS, M. V. O. **Entre Ruas, Lembranças e Palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

GAMBOA, Silvia. S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 03-78.

GODFARB, M. Patricia. L. **Memória e Etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

GODOY, Priscilla P. **O povo invisível, os ciganos e a emergência de um direito libertador**. Brasília: Plácido, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª edição, editora Civilização Brasileira S.A. RJ 1985.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Revista Feminista, Recife*, n. 2, p. 02-145, 2010.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Cidade, Rio de Janeiro. 37, n. 132, p.595-609, 2007.

HÚNGARO, E. Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana** – os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 264 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

JODELET, Denise. **Das Representações Coletivas às Representações Sociais**: Elementos para Uma História. *In*: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

KARPOWICZ, Debora Soares. **Ciganos: História, Identidade e Cultura**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

KERGOAT, D. Ouvriers=ouvrières. **Critique de l'Economie Politique**, São Paulo, n. 5, p. 65-97, 1978.

LEMOES, E. X.; PERPÉTUO, Lenilda.; MARTINS, A. B. T.; LINHARES, G.; PEDROSA, J.; BANDEIRA, W. F.; TRENTINI, T. B. Os 30 anos do humanismo dialético de O Direito Achado na Rua: contemporaneidade, desafios e perspectivas. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 20-55, 2019.

LIMEIRA, Costa Thayse. **Para onde ir? Por que ficar? Uma etnografia pelo direito de ir, vir e ficar dos povos ciganos**. Dissertação, UnB, Brasília, 2017. 66 p.

LISNIEWSKI, Simone A. **Legitimidade jurídico-democrática do direito à educação**. Organização da Educação Brasileira: marcos contemporâneos. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2016.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. **Temas de Ciências Humanas**, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, George. **O Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. p. 12-35.

MARX, Karl. **Contribuição Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Montevideo: Pueblos Unidos, 1974.

MEIRELES, Cecília. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Cia José Aguilar, 1967.

MELLO, M. A. S.; VEIGA, F. B.; COUTO, P. B.; SOUZA, M. A. Os Ciganos do Catumbi: De “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. **Cidades: Comunidades e Territórios**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 79-92, 2009.

MELLO, M. A. S.; BEROCAN, Felipe. Le “Jour national du tsigane” au Brésil. Espaces symboliques, stéréotypes et conflits autour d’un nouveau rite du calendrier officiel. **Sciences Humaines et Sociales**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 41-78, 2012.

MENDES, Maria Manuela Ferreira. **Ciganos: Identidades, Racismo e Discriminação**. Editora Caleidoscópio. Portugal 2012.

MILTON, Sybil. **In Fitting Memory: The Art and Politics of Holocaust Memorials**. Detroit: Wayne State University Press, 1992.

MOLINA, Mônica. C. O caminho aberto pelas experiências-piloto: limites e possibilidades das Licenciaturas em Educação do Campo. *In*: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (org.).

Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 28-76.

MOLINA, Mônica. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011. p. 32-58.

MOONEN, Frans. **Ciganos Calon no município de Sousa/PB**. Acervo Bibliográfico do Núcleo de Estudos Ciganos (NEC), Recife/ PE, (1993-2011).

MOONEN, Frans. **Ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: Edição Universitária, 2013.

MOONEN, Frans. **Políticas Ciganas no Brasil e Europa: subsídios para Encontros e Congressos no Brasil**. Recife/PE. Acervo bibliográfico do Núcleo de Estudos Ciganos (NEC) 2013.

MORAES, D. **Imaginário social e hegemonia cultural**. 2002. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MORAES FILHO, A. J. M. **Os ciganos no Brasil e cancionero dos ciganos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MOREIRA, Gilvander. Revista Ministério público da União. Artigo Comunidades Ciganas Editora MPU. 2019.

MOSCOVICI, Serge. Os ciganos entre perseguição e emancipação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 653-678, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Brasília, 2002.

MOSER, G. Les conditions psychosociales et environnementales d'un sentiment de securité. **Psychologie et societe**, Cidade, v. 7, p. 11-24, 2004.

MOTA, Ático. V.-B. (org.). **Ciganos: antologia de ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004.

PEREIRA, Cristina Costa. **Os Ciganos ainda estão na Estrada**. Ed Rocco. Rio de Janeiro, 2009.

PERPÉTUO, Lenilda. D. **Comunidade cigana Calon em Processo de Escolarização: Conflitos Étnicos e Saberes Pluriculturais**. 2017. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PERPÉTUO, Lenilda. D.; RÊSES, Erlando. S. **Ciganidade e educação escolar: saber tradicional e conflito étnico**. Brasília: Tagore Editora, 2018.

PETROVIC, G. P. *In*: BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RANCIÈRE, Jaques. **O mestre ignorante** - cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RÊSES, Erlando. S.; SANTOS, M. B.; RODRIGUES, S. D. **A sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RÊSES, Erlando. S.; SOUSA, J. V.; SILVA, K. A. C, P, C. **Investigação em Política e Gestão da Educação: Método, Temas e Olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RÊSES, Erlando. S.; OLIVEIRA, W. **Pedagogia Socialista, Trabalho e Educação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. 276p.

RIBEIRO JÚNIOR, J. **Algumas considerações sobre o ócio como lazer**. Reflexão, São Paulo, v. 11, n. 35, p. 38-42, 1986.

SÁ, C. Representações Sociais: O conceito e o estado atual da teoria. *In*: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento do cotidiano**. São Paulo, Brasiliense, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SAWAIA, Bader B. **O calor do lugar: Segregação Urbana e Identidade**. Em Perspectiva da psicologia Social. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1995.

SCHOLZ, Roswitha. **Differenzen der Krise – Krise der Differenzen. Die neue Gesellschaftskritik im globalen Zeitalter und der Zusammenhang von „Rasse“, Klasse, Geschlecht und postmoderner Individualisierung [Diferenças da Crise – Crise das Diferenças. A nova crítica social na era global e a conexão de raça, classe, sexo e individualização pós-moderna]**, Bad Honnef, 2007.

SHIMURA, Igor.; ARAÚJO, M. C. Ciganos no Brasil: construções identitárias e memória. *In*: GODFARB, M. P. L.; TOYANSK, M.; CHIANCA, L. O. (org.). **Ciganos: olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

SHIMURA, M. Igor. **Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento Calon itinerante**. 2017. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVA Júnior, Aluizio Azevedo. **Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal**. 2018. 504 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

- SOUSA, José Vieira de. **Políticas de Educação do Distrito Federal: evolução e perspectivas**. Universidade de Brasília; Brasília DF, Liber Livro, 2012. 396p.
- SOUZA, M. A. **Os Ciganos Calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana**. 2006. 79f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TEIXEIRA, Rodrigo. C. **Ciganos em Minas Gerais: uma breve história**. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.
- TRINDADE, Z. A., SANTOS, M. F. S., & ALMEIDA, A. M. O. **Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos**. In: Almeida, M.J. SANTOS, M. F. S. TRINDADE, Z. A. Teoria das representações sociais: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 101-122.
- VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4 ed. Martins Fonte, 1996.
- VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fonte, 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2016.
- VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. Tradução de Zóia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/04.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016
- XEXÉU M. Di Cavalcanti – “Desenhos”. 1998. **Museu Victor Meirelles**. Disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/exposicoes/temporarias/arquivo/1998-2/di-cavalcanti-desenhos/>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- ZIMMERMANN, M. Jews, Gypsies and Soviet Prisoners of War: Comparing Nazi Persecutions. In: STAUBER, R.; VAGO, R. (ed.). **The Roma. A Minority in Europe: Historical, Political, and Social Perspectives**. Budapest: Central European University Press, 2007.

APÊNDICE A

CARTA AO ADMIRÁVEL POVO CIGANO CALON⁶⁸

Brasília, 15 de março de 2020.

Em tempos difíceis, peço licença para fazer ciência falando de vocês, caríssimos/as irmãos/as camaradas, companheiros/as de muitas viagens terrenas, ideológicas, políticas, sociais, educacionais e emocionais. Peço também perdão pelos erros históricos que causaram muitos danos e extermínios a essa população. Agradeço por caminharmos juntos/as tentando desenrolar, compreender, registrar, além de incluí-los na história de vida real de um povo de cultura milenar. Agradeço todos os cafés, almoços e rodas de conversas regadas de muito carinho e cumplicidade. O acampamento cigano é o Lugar onde os abraços e apertos de mãos são calorosos e sinceros, onde o olho não é apenas a janela da alma, mas as portas para o mundo, onde os olhares são lugares de acolhimentos verdadeiros, de experiências diversas e significativas que me ensinaram a caminhar com cautela, enxergando quem realmente estava lado a lado conosco, avançando e recuando no momento propício. Com vocês tive as maiores lições de vida: ser humilde, forte, corajosa, resistente, determinada, generosa, respeitosa solidária e humana! Lugar onde a Mãe Natureza, em toda a sua plenitude e beleza, sempre foi respeitada e amada. Lugar de amores sagrados onde aprendi que Deus é Papai, mas que é MÃE também e que MARIA, Nossa Senhora, Santa Sara Kali e todas as nossas ancestrais estão morando dentro da gente e que de vez em quando elas choram, gemem e murmuram suas dores. Lugar de amores, risos soltos, altos e carinhos fartos. Lugar de alegrias, músicas, danças, satisfações, partilhas e gratidão. Lugar de solidariedade onde aprendi que somos um por todos e todos por um, onde EU só SOU porque SOMOS. Nesse lugar o desafio vem e vai num grande bailar do tempo. Houve alguns tropeços, discordâncias, encontros e desencontros, idas e vindas, chegadas e partidas, mas sempre acreditando no verbo esperançar, de Paulo Freire, onde a boniteza está no processo, para fortalecer a união e a graça de ser e de pertencer a um grupo étnico que respeita e valoriza suas origens, histórias e memórias ancestrais. Ali nos acampamentos onde andei – e foram muitos –, vivenciei outras epistemologias, outras que não encontrei nos livros, nem em intelectuais/teóricos, mas encontrei na convivência e na resistência

⁶⁸ Fiz esse registro em 15/03/2020 - “Carta dirigida ao povo cigano Calon” em decorrência ao meu adoecimento grave e concomitantemente a chegada da pandemia, que causou muitos danos às comunidades acampadas. Muitas dificuldades, danos e perdas, fiquei receosa de não termos mais tempo para os nossos encontros. Carta enviada ao acampamento cigano Calon, onde o líder senhor Wanderley da Rocha e sua família sempre me receberam com respeito, carinho e em gratidão por todos os aprendizados.

das comunidades ciganas. Lugar onde as raízes, os troncos e as seivas, galhos, folhas, flores e frutos tornam-se árvores frondosas e fortes, que mesmo nos outonos, quando perdem as folhas, secam, mas depois voltam a florescer, frutificar e dar sombras para acolhimentos de outros corpos que carecem de descansar para continuar o desenrolar e não perder o encantamento pela VIDA comum, simples e em abundância. Por essas pessoas ciganas que são sujeitos importantes desta pesquisa é que anseio ter tempo para terminar a escrita e cumprir com o nosso objetivo: deixar registrado na história para a posteridade e dar a conhecer o outro lado da história de um povo que foi sucumbido. A vocês todo meu carinho, respeito, admiração e gratidão. Espero sinceramente que consigamos ainda nos encontrar e continuar as nossas histórias para que nossas crianças ciganas de gerações futuras possam colher o fruto e viver num país e num mundo melhor, com mais respeito, igualdade, equidade e justiça social.

Que venha logo a vacina contra Covid-19 para todas e todos!

Até...

Lenilda Damasceno Perpétuo

APÊNDICE B

Diário de itinerância

DATA	LOCAL	AÇÃO	ENVOLVIDOS
26/03/2018 À tarde	Reunião no gabinete do diretor da Novacap/ Terracap	Construção do Plano urbanístico e discussão sobre os direitos e deveres da população cigana na ocupação do terreno.	Diretor na Terracap, Assessor do Deputado Reginaldo Veras, Advogados, Lenilda Perpétuo e os líderes do acampamento Sr Wanderley da Rocha e Sr. Jeferson.
24/05/2018 O dia todo	Acampamento Nova Canaã.	Dia Nacional dos Povos ciganos	Secretaria da Cultura, SEDEST-MIDH, Representante do senador Paulo Paim Secretaria da Igualdade Racial: Sr. Juvenal, UnB Lenilda Perpétuo e toda comunidade cigana.
25/05/2018 O dia todo	Acampamento Rota do cavalo em Sobradinho	Maião Cigano, com Danças e Culinária cigana.	Profs da UnB, Profs da SEEDF, Comunidade Cigana, Autoridades do âmbito da Regional e administração de Sobradinho.
12/12/2018	Acampamento Nova Canaã Sobradinho	Ação social, em comemoração ao Natal das crianças com entrega de presentes.	Lenilda Perpétuo – UnB Marlene de Oliveira - UnB Grupo de Mulheres Vizinhança Comunidade cigana
25/05/2018 A tarde	Acampamento Nova Canaã.	Lançamento do livro: Ciganidade e Educação escolar- Saber tradicional e conflito étnico.	Comunidade Cigana, ativistas, militantes, vizinhança, Professores da SEEDF, CRE Paranoá, Professores UnB, ANDES, Prof Erlando Rêses; Renato Hilário, Prof Perci, Lenilda Perpétuo.
19/08/2018 De manhã	Auditório da Novacap	Plano urbanístico do acampamento cigano calon – Gleba 274	Comunidade Cigana, Dr Aluizio Azevedo, Lenilda Perpétuo, Sr Wanderley da Rocha, Autoridades do GDF.
22/02/2019 12h	Acampamento cigano calon	Festejos em comemoração ao aniversário do Sr Wanderley da Rocha, líder do acampamento	Toda comunidade cigana calon, Lenilda Perpétuo, Daiane da Rocha, Érika, Marlete Queiroz
12 e 13/08/2019 02 dias	Acampamento Nova Canaã.	Curso para as mulheres da comunidade	Instituto Mulheres Negras Empreendedoras Mulheres Secretário da SPU, Wagner Oliveira Secretaria da Igualdade Racial: Sr Juvenal, UnB Lenilda Perpétuo e toda comunidade cigana.
20/11/2019 À noite	Câmara Legislativa do DF	Prêmio Marielle Franco dos Direitos Humanos	Deputado Fábio Félix – CLDF Comunidade Cigana Calon

		– Categoria Trabalho acadêmico	Senadora Érika Kokay Lenilda Perpétuo
02 à 08/12/2019	Universidade de Lima- Peru	Congresso Internacional do ALAS	Comunidade acadêmica, estudantes, professores, pesquisadores, Lenilda Perpétuo e Wallace Roza
03 finais de semana de janeiro 2020 O dia todo	Acampamento Nova canaã	Diálogos com a comunidade e discussão do Projeto arquitetônico da planta baixa do acampamento cigano	Arquitetos da UnB Comunidade cigana Lenilda
01/02/2020 À tarde	Reunião na SPU	Reunião para entrega do Projeto arquitetônico da planta baixa do acampamento Nova Canaã	Arquiteta Manuela (PSOL) Arquitetos voluntários da UnB. Lenida Perpetuo Unb Comunidade Cigana Diretora e assessoras do SPU
02/02/2020 A tarde	Acampamento cigano Calon Nova Canaã	O acampamento é atacado e sofre atentado, com tiroteio e mortes	Comunidade cigana calon Sr. Wanderley da Rocha, líderes e autoridades policiais.
02/03/2020 A tarde	SESI São Paulo	Palestra com a Prof ^a Dra Brigitte Grossmann Cairus, pesquisadora ciganóloga da UFSC	Estudantes, acadêmicos, Militantes, ativistas da causa cigana, ciganos e ciganas e ciganólogos/as. Lenilda Perpétuo e Marco Antônio
19/05/2020 19h	MPF- bate-papo Virtual	Lançamento de coletânea de artigos sobre direitos e instrumentos de defesas para os povos ciganos	Dr Luciano Mariz Maia Membros do MPF, acadêmicos, militantes, ativistas e povos e comunidades ciganas.
22 À 24/09/20 A noite	Semana de Extensão da UNB	Vida Cigana em tempos de Pandemia	Live na Plataforma UnB – Dr. Aluizio Azevedo _ UFMT; Daiane da Rocha – Cigana Calin, Aline Miklos – Militante, ativista cigana Rom Argentina, Dr. Felipe Berocan- UFRJ, Lenilda Perpétuo – UnB e Dra Jane Ferreira UnB.
16/10/2020 A tarde	ANDES SN	Povos e Comunidades Tradicionais Ciganas e a Educação do campo e no Campo	ANDES SN, Eblin, Carolina, Lenilda Perpétuo e Daiane da Rocha
16/08/2020 De manhã	MMFDH	Carta aberta da Comunidade Cigana solicitando ajuda humanitária na pandemia.	Daiane da Rocha, Lenilda Perpétuo e assessoras da ministra Damares Alves.
31/08/2020 A tarde	Residência de Daiane da Rocha	Entrega de Cestas Básicas para a comunidade cigana calon	Grupo Consciência FE UnB Daiane da Rocha e família, Prof Dr Erlando Rêses, Lenilda, Amaral e Lara.

03/09/2020 A tarde	UNB- Plataforma Meet	Qualificação da tese de doutorado: Trabalho e Educação ds ciganas calin	Banca de qualificação: Prof Dr Erlando Rêses, Profª Nathália Cassetari, Prof Dr. Marcelo Húngaro, Profª Drª Márcia Ondina, estudantes da UnB, comunidade cigana.
12/09/2020 A tarde	Plataforma meet- Ambiente virtual	Roda de conversa no Meet com ciganas e ciganos, para entrevista	Daiane da Rocha, Débora, Tatiana, Marlete, Roy, Samuel, Elcy, Galego, Rosa e Zumira
17/09/2020 9h	Amiente virtual Zoom	Feitura coletiva da carta em apoio ao Estatuto Cigano	Anec, Consciência, AECDDPC –MG, Associação de ciganos de várias localidades do Brasil. Representantes e líderes ciganos.
12/10/2020 De manhã	Visita ao acampamento	Entrega de cestas básicas e máscaras	Lenilda Perpétuo, Grupo Consciência e mães de Sobradinho
14/10/2020 14h	Acampamento cigano chácara em cabeceiras MG	Prisão injusta do Sr Wanderley da Rocha Líder cigano calon	Família do Sr wanderley e Comunidade Cigana Calon
30/10/2020 14 h	UFMG - Virtual	Defesa de tese de doutorado sobre as comunidades ciganas de Minas Gerais	Pesquisadora Juliana Campos Débora Lima – orientadora Martin Fotta Marcela Stocker UnB Karenina Andrade - UFMG
11/11/2020 14 h	UnB – ambiente Virtual	Na turma de Sociologia da Educação, aula sobre os povos e tradicionais Ciganas. Aplicação da entrevista semiestruturada	Lenilda Perpétuo, Prof dr Erlando Rêses, Amaral Rodrigues e os estudantes da turma de Sociologia da Educação.
01/12/2020 A noite	Viagem a Belo Horizonte	Visita técnica aos acampamentos ciganos calon	Lenilda Perpétuo e Valdir Ribeiro (motorista)
03/12/2020 De manhã	Acampamento São Gabriel em BH	Entrevista semiestruturada	Lenilda Perpétuo e Amaral líder cigano
04/12/2020 A tarde	Acampamento são Pedro	Visita técnica e conversa com as mulheres calin	Lenilda Perpétuo e ciganas Calin
06/12/2020 A tarde	Acampamento cigano de Ibirité	Visita técnica, Café com prosa, entrega de cesta básica a líder cigana calin	Lenilda Perpétuo Valdinalva Barbosa
10/12/2020 Manhã e tarde	Contatos telefônicos	Conversa por telefone e entrevista semiestruturada via googleforms	Frei Gilvander (CPT) Drª Juliana Campos pesquisadora UFMG Profº Dr Emanuel (UEMG)
11 e 12/12/2020 Dia totó	Nos bairros de BH	Entrevista estruturada	Público em geral para fazer a entrevista e coletar dados que evidenciasse as representações sociais acerca do povo cigano.

17/02/2021 10h	Meet ambiente virtual	Carta para a comissão brasileira de Justiça e Paz Ac Dr José Geraldo Júnior	Comitê para a Justiça de líder Cigano Wanderley da Rocha Lenilda Perpétuo, Aluízio Azevedo, Jucelho dantas
19/02/2021 9h	Plataforma virtual – Reunião do Comitê Justiça e Paz	Reunião do comitê pela justiça e paz pelo líder cigano Sr Wanderley da Rocha	Anec, Advogados, Frei Gilvander, Samuel, Lenilda Perpétuo, Jucelho Dantas, Aluízio Azevedo, Daiane da Rocha. Dr Eduardo Xavier, Dr Felipe Fritz. Dra Ana Paula.
23/02/2021 14h	Plataforma virtual zoom	Reunião pelos direitos constitucionais do senhor Wanderley da Rocha	MPU, Advogados populares, Movimentos sociais, Comissão dos Direitos Humanos da OAB, Dr Samuel, Dr Eduardo Xavier, Daiane da Rocha, Frei Gilvander, Lenilda Perpétuo
04/03/2021 14h	Hotel em Brasília	Reunião com os advogados pela libertação do sr Wanderley da Rocha	Daiane da Rocha, lenilda Perpétuo, Dr Samuel e Dr Abdalla.
05/03/2021 14h	Vila Planalto	Reunião da Comissão pela liberdade do Sr wanderley da Rocha	Daiane da Rocha, lenilda Perpétuo, Dr Samuel
14/03/2021 15h	Presídio de Formosa GO	Libertação do Líder Cigano Sr Wanderley da Rocha	Daiane da Rocha, Dr.Samuel, Tatiana da Rocha
17/03/21 14 h	Espaço virtual Zoom	Reunião com toda comissão, em comemoração a libertação do Sr Wanderley da Rocha	Sr Wanderley da Rocha, Dr Abdalla, Dr Samuel, Dr felipe Fritz, Dr Luciano Maia, Dra Ulha, Dra Daiane da Rocha, Dr Eduardo Xavier, Frei Gilvander, Lenilda Perpetuo.
21/05/2021 19 h	UNIRG – espaço Virtual do meet	Dia do pedagogo Aula sobre: Povos ciganos, diversidade e direitos humanos na educação básica.	Estudantes e professores da universidade do Gurupi. Lenilda Perpétuo Lara Cardoso.
22/06/2021 19h	Espaço virtual da plataforma Zoom	Live do	Pesquisadores/as professores/as Flávio José, Lenilda Perpétuo
30/06/2021 9h	Espaço virtual da plataforma Meet	Defesa da tese de doutorado da UFMA na Comunidade Cigana de São João do Paraíso MA	Janeide da Silva Cavalcante (orientanda) UFMA Dr.Welington da Silva UFMA Conceição (orientador) Dra Edilma do Nascimento (UFRN)
01/07/2021 9h	Gravação de vídeo aula para faculdade Fortium do Gama DF	Aula para o grupo de trabalho da Faculdade de Direito FORTUM no Gama, onde Daiane da Rocha estuda.	Lenilda Perpétuo Cigana estudante de Direito Daiane da Rocha

16/07/2021	Espaço virtual do grupo de pesquisadores ciganos	Articulação, construção coletiva e assinatura da nota de repúdio pela perseguição e genocídio comunidade cigana de Vitória da Conquista BA.	Aluizio Azevedo, Associações ciganas no Brasil, na América latina e na Europa, Grupo de pesquisadores e ativistas das causas ciganas no Brasil e no mundo.
------------	--	---	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

APÊNDICE C

FOTOS DE ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS COM OS CIGANOS CALON



Visita a família do Sr Wanderley da Rocha (Acampamento cigano Calon da Rota do Cavalo 2018 DF) 2018



Atividade na Câmara Legislativa do DF



Atividade de Reunião na SEPIR 2018



Reunião na Secretaria dos Direitos Humanos 2018



Reunião na Secretaria dos Direitos Humanos 2018



Reunião com Sandra Terena no MMFDH 2019



Chá de Fralda da pequena Dandara, filha da Débora Rocha 2018



Chegada da pequena Dandara -2018



Formação na Escola com os ciganos, professores e estudantes 2018



Reunião dos Povos e Comunidades ciganas com a ministra Damares Alves 2019



Reunião dos Povos e Comunidades Ciganas no Senado 2018



Comemoração da Páscoa com as crianças do acampamento cigano Calon Nova Canaã - 2019

Comemoração da Páscoa com as crianças do acampamento cigano Calon Nova Canaã



Comemoração da Páscoa com as crianças do acampamento cigano Calon Nova Canaã. 2019



Reunião com Paulo Pain (PT) Estatuto Cigano PL 248/2015



Formação com a Dra. Mônica – Nutriente e Programa mundial de alimentação 2019



Dia das Crianças no acampamento Cigano Calon 2018



Auditório da Câmara Legislativa do Estado 2018 Família cigana Calon 2018



Reunião na SPU com a comunidade, os arquitetos e engenheiros voluntários 2020



Apresentação com as crianças ciganas no aniversário de Sobradinho – DF 2019



Reunião na Secretaria da Igualdade Racial com Povos e Comunidades Tradicionais 2019



Festa Folclórica em Planaltina - DF 2018



Reunião no MPU com o Dr. Luciano Mariz Maia 2018



Visita ao acampamento cigano Calon 2018



Visita do Secretário Wagner da SPU no acampamento 2019



Projeto Mulheres Negras Empreendedoras no acampamento Cigano Calon 2019



Reunião na SPU com a comunidade cigana 2020



Projeto Mulheres no Acampamento Cigano com o Dr. Juvenal Araújo secretário da Igualdade Racial 2018



Reunião com os Representantes da SPU e SEPIR – Igualdade Racial 2019



Mesa de debate Diversidade, DH e Igualdade Racial no acampamento 2018



Lançamento do meu livro em coautoria com Erlando Rêses no Acampamento 2018



Lançamento do livro 2018



Formação no acampamento 2018



Dia da entrega do Prêmio de Direitos Humanos Marielle Franco na Câmara Legislativa do DF 2019



Almoço no acampamento cigano Calon 2018



Exposição na SEPIR 2018



Festa do Dia Nacional no acampamento cigano Calon 2018



Daiane da Rocha Cigana Calin falando para estudantes Pedagogia FE/ UnB 2018



Visita ao Acampamento São Pedro em Ibirité – região metropolitana de BH 2020



Movimento Cigano Calon em Ibirité 2020

LIVE Povos ciganos, Universidade e Direitos Humanos

23/08
18h30

Com Intérprete de Libras

Canal Tempo de Florescer UnB
facebook
Página Tempo de Florescer UnB e Fátima Sousa

TEMPO DE FLORESCER UnB
83
Fátima Sousa e Elmira Simêlo

Daiane da Rocha Biam
Cigana Calin, secretária geral da ANEC e estudante de direito de faculdade privada

Lenilda Damasceno Perpétuo
Pesquisadora da comunidade cigana Calon, doutoranda da Faculdade de Educação da UnB

Wanderley da Rocha
Presidente da ANEC, colaborou com a inclusão de cotas para ciganos na UNEB e com a elaboração do Estatuto dos povos ciganos (em tramitação)

Moderação: Erlando Rêses
Educador popular, professor da Faculdade de Educação (FE) e do Programa de pós-graduação em Educação (PPGE) da UnB

Live com a UnB e DH 2020

Programação completa em dex.unb.br/semanauniversitariaunb

Assista em [youtube.com/extensaounb](https://www.youtube.com/extensaounb)

Dia 22 de Setembro | às 15h

VIDA CIGANA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aline Miklos
Aluizio de Azevedo
Daiane da Rocha Biam

APRESENTAÇÃO
Jane Ferreira e Lenilda Damasceno Perpétuo
Universidade de Brasília

20ª Semana Universitária UnB
vinte anos de conexões

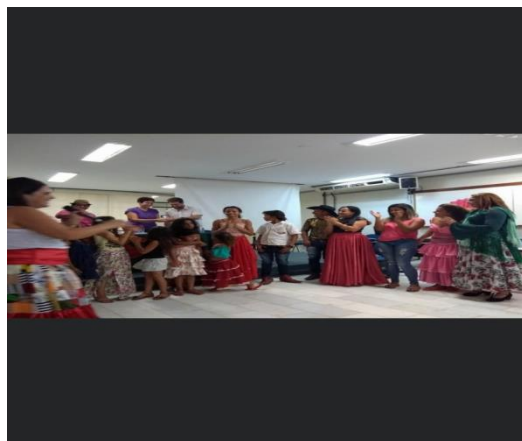
ESTUDOZ CIGANOS

MEDIADOR

Evento relativo a Semana de Extensão da UNB - 2020



Comunidade cigana de Belo Horizonte 2020



Defesa de dissertação de mestrado de Lenilda perpétuo 18/12/2017



Seminário sobre os Povos Ciganos 2020



Visita Técnica ao Acampamento Cigano Calon em BH - 12/2020



Visita do Deputado Reginaldo Veras (PDT) ao Acampamento – 2018



Reunião ao Acampamento com deputados e com o Prof. Dr. Erlando Rêses, da UnB. 2018



Reunião com os arquitetos no acampamento 02/2020



Reunião para construção do Projeto arquitetônico do acampamento 02/2020



Arquitetos em diálogo comunidade 2020



Arquiteta Manuela e sua equipe 2020



Tenda- escola – Alfabetização de adultos no acampamento cigano Calon 2018



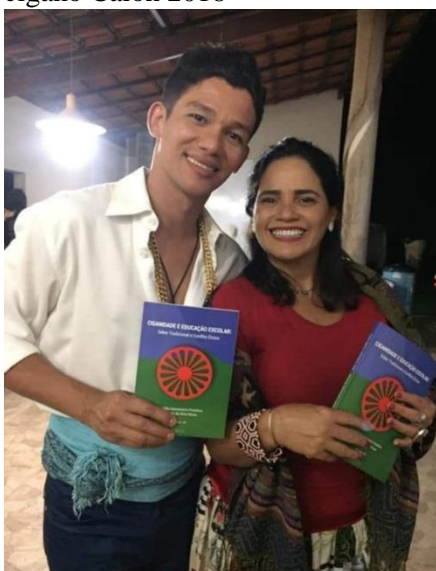
Alfabetização de Jovens e Adultos 2018



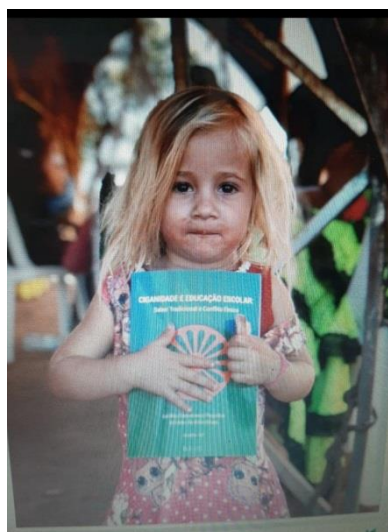
Abertura da Tenda-escola no acampamento cigano Calon 2018



TV Cultura no acampamento 2018



Lançamento do livro – Lenilda e Marcelo 2018



Criança cigana do acampamento cigano Calon 2018

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA CIGANOS CALON

DIMENSÃO	OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS
I) Informação e legitimação da entrevista: identificação pessoal e profissional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar momento de aproximação. 2. Informar à entrevistada sobre os procedimentos da entrevista. 3. Coletar dados pessoais. 4. Saber acerca do percurso histórico de vida e familiar. 5. Apresentar os objetivos da pesquisa. 6. Explicar os objetivos da entrevista. 7. Garantir o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a sua idade? 2. Onde nasceu? 3. Onde e como mora? 4. Com quem vive? 5. Qual o seu estado civil? 6. Qual a sua escolaridade? 7. Quantos filhos/as tem? 8. Qual a sua religião?
II) Relação com a educação	<ol style="list-style-type: none"> 9. Perceber como foi a receptividade da escola na chegada das/os estudantes ciganas/os. 10. Compreender quais as perspectivas das mulheres ciganas em relação à educação formal e não formal. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Você já frequentou a escola? 2. Quanto tempo? 3. A escola estava preparada para trabalhar a diversidade cultural do povo cigano? 4. Como foi a recepção das/os profissionais de educação em relação à chegada dos ciganos na escola? 5. Como foram as reações dos/as estudantes em relação às vestimentas de vocês? 6. Em que medida a escola é importante para as mulheres ciganas? 7. Como definem a educação e a escolarização? 8. Faz sentido para vocês a forma como a escola trabalha? 9. Qual o valor da educação que vocês recebem dentro e fora da cultura cigana?
III) Relação com o trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 10. Verificar a percepção das mulheres ciganas em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo dentro e fora do acampamento. 11. Investigar se elas se reconhecem trabalhadoras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os trabalhos realizados pelos ciganos? 2. Vocês trabalham? Como? Onde? 3. Você poderia descrever seu trabalho? 4. O seu trabalho distancia ou aproxima você da sua família e da sua cultura?

		<p>5. Qual é a sua disponibilidade de tempo para o trabalho e para o tempo livre?</p> <p>6. Em que medida sua escolarização ajudou ou atrapalhou na escolha do seu trabalho ou da sua profissão?</p>
IV) Racismo, preconceito, discriminações, violações	7. Analisar e problematizar as relações de exclusões dos povos ciganos dos espaços públicos e privados.	<p>1. Já sofreu algum tipo de violência?</p> <p>2. Já sofreu racismo? Relate.</p> <p>3. O que é ser cigano/cigana?</p> <p>4. Acredita que deveria existir Políticas Públicas afirmativas para inclusão dos ciganos nas universidades?</p> <p>5. Como corrigir a questão histórica do preconceito e racismo, da inclusão/exclusão dos povos ciganos.</p>

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO CIGANOS

DIMENSÃO	OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS
I) Informação e legitimação da entrevista: identificação pessoal e profissional	6. Proporcionar momento de aproximação. 7. Informar a entrevistada dos procedimentos da entrevista. 8. Coletar dados pessoais. 9. Saber acerca do percurso histórico de vida e família. 10. Apresentar os objetivos da pesquisa. 11. Explicar os objetivos da entrevista. 12. Garantir o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista.	1. Qual a sua idade? 1. Onde nasceu? 2. Onde e como mora? 3. Com quem vive? 4. Qual o seu estado civil? 5. Qual a sua escolaridade? 6. Quantos filhos/as tem? 7. Qual a sua religião?
II) Representações Sociais	8. Investigar quais as representações sociais dos não ciganos acerca dos povos e comunidades ciganas.	9. Escreva três palavras que vêm a sua cabeça ao falar dos povos ciganos? 10. Já teve alguma convivência com os ciganos. 11. Acredita que deveria ter políticas públicas de inclusão para ciganos?
III) Políticas Públicas	Analisar a opinião dos não ciganos acerca de construção de políticas públicas que beneficiem os ciganos.	Acredita que deveria ter políticas públicas afirmativas de inclusão de ciganos nas universidades públicas brasileiras?

APÊNDICE F

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTUDANTES/PROFESSORES DE PEDAGOGIA

DIMENSÃO	OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS
I) Informação e legitimação da entrevista: identificação pessoal e profissional	12. Proporcionar momento de aproximação. 13. Informar a entrevistada dos procedimentos da entrevista. 14. Coletar dados pessoais. 15. Saber acerca do percurso histórico de vida e família. 16. Apresentar os objetivos da pesquisa. 17. Explicar os objetivos da entrevista. 18. Garantir o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista.	1. Qual a sua idade? 2. Onde você nasceu? 2. Onde e como mora? 3. Qual a sua escolaridade? 4. Quantos filhos/as têm? 5. Qual a sua religião? 6. Qual a sua profissão?
II) Relação com a educação	19. Perceber como foi a receptividade da escola na chegada das/os estudantes ciganas/os. 20. Compreender quais as perspectivas das mulheres ciganas em relação à educação formal e não formal.	1. Qual a escola pública ou privada? 1. A escola está preparada para trabalhar a diversidade cultural do povo cigano? 2. Já se deparou com os ciganos na escola? 3. Como foram as reações dos/as estudantes em relação às vestimentas dos ciganos? 4. Em que medida a escola é importante para os povos ciganos? 5. Como definem a educação e a escolarização? 6. A escola é inclusiva ou exclusiva? 7. Qual o valor da educação para os povos e comunidades tradicionais?
II) Representações Sociais	8. Investigar quais as representações sociais dos não ciganos acerca dos povos e comunidades ciganas.	10. Escreva três palavras que vêm a sua cabeça ao falar dos povos ciganos. 11. Já teve alguma convivência com os ciganos. 12. Acredita que deveria ter políticas públicas de inclusão para ciganos?
IV) Políticas Públicas	Analisar a opinião dos não ciganos acerca de construção de políticas públicas que beneficiem os ciganos.	Acredita que deveria ter políticas públicas afirmativas de inclusão de ciganos nas universidades públicas brasileiras?

APÊNDICE G

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CIGANÓLOGOS

DIMENSÃO	OBJETIVOS	QUESTÕES NORTEADORAS
I) Informação e legitimação da entrevista: identificação pessoal e profissional	9. Proporcionar momento de aproximação. 10. Informar a entrevistada sobre os procedimentos da entrevista. 11. Coletar dados pessoais. 12. Saber acerca do percurso histórico de vida e família. 13. Apresentar os objetivos da pesquisa. 14. Explicar os objetivos da entrevista. 15. Garantir o anonimato e a confidencialidade do conteúdo da entrevista.	1. Qual a sua idade? 2. Onde você nasceu? 2. Onde e como mora? 3. Qual a sua escolaridade? 4. Quantos filhos/as têm? 5. Qual a sua religião? 6. Qual a sua profissão?
II) Relação com a educação	16. Perceber se existem ciganos nas universidades	01. já se deparou com ciganos nas universidades?
II) Representações Sociais	17. Investigar quais as representações sociais dos não ciganos acerca dos povos e comunidades ciganas.	10. Escreva três palavras que vêm a sua cabeça ao falar dos povos ciganos? 11. Já teve alguma convivência com os ciganos. 12. Conhece algum material didático pedagógico que conte a história dos ciganos?
III) Políticas Públicas	Analisar a opinião dos pesquisadores ciganólogos acerca de construção de políticas públicas que beneficiem os ciganos.	Acredita que deveria ter políticas públicas afirmativas de inclusão de ciganos nas Universidades públicas brasileiras?

APÊNDICE H

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ESTUDANTES/PEDAGOGOS/PROFESSORES

Meu nome é Lenilda Damasceno Perpétuo, sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília PPGE/UnB, orientanda do Professor Doutor Erlando da Silva Rêses. Vimos, respeitosamente, solicitar a aplicação de entrevista, entendendo que esta constitui um importante instrumento para a nossa pesquisa qualitativa de investigação social, intitulada **QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO? Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a Educação Escolar na Etnia Calon**. Acreditamos que o seu olhar, a vivência e a experiência como estudante de graduação em Pedagogia poderão contribuir e trazer elementos relevantes para a nossa análise na pesquisa.

Antecipadamente, grata pela atenção e colaboração dispensada.

Entrevista semiestruturada

Data: 16/11/2020 às 14h

Local: Ambiente virtual da plataforma Meet (aula virtual de Sociologia – UnB)

1. Qual o seu nome (ou pseudônimo caso queira), a sua idade e naturalidade?

2. Qual a sua formação?

- 3- Você já se deparou, ou teve algum tipo de vivência, com os ciganos ou as ciganas? Em caso afirmativo, relate um pouco dessa história.

3. Defina em três palavras o que lhe vem à cabeça quando se pensa ou ouve falar nos povos ciganos?
 1. 1- _____
 2. 2- _____
 3. 3- _____

- 5- Você conhece alguma obra literária ou música que traz a questão cigana? Qual? Como é a abordagem na representação?

- 6- Você já ouviu falar dos ciganos/ciganas nos noticiários televisivos, nas novelas e filmes ou nas mídias sociais? Como foram as abordagens?

7- Você, estudante de Pedagogia, já viu algum material didático na escola que abordasse a história dos povos ciganos?

8- Acredita que a escola formal, com sua prática pedagógica e planejamentos, realmente trabalha de maneira inclusiva, respeitando todas as pluriculturalidades?

9- Você já estudou com algum estudante cigano/ cigana ou já os viram na universidade?

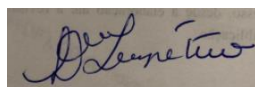
10- Procure no dicionário o significado da palavra cigano. Como é a abordagem? Qual a sua consciência em relação a essa definição? (positivo ou negativo)

11- Conhece algum filme, documentário, obra literária ou música que fala dos povos ciganos? Se sim, poderia citar e comentar um pouco acerca da abordagem?

Agradecemos e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos e para o retorno da pesquisa. Caso julgue necessário, deixe aqui seus contatos de e-mail ou telefone:

Brasília - DF, 16 de novembro de 2020

Entrevistado



Lenilda Damasceno Perpétuo
Matrícula FE UnB 18/0143077

APÊNDICE I



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **QUANTAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO? Representações Sociais acerca dos Povos Ciganos e a Relação com o Trabalho e a Educação Escolar na Etnia Calon**, de responsabilidade da pesquisadora **Lenilda Damasceno Perpétuo, estudante de doutorado** do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão educacional (POGE), da Universidade de Brasília-DF (**matrícula: 18/0143077**). **O objetivo desta pesquisa é investigar as representações sociais construídas acerca dos povos e comunidades tradicionais ciganas e quais os efeitos dos desdobramentos desse fenômeno na vida dessa população, buscando fazer a leitura desta realidade na vida, na educação, no trabalho, a fim de propor a construção de políticas públicas inclusivas nas universidades públicas do país.**

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa (entrevista enviada e respondida por e-mail) ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável.

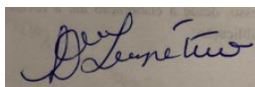
A coleta de dados será realizada por meio de entrevista não presencial, na plataforma Meet, devido às medidas de isolamento social exigidas pelo contexto de insegurança gerada pela pandemia do Covid-19. Será enviado um e-mail com a entrevista por escrito, que será respondida e reencaminhada por e-mail. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar por meio do telefone 61 981326062 ou pelo e-mail lenildatuka@gmail.com

Este projeto foi revisado, foi aprovado no exame de qualificação no dia 03/09/2020 e feito todos os encaminhamentos necessários junto com meu orientador, professor Dr. Erlando da Silva Rêses, que autorizou a realização da pesquisa para a coleta de dados, com profissionais, estudantes e com os representantes da etnia cigana.

Este documento foi elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).



Assinatura da pesquisadora

Assinatura do entrevistado(a)

Brasília, de dezembro de 2020

ANEXO 1

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)**
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)**RESOLUÇÃO Nº 1.339/2018**

Publicada no D.O.E. 28-07-2018, p. 32

Aprova o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da UNEB, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603180058920, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), constando anexo único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CONSU nºs. 468/2007, 605/2008, 710/2009, 711/2009 e 847/2011.

Sala das Sessões, 13 de Julho de 2018.

José Bites de Carvalho
Presidente do CONSU

**OBSERVAÇÃO: O Anexo Único desta Resolução, encontra-se disponível no site da Universidade.*

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSU N° 1.339/2018

Aprova o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero.

Art. 1º. Estabelecer a reserva de vagas e sobrevagas para populações histórica e socialmente discriminadas, nos processos seletivos realizados para o preenchimento das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UNEB, com o objetivo de promover a diversidade de gênero, a equidade étnico-racial e a inclusão no ensino superior.

Art. 2º. Do total de vagas oferecidas em cada curso de graduação e de pós-graduação, reservar-se-ão vagas nas seguintes proporções:

- I- 40% (quarenta por cento) para candidatos(as) negros(as);
- II- 5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) indígenas;
- III- 5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) quilombolas;
- IV- 5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) ciganos(as);
- V- 5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades; e,
- VI- 5% (cinco por cento) de sobrevaga para candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros.

§ 1º. Entende-se como sobrevaga o quantitativo de vagas resultante da aplicação de percentual de cota destinada aos indígenas; quilombolas; ciganos(as); pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades; transexuais, travestis ou transgêneros sobre o número de vagas oferecido por turma/curso.

§ 2º. A cota de sobrevaga deve ser contabilizada separadamente para cada um dos grupos das populações a qual se destina, indicados nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º. Na hipótese de quantitativo fracionado de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as) e às sobrevagas destinadas a candidatos(as) indígenas; candidatos(as) quilombolas; candidatos(as) ciganos(as); candidatos(as) com deficiência, com transtorno do espectro autista ou com altas habilidades e candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos); mantendo a oferta de no mínimo 01 (uma) vaga para cada categoria de reserva de vagas ou sobrevaga.

Art. 3º. No ato da inscrição no processo seletivo da graduação ou da pós-graduação, o(a) candidato(a) que desejar concorrer às vagas especificadas no artigo anterior, deverá fazer a opção explícita constante no formulário de inscrição.

Art. 4º. Estão habilitados a concorrer às vagas reservadas os(as) candidatos(as) negros(as) e às sobrevagas os(as) candidatos(as) indígenas; os(as) candidatos(as) quilombolas; os(as) candidatos(as) ciganos(as); os(as) candidatos(as) com deficiência, com transtorno do espectro autista ou com altas habilidades e os(as) candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham cursado todo o 2º Ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio

exclusivamente em escola pública;

b) Tenham renda bruta familiar mensal inferior ou igual a 04 (quatro) vezes o valor do salário mínimo nacional vigente no ato da matrícula;

c) Que não possua título de graduação, exceto para ingresso no processo seletivo de pós-graduação;

d) Sejam e declarem-se negro(a) ou indígena ou quilombola ou cigano(a), conforme quadro de auto-classificação étnico-racial constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo, aqueles(as) que optarem pelas vagas reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) ou pelas sobrevagas destinadas aos(às) candidatos(as) indígenas, quilombolas e ciganos(as);

e) Sejam e declarem-se com deficiência ou transtorno do espectro autista ou altas habilidades, conforme o quadro de auto-classificação (em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão – Lei Federal nº 13.146/2015), constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo, aqueles(as) candidatos(as) que optarem pelas sobrevagas destinadas aos(às) candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades; e,

f) Sejam e declarem-se transexual ou travesti ou transgênero, conforme quadro de auto-classificação de identidade de gênero constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo, aqueles(as) que optarem pelas sobrevagas destinadas aos(às) candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros.

§ 1º. Na Ficha de Inscrição do processo seletivo constarão, explicitamente, os seguintes itens de classificação étnico-racial: negro (preto ou pardo), branco, indígena, amarelo, cigano (Rom ou Calom ou Sinti), quilombola.

§ 2º. Na Ficha de Inscrição do processo seletivo constarão, explicitamente, os itens de classificação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei Federal nº 13.146/2015), são eles: Deficiência Física (paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida); Deficiência Visual (cegueira, baixa visão), Deficiência auditiva (perda bilateral, parcial ou total); Deficiência Surdocegueira; Deficiência Múltipla; Pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do espectro autista); Pessoas com altas habilidades/superdotação.

§ 3º. Na Ficha de Inscrição do processo seletivo constarão, explicitamente, os seguintes itens de classificação de identidade de gênero: cisgênero, transgênero, travesti, transexual, trans não-binário, consoante definição da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

§ 4º. Os (as) candidatos(as) que fizerem opção expressa pelas vagas reservadas ou sobrevagas e não se enquadrarem nos requisitos expressos nos itens “a” e “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, os três últimos em consonância com a sua opção, serão eliminados(as) do processo seletivo ou terão a matrícula anulada a qualquer tempo.

§ 5º. Os (as) candidatos(as) aprovados(as) autodeclarados(as) indígenas deverão apresentar, no ato da matrícula, a título de comprovação do direito ao ingresso por esta ação afirmativa, declaração comprobatória do pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade.

§ 6º. Os (as) candidatos(as) aprovados(as) autodeclarados(as) quilombolas deverão apresentar, no ato da matrícula, a título de comprovação do direito ao ingresso por esta ação afirmativa, declaração comprobatória do pertencimento étnico e residência, assinada pelo(a)

presidente(a) da organização/associação de sua respectiva comunidade e Carta Certificação da comunidade emitida pela Fundação Cultural Palmares.

§ 7º. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) autodeclarados(as) ciganos (as), deverão apresentar, no ato da matrícula, a título de comprovação do direito ao ingresso por esta ação afirmativa, documento composto por autodeclaração, acompanhada de um resumo genealógico (memorial étnico autodescritivo), confirmado e assinado por duas lideranças de famílias extensas (um líder da sua família extensa e a outra de líder de família extensa da mesma cidade ou de outras cidades) reconhecidas por associações de etnias ciganas legalmente registradas no Brasil.

I- Entende-se por organizações Ciganas devidamente reconhecidas as instituições civis de natureza formal, como associações, conselhos e outras; e,

II- As instituições deverão estar constituídas, e registradas e definidas em seus estatutos como Cigana (Rom ou Calon ou Sinti), sejam de linhagem étnica, supraétnica ou de caráter local e regional.

§ 8º. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades deverão apresentar, no ato da matrícula, a título de comprovação do direito ao ingresso por esta ação afirmativa, laudo caracterizador da deficiência ou laudo de avaliação do transtorno do espectro autista ou relatório de avaliação de altas habilidades emitido por uma equipe multidisciplinar (documento original ou cópia autenticada, conforme legislação), emitido nos últimos 12 (doze) meses, que indique o tipo, o grau ou o nível da deficiência, do transtorno do espectro autista, das altas habilidades do(a) candidato(a), com expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) e/ou Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria (APA).

§ 9º. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) autodeclarados(as) transexuais, travestis ou transgênero deverão apresentar, no ato da matrícula, a título de comprovação do direito ao ingresso por esta ação afirmativa, um documento de autodeclaração ratificado pelo Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

§ 10. O acompanhamento do acesso ao sistema de cotas, a comprovação da autodeclaração e demais documentos pertinentes dos candidatos cotistas aprovados, dar-se-á por critérios e metodologias estabelecidas pelo Comitê de Acompanhamento do Acesso ao Sistema de Cotas, a ser criado com a finalidade de acompanhamento, avaliação e assessoramento mediante regulamentação.

Art. 5º. Todos(as) os(as) candidatos(as) inscritos(as) serão classificados(as) pela ordem decrescente de pontuação resultante da média das provas e/ou outros instrumentos de avaliação dos processos seletivos respectivos.

Parágrafo Único. É vedada a diferenciação de provas e/ou outros instrumentos avaliativos, no mesmo processo seletivo, independentemente da opção do(a) candidato(a) em concorrer ou não às vagas reservadas e às sobrevagas, excetuando-se o atendimento a condições especiais requeridas pelos(as) candidatos(a) com deficiências.

Art. 6º. A classificação dos(as) candidatos(as) às vagas nos respectivos cursos de graduação

e de pós-graduação, seguida do cálculo da nota de corte para efeito de eliminação, dar-se-á no interior de cada grupo de vagas, separadamente, a saber:

- I- 40% (quarenta por cento) das vagas reservadas aos(às) candidatos(as)negros(as) optantes;
- II- 60% (sessenta por cento) das vagas destinadas aos(às) demais candidatos(as)não optantes;
- III- 5% (cinco por cento) de sobrevagas reservadas aos(às) candidatos(as) indígenas optantes;
- IV- 5% (cinco por cento) de sobrevagas reservadas aos(às) candidatos(as)quilombolas optantes;
- V- 5% (cinco por cento) de sobrevagas reservadas aos(às) candidatos(as)ciganos(as) optantes;
- VI- 5% (cinco por cento) de sobrevagas reservadas aos(às) candidatos(as)transexuais, travestis e transgêneros optantes;
- VII- 5% (cinco por cento) de sobrevagas reservadas aos(às) candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidade optantes.

§ 1º. As vagas não preenchidas, esgotando-se os candidatos classificados por categoria, serão remanejadas obedecendo aos seguintes critérios de preferência de recepção:

- a) Grupo de sobrevagas destinadas a candidatos(as) optantes pelas categorias: indígena; quilombola; cigano(a); pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista, com altas habilidades; transexual, travesti, transgênero;
- b) Grupo de vagas reservadas para candidatos(as) optantes pela categoria negro; e,
- c) Grupo de vagas destinadas a candidatos(as) não optantes, respectivamente.

§ 2º. No processo de preenchimento das vagas remanejadas entre os candidatos optantes por categoria de sobrevagas, respeitar-se-ão os seguintes critérios para o estabelecimento de preferência e desempate entre os habilitados por turma/curso:

- a) O que integra categoria de sobrevagas com maior demanda de habilitados;
- b) O de menor renda familiar; e,
- c) O mais idoso.

Art. 7º. A UNEB deverá instituir e implementar um programa permanente de ações afirmativas, com dotação orçamentária e financeira, estratégias de financiamento, com coordenação própria, cujo objetivo é a promoção da diversidade de gênero, da equidade étnico-racial e da inclusão em todas as ações desenvolvidas pela Universidade.

§ 1º. O programa permanente de ações afirmativas da UNEB deverá organizar-se através de projetos e atividades que garantam a permanência e o sucesso dos(as) estudantes ingressos(as) através do sistema de reserva de vagas e oferta de sobrevagas.

§ 2º. Para subsidiar o programa permanente de ações afirmativas deverá ser desenvolvido e implantado um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da trajetória acadêmica dos(as) estudantes ingressos(as) através do sistema de reserva de vagas e/ou sobrevagas.

Art. 8º Os órgãos internos, externos e comissões responsáveis pela organização dos

processos seletivos da UNEB deverão ajustar os seus documentos, formulários, fichas de inscrição, sistemas de cálculo e demais procedimentos pertinentes às determinações expressas nesta Resolução num prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação.

Art. 9º. Todos os materiais de divulgação dos processos seletivos referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação da UNEB deverão conter informações precisas, explícitas e diretas referentes às condições de seleção determinadas por esta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CONSU n^{os}. 468/2007, 605/2008, 710/2009, 711/2009 e 847/2011.

ANEXO 2**RESOLUÇÃO Nº 12/2021**

Dispõe sobre a política de Ações Afirmativas para os processos seletivos aos cursos de graduação de 1º e 2º ciclo da Universidade Federal do Sul da Bahia.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Universidade,

CONSIDERANDO que a política de ações afirmativas para os processos seletivos aos cursos de graduação de 1º e 2º ciclo da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos e de respeito à diferença e à diversidade étnico-racial, e de combate à desigualdade socioeconômica mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação.

CONSIDERANDO que a legislação brasileira garante, fomenta e promove políticas de equidade e inclusão, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016, pelo Decreto Presidencial nº 7.824/2012 alterado pelo Decreto Presidencial nº 9.034/2017, e pela Portaria Normativa do MEC nº 18 de 11 de outubro de 2012 alterada pela Portaria Normativa do MEC nº 09 de 05 de abril de 2017.

CONSIDERANDO que o Estatuto da Universidade Federal do Sul da Bahia, em seu Art. 3º, estabelece entre os seus princípios as Ações Afirmativas “compreendida como instrumento de promoção da equidade no acesso à educação e ao conhecimento, buscando implantar medidas eficazes que promovam o acolhimento e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”

CONSIDERANDO a apreciação das propostas de revisão dos termos da Resolução 10/2018 realizada pelo Pleno do Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas em reunião realizada no dia 14 de maio de 2021, no uso das atribuições previstas no Art. 3º da Resolução 26/2019,

CONSIDERANDO a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 18 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar política de ações afirmativas para os processos seletivos de ingresso aos cursos de graduação da Universidade, destinada a candidatas/os egressas/os do Sistema Público de Ensino Médio, de acordo com o estabelecido na Lei de Cotas, nº. 12.711/2012, alterada pela Lei nº. 13.409/2016, e por meio da adoção de políticas específicas de ações afirmativas, no uso de sua autonomia e de acordo com Art. 5º. parágrafo 3º. do Decreto nº 7.824/2017, que priorizem e/ou garantam a representatividade de candidatas/os que pertençam aos grupos étnico-raciais previstos na Lei de Cotas; assim como aquelas/es que pertençam a Comunidades de Povos Indígenas Aldeados; que pertençam a Comunidades Remanescentes de Quilombos (de acordo com o definido no Art. 2º do Decreto n. 4.887/2003) e/ou Comunidades Identitárias Tradicionais (de acordo com o definido no Art. 5º do Decreto n. 6.040/2007); que sejam parte de Comunidades Ciganas; que pertençam ao grupo de Pessoas Com Deficiência severas ou incapacidade total; que sejam Mulheres; que sejam Pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros (em observância aos princípios e definições expostas nos Decreto 8.727/2016); e que sejam Pessoas em Situação de Privação de Liberdade ou Egressas do Sistema Prisional (de acordo com as Diretrizes contidas na Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 02 de 19 de maio de 2010) e Refugiados (de acordo com o definido na Lei 9.474/1997).

CAPÍTULO I

DAS RESERVAS DE VAGAS PARA ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MEIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Art. 2º A proporção a que se refere o *caput* desse artigo não será menor que 75% (setenta e cinco por cento) das vagas oferecidas pelos Bacharelados Interdisciplinares e pelos cursos profissionalizantes de segundo ciclo.

Parágrafo único. Para as vagas dos cursos de Licenciaturas Interdisciplinares e nos Editais próprios de ingresso em vagas de cursos nos Colégios Universitários a proporção a ser aplicada não será menor que 85% (oitenta e cinco por cento) das vagas oferecidas pelo respectivo curso.

Art. 3º As/Os candidatas/os que desejarem concorrer às vagas estabelecidas pela política de ações afirmativas para os processos seletivos aos cursos de graduação de 1º e 2º ciclo da UFSB deverão fazer sua opção, no ato de inscrição nos processos seletivos para ingresso na UFSB, por uma das seguintes modalidades definidas na Portaria Normativa do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, alterada pela Portaria Normativa do MEC nº 09 de 05 de abril de 2017:

L1: Candidatas/os com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L2: Candidatas/os autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L5: Candidatas/os que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L6: Candidatas/os autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L9: Candidatas/os com deficiência, nos termos da legislação, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L10: Candidatas/os com deficiência, nos termos da legislação, autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L13: Candidatas/os com deficiência, nos termos da legislação, que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L14: Candidatas/os com deficiência, nos termos da legislação, autodeclaradas/os negras/os (pretas/os e pardas/os) ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As respectivas definições de escola pública, pessoa com deficiência, renda familiar per capita e auto declaração étnico-racial são estabelecidas pela legislação em vigor que normatiza as ações afirmativas, devendo a UFSB promover a verificação da autodeclaração étnico-racial, e demais documentações apresentadas, através de Comissões de Verificação e/ou outros mecanismos.

§ 1º As/Os candidatas/os classificadas/os na reserva de vagas prevista nas categorias de concorrência L1, L2, L9 e L10 deverão comprovar essa condição mediante apresentação de documentos comprobatórios e validação de declaração de renda por Comissão de Homologação de Matrícula das respectivas Secretárias Acadêmicas, especificamente constituída para esse fim, nomeada em Portaria pela PROGEAC ou pelas respectivas Unidades Universitárias.

§ 2º A porcentagem de que tratam as faixas L2, L6, L10 e L14 deverá representar a proporção de pretos, pardos e indígenas da população do sul e extremo sul do estado da Bahia, conforme o último censo do IBGE, de acordo com o definido no Art. 2º do Decreto nº 9.034 de 20 de abril de 2017. Como referência, será utilizada a média aritmética simples dos dados sócio demográficos dos municípios onde a UFSB possui unidades de ensino (Campus e Colégios Universitários), desde que não menor ao verificado na unidade federativa onde está instalada

a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE.

§ 3º De acordo com o art. 5º, § 1º, do Decreto nº 7.824/2012 alterado pelo Decreto nº 9.034/2017, e com o Art. 11, parágrafo único, da Portaria MEC 18/2012, sempre que a aplicação dos percentuais da reserva de vagas implicar resultados com decimais, será adotada, em cada etapa do cálculo, o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º As regras para a comprovação de renda e de percurso na escola pública, no ato da matrícula, serão regulamentadas em edital específico de seleção publicado pela PROGEAC ou pelas respectivas Unidades Universitárias, sem prejuízo do estabelecido na legislação em vigor.

§ 5º A/O estudante poderá recorrer da decisão da comissão de validação de renda impetrando recurso a mesma, para avaliação da necessidade de revisão da análise documental.

§ 6º Os formulários de Autodeclaração Étnico-Racial e demais formulários referentes as vagas supranumerárias serão elaborados pelo CAPC, em observância a legislação vigente, devendo ser adotado nos respectivos editais de processos seletivos com ações afirmativas previstas nesta Resolução.

Art. 5º Às/Aos candidatas/os egressas/os de escola pública pertencentes a minorias sociais, políticas e sexuais, como os: 1. povos indígenas aldeados; 2. povos de comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades identitárias tradicionais; 3. povos de origem cigana; 4. pessoas transexuais, travestis e transgêneros; e 5. pessoas em situação de privação de liberdade ou egressas do sistema prisional ou refugiadas serão destinadas vagas supranumerárias para ingresso nos cursos de graduação de 1º. e 2º ciclo selecionados via SISU ou Editais de ingresso nos Colégios Universitários, a serem preenchidas por aquelas/escandidatas/os que melhor se classificarem no processo seletivo.

§ 1º As vagas supranumerárias serão no número de 01 (uma) vaga por curso da UFSB, em cada turno e campus, para cada segmento, descritos no artigo 5º, podendo ser ampliada por decisão do Conselho Universitário.

§ 2º Nos Editais de Seleção para ingresso nos Colégios Universitários instalados ou a serem instalados em cidades com grande concentração censitária de Comunidades/Povos Indígenas, as vagas supranumerárias para indígenas aldeados serão no mínimo o número de 05 (cinco) vagas em cada Colégio Universitário.

§ 3º Nos Editais de Seleção para ingresso nos Colégios Universitários instalados ou a serem instalados em cidades com grande concentração censitária de Comunidades Quilombolas, as vagas supranumerárias para povos de comunidades remanescentes de quilombos serão no mínimo o número de 05 (cinco) vagas em cada Colégio Universitário.

Art. 6º Às/Aos candidatas/os egressas/os de escola pública pertencentes a minorias sociais, políticas e sexuais, como os: 1. povos indígenas aldeados; 2. povos de comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades identitárias tradicionais; 3. povos de origem

cigana; 4. pessoas transexuais, travestis e transgêneros; e 5. egressos de Colégios Universitários que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas de municípios da área de abrangência da UFSB, serão destinadas vagas supranumerárias para ingresso nos cursos de graduação de 2º ciclo nos Editais internos de ingresso em cursos profissionalizantes após a conclusão de curso de 1º ciclo, a serem preenchidas por aquelas/es candidatas/os aprovados que melhor se classificarem no respectivo processo seletivo.

§ 1º As vagas supranumerárias serão no número de 01 vaga para cada segmento, descritos no artigo 6º, por curso de 2º ciclo da UFSB, em cada turno e campus, independente de vagas ofertadas e/ou ocupadas para estes segmentos em outros processos seletivos antecedentes, podendo ser ampliada por decisão do Conselho Universitário.

§ 2º As Unidades Universitárias deverão avaliar a adoção de vagas supranumerárias para mulheres em cursos que tenham, entre os seus selecionados, apenas homens em dois processos seletivos consecutivos, com ocupação de 75% ou mais das vagas ocupadas.

Art. 7º As vagas supranumerárias constituem política afirmativa própria da UFSB destinada a segmentos específicos, e são vagas complementares que não se confundem com as vagas reservadas por força da Lei n. 12.711/2012, não podendo ser destinadas a nenhum outro público ou remanejadas para ampla concorrência ou outras modalidades de cotas.

CAPÍTULO II

SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS

Art. 8º Para os fins de acompanhamento da política de ações afirmativas para os processos seletivos aos cursos de graduação de 1º e 2º ciclo e da implantação da Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei nº 13.409/2016, e de sua regulamentação complementar, fica designada o CAPC – Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas.

§ 1º A CPAf - Comissão de Políticas Afirmativas da Pró-reitoria de Ações Afirmativas, no uso da atribuição prevista no Inciso VIII do Art. 1º da Resolução 03/2016, deverá acompanhar a Política de Ações Afirmativas, colaborando com as atribuições do CAPC, previstas em Resolução própria.

§ 2º O CAPC indicará em Portaria conjunta com a PROAF, Banco de Membras/os avaliadoras/es, com as competências previstas em Resolução específica, para a composição das Comissões de Verificação (CV) da auto declaração étnico-racial, e suas respectivas Comissões Recursais (CR), de candidatas/os no ato da matrícula de processos seletivos previstos e organizados pela PROGEAC - Pró-reitoria de Gestão Acadêmica ou respectivas Unidades Universitárias.

§ 3º O CAPC indicará em Portaria conjunta com a PROAF, membras/os avaliadoras/es, com as competências previstas em Resolução própria, para a composição das Comissões de

Verificação (CV) da auto declaração étnico-racial, e suas respectivas Comissões Recursais (CR), de candidatas/os no ato da matrícula de processos seletivos previstos e organizados pela PROPPG - Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, ou respectivos Programas de Pós-graduação.

§ 4º O CAPC indicará em Portaria conjunta com a PROAF membras/os avaliadoras/es, comas competências previstas em Resolução própria, para a composição das Comissões de Averiguação (CA), e suas respectivas Comissões Recursais (CR), daquelas/es estudantes queforem denunciadas/os, individual ou coletivamente, na ouvidoria ou órgãos externos competentes, podendo deliberar pelo cancelamento da matrícula, caso se comprove a ocupação indevida da vaga reservada de acordo com esta Resolução. Os mecanismos de Verificação da autodeclaração étnico-racial e de Averiguação de denúncias, a serem adotadospela respectiva Comissão, são normatizados pela Resolução que institui o Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas e respectivos Regimentos ou Instruções Normativas derivados deste.

§ 5º A/O candidata/o que prestar informações falsas relativas às exigências estabelecidas nesta Resolução normativa estará sujeito a perder a matrícula no curso, além da penalizaçãopelos crimes previstos em lei, sendo garantido o direito à ampla defesa e o respeito a integridade moral nas instâncias previstas.

Art. 9º As Ações Afirmativas, de que trata esta Resolução, deverão ser avaliadas continuamente pelo CAPC, apresentando relatórios ao CONSUNI quando solicitado.

Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pelo CAPC e subsidiariamente pelo CONSUNI.

Art. 11 Esta Resolução Normativa revoga a Resolução 10/2018 e entra em vigor a partir da sua publicação.

Itabuna, 23 de junho de 2021

Assinado de forma
digital por JOANA
ANGELICA GUIMARAES
DA LUZ:57521239091
Dados: 2021.06.23
16:14:29 -03'00'

JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ
REITORA
PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO